

ROSSANA APARECIDA FINAU

OS SINAIS DE TEMPO E ASPECTO NA LIBRAS

Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutora em Letras, Curso de Pós-Graduação em Letras, na Área de Estudos Lingüísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elena Godoi.

CURITIBA

2004



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

PARECER

Defesa de tese da doutoranda ROSSANA APARECIDA FINAU para obtenção do título de **Doutora em Letras**.

Os abaixo assinados ELENA GODOI, RONICE MULLER DE QUADROS, JAIR ANTONIO DE OLIVEIRA, LELAND EMERSON MCCLEARY e JOSÉ BORGES NETO argüiram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a tese:

“OS SINAIS DE TEMPO E ASPECTO NA LIBRAS”

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Doutora em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Aprovado Não aprovado
ELENA GODOI		Aprovado
RONICE MULLER DE QUADROS		Aprovado
JAIR ANTONIO DE OLIVEIRA		Aprovado
LELAND EMERSON MCCLEARY		Aprovado
JOSÉ BORGES NETO		Aprovado

Curitiba, 02 de junho de 2004.

Prof.^a Marilene Weinhardt
Coordenadora

...there are no past or future events or times; what makes something past or future is how the world stands right now.

(Peter Ludlow, 1999)

AGRADECIMENTOS

Às pessoas surdas que me ensinaram a significar os diferentes espaços da vida também com o olhar.

À minha orientadora, professora Elena Godoi, por aceitar o desafio e pela confiança amiga em meu trabalho.

Ao professor José Borges Neto que me apresentou à Lingüística com um entusiasmo contagiante e acompanhou minha trajetória em todos esses anos. “O primeiro professor de Lingüística, a gente nunca esquece.”

À professora Teresa Wachowics pela atitude amiga e por ler meu texto no grau exato de minha esperança.

Aos intérpretes que me acompanharam nesses quatro anos, principalmente à Márcia e ao Pastor Marco, hoje, meus bons amigos.

Aos meus pais e irmãs, pelo apoio constante.

Ao meu filho, que aceitou o processo de tese sempre com amor alegre e absoluto.

Ao Orlando, pela assistência e permanência amorosa.

À minha amiga Ângela Mari Gusso, pelas conversas e fugas.

SUMÁRIO

ÍNDICE.....	iv
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1.....	5
CAPÍTULO 2.....	29
CAPÍTULO 3.....	52
CAPÍTULO 4.....	133
CAPÍTULO 5.....	207
CONCLUSÃO.....	221
ANEXOS.....	227
REFERÊNCIAS.....	229

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1: O olhar à procura de linguagem	5
1.1 Língua de sinais e bilingüismo diglössico: necessidades para o desenvolvimento psicossocial e lingüístico do sujeito surdo	5
1.1.2 Um olhar crítico sobre as diferentes propostas de bilingüismo para sujeitos surdos.....	10
1.1.2.3 Em defesa da língua de sinais como a L1.	16
1.1.2.4 . Algumas questões sobre as diferenças individuais do sujeito surdo no processo de aquisição da L2.	22
1.2 Síntese do capítulo.....	28
Capítulo 2: Em que tempo e em que aspecto são tratadas as categorias tempo/aspecto?	29
2.1 Breve histórico dos estudos na área da aspectualidade.	29
2.2 Descrições de tempo e aspecto já realizadas para línguas de sinais	36
2.2. 1 Algumas postulações de Quadros para a análise aspectual	37
2.2.2 A visão de Brito (1995) sobre tempo e aspecto na LIBRAS.....	39
2.2.3 Felipe (1998) e sua descrição sintático-semântica para os verbos da LIBRAS.	41
2.2.4 A proposta de flexão vista para outras línguas de sinais.	42
2.2.5 A contribuição das pesquisas de fonologia em línguas de sinais para a comprovação da flexibilidade.....	44
2.3 Síntese do capítulo.....	50

Capítulo 3: Uma descrição dos sinais empregados para realizações das categorias tempo/aspecto na LIBRAS.....	52
3.1 Metodologia para a coleta e análise dos dados.	52
3.2 A estrutura interna das línguas de sinais.	54
3.3 As marcas lingüísticas para a categoria tempo na LIBRAS.....	62
3.3.1 O valor aspectual na LIBRAS e a flexão morfológica.....	77
3.3.1.1 A flexão para caracterizar o aspecto imperfectivo.....	96
3.3.1.2 A flexão e os aspectos imperfectivo e iterativo	107
3.3.1.3 Os classificadores e a aspectualidade.....	122
3.3.2 Parâmetros para a formação de sinais relacionados às marcas temporais e aspectuais na LIBRAS.....	127
3.4 Síntese do capítulo.....	131
Capítulo 4: Análise do sistema de referência temporal e aspectual em LIBRAS, sob um enfoque semântico-pragmático.....	133
4.1 Da necessidade de uma interpretação semântica pressuposicional para o arcabouço formal.....	135
4.1.2 Pressuposição e o significado do tipo de enunciado.....	149
4.2 A proposta teórica de Lin (2002) para a referência temporal no Mandarim: possível também para a LIBRAS?.....	166
4.2.1 Aspectos do aspecto por Godoi (1992) e a análise de Lin (2002).....	175
4.3 Sentenças sem marcadores temporais na LIBRAS.....	188
4.4 As sentenças com marcadores e a referência temporal e aspectual na LIBRAS.....	197
4.5. Síntese do capítulo.....	205
Capítulo 5: Uma questão a mais sobre aspecto na LIBRAS: a “quantização” dos SNs.....	207
5.1 Sobre alguns recursos empregados para expressar “quantização” nas línguas de sinais.....	208
5.2 A “quantização” dos SNs na LIBRAS e a aspectologia de Verkuyl (1993).....	213
5.3 Síntese do capítulo.....	219

CONCLUSÃO	221
ANEXOS	227
REFERÊNCIAS	229

RESUMO

Diferentemente das línguas orais, principalmente as de origem Indo-Européia, que expressam a distinção temporal em termos de flexão verbal, a LIBRAS costuma ser citada como exemplo de sistema em que não há essa flexão, a qual é denotada apenas pelo emprego de advérbios temporais. Neste trabalho, procurou-se avaliar essa questão por meio de uma descrição de base semântico-pragmática dos dados. Tal descrição aponta para uma análise em que não apenas os advérbios fazem parte da referência temporal, mas muitos outros fatores, como a própria aspectualidade das sentenças, as diferentes situações discursivas, as implicaturas conversacionais decorrentes dessas situações, bem como as regras de inferências e, ainda, a possibilidade de interpretação de “quantização” de SNs. Para tanto, adotaram-se, como subsídio teórico da área da pragmática, principalmente, os trabalhos de Roberts (1995) e Levinson (2000), e da semântica, especificamente na área da aspectologia, as pesquisas de Godoi (1992), Lin (2002) e Verkuyl (1993).

Esse exame mostrou que a referência temporal/aspectual, na LIBRAS, é expressada de forma dinâmica pela estrutura lingüística. Assim, o tempo pode ser denotado por operadores temporais específicos, pela flexão semântica dada pelo *aktionsart* dos verbos e por implicaturas conversacionais generalizadas. Por sua vez, a leitura aspectual é expressada por meio da organização flexional do sistema lingüístico mais a interpretação da composição sintático-semântica dos enunciados, em interação com princípios pragmáticos. Com relação à temporalidade, é possível sintetizar a organização do sistema da seguinte forma: o futuro é examinado como estrutura estereotipada, com emprego de operador temporal específico; o passado é observado pela ocorrência tanto do operador quanto do valor lexical dos verbos; o presente é dado por *default*, devido à ausência de marcas para passado ou futuro.

PALAVRAS-CHAVE: LIBRAS; tempo; aspecto; semântica; pragmática.

ABSTRACT

Unlike the oral languages, specially the Indo-European ones which express the temporal distinction in terms of verbal inflection, LIBRAS (the Brazilian Sign Language) is usually cited as example of a system in which there is not inflection for this category, which is denoted through the use of time adverbs. This work aimed at evaluating this question based on a semantic and pragmatic description of the data. Such description points to an analysis in which not only the adverbs are part of the temporal reference, but also many other factors such as the aspect of the sentences, the different discourse situations, the conversational implicatures arising from such situations, as well as the rules of inferences and, also, the possibility of interpretation of “quantization” of nominal phrases. Thus, the theoretical support taken from pragmatics came mainly from the works of Roberts (1995) and Levinson (2000), and as regards semantics, it came more specifically from the area of aspect, in particular the researches of Godoy (1992), Lin (2002) and Verkuyl (1993).

This analysis demonstrated that the temporal/aspectual reference, in LIBRAS, is expressed in a dynamic way through the linguistic structure. Thus, the time may be denoted by specific temporal operators, by the semantic inflection given by the *aktionsart* of the verbs and by generalized conversational implicatures. Concerning the aspect, it is expressed through the inflectional organization of the linguistic system plus the interpretation of the syntactic and semantic composition of the utterances, in interaction with pragmatical principles. With regard to temporality, it is possible to synthesize the organization of the system as follows: the future time frame is analysed as a stereotyped structure, with the use of a specific temporal operator; the past time frame is observed by the occurrence of both the operator and the lexical value of the verbs; the present time frame is given by default, due to the lack of past and future marks.

KEY-WORDS: LIBRAS, time, aspect, Semantics, Pragmatics.

INTRODUÇÃO

A Lingüística tem conseguido nos últimos tempos, com considerável rapidez, grandes progressos na explicação de muitos fenômenos de linguagem. Porém, com relação à maioria das análises realizadas com línguas de sinais, principalmente no Brasil, as investigações lingüísticas ainda estão em um momento inicial, distantes, portanto, da possibilidade de serem consideradas maduras. Em parte, isso se deve ao fato de que os pesquisadores dessa área, além de se voltarem para a descrição dos fenômenos lingüísticos, ainda têm uma inquietação relacionada ao reconhecimento social das línguas de sinais, principalmente no que diz respeito ao ensino, o que às vezes acaba por distanciar as análises realizadas para essa modalidade de linguagem das teorias e metodologias orientadoras das pesquisas na área da Lingüística.

Embora neste trabalho também haja a preocupação com a valorização das línguas de sinais pela sociedade – até mesmo pelo próprio surdo –, essa é uma discussão apenas indiretamente estabelecida aqui, pois espera-se que, ao demonstrar o funcionamento sistêmico da referência temporal e aspectual da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), seja possível ampliar as discussões científicas sobre essa língua e, implicitamente, seu *status* social. A defesa explícita dessa questão acontece apenas no início desta pesquisa, com a intenção de situar os leitores que desconhecem os temas tratados na área de linguagem e surdez. Assim, este trabalho procura deixar claro o que são os fatos investigados, no caso as categorias tempo e aspecto, por meio de um modelo teórico/metodológico orientado pela perspectiva lingüística, especificamente nos campos da semântica e da pragmática. Para tanto, fenômenos temporais/aspectuais da LIBRAS são analisados e descritos com o máximo de profundidade permitida pelas ferramentas da Lingüística, até o momento. Na verdade, vários dos fatos discutidos nesta pesquisa estão sendo descritos pela primeira vez; portanto, é claro que muito sobre esses fenômenos avaliados não será aqui desvendado. No entanto, as questões tratadas são aquelas de que qualquer teoria temporal/aspectual observada para a LIBRAS deve dar conta.

A partir dessa perspectiva, valendo-se dos trabalhos de Felipe (1989,1998), Quadros (1995,1997), Brito (1995), Grosjean (2001) e Behares (1993), entre outros, o primeiro capítulo traz uma apresentação da conjuntura social, hoje, em relação à necessidade psicossocial dos sujeitos surdos de que a língua de sinais seja para eles a materna, pois apenas desse modo terão um melhor desenvolvimento das suas competências lingüísticas. Esse é o momento de defesa explícita da necessidade de realizar mais pesquisas na área de linguagem e surdez para a valorização das línguas de sinais como modalidade lingüística das comunidades surdas.

O segundo capítulo inicia o trabalho com a temporalidade e a aspectualidade, por meio da apresentação de um breve histórico dos principais estudos sobre tempo e aspecto. Esse histórico é organizado apenas com a intenção de apresentar essas categorias aos leitores que trabalham com áreas afastadas da aspectologia – como ocorre com a maioria dos estudiosos da área das línguas de sinais. Também são expostas, neste mesmo capítulo, as investigações de tempo/aspecto realizadas com línguas de sinais – é importante enfatizar que são raríssimos os trabalhos especificamente voltados para a análise de tempo/aspecto para essas línguas. Na verdade, o que se encontram mais facilmente são rápidas reflexões sobre alguns sinais responsáveis por marcação temporal, em gramáticas descritivas com as de Amaral, Coutinho & Martins (1994) e Zeshan (2000, 2003) ou o uso da aspectologia para exemplificação de teorias fonológicas relacionadas às línguas de sinais, como em Newkirk (1998) e Sandler (1990). Desse modo, observa-se que são poucos os estudos elaborados especialmente com a finalidade de investigar tempo e aspecto, categorias essencialmente sintático-semânticas, empregando teorias dessas áreas.

No terceiro capítulo é realizada uma primeira análise e descrição dos dados da LIBRAS, mas ainda exclusivamente a fim de verificar os recursos empregados para expressar tempo e aspecto nessa língua, sob uma perspectiva de que a sua estrutura interna se apresenta como um sistema flexional, de acordo com Brito (1995), Felipe (1998) e Quadros (1997).

É no quarto capítulo que se descreve o sistema de referência temporal e aspectual em LIBRAS, considerando que sua organização se dá com base nos valores aspectuais dos verbos, na estruturação sintática e semântica das

sentenças e em fatores pragmáticos – estes para interpretações presumidas a partir de influências contextuais nos casos de possíveis significados semânticos indeterminados. Para tanto, o exame dos dados é direcionado pelo olhar de diferentes investigações realizadas na área da semântica – na qual destacam-se os trabalhos de Godoi (1992) e Lin (2002, 2003) -, bem como na pragmática, com as pesquisas de Roberts (1995) e Levinson (2000). Os dois primeiros estudiosos têm suas análises orientadas pela perspectiva da semântica de intervalo, enquanto Roberts (1995), que trabalha com a hipótese da interposição entre contexto pragmático e pressuposição, e Levinson (2000), cuja teoria propõe a existência de implicatura conversacional generalizada, norteiam-se pelos trabalhos de Grice (1967).

Para encerrar o trabalho, com base na leitura da proposta de Verkuyl (1993), no último capítulo é realizada uma rápida avaliação da participação de estruturas “quantizadas” na organização aspectual da LIBRAS. Isso é feito a partir da análise de alguns exemplos de possíveis marcas de pluralização denotadas por classificadores.

É dessa maneira que se espera, nesta tese, que os fatos lingüísticos discutidos, bem como a proposta de análise sugerida, contribuam na elaboração de futuras investigações sobre a estruturação de tempo e aspecto na LIBRAS e, também, para os estudos comparativos sobre essas categorias entre as diferentes línguas.

CAPÍTULO 1

O OLHAR À PROCURA DE LINGUAGEM

Com o advento dos estudos lingüísticos realizados com línguas de sinais, o sujeito surdo tem conseguido ferramentas importantes para garantir o seu direito a uma abordagem bilíngüe na condução de seu processo educacional. Isso se deve muito ao fato de, cada vez mais, as investigações lingüísticas apresentarem argumentos definitivos que comprovam ser um equívoco pensar na existência de primazia da modalidade oral de linguagem sobre a de sinais. Esse é um dogma que não se sustenta cientificamente. E, por esta tese ser de ordem lingüística, a intenção aqui – ainda que em segundo plano – é a de aliar-se a esses estudos cujo objetivo é comprovar que os sistemas lingüísticos das línguas de sinais são o único caminho para o sujeito surdo ter linguagem. Isso significa, em última instância, dar a esse sujeito a oportunidade de se constituir humano ao se descobrir como diferente e único, a partir da sua interação social, primeiro dentro de uma família e, posteriormente, em diferentes grupos socio-culturais.

É principalmente com essa intenção que este primeiro capítulo está organizado. Isto é, antes de realizar a análise das categorias tempo e aspecto – objetivo primeiro e condutor da elaboração desta tese – é apresentado aqui um pouco sobre a natureza da relação entre surdez e linguagem, com a finalidade de difundir e defender o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como sistema lingüístico materno dos sujeitos surdos brasileiros.

Em um primeiro momento pode parecer que tratar mais uma vez de temas que se referem à utilização da língua de sinais por surdos é dizer o óbvio, visto que essa questão tem sido bastante discutida. Mas talvez não seja bem assim, pois, embora já existam leis, portarias e declarações de direitos internacionais que aparentemente garantem os direitos legais para o uso dessa modalidade lingüística, a sombra do preconceito e da discriminação continua a impedir os surdos de terem uma vida integrada à sociedade. Isso porque é possível encontrar, principalmente no Brasil, um discurso “politicamente correto” sobre os surdos, mas que, ao abordar o uso de línguas de sinais, dá preferência, ainda que parcial, à oralização, isto é, a uma proposta educacional que privilegia o trabalho com a língua oral em termos

terapêuticos na busca da “cura” da surdez. Então, a fim de contribuir com a invalidação desse preconceito lingüístico, são discutidos, neste capítulo, temas como o papel da língua de sinais na constituição da identidade lingüística/social/cultural do surdo, o processo de aquisição de linguagem desses sujeitos e a sua relação com as estratégias de ensino, entre outros.

Dessa maneira, nos próximos capítulos, subjacente à análise das categorias tempo e aspecto, estará implícita a proposição de que, além de propiciarem o desenvolvimento científico, investigações lingüísticas sobre a organização do sistema da LIBRAS são subsídios necessários para a valorização dessa língua. Vale ressaltar, ainda, que as pesquisas desenvolvidas por ouvintes sobre as relações entre linguagem, surdez e ensino podem apenas dar uma contribuição teórica – respaldada pela formação acadêmica e pela observação dos aspectos culturais das comunidades surdas -, pois são os surdos que devem dizer suas reais necessidades e desejos ao se tratar dessas questões.

1.1 Língua de sinais e bilingüismo diglósico: necessidades para o desenvolvimento psicossocial e lingüístico do sujeito surdo

A área de aquisição de linguagem é multidisciplinar, uma vez que se vale não só das teorias da lingüística, mas também das teorias da psicologia. Assim, essa área tem gerado as mais diferentes propostas para explicar o processo de aquisição, desde as radicalmente “biologizantes”, passando pelas intermediárias, que procuram unir hipóteses interacionais e inatistas, até as que defendem um absolutismo social. Porém, por mais diferenças que essas vertentes apresentem entre si, com relação a um aspecto todas convergem para o mesmo ponto: a linguagem é um dos principais meios pelos quais o homem adquire conhecimento de mundo, fator que tem participação crucial na organização da própria linguagem.

Por isso, hoje, os estudiosos¹ de aquisição de linguagem por sujeitos surdos², enfatizam a idéia de que toda criança surda deveria crescer em um ambiente

¹ Grosjean (2001), Ramsey & Noriega (2001), Ferreira-Brito (1989), Fernandes (1990), Felipe (1989), Martin (2001), Bonvillian & Siedlecki (2000), entre outros.

² O termo aquisição é empregado, nesta pesquisa, em uma relação de intercâmbio com aprendizagem, seguindo a proposição de Ellis (1994), na qual se defende uma posição de interface entre aquisição e aprendizagem. O autor rotula essa proposta de “Modelo da competência variável”, pela qual o aprendiz tem acesso livre a dados

bilíngüe³. Tal concepção propõe o uso tanto da língua de sinais quanto da oral (em sua modalidade escrita e quando possível em sua modalidade falada), pois as pesquisas indicam que, dessa maneira, as crianças conseguiriam desenvolver melhor suas capacidades cognitivas, lingüísticas e sociais. Assim, nessa perspectiva, a ausência total ou o uso de uma linguagem pobremente percebida pode ter sérias conseqüências negativas para o desenvolvimento cognitivo, uma vez que seria por meio da linguagem que a criança aprimoraria habilidades como abstração, memorização, que são críticas para o seu desenvolvimento pessoal, bem como para processar e reelaborar as informações do mundo, que lhe facilitariam a compreensão lingüística real.

Então, assim como o ouvinte, o sujeito surdo precisa interagir com e sobre seu conhecimento lingüístico e, para isso, a interação com os pais e a família deve ocorrer o mais rápido possível, pois a linguagem é importante para estabelecer e solidificar laços sociais e pessoais entre a criança e seus pais, acrescentando que é com a linguagem que muito da afetividade paterna toma lugar. Assim, a proposta de bilingüismo tem que ocorrer de modo apropriado para os interlocutores e a situação, lembrando que os surdos se valem em alguns casos da língua de sinais, em outros da oral (em uma de suas modalidades) e, em algumas ocasiões, serão as duas línguas em alternância.

Nesse sentido, Grosjean (2001) salienta que uma proposta bilíngüe para surdos deve levá-los a, progressivamente, tornarem-se membros de ambas as culturas: surda e ouvinte. Eles precisam se identificar, pelo menos em parte, com a comunidade ouvinte, que é quase sempre o grupo social de seus pais e familiares. Mas o sujeito surdo deve, o mais cedo possível, entrar em contato com a sua própria comunidade para sentir-se confortável em ambas as culturas e ser capaz de identificar-se com cada uma tanto quanto possível.

lingüísticos tanto por exposição natural quanto instrucional. Isso porque, conforme esse autor, em sala de aula ou fora dela, o aluno sempre tem que fazer uso de seus conhecimentos implícitos e explícitos, pois à sua volta ocorrem discursos com e sem planejamento.

³ Também sob orientação das pesquisas de Ellis (1995), nesta tese a expressão “aquisição de segunda língua” será usada como um termo amplo que se refere à área de estudo que abarca as investigações tanto de “segunda língua” como de “língua estrangeira”. Nas palavras do autor: “*There is a need for a neutral and superordinate term to cover both types of learning [...] in line with common usage, the term ‘second language acquisition’ will be used for this purpose.*” (Ellis, 1994:12). Por essa mesma proposta, L2 é aqui empregado como abreviação de “língua alvo”.

Em síntese, então, as pesquisas na área de aquisição de linguagem por surdos apontam para uma proposta que vê o bilingüismo de língua de sinal e oral como a única forma de dotar o surdo de instrumentos que lhe permitam interagir cedo com seus pais, desenvolver suas habilidades cognitivas, adquirir conhecimento de mundo, aprimorar a interação com a comunidade surda e ouvinte, promovendo o acultramento dentro de ambos os grupos sociais.

Grosjean (2001) observa ainda que, dependendo do processo de aquisição, as duas linguagens terão diferentes papéis: algumas crianças serão dominantes na língua de sinais, outras serão dominantes na língua oral e algumas terão um equilíbrio entre as duas linguagens. Em adição, vários tipos de bilingüismos são possíveis, pois a situação de contato por si só é complexa, visto que há quatro possibilidades de contato lingüístico, dois sistemas de produção e percepção, etc. Dessa maneira, os surdos se tornarão bilíngües e biculturais em vários graus. Nesse sentido, eles não serão diferentes da maioria da população que vive com duas ou mais línguas: apenas, como outras crianças bilíngües, usarão sua linguagem em cada dia de suas vidas e pertencerão, variando de grau, a grupos sociais distintos.

Porém essa proposta de bilingüismo não é, ainda, bem aceita em alguns casos, pelos pais e professores ouvintes e, em outros, pelos próprios surdos. A esse respeito Ramsey & Noriega (2001), ao pesquisarem sobre atitudes lingüísticas na educação de surdos no México, afirmam que, para pais ouvintes de filhos surdos, a escolha lingüística de suas crianças se dá entre usar a fala ou um modo, para eles, não natural de se comunicar por gestos.

No Brasil, a maioria das crianças surdas é filha de pais ouvintes, cujas crenças não diferem das dos pais mexicanos. Isso porque, por muito tempo, o desenvolvimento lingüístico do surdo foi encarado como patologia da linguagem e não como um potencial que se realiza por meio de uma modalidade de língua diferente da oral. Ou seja, ao entrar em uma escola com proposta bilíngüe de ensino, o aluno tem à sua volta, em geral, professores e pais acreditando que o surdo não tem competência lingüística. Como fica, então, seu aprendizado da LIBRAS e do português como L2 em uma proposta bilíngüe?

Talvez a visão dos surdos brasileiros seja paralela ao que Amaral, Coutinho & Martins (1994) observaram na comunidade surda em Portugal, já que a rejeição da sociedade ouvinte às línguas de sinais tem sido uma realidade em todo o mundo:

Sabe-se que grande parte dos surdos portugueses ainda hoje tem muitas dificuldades em aceitar e compreender a sua língua como uma autêntica língua. No entanto, em países em que a investigação lingüística se iniciou há mais tempo, já uma boa parte dos surdos aceita e reconhece a sua própria língua como língua plena, estando, inclusive, alguns deles envolvidos em trabalhos de investigação sobre ela. Em relação às línguas gestuais estrangeiras, os educandos e outros adultos surdos contactados no âmbito deste trabalho reconheceram enormes dificuldades perante qualquer língua estrangeira que não dominem. (AMARAL, COUTINHO & MARTINS, 1994:53)

Por isso, existe a necessidade de que essas crianças estabeleçam contato com os surdos adultos e, assim, possam, ao mesmo tempo em que adquirem a LIBRAS, construir também uma identidade psicossocial e cultural dentro de comunidades surdas. Shanker (2000), citando Lane, Hoffmeister & Bahan (1996), coloca essa idéia sinteticamente do seguinte modo:

As sign language theorists have shown, a deaf infant exposed to ASL at birth is not simply acquiring a manual system for communicating her thoughts; rather, she is acquiring identity as a member of Deaf culture. For example, "the giving and receiving of a name sign is...an important event in acculturation in the DEAF-WORLD, and the name sign itself frequently reveals much about Deaf culture." (SHANKER, 2000:101)

Conforme Martin (2001), a rejeição às línguas de sinais se deve, principalmente, ao fato de que há poucos anos as evidências científicas e as opiniões começaram a indicar que essa modalidade lingüística é a mais apropriada para ser a primeira do surdo. E, mesmo assim, a implementação dessa idéia não ocorreu em todos os países.

Desde os anos 60 (a partir principalmente dos trabalhos de Stokoe (1960)) tem se estabelecido que as línguas de sinais são línguas completas e naturais, pois apresentam gramática, sintaxe e léxico. O fato de as línguas de sinais não serem faladas e de não terem o seu código escrito ainda popularizado entre os surdos, não as elimina das considerações científicas, visto que apresentam uma organização estrutural e fazem parte da constituição cultural desses sujeitos – crescendo, envolvendo e transmitindo dinamicamente tradições socioculturais. Isso está, por exemplo, de acordo com a definição de Benveniste (1968), para quem a

linguagem sempre se realiza dentro de uma língua, de uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular.

Ainda é possível pensar que, historicamente, embora a Lingüística tenha priorizado ora a investigação da escrita ora a da fala, seu objeto de estudo sempre foi a linguagem, vista pela maioria dos estudiosos, de acordo com Lyons (1981), como um sistema de símbolos projetados para a comunicação, cujas principais propriedades são a arbitrariedade e a variabilidade. Portanto, as línguas de sinais fazem parte do conjunto da linguagem humana, com a diferença de se apresentarem em uma terceira modalidade: a viso-espacial.

Entretanto, por séculos, as propostas de ensino privilegiaram o encaminhamento metodológico que dá exclusividade às tentativas de imitação de sons e leitura labial, excluindo a língua de sinais, que ainda hoje é proibida em muitos países, e desconsiderando que o acesso à informação por meio da linguagem visual é essencial para a plena formação do indivíduo que não pode ouvir. Ainda hoje, alguns países permitem o uso da língua de sinais somente depois de os estudantes não terem alcançado sucesso com a oralização⁴.

Para o surdo, a questão de as línguas de sinais serem aceitas como linguagem está fundamentalmente relacionada à possibilidade de esses sujeitos interagirem socialmente, organizarem suas experiências cognitivas e terem acesso à educação. Nesse caso, o conceito de acesso é especial, pois significa o emprego de uma diferente modalidade de linguagem com o uso complexo e concomitante entre um sistema de base visual e outro de base oral, representado pela escrita. Ou seja, para o surdo, o problema de acesso tem dimensões múltiplas. Por isso, é importante considerar a existência de comunidades surdas com línguas específicas, fortalecendo a visão que o próprio surdo tem de sua linguagem, inclusive no que diz respeito ao emprego da modalidade escrita da língua de sinais.

Além disso, há também outro problema: existem propostas diversas de bilingüismo para o ensino das crianças surdas e o encaminhamento de algumas dessas propostas não permite a participação das crianças na cultura surda – de uma maneira ideal como observado anteriormente nas sugestões de Shanker (2000) – ou na cultura ouvinte. Por fornecerem indicações importantes sobre a natureza da

⁴ Essa também ainda é a proposta em muitas escolas no Brasil.

relação entre linguagem e surdez e sobre a consideração que o ensino tem outorgado à LIBRAS, alguns desses encaminhamentos para bilingüismo são resumidos a seguir, bem como é desenvolvida uma rápida crítica a cada um deles.

1.1.2 Um olhar crítico sobre as diferentes propostas de bilingüismo para sujeitos surdos

O processo de aquisição de linguagem por sujeitos surdos é um problema complexo que se coloca em diferentes níveis, pois nem sempre há, entre os pesquisadores dessa área, uma clara distinção entre os aspectos metodológicos e as finalidades de ação e opções filosóficas, sociológicas ou políticas. Até hoje, a aquisição ou as tentativas de ensino/aprendizado lingüístico por surdos têm se desenvolvido em diferentes direções. Por isso, neste trabalho, são verificados os benefícios e os inconvenientes de cada uma delas, em função das características singulares do próprio sujeito surdo.

Referir-se ao bilingüismo, no campo da surdez, significa considerar a língua de sinais e a oral, porém existem diferentes estratégias e tendências do como a apresentação dessas línguas deve acontecer. Uma dessas estratégias para o bilingüismo, conforme Moura (1993), tem uma proposição educativa que permite o acesso pela criança, o mais precocemente possível, às duas línguas, que não são fornecidas concomitantemente devido à sua diferença estrutural. O acesso aos dados da língua de sinais se dá entre a criança e a comunidade surda. A língua oral é fornecida à criança pelo ouvinte e, teoricamente, está baseada nas habilidades lingüísticas já desenvolvidas pela língua de sinais.

O problema dessa posição, que defende um bilingüismo em que a língua oral é adquirida depois da língua de sinais, é a rejeição por parte do próprio sujeito surdo. De acordo com Massone (1993), ainda que esses sujeitos, praticamente do mundo inteiro, tenham se proclamado a favor desse sistema bilíngüe, muitos deles são eminentemente antioralistas. Entendem por educação bilíngüe um encaminhamento no qual unicamente tenha lugar a língua de sinais. Esses indivíduos, em sua maioria, usam a linguagem escrita e aceitam as condições de segregação, postulando a inutilidade da língua oral.

Fernandes (1990), ao analisar o uso da comunicação bimodal – outro modo de apresentação de linguagem para o surdo –, observa que, nesse caso, a estrutura lingüística a ser adquirida é a da língua oral, e não a da língua de sinais. Com respeito a esse modelo de comunicação, existe a experiência da *Signe Swedish*, que é planejada com correspondência um a um, ou seja, um sinal para uma palavra do *Swedish* oral. Assim como no encaminhamento de ensino bilingüe anterior, o modelo bimodal tem seus problemas. Conforme Svartholm (1993), a experiência do *Swedish* não responde às necessidades dos surdos, nem facilita a interação com os ouvintes, pois é muito difícil para o usuário do sistema conseguir empregar simultaneamente duas línguas que têm diferenças semânticas, sintáticas e morfológicas, imaginando que o fato não exista. Na verdade, a criança, no bimodalismo, estaria exposta a duas formas lingüísticas imperfeitas. Sobre esse tipo de bimodalismo, Góes (2002) faz a seguinte observação:

Os resultados indicam que os enunciados dos usuários são predominantemente agramaticais, consideradas as regras de uso tanto da língua de sinais quanto da língua falada. Constatam-se, por exemplo, diversos tipos de omissão de sinais, em relação ao fluxo da fala (omissões referentes a termos conectivos e a outras partes fundamentais do enunciado). E, além da agramaticalidade, as observações revelam que não há sequer uma correspondência entre as duas modalidades envolvidas, devido a diferenças na velocidade de articulação da fala e dos sinais; na busca de obter simultaneidade, o enunciadador acaba impondo maior prejuízo a uma das modalidades (à sinalizada, no caso dos professores). [...] tais resultados sugerem que as práticas simultâneas não propiciam uma exposição à estrutura da língua falada e deixam, assim, de atender ao propósito de compensar o que não é apreensível pela leitura oro-facial. (GÓES, 2002:50)

Essa pesquisadora salienta ainda que as práticas de comunicação bimodal são marcadas por contradições, por exemplo, ao privilegiarem a língua oral, mas não propiciarem seu uso e conhecimento em um nível satisfatório, uma vez que, segundo ela, se há ganhos para a estruturação dessa modalidade, eles se dão apenas em termos da amplitude de itens lexicais e não na compreensão da organização do sistema lingüístico que, no mínimo, se torna ambíguo. Já com relação à língua de sinais, ocorre uma descaracterização de sua estrutura, por ficar subordinada à língua oral e sua escrita sem, na realidade, ser efetivamente incorporada. Desse modo, o bimodalismo concede e nega à pessoa surda o reconhecimento de sua condição bilingüe.

Por todas essas questões, o que se propõe, hoje, por pesquisadores como Ferreira-Brito (1989) e Felipe(1989) com maior ênfase, é um encaminhamento de bilingüismo diglössico para o surdo, no qual se utiliza a língua de sinais em todas as situações em que a língua materna é usada, e o emprego da escrita da L2 oral. Mais recentemente, estudiosos, como Quadros (1997), propõem que a aprendizagem da modalidade escrita da LIBRAS também ocorra, uma vez que o conhecimento da organização estrutural de um sistema escrito da língua materna pode ancorar o aprendizado dessa modalidade lingüística para a segunda língua⁵.

Esse parece ser o modelo de bilingüismo mais apropriado às necessidades da pessoa surda, pois, ainda que o surdo não atinja um alto grau de letramento relacionado à habilidade para empregar a língua escrita correlata à oral, ou seja, mesmo que esse modelo seja atingido parcialmente, existe a garantia do desenvolvimento pleno da linguagem, uma vez que há *input* necessário. Reforça-se, assim, a proposição de que os dados lingüísticos que servirão de *input* devem ser transmitidos, principalmente, pelo canal gestual-visual: a língua de sinais.

A respeito disso, Pereira (1993) esclarece que bilingüismo não requer conhecimento interpretativo pleno da linguagem, embora essa precise ser apresentada mais do que, simplesmente, pelo uso superficial. Conforme a autora, há *bilíngües naturais*, que não tiveram qualquer tipo de treino, mas cresceram em uma situação de uso de duas línguas, e *bilíngües secundários*, os quais aprendem a segunda língua mais tarde e, por isso, podem ter mais problemas na tradução ou em certos domínios de conhecimento. A autora explica também que poucas pessoas são bilíngües plenas, porque a sociedade normalmente cria domínios separados.

Bilíngües não são, portanto, pessoas com igual competência em duas línguas – quase sempre existe uma tendência de haver uma deficiência em uma delas, se forem usadas medidas de proficiência. Pode-se também dizer que é quase impossível manter uma língua em seu nível máximo de aquisição enquanto se está imerso em outra cultura. A língua, para ser mantida, deve estar em uso.

⁵ Vale confirmar a diferença entre bimodalismo e diglossia. Em um sistema bilingüe bimodal, pretende-se que a aquisição da língua oral e a de sinais se dêem simultaneamente e que ambas sejam usadas ao mesmo tempo para todas as situações sociais. Já para o bilingüismo diglössico, reforça-se a necessidade de o sujeito surdo adquirir uma língua de sinais primeiro, portanto como materna, e depois o sistema escrito da língua oral apenas para uso em situações sócio-culturais específicas.

No que diz respeito aos surdos, às vezes nem mesmo a LIBRAS é mantida com maior acessibilidade; isso porque a aquisição da língua de sinais, embora natural ao surdo, nem sempre se dá em tempo hábil. Por isso, há a necessidade de ampliar o número de investigações lingüísticas sobre a LIBRAS, porque, quanto mais se souber sobre o funcionamento dessa língua, maiores as chances de seu reconhecimento por parte do professor e de toda a sociedade, inclusive pelos próprios surdos.

Ainda sobre o processo de aquisição de linguagem, Berko Gleason (1989) afirma que existem basicamente três formas de aprender uma segunda língua. A primeira acontece com a simultaneidade entre a aquisição da L1 e da L2. A segunda possibilidade ocorre quando se dá aquisição espontânea da L2, porém não simultânea. E, em uma terceira forma, a aprendizagem da L2 acontece pela instrução.

No primeiro caso, a aquisição simultânea ocorre quando crianças ouvintes são filhas de pais ouvintes que usam duas línguas diferentes ou, ainda, ao viverem em comunidades que usam uma língua diferente daquela utilizada em casa. A aquisição espontânea da L2 pode se dar com pessoas que passam a morar em outro país, por exemplo, onde é usada outra língua. Na última situação, ou seja, a aprendizagem sistemática da L2 acontece, geralmente, nas escolas de línguas estrangeiras. Portanto, a diferença básica entre a aquisição da L1 e a aquisição da L2 relaciona-se com a forma como o indivíduo é exposto às línguas. Quando a criança é exposta à sua L1, a aquisição ocorre espontaneamente e de forma natural. Diferentemente disso, a aquisição da L2 ocorre em um ambiente artificial e de forma sistemática, observando-se metodologias de ensino.

Considerando a aquisição da L2 por crianças surdas, as duas primeiras formas mencionadas dificilmente poderiam ser aplicadas. Com relação à possibilidade de aquisição simultânea da L1 e da L2, a pessoa surda não ouve a Língua Portuguesa, no caso do Brasil; por conseguinte, há impedimento para que a L2 possa ser adquirida espontaneamente. Sobre isso, Behares (1993) lembra que, freqüentemente, a língua oral é uma língua adquirida rudimentarmente pelo surdo e é utilizada com base nos moldes estruturais e funcionais da língua de sinais. Aqui há ainda outro problema, pois um número muito pequeno de indivíduos surdos –

apenas aqueles filhos de pais surdos – adquire a língua de sinais em idade precoce, como as crianças ouvintes frente à língua oral. A grande maioria das crianças não ouvintes adquire a língua de sinais tardiamente⁶.

No caso de crianças ouvintes filhas de pais surdos, a aquisição simultânea da L1 e da L2 ou a aquisição espontânea da L2 se aplicam sem problemas, pois a criança adquire a língua de sinais com os pais e a língua oral com outras pessoas da sua comunidade. Os surdos só poderiam ser enquadrados nessas duas possibilidades, caso se tratassem de línguas de sinais diferentes. Portanto, a única forma descrita que retrata a aquisição da L2 pelos surdos é quando adquirem a língua oral-auditiva por meio de sistematização.

A esse respeito, Berko Gleason (1989) observa que, embora muitas crianças surdas venham de ambientes auditivos, algumas são expostas à Língua Americana de Sinais desde o nascimento. Crianças que aprendem língua de sinais como materna, geralmente, desenvolvem suas primeiras palavras/sinais aproximadamente na mesma idade ou até antes das crianças que estão adquirindo linguagem oral. Por todas essas questões, dentre as abordagens educacionais para surdos, o bilingüismo diglósico tem sido considerado – Brito (1989), Quadros (1997), Skliar (1998) – uma possibilidade real de desenvolvimento psicossocial e cognitivo do surdo. A prática do bilingüismo já está implementada em vários países e tem mostrado resultados bastante satisfatórios na Suécia e na Dinamarca, por exemplo, conforme Quadros (1997). Essa prática oferece ao surdo uma educação que lhe permite desenvolver suas potencialidades e não apenas integrar-se socialmente de forma parcial, como pessoas deficientes.

Analisando esses procedimentos para levar o surdo a uma situação de bilingüismo, nota-se que há muito ainda a ser investigado com relação à aquisição de linguagem desses sujeitos. Porém, a maioria dos estudiosos está de acordo com a proposta de que a língua de sinais deve ser a primeira língua adquirida pela

⁶ Ghisi (1993) explica que muitas crianças surdas, filhas de pais ouvintes, apresentam aquisição tardia dos componentes da morfologia e da sintaxe dos sinais, porque somente pais surdos adquirem competência natural em sinais e podem fornecer esses dados aos seus filhos. Também Finau (1996), com base na teoria da sintaxe gerativa, analisou a aquisição de categorias funcionais em textos escritos por surdos, com a intenção de investigar a competência lingüística desses sujeitos e demonstrou que a apresentação tardia dos dados para o *input* lingüístico prejudica a parametrização das categorias funcionais, seja para o surdo que passou unicamente por tentativas de oralização, seja para aquele que enfrentou tentativas de aprendizagem bilingüe.

criança surda, pois é a modalidade que permitirá a interação, a participação da criança na comunidade surda. Além disso, a língua de sinais facilitará a aquisição da língua oral falada ou escrita, principalmente se à criança também for oportunizada a aquisição da modalidade escrita de sua língua materna, uma vez que, conforme Grosjean (2001), a primeira língua, quando adquirida normalmente, tem papel fundamental na aquisição da segunda língua.

Em outros países, isso também tem sido mostrado, em boa parte, pelos trabalhos sobre letramento e língua de sinais, nos quais se procura entender se a relação entre a proficiência em língua de sinais e o letramento em língua oral pode ser considerada analogamente às propostas existentes para a relação entre o comportamento da língua materna e o da segunda língua. Sobre essa questão Strong & Prinz (1999) fazem a seguinte observação:

Furthermore, if a link between ASL skill and English literacy acquisition is empirically verified, whether or not it is direct or mediated by some other signed version of English, then deaf education would be better served by considering how best to capitalize on this relation than on its goodness of fit with existing bilingual theory. (STRONG & PRINZ, 1999:133).

Para esses autores, a relação entre as habilidades da Língua Americana de Sinais e o letramento em Inglês está aberta a três interpretações possíveis: a língua materna de sinais leva a uma grande proficiência em Inglês; o letramento em língua inglesa pode influenciar a aquisição da língua de sinais; e, a última, outras variáveis podem afetar a aquisição de ambas as modalidades lingüísticas. Os autores observam que a primeira interpretação é a mais coerente, porém não descartam a participação de outros elementos no processo de aquisição.

Hoffmeister (1999), a partir da descrição de algumas relações entre a língua de sinais e a oral em um sistema bilíngüe, em sala de aula, afirma que crianças surdas, cuja língua materna é a de sinais, apresentam uma capacidade de memória maior para decodificar a escrita, focalizando melhor as informações dos textos, bem como desenvolvem estratégias para aprender as regras da segunda língua. Para o pesquisador, essas crianças claramente transferem o conhecimento da sua língua de sinais para a compreensão da língua Inglesa.

Ainda a esse respeito, há um último esclarecimento que vale a pena ser reforçado. Já foi mencionado, neste capítulo, que existe um sistema de escrita para

a língua de sinais e que o mais interessante seria a criança surda aprimorar antes o seu letramento dentro da sua perspectiva lingüística para, depois, fazê-lo em uma segunda língua. Até porque, se há transferência de um sistema de linguagem para outro, seria mais fácil a compreensão da escrita da oralidade, a partir da escrita da língua de sinais.

Cumpram também ressaltar ainda que, apesar de hoje existirem tecnologias e profissionais envolvidos no ensino especial para a oralização, a grande dificuldade de perceber e produzir língua oral é um fato para o surdo. A obstinação em oralizar a criança surda faz com que ela espere muito tempo para alcançar um nível satisfatório de desenvolvimento lingüístico – que pode nunca ser atingido – e nesse ínterim nega-se o acesso à sua necessidade imediata de aprender a língua de sinais.

Pela importância desse tema para as pesquisas na área da surdez, no próximo item são apresentados alguns resultados de estudos que comprovam o papel essencial da língua de sinais no processo de aquisição da língua materna e da L2.

1.1.2.3 Em defesa da língua de sinais como a L1

Considerando as propostas já existentes⁷ de que as línguas de sinais partilham as propriedades sistêmicas das orais, ou seja, são complexamente regradas, muitos estudos têm mostrado a importância de a criança surda se valer dessa estrutura para o seu apropriado desenvolvimento lingüístico. Intrinsecamente inserida nessas propostas está a postulação de que crianças expostas a *input* de estruturas lingüísticas, desde o nascimento, aumentam sua predisposição para a produção de linguagem, bem como a possibilidade de essa produção acontecer na mesma orientação do padrão observado no *input*.

O reconhecimento da importância da necessidade de exposição imediata a uma estrutura lingüística advém do acúmulo de dados resultantes dos estudos que investigam o desenvolvimento da linguagem em sujeitos surdos que, na realidade, são expostos a *input* lingüístico nas mais diferentes idades, na dependência de,

⁷Como, por exemplo, as de Armstrong, et al (1995), Padden (1988) e Emmorey (1995), entre muitos outros.

entre outras coisas, serem filhos de pais surdos ou ouvintes. Por isso, de acordo com Morfor & Mayberry (1999), o conjunto dessas pesquisas pode ser dividido em duas áreas: uma que compara exposição imediata e tardia e outra que investiga os aspectos lingüísticos desenvolvidos durante o primeiro ano de vida.

Os resultados das pesquisas realizadas na primeira área demonstram que surdos expostos à linguagem desde o nascimento apresentam uma performance lingüística mais acurada, tanto para a primeira como para uma segunda língua. Já a segunda área de pesquisa, ao investigar os aspectos lingüísticos desenvolvidos no primeiro ano de vida, tem focalizado suas análises na organização fonológica, na avaliação da existência de um núcleo paralelo no desenvolvimento do sistema de percepção e produção e na similaridade entre os ambientes lingüísticos de ambas as modalidades lingüísticas (orais e sinais). Neste item são apresentados alguns desses estudos, com o intuito de reforçar a importância da língua de sinais, como materna, para os sujeitos surdos.

Um exemplo da necessidade de a criança surda ser, de imediato, apresentada à língua de sinais encontra-se no trabalho de Masataka (1999), que analisa o papel da modalidade do *input* nos primeiros estágios da aquisição da Língua Japonesa de Sinais. Conforme o autor, o “manhês” é um fenômeno que, por apresentar uma organização fonética e silábica, pode servir como veículo para o desenvolvimento da linguagem, tanto na modalidade oral como na de sinais, ainda que se apresente com um padrão particular de *input*. Dessa maneira, a produção de “manhês”, em um modelo manual, pode auxiliar a criança surda a identificar visualmente um inventário finito de unidades básicas, a partir da qual a língua de sinais é construída. Quer dizer, os pais surdos, ao se expressarem pelo “manhês”, auxiliam seus filhos a melhorar a qualidade na aquisição de formas básicas de qualquer modalidade lingüística.

Nessa mesma linha, Holzrichter & Meier (1999) percebem muitas similaridades entre as crianças surdas colocadas em contato direto com a Língua Americana de Sinais e as ouvintes frente à modalidade oral. Os pesquisadores chegam a essa conclusão ao examinarem modificações que pais surdos realizam nos sinais direcionados aos bebês surdos, avaliando quatro propriedades na formação dos sinais: duração, localização, amplitude e movimentos circulares.

Holzrichter & Meier (1999) concluem que, enquanto as crianças ouvintes apresentam características como contornos prosódicos, simplificação e redundância, as surdas apresentam movimentos lentos para sinais rápidos, aumento de duração e repetição⁸. Para os autores, o fato de essas crianças terem interação com seus pais desde cedo, pelo emprego do “manhês”, faz com que as crianças surdas sigam caminhos muito próximos dos percorridos pelas ouvintes no processo de aquisição. Além disso, esses pesquisadores complementam seu trabalho observando que as crianças surdas que, desde cedo, têm essa possibilidade de interação com sua família ou com a sociedade, tornam-se sujeitos melhores no que diz respeito à sociabilização, à vida escolar e à organização lingüística.

Igualmente com uma análise sobre questões prosódicas nos primeiros estágios de aquisição, porém com o envolvimento não apenas de bebês surdos, mas também com dados de ouvintes adquirindo língua oral e de sinais em um processo bilíngüe, Petitto (1999) confirma que caminhos idênticos são seguidos por crianças ouvintes e surdas na aquisição de padrões conversacionais como, por exemplo, o conteúdo semântico e o escopo referencial. Algumas das questões que a autora observa são muito interessantes, como a das crianças ouvintes expostas a um bilingüismo bimodal (em situações caseiras) e as expostas apenas à língua de sinais. Conforme a estudiosa, as primeiras, mesmo sendo ouvintes, não demonstram preferência em usar uma ou outra modalidade lingüística e apresentam tempo de maturação idêntico para a aquisição de ambas as línguas. Isso se verificou pela produção dos “erros-hipóteses” que ocorreram ao mesmo tempo na língua de sinais e na língua oral. Petitto (1999) cita como exemplo dessa situação o caso de crianças expostas, desde o nascimento, à Língua Francesa e à Língua de Sinais do Quebec que produziram suas primeiras palavras em francês e em sinais com poucas horas de diferença. Em síntese, a autora afirma que crianças ouvintes, adquirindo língua oral e de sinais com uma exposição similar à de crianças adquirindo duas línguas orais, em um sistema bilíngüe desde o nascimento, apresentam os mesmos passos para a estruturação lingüística.

⁸ Vale dizer que essas modificações nos parâmetros dos sinais são as principais flexões observadas para expressar actualidade em LIBRAS, como será mostrado nos capítulos 2 e 3. Talvez fosse interessante, paralelamente a essa informação, analisar propostas como as de Slabakova (1999, 2002), para quem há anterioridade na aquisição de aspecto, com relação a outras categorias sintático-semânticas.

Petitto (1999) ainda mostra os casos de crianças ouvintes com *input* somente para línguas de sinais que apresentam os “erros-hipóteses” em tempos idênticos aos processos seguidos por ouvintes frente à modalidade oral e por surdos frente à modalidade de sinais. Para a autora, todas essas situações sugerem que, independentemente do uso de mecanismos motores ou fono-articulatórios, o cérebro pode tolerar variação na produção e na recepção de linguagem, apontando para um componente genético não-modal subjacente à aquisição. Ou seja, os fundamentos genéticos da linguagem não estão no nível da modalidade, mas no das características abstratas da estrutura lingüística, como padrões rítmicos e distribucionais – correspondendo à organização silábica e à estrutura prosódica. E como, dessa maneira, há para Petitto (1999) múltiplos caminhos pelos quais a aquisição pode se dar, a autora sugere a existência de uma sensibilidade, geneticamente determinada, para avaliar características de modelos distributivos específicos, encontrados nas línguas naturais. Enquanto essa sensibilidade seria o constituinte cerebral fixo ou rígido para a aquisição nos primeiros estágios, a possibilidade de percepção e produção lingüística seria a parte flexível. Essa proposta, na verdade, é uma nova visão ontogênica da linguagem humana.

Outro trabalho orientado para a investigação dos sistemas de percepção e produção lingüística é realizado por Newport (1990), que comparou a performance de adultos expostos à Língua Americana de Sinais em diferentes idades, para avaliar a produção e compreensão de estruturas morfológicas e sintáticas. Três grupos de informantes foram organizados para essa pesquisa: usuários nativos de sinais, informantes expostos à língua de sinais entre 4 e 6 anos e o último grupo, cuja exposição se deu após os 12 anos. Todos os informantes já usavam língua de sinais há mais de trinta anos.

O resultado da pesquisa de Newport (1990) mostra que a idade em que o sujeito foi exposto à linguagem não afeta o emprego da ordem básica das palavras na Língua Americana de Sinais, entretanto conduz a um declínio gradual na habilidade de produzir e compreender estruturas morfológicas nessa língua, dependendo da idade inicial em que teve acesso à linguagem. Novamente, assim como nos trabalhos acima sintetizados, comprovou-se que os indivíduos com

exposição anterior ao sistema da língua têm uma gramática mais consistente do que aqueles cujo acesso ao *input* se deu tardiamente.

Emmorey (2002) avalia a questão da produção e da recepção da língua de sinais com relação à especialização cerebral. Para ela, é possível que as estruturas neurais do hemisfério cerebral esquerdo sejam conjuntos particularmente melhores para a interpretação e representação de sistemas lingüísticos. Após uma revisão de diversos trabalhos envolvendo questões lingüísticas e cognitivas, a autora conclui que a especialização do hemisfério esquerdo é tão crítica para as línguas de sinais quanto o é para as orais. Segundo essa estudiosa, tanto a plasticidade quanto a inflexibilidade, nesse hemisfério, foram observadas para a organização neural de sujeitos sinalizadores. A primeira, apesar de sempre ser relacionada à audição – portanto, no caso dos surdos, receberia pouco ou nenhum *input* – ocupa-se também de processo de *input* visual dos sistemas de sinais. Pelas observações da autora, a estrutura neural ativada para a produção e compreensão das línguas orais (como as áreas de Broca e de Wernicke) é a mesma para as de sinais.

De acordo com Emmorey (2002), essa ausência de variação neural para as duas modalidades lingüísticas indica uma preferência biológica por essas estruturas neurais para mediar linguagem em um nível mais abstrato, separado, então, do sistema sensorio ou motor que percebem e transmitem linguagem.

No que diz respeito ao papel do hemisfério cerebral direito, a situação também é de similaridade entre as duas modalidades lingüísticas. A pesquisadora mostra que tal hemisfério parece estar envolvido em algum processo no nível discursivo funcional para compreensão em língua oral ou de sinal como, por exemplo, coesão, referenciação e alguns aspectos da compreensão de sentenças complexas. Entretanto, esse hemisfério pode ter um papel diferenciado na produção e compreensão de funções topográficas para as línguas de sinais, particularmente no caso das construções com classificadores.

Há, ainda, pesquisadores como Newkirk (1981), Newport (1978) e Sandler (1990), entre outros, que têm sugerido mais uma aproximação sistêmica entre as línguas de sinais e as orais, ao proporem a existência de uma estrutura linear para ambas as modalidades de linguagem. Esses estudiosos realizam suas investigações principalmente na área da fonologia, indicando que alguns fenômenos lingüísticos –

inclusive marcação para tempo/aspecto – só podem ser explicados pela divisão dos sinais em segmentos sequenciais, com o emprego, por exemplo, de sufixação e prefixação⁹.

Portanto, os resultados das pesquisas aqui sintetizadas sugerem que a capacidade subjacente à aquisição de linguagem, avaliando mecanismos psicológicos, lingüísticos ou neurais, não é específica para a audição e oralidade; então, as crianças surdas também têm uma predisposição para o uso da gramática, embora não tenham *input* auditivo. Esses estudos ainda deixam claro que se essa predisposição gramatical não for ativada o mais cedo possível, haverá um comprometimento dos últimos níveis da competência lingüística e, desse modo, o processamento geral do sistema será prejudicado. Isso ocorrerá indiferentemente para crianças surdas ou ouvintes, frente à língua oral ou de sinais. Nas palavras de Góes (2002):

[...] a oportunidade de incorporação de uma língua de sinais mostra-se necessária para que sejam configuradas condições mais propícias à expansão das relações interpessoais, que constituem o funcionamento nas esferas cognitiva e afetiva e fundam a construção da subjetividade. Portanto, os problemas tradicionalmente apontados como característicos da pessoa surda são produzidos por condições sociais. Não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez, tudo dependendo das possibilidades oferecidas pelo grupo social para seu desenvolvimento, em especial para a consolidação da linguagem. (GÓES, 2002: 38)

Essas postulações conduzem a uma única conclusão: é imperiosa a necessidade de os surdos terem como sua língua materna a modalidade lingüística de sinais, uma vez que isso lhes dará oportunidade para desenvolverem o seu entendimento sobre como os princípios dos sistemas fonológicos, morfológicos, sintáticos e até pragmáticos são organizados. Assim, além de adquirirem uma identidade lingüística que os conduzirá a uma sociabilização nas comunidades surdas, terão mais chances de se tornar sujeitos letrados em ambas as sociedades, a dos ouvintes e a dos surdos.

A finalização deste item se dá com a manutenção do seu objetivo primeiro, ou seja, defender a língua de sinais como materna para o sujeito surdo, nas palavras dos pesquisadores Morfor & Mayberry (1999):

⁹ Algumas dessas questões das teorias sobre linearidade são apresentadas no capítulo 2, ao se tratar das investigações já realizadas na área da aspectualidade em línguas de sinais.

In sum, although the importance of early exposure to language is widely accepted among researchers and practioners involved in the area of deafness and language, development of these areas of research is necessary to lead us to more adequate understanding of why early exposure is particularly critical to language acquisition by eye. (MORFOR & MAYBERRY, 1999:125)

1.1.2.4 . Algumas questões sobre as diferenças individuais do sujeito surdo no processo de aquisição da L2

Conforme demonstrado até o momento neste trabalho, os estudos sobre aquisição de linguagem de surdos têm enfatizado a necessidade de se saber mais a respeito das línguas de sinais, bem como das diferentes formas de bilingüismo existentes no processo ensino/aprendizagem desses sujeitos. Nesse sentido, seria interessante que investigações sobre a singularidade na aquisição de segunda língua relacionadas aos aprendizes surdos também começassem a acontecer.

Já existem diferentes possibilidades de análise sobre as diferenças individuais que interferem no processo de aquisição de segunda língua. Isso tem se dado, especialmente, com estudos a partir das propostas de Ellis (1990), no que diz respeito aos fatores afetivos que intervêm tanto nas estratégias e no processo de aquisição quanto nos resultados da aprendizagem. Por ser o trabalho desse autor o mais discutido hoje, pretende-se tomá-lo, aqui, como referência para algumas rápidas reflexões sobre a aquisição de segunda língua por sujeitos surdos, com o intuito de que tais reflexões possam servir para que as pessoas envolvidas com os aprendizes surdos atentem para algumas variáveis importantes no encaminhamento de aquisição ou ensino/aprendizagem de língua.

Para começar esta análise é preciso rever alguns pontos específicos sobre a aquisição de linguagem por surdos. Um desses pontos, por exemplo, diz respeito ao fato de que os estudos sobre o aprendizado de uma segunda língua estão quase sempre interligados aos resultados das pesquisas sobre a língua materna. Como mostrado neste capítulo, no caso do surdo, a sua língua materna natural é a de sinais, portanto, considerando a educação de surdos no Brasil, a sua L1 deveria ser a LIBRAS e a L2, a Língua Portuguesa. Trabalhos desenvolvidos sobre a aquisição de línguas de sinais, nos últimos anos, por pesquisadores como Stokoe (1960,

1965), Fischer & Siple (1990), Lillo-Martin & Klima (1990) e Ferreira Brito (1989), entre outros, evidenciam que é possível compará-la à aquisição de línguas orais em muitos aspectos.

Assim, é aceitável estabelecer uma análise do processo de aquisição da L2 por surdo da mesma maneira que se realiza para ouvintes; então, as diferenças individuais consideradas para os últimos se aplicariam diretamente aos primeiros. Porém, além do fato de as pesquisas sobre línguas de sinais serem muito recentes e de existirem diversas formas de bilingüismo na educação dos surdos, é necessário considerar que esses sujeitos advêm de grupos cujas estruturas psicossociais e culturais são diferentes daquelas de ouvintes. Dessa maneira, o papel das variáveis investigadas nos estudos sobre diferenças individuais de aprendizagem – como idade, motivação, estratégias, crenças, etc. – deveria ser repensado para os aprendizes surdos.

É nesse sentido que se pretende mostrar, sinteticamente, as explicações sugeridas por Ellis (1990) para algumas variáveis que se apresentam nas diferenças individuais dos aprendizes de segunda língua e apontar, a partir de tais explicações, questões a serem reavaliadas no caso dos aprendizes surdos. Para tanto, é necessário lembrar que um dos objetivos das pesquisas sobre diferenças individuais é identificar a natureza das inter-relações entre crenças e estados afetivos dos aprendizes.

Com relação a isso, Ellis (1990) postula que as experiências de aprendizagem geral dos alunos e da aprendizagem de língua, em particular, têm um grande papel na formação das crenças sobre a linguagem. Observa, também, que embora se saiba que, por meio de suas crenças, os alunos formam miniteorias sobre a L2 a ser aprendida, não se conhece ainda a natureza dessas teorias ou o efeito delas no aprendizado. Porém, já se notou, entre outras coisas, que diferentes crenças resultam em diferentes sucessos, isto é, achar mais importante saber gramática do que compreender textos, por exemplo, poderá levar o aprendiz a se sair melhor na aplicação daquela.

Entre as áreas gerais encontradas em pesquisas a respeito das crenças, destacam-se as idéias preconcebidas sobre a importância da aptidão lingüística (alunos acham que têm essa aptidão), sobre a natureza da aprendizagem lingüística

(aprender a respeito da gramática da língua ou o seu uso, crenças de que existem línguas mais difíceis de serem aprendidas e, ainda, que é necessário conhecer algo sobre a cultura dos falantes da L2) e, por fim, sobre as estratégias, como a necessidade de praticar, repetir ou, ainda, a importância de fatores pessoais (atitudes, inibição).

Já com relação ao aprendiz surdo, o que se vê hoje é a aplicação em sala de aula das crenças que os professores ouvintes têm sobre o que é ensinar e aprender língua, ou seja, as crenças descritas acima. Por exemplo, o que se pensa sobre aptidão lingüística com relação ao surdo? Há pouco tempo a ciência passou a tratar a linguagem de sinais como uma língua, mas para muitos grupos sociais ouvintes isso ainda não é reconhecido. Tal situação faz com o que o surdo venha sendo considerado como incapaz de usar linguagem.

Aqui surgem, ainda, outras crenças relacionadas à natureza da aprendizagem lingüística. O professor crê em um encaminhamento do ensino de Português como segunda língua por meio da aprendizagem de sua gramática e vocabulário, ou de um encaminhamento centrado em seu uso? Acredita que o Português tem uma estrutura mais complexa que outras línguas, entre elas a LIBRAS? É muito provável que todas essas crenças dos professores ouvintes (e também dos pais) venham a fazer parte da formação dos alunos surdos.

Góes (2002), ao trabalhar com relatos de professores sobre os problemas no trabalho pedagógico com a linguagem e a surdez, em uma perspectiva bimodal, observa que os professores acreditam que o cerne das dificuldades lingüísticas dos surdos está no aprendizado do vocabulário da Língua Portuguesa e, ressalta a autora, essa visão alimenta a concepção dos alunos sobre o que seja linguagem. Ou seja, eles passam a crer que aprender língua é aprender palavra, e essa concepção é um dos motivos que os leva a não conseguirem perceber as diferenças entre as modalidades oral e de sinais. Além disso, a autora explica que o trabalho pedagógico com os surdos é perpassado por indagações que refletem as hesitações dos professores sobre o que seja língua, sobre como são os processos de aquisição de linguagem, bem como sobre o estatuto dos sinais. Tais indagações impregnam os encaminhamentos pedagógicos e ressoam na constituição de muitos dos problemas constatados no conhecimento dos alunos sobre escola e linguagem.

Ainda a respeito da formação de concepções lingüísticas, vale ressaltar que acreditar que se tem ou não competência lingüística e fazer parte ou não de uma cultura com a qual possa se identificar parece ser o ponto de partida para determinar a visão que o aluno terá do seu aprendizado. Por isso, talvez seja conveniente desenvolver pesquisas que investiguem as crenças que a pessoa surda tem sobre o aprendizado lingüístico, uma vez que isso pode auxiliar o encaminhamento dado em sala de aula.

Para realizar tal investigação é interessante considerar a orientação de Ellis (1990) de modo que a pesquisa sobre diferenças individuais procure relacionar as variáveis entre si. Nesse sentido, além das questões levantadas sobre a formação das crenças dos sujeitos surdos, é importante averiguar também os estados afetivos desses alunos, relacionados ao aprendizado lingüístico, como ansiedade, motivação, extroversão e introversão e, ainda, a variável idade.

Ellis (1990) destaca que os diferentes estados afetivos exercem uma forte influência no aprendizado lingüístico, pois fatores como ansiedade ou competitividade, por exemplo, podem influenciar em situações como concentração, *stress*, relacionamento com professores e colegas, apreensão na hora de se comunicar, dificuldade para compreender a cultura da L2.

No caso do aprendiz surdo, é possível pensar que todas essas situações têm um poder de excitação muito grande no aprendizado da L2, principalmente no que diz respeito à compreensão da cultura da segunda língua. De acordo com Moura (1993), o surdo pode ter um desenvolvimento cognitivo-lingüístico paralelo ao verificado na criança ouvinte, ao desenvolver uma identificação harmoniosa entre as culturas ouvinte e surda, tendo acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua oral. Sobre isso Ferreira-Brito (1989) já destacava que:

O fracasso na comunicação do dia-a-dia da criança surda foi, inúmeras vezes, causa de inseguranças que perduraram por toda a sua vida, levando-a a rejeitar sua condição de surda, na busca constante de um modelo ouvinte, que provavelmente não atingiria. Essa rejeição é evidente nas atitudes de pessoas surdas que querem se fazer passar por ouvintes e cuja manifestação mais saliente encontra-se na rejeição da língua de sinais, identidade surda por excelência. O desencontro com sua identidade, ou seja, a não integração psicológica do surdo a si mesmo, acreditamos ser um dos maiores obstáculos a sua integração no mundo ouvinte. (FERREIRA-BRITO, 1989:92)

Talvez a solução para essa rejeição, tanto à língua de sinais quanto à oral, pelos próprios surdos, possa acontecer com a adoção de um sistema bilíngüe que apresente claramente o valor social de ambas as línguas para os sujeitos surdos. E, possivelmente, uma análise das diferenças individuais (no que diz respeito, por exemplo, à ansiedade gerada pelo medo de não evoluir no aprendizado da L2 ou por problemas de relacionamento com professores ouvintes que fazem parte da cultura da L2) pode contribuir nesse processo de apropriação lingüística, no qual são consideradas as formas singulares do surdo diante de seu aprendizado que, nesse caso, tem um encaminhamento em que a língua de sinais e a L2 são ambas reconhecidas. Parece ser necessário também averiguar a relação entre biculturalismo e bilingüismo, uma vez que esses elementos se entrelaçam ao se considerar a vinculação entre língua e identidade cultural do surdo.

Outra variante interessante para se observar, como mais um fator das pesquisas sobre diferenças individuais, são os efeitos da idade na realização lingüística do surdo. Ellis (1990) propõe, entre outras coisas, que se avalie, por exemplo, se o que interfere mais na aprendizagem da L2 é o ambiente ou são os mecanismos neurológicos. Essa sugestão permite pensar sobre o que realmente se faz necessário pela diversidade do processo de aquisição desses sujeitos. Até que ponto a apresentação tardia aos dados da L2, ou às modalidades gestual-visual e escrita da LIBRAS pode influenciar este ou aquele sujeito? Quais os interesses e as necessidades de cada um?

Um estudo que considere a variável motivação na inter-relação entre crenças e estados afetivos, por exemplo, pode conduzir a uma adequação do ensino aos interesses dos alunos. Avaliar se, para o surdo, o que entra mais em jogo é uma orientação integrativa – interesse em aprender para se integrar à cultura da L2 – ou instrumental – que diz respeito ao valor prático e vantagens em aprender uma língua – pode fornecer idéias ao professor de como criar para o aprendizado situações apropriadas aos processos cognitivos e lingüísticos singulares das crianças surdas.

Uma das observações de Ellis (1990) sobre a motivação é de que ela se relaciona diretamente aos resultados, isto é, se o aluno está com sua motivação em baixa, os resultados de sua aprendizagem serão negativos e vice-versa. Nesse sentido, Ellis (1990) retoma Crooks & Schmidt (1989) para salientar que o interesse

é o principal elemento da motivação, portanto os professores devem trabalhar para manter o interesse oportunizando, por exemplo, diferentes situações de comunicação, permitindo o envolvimento dos alunos na escolha de estratégias para aprender. Assim, o sujeito direciona seu aprendizado.

Outro ponto importante para a motivação é a visão positiva da figura do professor. A esse respeito, surge a imperiosa necessidade de que o professor de Língua Portuguesa para surdo seja usuário da LIBRAS e que o professor da LIBRAS tenha essa como sua língua materna, isto é, seja também surdo. Somente dessa maneira o aluno terá uma avaliação positiva dos professores, pois existirá, de fato, comunicação no processo ensino/aprendizagem desses sujeitos.

Verifica-se, assim, que a investigação sobre diferenças individuais pode auxiliar na adequação do ensino da L2 àquilo que o surdo entende como L2, e não com o que os ouvintes imaginam que os surdos desejam ou precisam aprender. Observando-se, é claro, que o ponto de partida seja sempre o da língua de sinais como materna.

Em meio a muitas divergências, em um ponto todos os pesquisadores concordam: há urgência na preparação dos envolvidos com a criança surda em programas bilíngües. Essa preparação deve se dar com informações acessíveis, debates científicos e conhecimento de línguas de sinais. E, nesse sentido, esse tema, nesta tese, procura despertar o interesse de pesquisadores para que a análise das relações entre a linguagem e o sujeito surdo – não apenas a surdez – façam parte das buscas de respostas para o processo de organização e aquisição de línguas de sinais.

A partir desse olhar sobre a natureza das relações existentes entre sistemas lingüísticos e sujeitos surdos, fica assegurado que a análise desenvolvida para as categorias tempo e aspecto na LIBRAS, implicitamente, também objetiva se tornar material para confirmar a importância de o surdo ter como língua materna uma estrutura lingüística cuja modalidade de produção e recepção possua uma organização viso-espacial, ou seja, gestual-visual.

Para realizar essa análise, no próximo capítulo é apresentado um histórico dos estudos que procuram definir tempo e aspecto. Também são resumidas algumas contribuições dos pesquisadores da área de linguagem e surdez

relacionadas à aspectologia. Já os capítulos 3 e 4 são reservados, respectivamente, para a descrição tipológica e semântico-pragmática das categorias aqui pesquisadas.

1.2 Síntese do capítulo

- Entre as diferentes propostas existentes para o ensino/aprendizagem bilíngüe, no caso de sujeitos surdos, a mais aceita pelos estudiosos da área é a diglósica.
- A condução de um bilingüismo diglósico para as pessoas surdas exige, para um melhor desenvolvimento das competências lingüísticas, que a língua materna desses sujeitos seja sempre a de sinais.
- Pesquisas em diferentes áreas (linguagem e surdez, psicolingüística, neurolingüística, lingüística aplicada, etc.) demonstram que os processos de aquisição e de organização das línguas de sinais ocorrem de modo semelhante aos das línguas orais. Portanto, não permitir ao surdo o acesso à sua língua natural não é um encaminhamento respaldado pela ciência; é apenas mais um grave tipo de preconceito lingüístico.
- As pessoas apresentam diferenças individuais no seu processo de aquisição de linguagem. Então, é necessário que os estudiosos se infiltrem nos diferentes grupos socioculturais dos surdos para extrair deles respostas sobre as singularidades desses sujeitos ao formularem suas estratégias de ensino/aprendizagem lingüística, bem como suas perspectivas psicossociais desse processo.

CAPÍTULO 2

EM QUE TEMPO E ASPECTO SÃO TRATADAS AS CATEGORIAS TEMPO/ASPECTO?

Como o principal objetivo desta pesquisa é descrever a estrutura semântica das categorias tempo e aspecto na LIBRAS, é necessário, antes mesmo de apresentar discussões sobre fatos relacionados a essa língua, traçar, ainda que rapidamente, um histórico sobre os estudos que têm se destacado na investigação de tempo/aspecto, visando a deixar mais claras as escolhas teóricas aqui propostas para análise. Porém, não há, neste capítulo, a intenção de já estabelecer uma proposta para conceituar tempo/aspecto, o que será realizado no capítulo 4, paralelamente à análise dos dados na LIBRAS. Por conseguinte, os objetivos, neste momento, são apresentar ao leitor um pouco do embate teórico que tem acontecido, principalmente no Brasil, com as tentativas de explicar essas duas categorias e destacar algumas descrições de tempo/aspecto já realizadas para línguas de sinais.

2.1 Breve histórico dos estudos na área da aspectualidade

Mais comumente, quando se pergunta sobre tempo nas línguas, pode-se ouvir, por exemplo, que ele indica o momento em que as ações verbais acontecem, pensando simplesmente nos tempos ditos naturais: presente, passado e futuro. O aspecto, por sua vez, seria responsável pela interpretação de uma ação como concluída ou não, observada na sua duração ou repetição.

Todavia, a questão não é tão simples assim, pois a noção de aspecto na literatura, quase sempre, relaciona dois fenômenos temporais que são confusos. Um é uma propriedade temporal inerente às situações em si, expressada por verbos. Essa noção é chamada de aspecto lexical ou *Aktionsart*. A outra noção de aspecto refere-se a diferentes maneiras de pressentir situações dadas por propriedades da predicação verbal. Tais propriedades podem denotar ocorrências pontuais – o início e o final da ação coincidem – ou ocorrências incompletas, continuadas, isto é, sem

desfecho. Para a primeira situação a interpretação é de aspecto perfectivo e para a segunda de imperfectivo.¹⁰

Na verdade, essas noções são propostas por diferentes teorias de diversos estudos que procuram explicar o que são as categorias tempo/aspecto, retomando as idéias de Aristóteles (em *Metafísica IX*, 1048) com sua distinção entre duas classes aspectuais dos verbos: estados e processos. Mas qual é, afinal, a curiosidade dos pesquisadores que investigam tempo e aspecto? De uma forma simplificada, pode-se dizer que é descobrir como os falantes de uma determinada língua produzem e interpretam sentenças isoladas ou em seqüências discursivas com significado temporal. Observe-se o exemplo a seguir:

Envelhecer¹¹

Mário Quintana

Antes, todos os caminhos iam.

Agora todos os caminhos vêm.

A casa é acolhedora, os livros poucos.

E eu mesmo preparo o chá para os fantasmas.

Se esse texto é compreendido, significa que o leitor organizou temporalmente os eventos do poema: o que aconteceu primeiro, por último ou simultaneamente. É possível que, para isso, tenha sido necessário ao leitor recorrer a conhecimentos de ordem cognitiva, cultural e lingüística (elementos internos e externos). É isso justamente que os semanticistas desejam desvendar.

Para tanto, tem se procurado definir o que seria tempo, aspecto e evento, com as mais variadas propostas para estabelecer a relação entre esses três elementos. O problema é que, embora essas categorias estejam muito relacionadas, tempo não pode ser confundido com aspecto, uma vez que essa última categoria, de acordo com Allan (2001), é o contorno temporal interno de uma situação; um "aspecto" do desenvolvimento de um evento (iniciação, término, continuidade,

¹⁰ Uma explicação mais completa a respeito das diferentes abordagens existentes sobre aspecto pode ser encontrada em Castilho (1994).

¹¹ Quintana, M. *Prosa e verso*: compilação do autor. Porto Alegre: Globo, 1978.

completude, habitualidade, iteração, pontualidade). No que diz respeito à categoria tempo, Sánchez (2000) diz que ela é a forma na qual se ordenam os eventos e, historicamente, tem sido descrita de duas maneiras: tempo físico (universal) e tempo mental (cognitivo). De acordo com ele, no século XX, Bertrand Russell propõe que o tempo físico seria fixo e o cognitivo, um esquema mutante em que podem encaixar-se os acontecimentos.

Sánchez (2000) também destaca que Van Fraassen (1970) estabelece uma divisão mais clara, observando que o tempo cognitivo, que não é real, corresponde ao tempo físico para representar os eventos, mas o falante interpreta os eventos e os organiza em sua memória não necessariamente de maneira idêntica aos eventos da realidade. Dessa forma, o tempo cognitivo é instável, no sentido de que os falantes recordam os acontecimentos de maneira aproximada.¹²

Ainda sobre essa questão, Ludlow (1999), ao propor uma teoria para descrever tempo físico e tempo gramatical, considerando a natureza metafísica da linguagem, também observa que há razões para supor a existência de uma relação muito próxima (não-isomórfica) entre a semântica da flexão temporal e o tempo metafísico, ou seja, é possível estabelecer um paralelo entre essa proposta com a da existência de um tempo cognitivo relacionado ao tempo físico. Nas palavras do pesquisador:

[...] what makes something of "tense" if not that it has some reflex in the temporal character of the external world? Moreover, appeals to the psychology of time consciousness only delay the inevitable connection between tense and time. After all, what makes something "time" consciousness if not some connection between those mental states and temporal reality.
(LUDLOW, 1999:137)

Um dos primeiros trabalhos que buscaram unir conceitos filosóficos como esses e conceitos da Lingüística, para mostrar a relação entre o tempo físico e os tempos lingüísticos, é apresentado no livro *Elements of symbolic logic*, do filósofo Reichenbach (1947). Esse livro faz uma minuciosa análise das propriedades lógicas

¹² Ainda que essa divisão seja interessante, há que se pensar em como se estabelece a interação entre os falantes no que diz respeito ao entendimento sobre o tempo dos eventos, uma vez que cada falante tem uma organização cognitiva própria. É plausível também se pensar que, mesmo ao se considerar como subjetivos tanto a língua como a ordem temporal dos eventos, deve existir um conhecimento compartilhado entre os falantes e uma organização discursiva similar para os eventos. Isso é melhor avaliado no capítulo 4, item 4.1, ao se analisar as relações entre pragmática e actualidade.

das línguas naturais e, ao tratar do verbo, aponta como característica fundamental dos morfemas verbais/temporais, em inglês, a capacidade de relacionar três tempos ou momentos que seriam estruturalmente relevantes para sua compreensão. Sua interpretação baseia-se no estabelecimento de três pontos teóricos na "linha" do tempo: o que assinala o momento da fala (MF), o que assinala o momento em que transcorre o evento (ME) e o que assinala o momento que é referencial para os dois primeiros, ou seja, o momento de referência (MR). Observe-se a aplicação desses pontos para descrever os três tempos simples:

Presente simples	Passado simples	Futuro simples
F R E	R E F	F R E

No presente, os três pontos são simultâneos; no passado, o evento é anterior ao momento de fala; no futuro, o evento é posterior ao momento de fala. Ou seja, essa interpretação consiste em determinar se o momento de referência é anterior, simultâneo ou posterior ao de fala, ou se este último é que é anterior, simultâneo ou posterior ao de referência. Esse tratamento, portanto, descreve a possibilidade de interpretação das formas temporais dentro de uma ordem cronológica; no entanto, se já há dificuldades com a definição de tempo gramatical, nessa proposta ainda aparecem outros conceitos complexos, entre eles o da relação entre momento de referência e momento do evento.

É possível identificar, no exemplo do poema, dado anteriormente, que uma seqüência de enunciados tem, estabelecidas entre si, relações sucessivas de eventos, as quais, para serem compreendidas, podem exigir mais de um ponto de referência, além de poderem ser organizadas em intervalos de tempo, e não em momentos pontuais na linha temporal.¹³ Além disso, tais eventos se relacionam com contexto, cenário, elaboração, explicação, enfoque, etc. Isso mostra que não basta observar se o tempo de referência do evento se dá antes, junto ou depois do momento de fala para a análise da interpretação temporal. Há que se estabelecer uma classificação para os eventos, e é claro que para isso surgem algumas questões como, por exemplo, o modo como se dá a combinação entre os elementos

¹³ Isso será mostrado no capítulo 4 com a demonstração das propostas de Godoi (1992) e Lin (2002).

lingüísticos e a interpretação dos eventos. Ou a necessidade de considerar diferenças de interpretação entre situações em que o leitor compreende uma mudança de situação (heterogeneidade) e aquelas em que ele compreende uma situação acontecendo em todo um período de tempo (homogeneidade). Observem-se os exemplos:

1. Antes todos os caminhos iam / Agora todos os caminhos vêm.
2. A casa é acolhedora, os livros poucos.

Quais são, portanto, as propriedades necessárias para se ter um evento e como essas propriedades se relacionam com os momentos de fala e de referência? Isso não se coloca na proposta de Reichenbach (1947), assim como para o denominado momento de fala, conforme Sánchez (2000), acontece uma simplificação sobre a existência de diferentes instantes nesse momento, que seriam: o instante de codificação, o de decodificação e o de avaliação. Este autor chama a atenção para o fato de que normalmente os três coincidem, mas em alguns casos é preciso distingui-los.

Dowty (1979), uma referência importante na área da aspectologia, propõe a noção de intervalo de tempo, diferentemente dos momentos de Reichenbach (1947). Para aquele autor, aspecto se distingue de tempo, do ponto de vista semântico, porque tempo serve para relacionar uma situação descrita no momento de fala (como presente, passado e futuro) enquanto aspecto faz distinção de questões como começo, meio e fim de um evento – fazendo referência se o evento ocorre em um momento ou repetidamente, se é completo ou incompleto.

Essa definição de Dowty (1979) pode ser colocada em paralelo à de Comrie (1976), que estabelece uma concepção de tempo e aspecto em que essa última categoria é vista como as diferentes maneiras de interpretar a constituição temporal interna da situação. Enquanto o tempo é uma categoria dêitica – pois localiza o tempo da situação referida com relação a outro momento, geralmente o momento da fala – o aspecto é uma categoria não-dêitica, porque se refere à situação em si. Dessa maneira, o autor estabelece condições de verdade não apenas para os verbos ou sintagmas verbais, mas para as sentenças em relação a um intervalo de

tempo em vez de a um ponto na linha temporal. Isso parece próximo à análise de Reichenbach (1947), porém já apresenta uma definição mais acurada para a relação entre eventos e temporalidade.

No Brasil, o que se tem feito para investigar as relações entre tempo e aspecto é adotar uma proposta estritamente lingüística, sem priorizar considerações filosóficas como as descritas anteriormente. Por isso, muitos estudiosos brasileiros seguem a proposta de Reichenbach (1947) com “pontos” para marcar os momentos de fala, evento e referência no tempo, entretanto procuram avaliar juntamente as duas categorias tempo/aspecto, como interpretações lingüísticas que se completam. Entre esses pesquisadores estão Ilari (1997), Godoi (1992) e Lopes (1987), entre outros.

A fim de exemplificar rapidamente essa interpretação temporal que completa a aspectual, é possível verificar a teoria de Ilari (1997) que analisa as construções temporais como “relações cronológicas”. Para o autor, a localização no tempo dos atos, estados e processos, ou seja, das questões aspectuais expressas pelas sentenças da língua, é basicamente o resultado de uma construção. Segundo o autor, essa construção envolve morfemas verbais, os auxiliares, os adjuntos e, eventualmente, informações que se buscam em lugares bem determinados do contexto. Ilari (1997) ainda afirma que certas relações aspectuais funcionam como um cálculo e todo o predicativo comporta um “esquema temporal subjacente”. Nesse ponto, o pesquisador faz uma observação que tem sido um desafio para os estudiosos desse tema: classificar os esquemas temporais subjacentes aos predicados das línguas.

É possível dizer que isso é um desafio porque, nas últimas décadas, a grande maioria dos semanticistas que investiga aspecto se manteve na análise lexical dos verbos – apenas aceitando ou reformulando, superficialmente, a classificação vendleriana para os verbos – sem considerar, portanto, a possibilidade de avaliar aspecto como resultado da organização dos predicados verbais (Ilari, 1997), ou como denotação de proposições de toda a sentença (Dowty, 1979).

Pela hipótese de Vendler (1967), que aplicou sua análise aos verbos do Inglês, é possível chegar a quatro grandes classes de verbos. Distinguem-se, em primeiro lugar, aqueles que se conjugam na forma progressiva dos que não admitem

essa conjugação, observando, em seguida, que forma assumem as perguntas sobre a duração – "Por quanto tempo?" ou "Em quanto tempo?". Os critérios de Vendler (1967) não servem diretamente para o Português, como apontam Ilari (1997) e Godoi (1992), mas é possível, conforme Ilari (1997), aceitar para essa língua uma classificação bastante parecida, distinguindo processos pontuais de processos duráveis e, entre estes últimos, os que indicam estados e os que indicam atividade. No entanto, Godoi (1992) observou que a classificação de Vendler (1967) não basta, porque ao considerar apenas os verbos para a análise aspectual, qualquer interpretação dos predicados como um todo se torna ambígua. A pesquisadora defende que as classes aspectuais só podem ser conceituadas se consideradas as situações, uma vez que estas estão localizadas no tempo.

Outro nome fundamental relacionado à pesquisa de tempo/aspecto é o de Castilho (1968; 1995), que dedicou sua pesquisa à realização dessa categoria no português. O autor apresenta aspecto como sendo a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração e desenvolvimento. É a representação espacial do processo. Esse autor analisou, no Português, recursos lexicais e morfossintáticos para determinar quatro possibilidades aspectuais: imperfectivo, perfectivo, iterativo e indeterminado.

Quem procura ampliar essas definições é Travaglia (1985), para quem aspecto é a indicação da duração do processo, bem como dos graus de desenvolvimento desse processo, isto é, o modo de ação, envolvendo o tempo físico. Assim, aspecto é definido como marcador de oposições entre certas noções (término, não término, início, resultado...). O autor chama a atenção para o fato de que o aspecto, apesar de ser uma categoria que recai sobre o verbo, sofre influência dos demais elementos presentes no enunciado, portanto é impossível estudá-lo sem tratar da relação com estes elementos. Ele ressalta ainda a perspectiva do falante como determinante do aspecto expresso em um dado enunciado.

Travaglia (1985) coloca como aspectuais as noções expressas pelo verbo, pela interação deste com elementos da oração e as noções relacionadas à duração da situação. Para o autor, duração é considerada como uma noção aspectual, estabelecendo quatro aspectos referentes a ela: indeterminado, habitual, durativo e

iterativo. Porém, segundo Godoi (1992), Travaglia (1985) acaba por prender essa noção apenas à categoria verbal de forma mais intuitiva do que por fundamentos teóricos, o que gera problemas de interpretação. A pesquisadora cita como um exemplo desses problemas a conclusão de Travaglia (1985) de que certas perífrases, como “acabar + gerúndio”, não marcam aspecto.

Essas interpretações demonstram, no mínimo, que a expressão aspectual não pode se dar apenas com a forma verbal e, portanto, para a análise aqui proposta, pretende-se avaliar a leitura aspectual como resultado da combinação da semântica do verbo com as flexões gramaticais, com as expressões temporais (adjuntos adverbiais, por exemplo) e com os argumentos verbais. Além disso, embora haja uma relação forte entre as categorias tempo e aspecto, pois ambas, conforme Castilho (1995), podem ser concebidas como propriedades de predicação, nesta análise é levado em conta o fato de que tempo – diferentemente de aspecto – estabelece relações dêiticas, por estar vinculado com o tempo de fala. Essa idéia será aprofundada no capítulo 4, com as leituras de trabalhos de pesquisadores que seguem essa linha, como Godoi (1992) e LIN (2002).

2.2 Descrições de tempo e aspecto já realizadas para as línguas de sinais.

A primeira observação a fazer a respeito das análises sobre tempo/aspecto na LIBRAS é que são poucas as investigações existentes nessa área até mesmo para línguas de sinais bastante pesquisadas como, por exemplo, a americana. Entre esses estudos, Fischer (1973) constata que questões relacionadas à morfologia, nas línguas de sinais, acontecem por repetição de um movimento, o qual pode ser usado para expressar aspecto verbal e plural nos nomes, por exemplo. Segundo a autora, na maioria das línguas faladas, as palavras morfologicamente complexas são geralmente formadas pela adição de prefixos e sufixos à palavra raiz; na Língua Americana de Sinais, essas formas são criadas alojando-se um sinal raiz (mantido ou repetido) dentro de planos ou contornos de movimento dinâmico no espaço. Fischer (1973) informa, ainda, que essa língua tem muitas flexões verbais responsáveis pela transmissão da informação temporal sobre a ação, por exemplo, se a ação é habitual, repetitiva ou contínua.

Investigadores de línguas de sinais como Amaral, Coutinho & Martins (1994), Zeshan (2000, 2003), entre outros, têm relacionado o tempo com uma linha imaginária, na qual o passado, o presente e o futuro se determinam pela produção de sinais temporais em diferentes localizações do espaço de sinalização. Os conceitos básicos do tempo são expressos em relação ao corpo do sinalizador ao longo dessa linha temporal.

Sobre o emprego desse recurso, Pereira (1993) afirma que a partir da análise da Língua Americana de Sinais é possível identificar quatro linhas temporais nas quais se situam unidades lexicais para indicar a concepção de tempo. Conforme a autora, nessa língua, a noção de linha temporal é mais do que um constructo mental, isso porque muitos verbos podem formar seu futuro a partir de um movimento para frente, mas não constituem um fenômeno estendido a todo o paradigma verbal. De acordo com sua análise, uma série de verbos da Língua Americana de Sinais são flexionados no tempo passado com aspecto pontual: DAR, DIZER, CHEGAR, ENSINAR, IR, CAIR, CONTAR e SABER. Nesses sinais, o movimento e as paradas finais se produzem com certa tensão e o corpo do sinalizador permanece rígido por um breve momento. A pesquisadora observou, ainda, que essa língua não só ordena os eventos temporalmente, mas também dispõe de marcadores adverbiais de modalidade temporal que estabelecem a referência e a modalidade temporais de toda a proposição.

Assim como Pereira (1993), outros pesquisadores têm tomado os estudos realizados com a Língua Americana de Sinais como ponto de partida para descrever a LIBRAS. Entre esses pesquisadores está Quadros (1997, 1999) que, entre outras investigações, analisa a organização sintática da LIBRAS, com base na proposta gerativista. A seguir, são destacados alguns pontos relacionados a tempo e aspecto de diferentes trabalhos dessa autora.

2.2.1 Algumas postulações de Quadros para a análise aspectual

Em seu trabalho, Quadros (1997) estabelece uma classificação dos verbos para LIBRAS conforme as possibilidades de flexão da Língua Americana de Sinais. Para a autora, *plain verbs* são verbos que não se flexionam em pessoa e número e

não tomam afixos locativos¹⁴; alguns desses verbos se flexionam em aspecto. Exemplos dados por Quadros (1997) dessa categoria na Língua Americana de Sinais: LOVE, CELEBRATE, LIKE, TASTE, THINK, WONDER; na LIBRAS: CONHECER, AMAR, APRENDER, SABER, INVENTAR E GOSTAR. *Inflecting verbs* são verbos que se flexionam em pessoa, número e aspecto, mas não tomam afixos locativos. Novamente, exemplos apresentados pela autora para essa categoria na Língua Americana de Sinais são GIVE, SHOW, TELL, ASK, SEND, INFORM, FORCE, PERSUADE, e, na LIBRAS, DAR, ENVIAR, RESPONDER, PERGUNTAR, DIZER, PROVOCAR. A última categoria definida por Quadros (1997) é a dos *spatial verbs*, isto é, aqueles que têm afixos locativos. Exemplos na LIBRAS são VIAJAR, IR, CHEGAR.

Em Quadros & Karnopp (2004), essa classificação é retomada e, seguindo Quadros (1999), as autoras propõem uma categorização dos verbos a partir da observação da existência de uma assimetria morfológica na organização dessa classe de palavras na LIBRAS. Sugerem, então, uma divisão entre verbos com e sem concordância e incluem os “espaciais” no conjunto dos verbos com concordância. De acordo com a pesquisadora, isso é possível porque a principal característica dos verbos com concordância é a de ter traços a serem checados sintaticamente e, com isso, gerar o desdobramento de IP em AGRP e TP. Diferentemente, os verbos sem concordância apresentam apenas IP na estrutura projetada. Quadros & Karnopp (2004) observam, ainda, a existência dos verbos “manuais” e dos classificadores,¹⁵ que parecem não se encaixar completamente nessa divisão. Os primeiros envolvem uma representação do ato de segurar objetos e os classificadores, conforme as pesquisadoras, parecem estar incluídos na classe

¹⁴ Conforme Felipe (1998), na LIBRAS, o ponto de articulação também pode funcionar como flexão verbal ao marcar a localização nos verbos. Para compreender essa flexão verbal, é necessário distinguir dois tipos de ponto de articulação: um que faz parte da configuração sígnica do verbo – que é somente traço distintivo no plano fonológico da língua – e outro que pode funcionar como um morfema. Nesse segundo caso, o ponto de realização sígnica é um local real ou convencionalizado no qual o movimento termina. Esse ponto funciona como marca de concordância com o argumento do verbo, ou seja, a flexão se refere ao sintagma locativo obrigatório para que o verbo tenha sua propriedade finalizada. Um exemplo dado por Felipe (1998) é repetido aqui para ilustrar essa questão:

MESA_k COPO coisa-arredondada COLOCAR_k “colocar copo na mesa”.

O índice ‘k’ especifica o local exato onde o copo é colocado na / sobre, acima, embaixo, no meio, no lado direito/esquerdo, do lado direito perto da mesa enquanto locativo. (FELIPE, 1998:56)

¹⁵ Quadros & Karnopp (2004) defendem que os classificadores são formas complexas, com diferentes propriedades morfológicas, usados para especificar movimento, posição ou descrever o tamanho e a forma de objetos e pessoas. Para a formação dos classificadores pode, por exemplo, ser empregada a configuração das mãos, do movimento e da locação a fim de denotar qualidades de um referente. Esse assunto será retomado para mais considerações nos capítulos 3 e 4, por interessar diretamente à pesquisa de tempo/aspecto na LIBRAS.

dos verbos “manuais”, pois, ao congregarem a informação verbal da sentença, incorporam, ao mesmo tempo, se necessário, o objeto, o número e o grau, assim como os “manuais”.

Com relação ao aspecto na LIBRAS, Quadros & Karnopp (2004) afirmam que há flexões nas formas e na duração dos movimentos dos sinais para expressar essa categoria. Colocam, ainda, que as marcas de aspecto temporal estão exclusivamente relacionadas à distribuição temporal, sem incluir as flexões de número, pois essas dizem respeito ao aspecto distributivo. Vale ressaltar a análise das autoras de que há um movimento sintático do verbo para a posição de SOV na LIBRAS, que ocorre pela necessidade de checar aspecto – uma categoria funcional para a teoria gerativa minimalista – observando que a ordem básica da LIBRAS, de acordo com Quadros (1999) é SVO. Esse movimento ocorre, conforme as pesquisadoras, porque aspecto pode ser marcado tanto em verbos sem ou com concordância e, assim, deve ser considerado uma categoria funcional independente de IP. Portanto, os verbos marcados para expressar aspecto aparecem em posição final na sentença.

É interessante também a proposição de Quadros (1999) de que os advérbios temporais podem estar antes ou depois da oração (IP (AgrP)), pois isso não é observado por outros pesquisadores da LIBRAS ao confirmarem que os advérbios ocorrem sempre no início das sentenças. Essa questão permite avaliar diferentemente o escopo temporal e aspectual dos advérbios.

Embora as pesquisas de Quadros não estejam relacionadas diretamente à semântica, ou à aspectualidade, as investigações dessa autora são um ponto de apoio importante para o presente trabalho, no qual se compreende haver uma inter-relação entre sintaxe e semântica.

2.2.2 A visão de Brito (1995) sobre tempo e aspecto na LIBRAS

Além dos trabalhos de Quadros (1995) sobre aspectualidade e classificação verbal na LIBRAS, há também, a esse respeito, investigações de Brito (1995). Para ela, na LIBRAS ocorrem modulações de movimento dos sinais para distinguir entre os aspectos pontual, continuativo ou durativo e iterativo. A autora nota que essas

marcas para aspectualidade aparecem como afixação por meio da alteração do movimento, da configuração de mão e/ou do ponto de articulação do verbo, que seria considerado raiz ou radical.

Brito (1995) ainda coloca que na LIBRAS não há, nas formas verbais, a marca de tempo, pois a referência temporal seria dada por itens lexicais como os sinais adverbiais ONTEM, AMANHÃ, HOJE, SEMANA-PASSADA, SEMANA-QUE-VEM, de modo a evitar, conforme a pesquisadora, entre outras coisas, o risco de ambigüidade, porque a narrativa se inicia com uma marca lexical temporal e, enquanto não aparecer outro item ou sinal para mudar o tempo do discurso, o que prevalece é a proposição inicial. Além disso, esses sinais que veiculam conceito temporal, em geral, vêm seguidos de uma marca de passado (movimento para trás), futuro (movimento para frente) ou presente (movimento no plano do corpo).

É interessante notar que essas coordenadas, na verdade, empregam uma linha do tempo constituída no plano corporal, como já apontado para outras línguas de sinais. Um fato curioso sobre isso é a estruturação completamente diferente do tempo observada por Brito (1995) na Língua de Sinais Urubu-Kaapor, da comunidade indígena Urubu, localizada na floresta Amazônica, na qual, conforme a autora, o tempo futuro é para cima, o presente no torso do usuário e o passado não é marcado.

Ainda sobre a questão temporal, Brito (1995) esclarece que os advérbios de tempo na LIBRAS, geralmente, vêm no começo da frase, mas podem ser usados também no final. E, apesar de parecer que, na LIBRAS, os verbos sempre ficam no infinitivo, já que não há marca de tempo nesses itens, é possível uma proposta para classificar os verbos dessa língua considerando a existência de dois tipos de verbos: os que não possuem marca de concordância, embora possam ter flexão para aspecto verbal; e os que realizam concordância número-pessoal. Essa classificação se aproxima à de Quadros (1995) e também à de Felipe (1998), apresentada no próximo item.

2.2.3 Felipe (1998) e sua descrição sintático-semântica para os verbos da LIBRAS

Quem realiza um trabalho mais completo sobre classificação verbal na LIBRAS é Felipe (1998), que analisa, para isso, a relação sintático-semântica dessas categorias. De acordo com a autora, a LIBRAS é flexional, pois seus estudos comprovam que algumas das configurações de mãos podem ser classificadores, bem como algumas ocorrências dos parâmetros direcionalidade e pontos de articulação são empregadas como marcas de concordâncias.

A autora sustenta sua pesquisa nos trabalhos de Klima, Bellugi *et al* (1979) sobre os processos flexionais do verbo da Língua Americana de Sinais, observando esse fenômeno não apenas nos verbos, mas também nos nomes e adjetivos derivados. Os autores, segundo Felipe (1998), colocam que esses processos são indexical, com flexão de pessoa para certos verbos; recíprocal, quando há flexão para relação ou ação mútua; e, ainda, que há processo flexional para modo, aspecto distributivo e tempo (pontual, continuativo, gradual). Conforme a autora, essa pesquisa é importante para a investigação da LIBRAS, já que essa língua possui as mesmas categorias encontradas na Língua Americana de Sinais, empregadas da mesma forma, com expressões faciais e frequência do movimento funcionando como modificadores restritivos que co-ocorrem com a raiz-movimento do sinal.

Seguindo essa orientação, Felipe (1998) mostra que existem, na LIBRAS, dezenove configurações de mãos usadas na expressão do sistema de flexão verbal para gênero animado/inanimado. Além disso, a estudiosa observa que os morfemas sempre estão presos a uma raiz verbal, não ocupando uma posição sintagmática independente. Ou seja, realizam-se como desinências afixadas às raízes verbais e estabelecem, anaforicamente, concordância de gênero com o referente argumento do verbo. Com a análise das flexões na LIBRAS, baseada nos critérios morfológicos e semânticos dessa língua, a autora chega a uma classificação de quatro grupos de verbos: sem flexão, com flexão para pessoa do discurso, com flexão para gênero e verbos com flexão para locativo/tema.

A partir dessa classificação, Felipe (1998) acaba por fazer, em segundo plano, observações interessantes para esta tese, e que se aproximam das

realizadas por Brito (1995) e Quadros (1995). Destaca-se a questão de que, na LIBRAS, a flexão de aspecto verbal se dá pela mudança na frequência ou na velocidade dos movimentos, ocorrendo diferenças entre marcas para os aspectos durativo, distributivo e contínuo. Assim, os eventos, nessa língua, são reclassificados em ações, processos e estados. Já com relação às marcas para o tempo, a autora afirma que essa categoria é expressa sintaticamente pelos advérbios, na linha temporal, e que podem ser encontradas noções temporais também na raiz semântica dos verbos. Vale ressaltar que esse último ponto aproxima a análise da autora à classificação vendleriana, observada na primeira parte deste capítulo, a qual tem sido avaliada com ressalvas por pesquisadores como Comrie (1976), Dowty (1979), Travaglia (1995), Godoi (1992), Ilari (1997), Sánchez (2000), entre outros.

2.2.4 A proposta de flexão vista para outras línguas de sinais

Além desses trabalhos com a LIBRAS, estudos realizados com outras línguas de sinais – como a Indo-Paquistanesa, a Portuguesa e a Americana – assinalam para a ocorrência de flexão temporal e aspectual nessas línguas, pois nelas foram detectadas distintas maneiras de expressar tempo/aspecto. Por isso vale a pena destacar algumas dessas descobertas.

Um exemplo é a Língua Gestual Portuguesa, na qual, de acordo com Amaral, Coutinho & Martins (1994), encontram-se diversas marcas para formação do passado, do presente e do futuro. Os pesquisadores reforçam sempre que quaisquer dessas marcas são quase sempre acompanhadas de processos não manuais indispensáveis, como baixar e levantar as sobranceiras, o movimento dos olhos e a posição da boca. Também observam que os processos para a formação dos tempos passado, presente e futuro implicam uma localização em três principais linhas temporais imaginárias que se situam perpendicularmente ao corpo à frente do tronco. Conforme os autores, em geral, a área perto do tronco tem um significado de presente e a área mais afastada, em frente, o significado de futuro; já o espaço atrás do ombro é utilizado para o passado.

Amaral, Coutinho & Martins (1994) observaram, ainda que, na Língua Gestual Portuguesa, o aspecto parece ser marcado diretamente no verbo, por exemplo, com a repetição e intensificação de movimentos para mostrar ações que são iterativas, mas em tempo definido. Os autores apresentam os seguintes processos como marca flexional de aspecto para essa língua:

- a) Repetição do sinal do próprio verbo, bem como das expressões que se acrescentam a ele;
- b) Mudança de duração na execução do verbo ou expressões que se lhe acrescentam e, também, nos traços de amplitude, intensidade e de tensão na execução dos sinais;
- c) Processos não manuais que acompanham a execução dos sinais e que são modificadores importantes e indispensáveis dos sinais.

Embora as observações de Zeshan (2000, 2003), sobre a Língua Indo-Paquistanesa de Sinais, apontem para uma localização de passado, presente e futuro bastante parecida com a da Língua Gestual Portuguesa, a autora constata que na primeira não há flexões temporais. Ou seja, o tempo, nessa língua, é indicado pelo uso de sinais específicos como PAHLE *antes*, BA:D *então*, depois e A:GE *mais tarde, no futuro* – muito próximo do que se propõe em algumas descrições para a Língua Americana de Sinais e para a LIBRAS.

A autora também observou a articulação desses sinais de tempo ao longo da linha temporal (espaço à frente do corpo dividido nos campos cognitivo e gramatical, sendo este último o lugar onde acontece a estruturação sintática), além de verificar que, usualmente, a idéia de tempo é fixada no começo da sentença e os sinais seguintes são interpretados a partir desse início. Ou seja, partículas funcionais temporais são operadores cujo escopo se dá sobre toda a sentença.¹⁶

Diferentemente das marcas temporais, Zeshan (2003) observa a existência de flexões morfológicas para marcar aspecto (gradual, não-realizado, alternância) e, ainda, que a expressão facial é um parâmetro importante para indicar várias

¹⁶ Vale lembrar que para Quadros (1999), na LIBRAS, os advérbios podem se localizar antes ou depois da oração. Ainda, como já apresentado, Felipe (1995) afirma que esses itens lexicais ocorrem mais no início das sentenças, mas podem também aparecer no final.

modificações adverbiais, assim como o é para a Língua Gestual Portuguesa. De acordo com a autora, além da possibilidade de usar um sinal separado com significado aspectual, a Língua Indo-Paquistanesa de Sinais tem um número de opções para modificar o padrão de movimento de sinais, a fim de adicionar tonalidades aspectuais de significado.¹⁷ O aspecto iterativo, por exemplo, é também formado pela repetição de sinais, mas com a possibilidade de ser modificado por flexão.

Além dos trabalhos Zeshan (2000, 2003) e Amaral, Coutinho & Martins (1994), que são organizados para a elaboração de uma gramática descritiva das línguas de sinais de seus países, há investigações de áreas específicas, como a fonologia, que também apresentam subsídios para considerar a possibilidade de as línguas de sinais terem sistemas flexionais, como se mostra no próximo item.

2.2.5 A contribuição das pesquisas de fonologia em línguas de sinais para a comprovação da flexibilidade

Um dos primeiros pesquisadores a propor a possibilidade de as línguas de sinais serem flexionais foi Newkirk (1978), com os trabalhos de descrição fonológica para a Língua Americana de Sinais. O autor argumenta em favor da existência de sufixação seqüencial, nessa língua, ao avaliar a formação de plural. Seu trabalho contribui com esta tese, principalmente neste item, porque, ao realizá-lo, o autor observou que os conceitos de “distribuição temporal” e “distribuição sobre recipientes” são representados separadamente: características rítmicas carregam informações sobre tempo, e reduplicações, sobre distribuição. Isso significa a possibilidade de combinar representações fonológicas com morfológicas ou semânticas para a marcação temporal em línguas de sinais.

Assim, a estrutura interna de um sinal lexical pode ser caracterizado como um conjunto de valores discretos que se apresentam em diversos códigos simultâneos na formação de parâmetros, incluindo a configuração de mãos, o lugar da articulação e o movimento. Para Newkirk (1998a), em algum nível ou níveis de abstração há evidências de que pelo menos um desses parâmetros, o do

¹⁷ Zeshan (2000, 2003), Klima & Bellugi (1979) denominam esse fenômeno de *aspectual modulatio*.

movimento, exibe uma organização de seqüência segmental e de que essa informação, relacionada à configuração de mãos, deve de alguma maneira ser realizada na forma superficial de um sinal, em coordenação temporal com a estrutura de movimento.

O pesquisador explorou, principalmente, a reduplicação circular para avaliar o parâmetro movimento e verificou que as duas partes da reduplicação de círculos mostram alternâncias, compreendendo vários tipos de segmentos caracterizados em termos de formação (tais como silábicas, dinâmica, movimento-*path*, *tense*, refreação), bem como de características para distinguir as elaborações de movimento local (alteração de configuração de mão e categorias rotacionais). Newkirk (1998a) afirma que os segmentos descritos, em termos dessas características, tornam-se blocos construídos de sílabas, morfemas e assim por diante, e destaca os tipos de reduplicação de flexões encontradas no sistema aspectual temporal, como evidências para a segmentação em afixos na Língua Americana de Sinais, portanto, para a existência de flexão morfológica, nessa língua.

O autor observa que os verbos que recebem flexão são construídos a partir da raiz, por adição de afixos; por exemplo, um movimento abrupto compondo verbos direcionais pode estar correlacionado com ação pontual ou algum outro significado aspectual. Há, ainda, outros componentes dados pela característica do movimento (dinâmica, reduplicação, etc.) que são adicionados à raiz; todos esses componentes são denominados, pelo pesquisador, de elementos *stem-forming*, lidos aqui como afixos. O verbo em si é a forma superficial consistindo de uma raiz e um ou mais afixos. Para uma raiz iterativa, por exemplo, similar ao que ocorre com o aspecto habitual, a descrição dada por Newkirk (1998b) é a fórmula ([+reduplicado, -*tense*, +rápido, +direto,...]), ocorrendo juntamente com um morfema desenvolvido para número simples. A idéia de reduplicação nessa descrição é emprestada do sistema aspectual, no qual ela representa casos de não-continuidade (reduplicação não-completa) com a distribuição de ações sobre o tempo. Assim, a ação iterativa é vista como um momento diferente em cada tempo em que a ação é executada. Por isso, tempo abarcado pelo evento é não marcado, pois estaria subentendido na flexão aspectual.

Em síntese, Newkirk (1998b) apresenta diversos tipos de movimentos responsáveis pela flexão aspectual, principalmente para o continuativo na Língua Americana de Sinais. Comparando e contrastando essas formas flexionais, o autor encontrou um padrão de regularidade profunda efetuada pela própria flexão do continuativo. Em alguns verbos, ele se dá por um padrão de reduplicação elíptica, no final da forma de superfície, em outros casos, o movimento circular não é mais largo ou menor do que movimentos não flexionados. Uma maneira encontrada pelo pesquisador para chegar a uma generalização descritiva dessas várias formas do aspecto continuativo é definir a flexão em termos de círculos temporais dinâmicos, ocorrendo dentro da informação estrutural, que é inerente aos movimentos lexicais de sinais distributivos.

Esses círculos podem ser esquematizados como uma forma composta por duas partes: a primeira denominada de *heavy*, a qual compreende *tense* e se localiza no núcleo com movimento rápido, limitado por uma refreada; a segunda, chamada de *light*, é uma parte de um círculo modular, não marcada por *tense*, e se dá por movimento que retorna sempre ao ponto inicial do círculo.

Se isso realmente ocorre, ou seja, se é possível trabalhar com uma hipótese de que a estrutura das línguas de sinais tem os elementos ordenados seqüencialmente, o que as aproxima mais das gramáticas das línguas orais, é possível considerar que a estrutura das línguas de sinais é muito mais parecida com a das línguas orais do que previamente foi assumido. Na defesa dessa orientação, entre outros autores, está Sandler (1990), para quem as línguas de sinais dividem com outras línguas um princípio de organização universal. Nesse sentido, a identificação das diferenças estruturais entre línguas orais e línguas de sinais pode ser atribuída somente a efeitos de modalidade.¹⁸

Para a estudiosa, se a fonologia das línguas de sinais não tem uma estrutura linear significativa, isso representa uma distinção fundamental entre línguas de sinais e orais, uma vez que a linearidade é uma propriedade universal da fonologia das línguas faladas. Essa distinção poderia sugerir uma diferença na formação das regras em dois sistemas lingüísticos e indicaria, ainda, diversidade correspondente

¹⁸ Essa questão foi apresentada no capítulo 1, item 1.1.2.3.

nos tipos de operações cognitivas nos seus empregos.¹⁹ Por isso, a autora sugere que, como as línguas faladas, a Língua Americana de Sinais tem uma estrutura fonológica linear significativa, inclusive para descrições de tempo e aspecto, cujas flexões, conforme Sandler (1990), requerem uma segmentação temporal na estrutura do sinal, assim como também propõe Newkirk (1978; 1981). Trabalhando com fonologia segmental, a autora conclui que a maior categoria segmental, na Língua Americana de Sinais, é dada pelas características de localização e, assim como na observação de Newkirk (1981), a diferença entre o aspecto habitual e o durativo ocorre somente pela presença ou ausência da especificação característica no movimento em arco.

Em Supalla & Newport (1978), já se coloca também a questão da existência de flexões morfológicas para a aspectualidade, porém os autores notam a necessidade de haver permissão da modalidade verbal para que isso ocorra. De acordo com eles, existem alternâncias realizadas pelos sinais de verbos com uma distinção morfológica que é marcada no comportamento dos movimentos. Em resumo, os autores notam que os verbos que acarretam um ponto espacial final (*end point*), por exemplo, são caracterizados por um comportamento *hold* do movimento no final do sinal; já aqueles que não têm um *end point* são executados com movimentos contínuos no final. Esse trabalho se completa com Supalla (1990), quando propõe que, ao analisar a relação entre aspecto simultâneo de um evento e os verbos *motion*, percebe-se a possibilidade de estrutura seqüencial, na Língua Americana de Sinais. Porém, nas palavras do autor:

Some aspect-marking inflections also operate on the serial verb construction. Extended slow reduplication, for example, is affixed to both the locomotion verb HUMAN-LEGS-RUNNING and the subsequent path verb MOVE-IN-A-CIRCLE- to refer to the event of human running around in a circle for a long time. The path verb may alternatively be affixed with a different but related inflection that extends the path, with the meaning "a human runs around with effort in a longer circular path." [...]The main point, however, is that entirely distinct inflections may not appear on the two verbs within a serial verb structure. Thus, if the locomotion verb is inflected for slow reduplication, it would be ungrammatical to inflect the path verb with a rapid rate of movement like "running around fast." (SUPALLA, 1990:150)

¹⁹ A esse respeito, Quadros & Karnopp (2004) mostram que as abordagens mais recentes das línguas de sinais têm enfatizado ambas as propriedades dos sinais: seqüencialidade e simultaneidade. Conforme as pesquisadoras: *O desenvolvimento de modelos fonológicos a partir do trabalho de Stokoe apresenta, por um lado, a introdução da ordem linear, mostrando a seqüencialidade das unidades que constituem os sinais, e, por outro lado, um aperfeiçoamento dos parâmetros e das relações estruturais entre tais unidades (simultaneidade) na descrição fonológica dos sinais.* (QUADROS & KARNOPP, 2004: 49)

Essa abordagem parece se confirmar com os dados apresentados no capítulo 3, ao se tratar das flexões para tempo/aspecto e dos classificadores.

Apesar da discordância entre os pesquisadores em relação a haver ou não flexão temporal em línguas de sinais e também sobre o fato de se essas línguas apresentam estruturas seqüenciais próximas às das orais ou não, um ponto comum aparece em todas as tentativas de descrição, ou seja, para expressar a categoria tempo, geralmente, emprega-se a abstração da linha temporal, que é orientada pela localização corporal – tanto nas propostas da existência de sinais fixos quanto nas de flexibilidade sistêmica. Portanto, as investigações parecem ter reservado a relação entre o espaço e o sistema flexional mais para as questões aspectuais do que para as temporais. Talvez seja possível observar aqui a proposta de Comrie (1976), seguida por Godoi (1992), na qual tempo é uma categoria dêitica e o aspecto se refere à situação em si.²⁰

A fim de sintetizar as propostas observadas neste item, a seguir é apresentado um quadro que resume as descrições já realizadas com relação às categorias tempo e aspecto para as línguas de sinais aqui mencionadas. Vale salientar que para a organização desse quadro, no que concerne à aspectologia, foi mantida a terminologia usada pelos autores anteriormente citados, o que torna algumas dessas descrições terminológicas redundantes como, por exemplo, os termos progressivo x durativo. Nele é possível verificar que a mesma descrição é realizada para diferentes realizações aspectuais, o que dificulta uma análise dessa categoria.

²⁰ Essa proposta está sinteticamente apresentada no item 2.1.

Quadro 1: Síntese de algumas descrições das categorias tempo e aspecto em ASL, IPSL, LGP e LIBRAS.

	LÍNGUA DE SINAIS AMERICANA (ASL)	LÍNGUA DE SINAIS INDO-PAQUISTANESA (IPSL)	LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA (LGP)	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)
REALIZAÇÃO DA CATEGORIA TEMPO	Primeira hipótese: sinais específicos como marcas adverbiais para Passado, Presente e Futuro e emprego da linha temporal.	Sinais específicos (como marcas adverbiais) para Passado, Presente e Futuro e emprego da linha temporal. Uso de expressões faciais.	Emprego do verbo seguido de sinais adverbiais específicos para Passado, Presente e Futuro. No caso do Presente, pode ser dispensada a marca adverbial. A linha temporal é usada, inclusive para diferenciar entre tempos próximos e longínquos.	Pode estar na raiz verbal, no emprego sintático dos advérbios na linha temporal ou é dado por flexões com modificações no parâmetro movimento.
REALIZAÇÃO DA CATEGORIA ASPECTO	Reduplicação de sinais.	Morfemas aspectuais em movimentos dinâmicos que geram características específicas dos arcos (côncavo, convexo, bidirecional, metade, preso, reduplicação...)	Semântica do verbo, uso de advérbios e modificações do movimento de verbos e advérbios.	Alteração da velocidade ou da frequência no parâmetro movimento.
ASPECTO DURATIVO	Morfema aspectual exaustivo em movimentos dinâmicos.		Verbo mais movimento ondulado e contínuo.	Alteração da frequência no parâmetro movimento.
ASPECTO PROGRESSIVO		Realiza-se com um conjunto fechado de sinais por meio da modificação de movimentos.		
ASPECTO HABITUAL			Verbo mais a projeção da mão em direção ao infinito.	
ASPECTO COMPLETIVO		Sinais específicos: XATAM(A) 'acabado', XATAM(B) 'final', HO_GAYA 'acabado ou final'.		
ASPECTO NÃO-REALIZADO		Finalização abrupta do sinal.		
ASPECTO ITERATIVO		Várias repetições do sinal no mesmo lugar. Se o sinal já é repetido, emprega-se sinal específico: BA,R_BA,R 'outra vez e outra vez'.	Emprego de advérbio ou repetição do próprio advérbio.	
ASPECTO DISTRIBUTIVO	Morfema aspectual múltiplo usado para as categorias gramaticais de números.	Repete-se o sinal por três vezes ou na dependência da especificação numérica de plural.		Alteração da frequência no parâmetro movimento e flexão de número.

Assim, as questões observadas, até o momento, sobre estruturação de tempo nas línguas de sinais se resumem da seguinte forma: colocações sobre o emprego da linha de temporal e o uso de sinais específicos, essencialmente advérbios. Com relação à marcação aspectual, são feitas referências a algumas classificações das modificações no parâmetro movimento dos sinais de verbos e advérbios – principalmente a questão da frequência e da repetição de sinais. Portanto, há toda uma investigação a ser realizada. Por isso, a intenção aqui é aprofundar a análise descritiva dos dados sobre a estrutura da referência temporal e aspectual na LIBRAS, tarefa que se coloca no capítulo 3 e, ainda, aplicar esses dados a uma teoria semântico-pragmática capaz de sistematicamente dar conta das categorias tempo/aspecto na LIBRAS, aplicação essa que se desenvolve no capítulo 4.

2.3 Síntese do capítulo

- Neste capítulo elabora-se, brevemente, um histórico dos principais estudos sobre tempo e aspecto, apenas com a intenção de apresentar essas categorias aos leitores que trabalham com áreas afastadas da aspectologia.
- Com esse histórico já é possível notar que os estudos da aspectologia têm se valido – alguns mais, outros menos – de classificações lexicais dos verbos; dos conceitos de tempo de fala, de referência e de evento de Reichenbach (1947) ou de modelos teóricos que consideram o aspecto como resultado de uma combinação dos argumentos verbais.
- Com relação às investigações de tempo/aspecto em línguas de sinais, existem duas grandes vertentes: uma que propõe a inexistência de flexão nessas línguas e outra que propõe a existência de afixação seqüencial. Para a primeira, a referência temporal se organiza, em determinadas línguas de sinais, com o emprego de elementos lexicais, principalmente os advérbios. Já para a segunda vertente, há a possibilidade de existirem afixos aspectuais marcados por características específicas dos movimentos que modificam a raiz dos sinais verbais.

- Em todas as análises de línguas de sinais, aqui apresentadas, observa-se o emprego de uma linha temporal marcando presente, passado e futuro em relação à orientação corporal.
- No que diz respeito à categoria aspecto, nas línguas de sinais, algumas marcas aparecem para o aspecto durativo (denominados por diversas terminologias pelos diferentes autores). E entre essas marcas estão: repetição de sinais verbais, amplitude e intensidade do movimento e processos não manuais como expressão facial.

CAPÍTULO 3

UMA DESCRIÇÃO DOS SINAIS EMPREGADOS PARA REALIZAÇÃO DAS CATEGORIAS TEMPO/ASPECTO NA LIBRAS

LIBRAS não tem o mesmo tipo de flexão verbal que algumas línguas orais apresentam – entre elas a Língua Portuguesa, por exemplo – para indicar pelo menos algumas distinções temporais e aspectuais, o que não significa que ela não possa expressar essas noções. Qualquer usuário nativo da LIBRAS pode, imediatamente, dizer se a situação descrita por uma sentença nessa língua se refere ao passado, presente ou futuro, bem como qual aspecto do evento está sendo expresso.

A questão colocada, neste capítulo, diz respeito ao como as referências temporais/aspectuais são marcadas na LIBRAS, ou seja, quais mecanismos (formações de sinais) são usados para especificar tempo e aspecto. Isso será mostrado, primeiramente, com uma análise tipológica, por ser necessário explicitar questões sobre a natureza viso-espacial dessa língua – o que torna suas características de difícil apreensão pelos usuários de línguas orais. Assim, é preciso realizar uma exposição da leitura dos dados, isto é, apresentar uma descrição das diferentes formas dos sinais que são empregadas na LIBRAS para expressar tempo e aspecto, ainda sem uma preocupação rígida com uma fundamentação teórica, pois essa tarefa será realizada no próximo capítulo.

3.2 Metodologia para a coleta e análise dos dados

A coleta de dados da LIBRAS foi feita com a filmagem de sujeitos surdos de diferentes comunidades, principalmente as de Curitiba e região metropolitana. Embora não sejam filhos de pais também surdos, pela dificuldade de esse critério ser cumprido, os voluntários têm a língua de sinais como sua única linguagem, ou seja, nunca foram oralizados. Além disso, apresentam pouquíssimo ou nenhum conhecimento do sistema escrito da Língua Portuguesa, pois aqueles que freqüentaram a escola fizeram apenas nas séries iniciais e, na realidade, suas promoções de série não correspondiam ao seu verdadeiro aprendizado de escrita:

fica claro, em seus depoimentos, que eles não entendiam nada ou quase nada do que se fazia em sala de aula. Com relação aos períodos do processo de aquisição da língua de sinais, eles são os mais diversos: alguns usam essa modalidade lingüística desde bebês e outros após a adolescência. Para a transcrição e análise dos dados, três intérpretes da LIBRAS participaram: Renato Pajeski, cuja língua materna é a LIBRAS, Marco Antonio Arriens e Márcia E. de Pol. Além desses intérpretes ouvintes, Rejane C. Farion auxiliou na transcrição dos dados.²¹ As filmagens foram realizadas pela pesquisadora desta tese que, nesses momentos, esteve sempre acompanhada do intérprete e consultor Marco Antônio Arriens.²²

Todos os informantes escolheram entre três livros infantis para narrarem uma história tendo como ponto de partida um texto não-verbal,²³ cuja organização traz figuras que apresentam um conjunto de elementos conceituais, permitindo ao narrador incluir ou não, enfatizar ou ignorar alguns desses elementos. Os livros foram selecionados com base em uma experiência inicial, na qual um grupo de surdos pôde colocar sua preferência destacando: *A nova aventura do ratinho*, de Monique Felix, *Gorduchito*, *gorduchão* e *Marca angelical*, ambos de Cália Chueire. Além disso, antes de iniciar a narrativa do texto não-verbal, os voluntários também foram filmados contando um fato sobre sua vida (curioso, engraçado, triste, corriqueiro) a partir de temas como: Conte um pouco sobre sua história e como aprendeu LIBRAS. O que você acha de Curitiba? Como é o bairro em que você mora? Conte uma recordação feliz e outra triste. Qual seu passatempo preferido? Por quê? Já viajou para outro lugar? Conte um pouco sobre sua viagem. Se pudesse viajar, para onde gostaria de ir? Por quê? Relate um acidente ou algo curioso que já lhe aconteceu.

Vale salientar que esse momento de exposição livre foi o mais produtivo para a coleta da dados, pois a leitura do texto não-verbal, em alguns momentos, restringe o processo de sinalização e deixa os informantes preocupados com a avaliação de

²¹ Os dados serão transcritos pelo “sistema de notação em palavras”, usado e adaptado pela pesquisadora Felipe (1998). Conforme essa estudiosa, tal sistema vem sendo empregado por Friedman (1976), Liddell (1977), Klima & Bellugi et al (1979), Padden (1983), entre outros. As convenções estabelecidas para esse sistema estão em anexo, tal qual são apresentadas em Felipe (1998).

²² Tanto a transposição da filmagem para o meio digital, como os recortes das imagens digitais para o texto da tese foram feitos também pela pesquisadora.

²³ Essa metodologia para a coleta de dados tem sido usada por diversos pesquisadores que investigam a área da linguagem e surdez, entre eles Taub & Galvan (2001).

suas habilidades para narrarem a história, o que faz com que eles sejam breves, objetivos em suas colocações.

3.2 A estrutura interna das línguas de sinais

Em sua investigação pioneira sobre a estrutura da Língua Americana de Sinais, Stokoe (1960) e Stokoe, Casterline & Croneberg (1965) identificaram três aspectos formais que distinguem qualquer sinal das línguas de sinais: a localização onde ocorre o sinal, a forma ou configuração das mãos ao realizar um sinal e o movimento das mãos para formá-lo. Cada um desses aspectos, ou categorias, foi descrito como consistindo de um conjunto limitado de elementos formadores – denominados de *cheremes* por Stokoe (1960) –, os quais funcionariam analogamente aos fonemas das línguas faladas.

Capovilla & Raphael (2001) descrevem detalhadamente os quatro elementos da descrição quirêmica, isto é, das formas dos sinais, no seu dicionário da LIBRAS. Quadros (1995), Brito (1995) e Felipe (1998), entre outros, também apresentam esses parâmetros. Por isso, eles serão descritos aqui muito rapidamente, com poucos exemplos. São eles: configuração de mãos e articulação de braços, local de articulação, movimento e expressão facial.

Com relação aos parâmetros configuração de mãos e articulação de braços, podem ser observados, por exemplo, o uso da mão direita e/ou esquerda (aberta, curvada, fechada, horizontal, vertical), a forma dos dedos direitos e/ou esquerdos (cruzados, curvados, distendidos, dobrados, etc), a relação entre as mãos e os dedos (principalmente com relação à direção), o encontro das mãos (pelas bases, pelas laterais, pelas palmas, pelas pontas dos dedos, etc), o braço esquerdo e/ou o direito (horizontal distendido, horizontal dobrado, vertical distendido ou vertical dobrado), a orientação das palmas (palma a palma, para a direita, para a esquerda, para baixo, para cima, para dentro, para frente, para os lados opostos ou para trás).

O local de articulação está relacionado ao corpo do sinalizador, ao espaço entre o topo da cabeça e a cintura, com alguns pontos mais precisos, como ponta do nariz, boca, bochechas, olhos, orelhas e outros mais abrangentes, acima, abaixo, ao

lado, sob, à esquerda, à direita, atrás, em frente a partes do corpo (abdome, cabeça, cintura, costas, lateral do corpo, ombros, quadril, etc.).

O parâmetro movimento pode ser observado ao se considerar o tipo, a direção, a maneira e a freqüência do sinal. Com relação à primeira característica, o tipo, ela se refere às variações do movimento das mãos, pulsos, antebraços e dedos. Já a característica direção pode se dar como unidirecional, bidirecional ou multidirecional. A questão da maneira como se realiza o movimento está relacionada à qualidade, à tensão e à velocidade com que o sinal é produzido, assim, pode haver movimentos mais rápidos, mais tensos, mais frouxos, etc. A última característica importante desse parâmetro é a freqüência, que indica se o movimento é simples ou repetido.

No que diz respeito ao quarto e último parâmetro, a expressão facial, é possível destacar configurações realizadas com boca aberta ou semi-aberta, bochechas infladas ou sugadas, dentes cerrados, mostrar a língua ou apenas a ponta, olhos arregalados, fechados ou semi-abertos, sobrancelhas arqueadas, testa franzida e, ainda, movimentos com os lábios. Esses são apenas alguns exemplos, lembrando que o uso de expressão facial para a significação na LIBRAS é intenso.

Como foi mostrado no capítulo anterior, esses mesmos parâmetros têm sido utilizados, mais recentemente, por pesquisas sustentadas pelo ponto de vista de que na composição da estrutura dos sinais²⁴ é possível tratar desses parâmetros como realizações flexionais, ou seja, suas diferentes formas são consideradas como afixos dos sinais raízes. Felipe (1998) está entre os pesquisadores da LIBRAS que seguem essa visão de que as línguas de sinais são flexionais e confirma isso para a LIBRAS, entre outras coisas, pelas modificações por adição de afixos à raiz dos verbos (um exemplo desse processo é a incorporação da negação).²⁵ O conceito de raiz seguido pela pesquisadora, válido também para esta tese, é o mesmo atribuído à Língua Portuguesa, ou seja, aquela parte da palavra que permanece ao serem retirados os afixos, as desinências e a vogal temática. Essa raiz, na maioria das vezes, não é um morfema livre.

²⁴ No Capítulo 2 foram mostrados trabalhos nessa linha com a apresentação das hipóteses de Newkirk (1978, 1998) e Sandler (1990).

²⁵ Seria interessante a realização de investigações que, norteadas por essa proposta de flexão estrutural, pesquisassem o emprego de determinantes, preposições e quantificação na LIBRAS.

Felipe (1998) salienta que, na LIBRAS, o processo de acréscimo à raiz é produtivo e que há três modificações por acréscimo possíveis: o de flexão, para marcar as pessoas do discurso, por meio da direcionalidade (a raiz pode ser invertida ou até adquirir uma forma em arco); o de aspecto verbal, por mudanças na frequência do movimento da raiz e, também, o acréscimo de um marcador de concordância de gênero, que se dá pelas configurações de mãos.

Os dados sobre as marcas temporais e aspectuais, descritos no próximo item, reforçam essa visão de que a LIBRAS é uma língua que apresenta flexão em sua organização estrutural e de que os parâmetros para a formação dos sinais funcionam como afixos modificadores das funções gramaticais dessa língua. Porém, diferentemente do que propõe Felipe (1998), é possível perceber que as marcas para tempo e aspecto não ocorrem apenas por alterações do movimento raiz, mas por mudanças na direcionalidade, por ocorrência das formas em arco, bem como por modificações na configuração das mãos. Dessa maneira, para este trabalho, o recurso de flexão tem o escopo do seu significado ampliado, ou seja, quando se coloca aqui a questão de o sinal ter flexão, trata-se de todas as possibilidades de acréscimo à raiz do sinal. Além dessa questão, os dados também indicam que entra em jogo para a referência temporal e aspectual o uso de classificadores, que são formações empregadas nas modificações dos sinais para dar conta da representação semântica de algumas características físicas dos referentes como tamanho, forma, comportamento ou movimento.

De acordo com Felipe (1998), a denominação de línguas classificadoras começou a ser utilizada por pesquisadores de línguas indígenas, africanas, australianas e asiáticas, ao descobrirem que muitas delas possuíam sistemas de morfemas obrigatórios para classificar propriedades não mencionadas pelas gramáticas tradicionais. A autora esclarece que, atualmente, o termo classificador vem sendo utilizado, muitas vezes, destacando-se somente o seu aspecto morfológico, mas não se especificando precisamente o que ele representa semântico-sintaticamente, ou seja, qual sua significação e função em um dado contexto e o que essa estrutura representa em relação ao sistema de uma determinada língua.

Felipe (1998) assume que existe uma certa regularidade em relação à utilização dos classificadores associados às diferentes línguas classificadoras e, embora as pesquisas tenham apontado diversos classificadores, eles estão associados a uma função morfossintática, já que o processo de classificar, por meio deles, ocorre como acréscimo a um radical nominal ou verbal, ou como uma derivação interna da raiz, ou mesmo em todos os elementos da frase, como nas línguas classificadoras coordenantes. Nessa perspectiva morfossintática, esses morfemas classificadores podem ser vistos como marcas de concordância de gênero, de número e de lugar.

Em sua pesquisa, Felipe (1998) diz que, apesar de o número de classificadores poder variar, sete categorias de classificação podem ser encontradas: material, formato, consistência, tamanho, localização, arranjo e quanta. Afirma, ainda, que os classificadores podem combinar duas ou mais dessas categorias e essas podem ser subdivididas. A pesquisadora observa que na LIBRAS ocorre o emprego de classificador para indicar o número de pessoa e, também, que as categorias arranjo e quanta, por não classificarem propriedades inerentes de objetos, não estão limitadas somente às línguas classificadoras de predicado e coordenantes, isso porque podem aparecer, na LIBRAS, as subclassificações para número e gênero como, por exemplo, o acréscimo à raiz principal de um classificador com um quanta simultâneo. Assim, um classificador quanta, mais do que à forma, está associado à quantidade, visto que, de acordo com a autora, a categoria quanta especifica uma quantidade e pode ser subdividida em classificadores para coleção, volume, peso e tempo.

Essa estruturação da categoria quanta para classificadores, proposta pela autora, aparece nos dados aqui analisados, os quais mostram a possibilidade de considerar o uso de classificadores para uma descrição da participação do complemento verbal “quantizado” na estruturação de tempo/aspecto. Isso será também investigado no capítulo 5.

Além disso, ainda há outra postulação de Felipe (1998) sobre os classificadores, interessante para esta pesquisa. A autora coloca que as divisões dos classificadores devem se basear na perspectiva do locutor em relação ao contexto, portanto, o nível pragmático da língua deve ser, também, avaliado, já que

não se trata somente da associação de morfemas relacionados à referência a partir de um determinado contexto, mas de escolhas realizadas pela perspectiva do locutor sobre o objeto ou sobre a situação discursiva. Essa explicação auxilia a investigação das categorias tempo/aspecto realizada no item 4.1, no próximo capítulo, com relação a uma interpretação semântica pressuposicional do escopo dos operadores temporais da LIBRAS.

Uma última observação dessa estudiosa sobre os classificadores, com base na investigação dos verbos de movimento e de localização realizada por Suppala (1978), faz menção ao fato de que o morfema interno desses verbos seria o classificador, e os movimentos, os pontos básicos, bem como os morfemas externos seriam as flexões de número e aspecto. Tal observação reforça a análise dos dados apresentada no próximo item deste capítulo e, também, aproxima-se das postulações de Quadros & Karnopp (2004). Essas autoras tratam os classificadores como predicados complexos nos casos de realizações com verbos “manuais”. Esses classificadores agregam a informação verbal, o objeto, o número e o grau. Como há uma tendência de essas construções ocuparem a posição final das sentenças, as pesquisadoras levantam a hipótese de que os classificadores são argumentos oracionais nucleares para a sintaxe, pois, morfologicamente, apresentam características de um único sinal, que pode ser analisado em unidades menores. Um exemplo é a possibilidade de expressar, dessa forma, um locativo e um nome.

É necessário salientar ainda mais um ponto a ser investigado sobre a estrutura da LIBRAS, pois há indicação, nos dados, da participação das categorias verbais e nominais no sistema de referência temporal/aspectual nessa língua. Provavelmente, essa questão surge pelo fato de a perspectiva dessa análise considerar que a denotação de tempo e aspecto pode ser dada por composição das mais variadas estruturas lingüísticas. Assim, modificações adjetivas, lexicalidade verbal, relação entre sintagmas nominais e quantificação, por exemplo, podem expressar aspectualidade, dependendo da organização sintático-semântico e contextual. Justamente por isso é possível avaliar também a participação dos classificadores na referência temporal/aspectual da LIBRAS, uma vez que por meio de um único sinal, é possível se ter um predicado complexo.

Ainda sobre essa questão é interessante assinalar que para alguns pesquisadores como Zeshan (2003) e Felipe (1998) nem sempre é possível separar claramente as classes gramaticais nas línguas de sinais. A esse respeito Zeshan (2003) afirma que é difícil argüir para uma distinção entre verbos e nomes na Língua Indo-Paquistanesa de Sinais. Por conseguinte, todas as palavras podem ser ambos, predicados e/ou núcleos dos argumentos. Entretanto, a autora nota que os verbos são associados a certas preferências, como à classe de sinais direcionadores, já os nomes não.

Felipe (1998) também nota essa dificuldade em estabelecer uma distinção entre as classes verbais e nominais, pois, para ela, a LIBRAS possui muitos verbos denominais ou substantivos verbais que apresentam a mesma forma para os pares verbos/nomes. A pesquisadora diz que esse é um processo de derivação zero, que pode ser encontrado, também, na Língua Inglesa em itens lexicais identificados como verbos ou nomes somente pelo contexto. Felipe (1998) exemplifica alguns casos da LIBRAS com verbos que incorporam semanticamente a significação nominal de instrumentos: BRINCADEIRA/BRINCAR; CADEIRA/SENTAR; TESOURA/CORTAR-COM-TESOURA; BICICLETA/ANDAR-DE-BICICLETA; CARRO/DIRIGIR-CARRO; VIDA/VIVER. Esses verbos denominais têm a sua significação nominal implícita na raiz. Em Português também ocorre essa incorporação semântica, por exemplo, em aparafusar, martelar, capinar, mas sempre com a morfologia flexional ou derivacional.

De acordo com Felipe (1998), esses processos de formação zero são diferentes dos de incorporação de classificadores à raiz, uma vez que neste segundo caso há uma modificação interna na raiz verbal, o que não acontece no primeiro, no qual se mantém a forma e a função lexical sendo dadas apenas pelo contexto lingüístico, embora se possa transformar um nome em verbo. Brito (1995) também diz que a maioria dos sinais na LIBRAS não se distingue quanto às categorias verbo, nome, adjetivo e advérbio, entretanto a autora nota que essas funções são definidas nas sentenças.

Há, porém, a possibilidade de que a perspectiva teórica adotada por esses autores não permita um olhar diferenciado para o processo de estruturação dessas categorias nas línguas. Por exemplo, se a distinção entre nomes e verbos estiver

calcada em uma descrição gramatical tradicional, realmente fica complicado identificar as diferenças entre tais categorias, visto que a teoria não fornece ferramentas adequadas para esse tipo de análise. Também pode acontecer que uma observação mais detida para a formação dos sinais evidencie distinções antes não percebidas, como no caso já citado do sinal para CADEIRA/SENTAR, os quais são vistos por Capovilla & Raphael (2001) como tendo realizações diferentes.²⁶

Quadros & Karnopp (2004), por exemplo, explicam essa questão afirmando que na LIBRAS é possível derivar nomes e verbos pela mudança no tipo de movimento do sinal: os nomes repetem e encurtam os dos verbos. No caso dos exemplos de CADEIRA e SENTAR, as estudiosas afirmam que *a locação, a configuração e a orientação de mão dos sinais são as mesmas, mas o movimento é diferente. É o movimento que cria a diferença no significado entre os dois sinais.* (Quadros & Karnopp, 2004:100)

Assim, para este trabalho, a distinção entre nomes e verbos na LIBRAS seguirá uma orientação que une a visão desses autores, ou seja, a consideração de características especiais dos verbos, como a direcionalidade, notada por Zeshan (2003) – proposta que pode ser aproximada à de Quadros (1997) e à de Quadros & Karnopp (2004), a qual também norteará o olhar para os dados desta pesquisa.

Essa rápida exposição sobre algumas características da estrutura interna das línguas de sinais, que já vêm sendo investigadas há mais ou menos quatro décadas, e as hipóteses descritivas sobre tempo e aspecto nessas línguas, observadas no capítulo anterior, permitem e conduzem um olhar diferenciado para os dados coletados nesta pesquisa. Agrupando os pontos cruciais para esse olhar, esta análise passa a ser orientada por uma visão de estrutura flexional para a LIBRAS, cujos parâmetros formadores dos sinais são afixos em um sistema morfológico, o qual, como em qualquer outra língua, necessita do contexto sintático e semântico para a interpretação de alguns elementos lexicais como pertencentes a uma ou outra classe gramatical. Além disso, a proposição de organização dos classificadores é tomada para os casos em que a descrição dos dados exige, entre outras coisas, que se avalie a relevância de toda a sentença para dar conta de

²⁶ Em comunicação pessoal, Quadros disse também defender a diferenciação de movimento como fator determinante para a caracterização das classes gramaticais.

tempo/aspecto, principalmente, ao se atentar para o processo de “quantização” nessa língua.

Obviamente tal olhar para os dados, além de ser orientado por essas hipóteses levantadas por estudos da área da linguagem e surdez, também tem sua descrição direcionada pelas teorias da aspectualidade. E, apesar de este capítulo não apresentar ainda uma teoria semântica explicativa,²⁷ a perspectiva da análise está sempre conduzida pela proposta resumida no capítulo 2, ou seja, as categorias tempo/aspecto, por serem expressas composicionalmente, dependem da lexicalidade dos verbos, da organização sintática e semântica das sentenças, bem como dos fatores pragmáticos que participam dessa organização.

Vale salientar que essas escolhas teóricas, para um encaminhamento da análise, podem ajudar a evitar um olhar equivocado sobre a ocorrência dos itens lexicais responsáveis por tempo/aspecto na LIBRAS como, por exemplo, realizar uma interpretação conduzida pela hipótese de que essas marcas sempre têm como escopo um discurso completo ou, ainda, de que seu valor semântico diz respeito apenas à categoria tempo. No que concerne ao domínio do escopo desses itens, é possível pensar que sua proposição semântica é válida sobre toda uma situação discursiva; porém o que se percebe, com uma análise mais acurada dos dados, é que há sempre uma retomada da referência temporal/aspectual por meio da repetição de operadores específicos, do emprego de expressões ou advérbios temporais, do uso de recursos morfológicos, da ocorrência de verbos cujos valores semânticos e sintáticos parecem ser lexicalmente pré-determinados para tempo/aspecto ou, até mesmo, da “quantização” dos argumentos verbais. Ou seja, a referência temporal/aspectual na LIBRAS se organiza pela concatenação ou composição de diferentes marcas e operadores, cujo escopo se estabelece sobre uma sentença ou sobre sentenças interligadas, nos casos de subordinação e coordenação, na dependência de questões semânticas, sintáticas e pragmáticas.²⁸

Assim, sob esse enfoque são apresentados, a seguir, por meio de uma descrição tipológica, alguns dados importantes da LIBRAS para a interpretação do sistema de referência temporal e aspectual.

²⁷ Tarefa realizado no capítulo 4.

²⁸ A explicação sobre o domínio do escopo dos operadores temporais é apresentada no Capítulo 4, no item 4.1.

3.3 As marcas lingüísticas para a categoria tempo na LIBRAS

Ao usar um sistema lingüístico, em qualquer língua ou modalidade de linguagem, os indivíduos dispõem de uma gama muito variável de opções para organizar seus enunciados. A forma escolhida depende de aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos e, geralmente, implica uma visão específica de uma situação e do que é importante nela. No caso de tempo/aspecto, então, o sujeito precisa prestar atenção ao contexto e à relação entre os eventos para conseguir fazer escolhas, bem como considerar as inferências contextuais possíveis aos seus interlocutores.

Isso significa que não são apenas alguns itens lexicais, disponibilizados pelo sistema lingüístico, que fazem parte da interpretação temporal e aspectual nas línguas de sinais. Neste momento, esse esclarecimento é válido para evitar uma leitura equivocada da apresentação dos dados realizada a seguir. Isto é, os elementos que estão destacados, neste item, não são todos os que estão disponíveis na LIBRAS para a escolha relativa às categorias aqui discutidas, uma vez que esse sistema, além de amplo, é organizado em dependência de fatores contextuais e pragmáticos. Por conseguinte, a hipótese aqui não é a de que o sistema de referência temporal e aspectual na LIBRAS seja organizado apenas por alguns itens como os advérbios temporais, já observados por outros pesquisadores. Por isso, apenas uma amostra das marcas aspectuais e temporais possíveis nessa língua pode ser elencada em uma descrição, com a intenção de que as destacadas sejam as mais recorrentes no momento de escolha por parte dos usuários da LIBRAS.

Neste primeiro momento, então, é apresentado um conjunto de sinais²⁹ empregados para expressar tempo/aspecto nas narrativas de um grupo de surdos que vivem em Curitiba e região metropolitana para, em seguida, serem descritos os parâmetros que também entram em jogo na organização do sistema de referência para essas categorias.

²⁹ Muitos desses sinais já foram descritos ou mencionados pelos pesquisadores apresentados no capítulo 2 ou constam do dicionário organizado por Capovilla & Raphael (2001). Como já se fez referência a esses autores, não parece ser necessário indicar os seus nomes repetidamente, neste momento. Além disso, alguns aspectos desta descrição diferem daqueles das análises realizadas por esses pesquisadores.

O primeiro grupo de sinais, a seguir, tem sido tomado, como se viu no capítulo anterior, como itens lexicais responsáveis pelo estabelecimento de três tempos lingüísticos, o passado, o futuro e o presente. Aqui, os dois primeiros são considerados operadores temporais específicos, diferente da situação de AGORA/HOJE, analisado como advérbio.

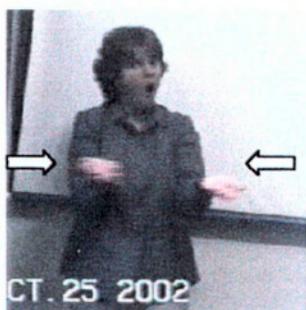
PASSADO (AM, D.avi)



FUTURO (LE, B.avi)



AGORA/HOJE (presente) (RO, E.avi)



Todas essas realizações podem ser descritas como se estivessem se valendo de linhas temporais imaginárias situadas no espaço de sinalização: futuro bem à

frente do tronco, passado atrás e presente próximo.³⁰ Entretanto, é possível descrevê-los sem recorrer à hipótese das linhas, desde que seja observada a direção do movimento, uma vez que isso parece ser válido para a descrição de todas as outras estruturas lingüísticas relacionadas a tempo/aspecto na LIBRAS expostas neste capítulo. Como as imagens das fotos demonstram, o sinal para marcar o passado é realizado com a palma da mão direita direcionada para trás, sendo movida sobre o ombro direito e dobrada para baixo. O de futuro, com a mão direita marcando F, com o uso da datilologia (alfabeto manual), sendo movida em arco para cima e para frente. O último, o sinal de AGORA/HOJE, advérbio que expressa o tempo presente, pode ser realizado com a mão direita voltada para cima, com movimento rápido para esquerda e para direita, acompanhado de expressão facial com a boca arredondada ou, como mostra a imagem, com as palmas das mãos orientadas para cima, ao lado do corpo, com movimento rápido para o centro, mantendo a boca arredondada.

Uma outra ocorrência que também indica tempo presente, notada por Capovilla & Raphael (2001),³¹ é a realização do sinal HOJE/AGORA junto com o sinal VIDA/VIVER. No entanto, essa forma não apareceu nas narrativas aqui catalogadas. O que se percebe é o uso do sinal VIDA/VIVER com o sentido de presença, ou seja, especificamente com o valor de estar presente em algum lugar – valor também observado por aqueles autores. Esse sinal é realizado com a união dos dedos da mão direita junto ao peito e, nesse formato, a mão é rapidamente movida para cima e para baixo em um espaço restrito.

³⁰ Essas linhas são descritas, com algumas peculiaridades, para diferentes línguas de sinais como em Zeshan (2000, 2003) e Amaral, Coutinho & Martins (1994), Brito (1995) e Felipe (1998), como já observado no capítulo 2, em 2.2.

³¹ Essa é uma questão interessante, pois alguns sinais usados pelos informantes desta pesquisa não aparecem no dicionário organizado por Capovilla & Raphael (2001), por exemplo, o sinal de EX e DEPOIS. Outros apresentam um valor semântico diferente do proposto por esses autores; provavelmente isso ocorra por fatores variacionistas.

VIDA / VIVER (CL, F.avi)



O que se observa com esse primeiro grupo de sinais, nos dados desta pesquisa, é que eles podem ocorrer não apenas para marcar tempo, mas também estão relacionados ao aspecto, principalmente, ao se avaliar as modificações de parâmetros que os sinais de PASSADO e FUTURO podem sofrer para expressar, ou seja, as flexões empregadas para denotar uma graduação aspectual.³² O sinal de PASSADO, por exemplo, pode acontecer com uma ampliação do espaço de realização, mais para trás do ombro e com uma expressão facial que reforça o valor de um evento ter acontecido “há muito tempo” em um passado mais distante, não ontem ou apenas no passado mais próximo.

PASSADO MAIS DISTANTE (AM, D.avi)



Essa ampliação do espaço para a realização do sinal também aparece para marcar um futuro mais distante, com o movimento em arco sendo estendido para cima da cabeça do sinalizador.

³² Na primeira proposta desta tese, fez-se uma avaliação considerando que os sinais PASSADO e FUTURO recebiam flexão aspectual, no parâmetro intensidade, para expressar as diferenças entre passado próximo e distante e futuro próximo e distante. A partir da sugestão pessoal de Quadros, tal flexão passou a ser vista como denotando graduações temporais para futuro e passado (mais próximo e mais distante). A pesquisadora coloca, ainda, que uma marcação similar a essa é observada para vários adjetivos na LIBRAS.

FUTURO MAIS DISTANTE (LE, B.avi)



Além dessas flexões especiais para diferenciar a graduação aspectual entre os eventos que se dão no passado e no futuro, há ainda o emprego de outros itens lexicais que também estabelecem essas diferenças. Alguns deles não serão destacados nesta análise por ser bastante óbvia a sua relação com a categoria tempo. Entre eles estão os sinais para os dias da semana, para os meses do ano, para as estações do ano, para ordenação (primeiro, segundo...), para horas, etc. Um exemplo desse conjunto é a possibilidade de marcar o tempo futuro com o sinal de AMANHÃ, que é realizado com uma das mãos na posição vertical aberta, sendo movida para cima e para a direita, enquanto o dedo médio, em curva, toca o lado da testa. Observe-se a imagem:

AMANHÃ (RO, E.avi.)



Outro exemplo de referência temporal e aspectual bastante óbvia é o caso do sinal ONTEM, realizado com a mão direita em L (datilologia) com a ponta do polegar tocando a bochecha direita e a mão girando de forma que o dedo indicador aponte para trás na finalização do sinal. Esse sinal pode receber flexão para expressar

ANTEONTEM, pelo processo de incorporação de numeral.³³ Nesse caso ele começa com a mão direita em A, dedo polegar novamente na bochecha direita, e a flexão se dá com a mão girando, mas diferentemente do sinal raiz, logo depois do dedo indicador, o médio também é distendido para trás.

Embora esses sinais tenham a sua referência temporal claramente dada, novamente não parece entrar em jogo para tal interpretação a linha imaginária. Note-se que AMANHÃ não é realizado em frente ao corpo e ONTEM e ANTEONTEM, atrás. Aliás, as duas formas ocorrem em posições muito próximas. O que pode estar sendo empregada, na verdade, é uma ligação entre movimentos direcionados para trás e/ou para baixo com o tempo passado e movimentos direcionados para cima e/ou para frente com o tempo futuro, mas não necessariamente para trás do corpo ou para a frente do corpo.³⁴ Já o tempo presente é denotado por realizações próximas ao tronco ou pela ausência de movimentos cujas direções sejam essas para passado e futuro.

Isso pode ser confirmado também para os operadores destacados a seguir, os quais, geralmente, são classificados somente como marcas de tempo e que, na verdade, apresentam valores aspectuais e temporais ao receberem flexões morfológicas para atender a essas categorias. Observem-se os exemplos:

ANTES



DEPOIS (EV, G.avi)



³³ Quadros & Karnopp (2004) colocam que durante o processo de incorporação de numeral a um sinal, a localização, a orientação e a expressão facial não são alteradas. As autoras exemplificam esse fato com os sinais DOIS-MESES, TRÊS-MESES e QUATRO-MESES e observam que, para muitos usuários nativos da LIBRAS, a incorporação de numeral pela configuração da mão não pode ultrapassar 4. Acima disso, o sinal para indicar quantidade é realizado separadamente.

³⁴ Talvez a defesa da existência da linha temporal imaginária esteja relacionada à visão de que existem apenas alguns itens lexicais, advérbios, responsáveis pela estruturação temporal nas línguas de sinais. Ao se considerar apenas os sinais de PASSADO, FUTURO, AGORA / HOJE, ela realmente parece ser empregada.

Nesses dois sinais, a mão direita é posicionada em L, com o polegar direito tocando a palma da mão esquerda, que fica aberta e na posição vertical. A diferenciação entre os sinais se dá apenas pela direção do movimento de meia circunferência. Ou seja, no caso da referência de passado (ANTES), a mão direita é girada para trás, e no de futuro (DEPOIS), para frente.³⁵ Além desses dois sinais, para essas referências, existem também os seguintes:

ANTES (AM, D.avi)



DEPOIS (AM, D.avi)

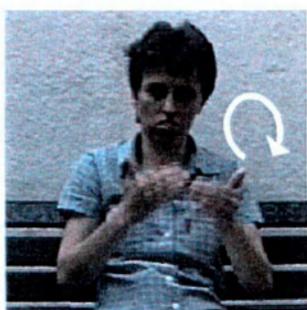


Nessas ocorrências, também é a direção do movimento em círculo vertical para trás ou para frente que determina a noção de passado e futuro, respectivamente. Nas duas situações, as mãos são colocadas horizontalmente com as palmas para dentro. No caso de ANTES, a mão direita é movida para trás e para baixo ao redor da esquerda por duas vezes. Para a realização de DEPOIS, o movimento é feito ao contrário. Às vezes, todo o tronco é movido para acompanhar a direção do sinal.

³⁵ Essa possibilidade de flexão também não está indicada por Capovilla & Raphael (2001); pode ser uma indicação de variação morfológica regional.

O que se nota, nos dados, é uma ocorrência maior dessas duas últimas variantes dos sinais ANTES e DEPOIS. Talvez porque, nessas variantes, também são aplicadas as modificações dos parâmetros configuração de mãos, expressão facial e movimento, este com uma ampliação do espaço de realização dos sinais para indicar valores aspectuais diferentes daqueles dos sinais raízes. Os exemplos seguintes mostram esse uso do espaço e expressão facial para a modificação desses sinais.

LOGO-DEPOIS (JO, A.avi)



MUITO-DEPOIS



POUCO-ANTES (AM, D.avi)



A configuração das mãos pode continuar a mesma do sinal raiz, bem como a direção do movimento em círculo vertical e a frequência (duas vezes). Nesse caso, o que se modifica é a expressão facial e a amplitude. Esta última, para os significados de futuro ou passado muito próximo, é realizada de forma restrita e se expande para futuro ou passado mais distante. Essa referência temporal também pode ser expressa com a alteração da configuração das mãos – realizada com o dedo indicador direito girando em torno do esquerdo – porém, há manutenção do movimento circular vertical, da expressão facial, bem como da frequência, e a amplitude continua sendo o parâmetro diferenciado para expressar aspectualidade. Esse sinal com alteração de configuração de mãos pode ser visto nos exemplos (1) e (2), a seguir.

A modificação de amplitude para o sinal de ANTES consta nos dados apenas com restrição de espaço, ou seja, com o valor de POUCO-ANTES. Esse sinal também pode ser realizado com a configuração de mãos em que os dedos indicadores são usados. Vale observar que os sinais para ANTES, DEPOIS, POUCO-ANTES e LOGO-DEPOIS ainda podem, igualmente, ser empregados para

dar conta da descrição de eventos que ocorrem em intervalos no tempo passado.³⁶

Por exemplo:

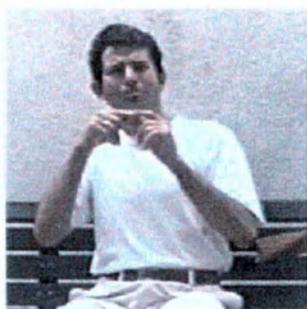
1. ...POUCO-ANTES

MUDAR

CONHECER



IGREJA (EV.G.avi)



“...um pouco antes mudei, conheci a igreja.”

2. LOGO-DEPOIS CASAR TER DOIS FILHOS DOIS (EL,J.avi)

LOGO-DEPOIS

CASAR

FILHOS

DOIS



“Logo depois casei, tive dois filhos.”

³⁶ Esses sinais parecem funcionar como restritores temporais para os eventos, modificando a aspectualidade das sentenças. Essa idéia é retomada no capítulo 4.

3. MUITO-DEPOIS AGORA PIETRO MARTINES COMEÇAR VOLTAR 4 SÉRIE.
(AM, D.avi)

“Muito tempo depois, agora na Pietro Martines, recomecei a quarta-série.”

MUITO-DEPOIS

AGORA

PIETRO MARTINES



COMEÇAR

VOLTAR

QUARTA SÉRIE



Outro sinal que recebe flexão para marcar intervalos de tempo no passado e no futuro é o SEMPRE. Esse sinal é realizado com a mão direita articulada em V, na posição horizontal e movida em um balanço para cima e para baixo. O que se observa no *corpus* desta análise é que cinco parâmetros (configuração das mãos, articulação de braços, local de articulação, movimento e expressão facial) podem ser modificados para indicar valores aspectuais diferentes do expresso pelo sinal raiz. No exemplo a seguir, o sinal de SEMPRE foi realizado com ambas as mãos, no mesmo lugar, sem intensificação da expressão facial, com o significado de que a situação acontece sempre, repetidas vezes, condizente com o aspecto iterativo.

SEMPRE (JO, A.avi)



Quando esse sinal é realizado com um movimento que avança para frente a partir de um ponto localizado, ele pode receber a interpretação de um evento que acontece “desde....até...”, indicando aspecto perfectivo. No entanto, esse movimento pode ser ainda intensificado, ou seja, realizado até mais adiante do corpo e acrescido de uma expressão facial que denota a idéia de um intervalo de tempo que se inicia em um ponto no passado e tem a mesma extensão de todo o intervalo de futuro, ou seja, imperfectivo cursivo.³⁷

Existe também o sinal ATÉ para marcar o ponto final de um evento em um intervalo de tempo, que pode se estender do passado até um momento marcado no presente ou no futuro ou, ainda, ter início no presente e terminar em um ponto no futuro. Por isso, esse sinal sempre aparece acompanhado de mais uma marca, por exemplo, os sinais temporais como HOJE, ONTEM, AMANHÃ, bem como de expressões eventuais como na sentença:

³⁷ A terminologia referente à aspecto, empregada neste trabalho, está baseada, principalmente, em Castilho (1994). Isso é possível porque a proposta desses autores se aproxima à desta tese e também à investigação de Godoi (1992), cujo trabalho sustenta a análise realizada no capítulo 4. Tal proposta observa uma classificação em que o valor aspectual é decorrente da composicionalidade semântica do *aktionsart* do verbo, com o tempo, com os argumentos verbais e com os adjuntos adverbiais aspectualizadores. A partir dessa hipótese, Castilho (1994) organizam uma tipologia aspectual, na qual os aspectos perfectivo e imperfectivo configuram uma face qualitativa dos estados de coisas, e o iterativo, uma face quantitativa. No caso do perfectivo, há uma ação que coincide com seu desfecho, ou seja, a predicação é vista em sua completude. Já a predicação imperfectiva dispensa sua finalização e pode apresentar fases gerando os aspectos imperfectivos: inceptivo, cursivo e terminativo. O aspecto iterativo, por sua vez, representa uma quantificação dos estados de coisa. Os autores observam, ainda, a possibilidade das ocorrências verbais assumirem mais de uma dessas faces, pois a identificação do valor de uma delas, nas expressões naturais, não significa a exclusão das outras.

4. ESTUDAR

ATÉ

QUARTA SÉRIE (RO, E.avi)



“Estudei até a quarta série.”

Outra maneira para indicar graduação para passado mais distante e futuro mais distante é o emprego do sinal raiz ANO, com alteração também nos parâmetros expressão facial e movimento, mas este último se realiza, agora, com flexões dadas por modificações na freqüência e na velocidade/intensidade e não na amplitude, como nos casos de ANTES e DEPOIS. O sinal de ANO é feito com as mãos marcando A, com o uso da datilologia, e com as palmas voltadas para dentro. A mão direita é movida em um círculo vertical, em torno da mão esquerda até que complete a volta e fique sobre essa. Ou seja, o sinal raiz é realizado com um único movimento em círculo. Para marcar próximo ano, o círculo é direcionado para frente; o contrário acontece para denotar ano anterior.³⁸ Quando se deseja indicar poucos anos (um, dois, três, quatro) no futuro ou no passado, junto com o sinal de ano se realiza a marca para a incorporação do número correspondente ao tempo decorrido, por meio da mudança na configuração das mãos. Porém, quando se deseja expressar que o evento se deu “há muitos anos” ou que se dará “daqui a muitos anos”, a flexão de freqüência e velocidade é que é empregada, juntamente com expressões faciais para marcar esses valores aspectuais.

Essa intensificação do sinal está associada à marcação de quantidade de anos, portanto é uma flexão aspectual que terá sua leitura determinada pelo contexto da sentença para a interpretação de aspecto iterativo (perfectivo ou imperfectivo). O exemplo seguinte pretende demonstrar a flexão do sinal (embora seja difícil perceber tal realização com imagem parada), ou seja, o sinal de ANO tem

³⁸ De acordo com Capovilla & Raphael (2001), as marcas para próximo ano e ano anterior deveriam ser acompanhadas dos respectivos sinais de FUTURO e DEPOIS DE, porém isso não foi empregado pelos informantes desta pesquisa. Novamente, pode tratar-se de uma variedade regional na LIBRAS.

a freqüência do movimento circular (repetição) aumentada em três ou até quatro vezes, e a sua velocidade é intensificada junto com o realce da expressão facial.

ANOS, ANOS, ANOS + flexão-futuro (LE, B.avi)



Vale também ressaltar que os sinais PASSADO E FUTURO podem ocorrer junto com o sinal de QUANDO, o qual, portanto, pode ser empregado para estabelecer restrição para os intervalos de tempo no passado e no futuro.

5. PASSADO COMEÇAR FÉRIAS EU VONTADE DEPRESSA VIAJAR.³⁹

“Quando chegaram as férias, eu fiquei ansiosa para viajar.”

‘Chegaram as férias, eu fiquei ansiosa para viajar.’

6. FUTURO COMEÇAR FÉRIAS EU VIAJAR.⁴⁰

“Eu viajarei quando começarem as férias.”

7. ...ORALISMO 1sSOFRER FUTURO IDADE/QUANDO COMEÇAR
VINTE E SEIS ABRIR SINAIS (LE,I.avi)

“Com oralismo eu sofria, quando aos 26 anos comecei me abrir para os sinais.”

...ORALISMO

1sSOFRER

FUTURO

IDADE/QUANDO



³⁹ Exemplo retirado de Strobel & Fernandes (1998)

⁴⁰ Idem.

COMEÇAR

VINTE E SEIS



ABRIR

SINAIS



Outros dois operadores interessantes empregados por surdos da comunidade de Curitiba para fazer referência ao passado são os sinais IDADE e EX⁴¹ – realizado com uso da datilologia de X, às vezes E + X. Geralmente, ao começar a narrativa em que o locutor é personagem de um evento passado, ele inicia seu discurso com uma expressão que observa uma data específica (1988, 2001...) ou com sua idade, ou ainda com o emprego de estruturas com o sinal EX. O uso interessante que se nota para esses sinais é o fato de eles geralmente acompanharem o sinal QUANDO. Essas ocorrências parecem se dar para reforçar a o emprego de QUANDO relacionado a um intervalo de tempo no passado, como na sentença anterior em (7) e nos próximos exemplos:

⁴¹ Com relação ao sinal EX, Quadros sugere, em comunicação pessoal, uma avaliação desse sinal como expressão idiomática com valor adverbial. Conforme a pesquisadora, o significado de EX pode se aproximar ao de TEMPOS-ATRÁS.

3.3.1 O valor aspectual na LIBRAS e a flexão morfológica

Até o momento está configurada a proposição de que, na LIBRAS, há diferentes marcas para as relações aspectuais e temporais dos eventos que se dão no futuro e no passado. Tais eventos, inclusive, podem ser diferenciados em intervalos mais abertos e mais fechados por meio do uso de marcas de graduação aspectual. Com relação ao presente, apenas o sinal HOJE/AGORA (PRESENTE) é empregado.⁴² Essa observação torna plausível a idéia de que as situações de sentenças não marcadas para passado e futuro devem ser interpretadas como ocorrendo no presente. Logo, somente se a sentença recebe uma marca temporal dada por um operador temporal ela é considerada como contendo um evento no futuro; o mesmo vale para o passado. Mas este pode ser marcado também pela lexicalidade do verbo e seus complementos, uma vez que a categoria tempo está relacionada com as propriedades aspectuais das sentenças. Nas palavras de (Castilho, 1994: 3):

O Tempo também depende da noção de intervalo ou de duração entre um ponto e outro. Por outras palavras, o Tempo pressupõe o Aspecto, mas este não pressupõe aquele.
 [...] O conceito de Aspecto é primordial, vale dizer, o Aspecto tem a autonomia que lhe é dada por sua propriedade simbólica.
 [...] Na fase de aquisição de linguagem, primeiro vem o Aspecto, como categoria primitiva e, depois, o tempo, como categoria derivada.

Para compreender melhor esse ponto, é necessário considerar a questão de que a temporalidade, conforme Klein (1994), pode ser expressa nas línguas por flexões gramaticais, por características temporais inerentes aos verbos (e aos seus complementos), por advérbios e por princípios de organização discursiva. Ainda, de acordo com o autor, há quatro parâmetros possíveis para descrever o significado temporal de uma forma *tense*: (1) o dêitico, que toma como referência o momento de fala, situando o tempo presente como simultâneo, o futuro como posterior e o passado como anterior a esse momento; (2) o dêitico refinado, no qual se observa graduação temporal como passado distante, mais distante, mais remoto; (3) o dêitico e, ao mesmo tempo, relacional, que opera com o estabelecimento de relações entre o tempo de fala e o de evento (expresso pela lexicalidade do verbo) com o de

⁴² Mesmo considerando o sinal descrito por Capovilla & Raphael (2001) para presente, VIDA+AGORA, pois ele pode ser tomado como uma flexão de HOJE/AGORA.

referência, sem perder de vista a temporalidade dêitica dada pelo momento de fala; (4) o não-dêitico e não-relacional, para o qual a constituição temporal inerente do verbo marca se o evento é expresso como completo ou incompleto, sem precisar, assim, relacionar temporalidade com o momento de fala.⁴³ KLEIN (1995) chama a atenção para o fato de que esses parâmetros não são contraditórios, mas compatíveis, pois podem ser combinados composicionalmente em um único sistema, inclusive considerando questões aspectuais.⁴⁴ Nas palavras do autor:

It may be, for example, that some so-called 'tense-forms' in a particular language express simple deitic relations, whereas others need refined temporal relations, or some tense forms can be described without a 'third time parameter' whereas others need such a third time; similarly, deitic-relational and aspectual meaning can be combined in a system, and even in a single form. (KLEIN, 1994:20)

Assim, na LIBRAS, como não parece haver flexão gramatical para tempo, a noção de temporalidade pode ser explicada por essa composicionalidade do sistema de referência temporal e aspectual. Ou seja, há marcas específicas que estabelecem relações dêiticas com o momento de fala e expressam os tempos futuro, passado ou presente. Porém, quando essas marcas não são empregadas, é possível ter leitura de presente ou passado dada pela interação entre tempo e aspecto, isto é, pela lexicalidade do verbo e seus argumentos. Nesse caso, se a sentença, por exemplo, expressa um evento completo – cujo tempo de referência é percebido como algo ocorrido em um momento específico, pontual, no intervalo temporal desse evento – o tempo denotado é o passado. Portanto, se a sentença é lida como contendo um evento pontual e se não apresenta uma marca indicando tempo futuro ou flexão para aspecto imperfectivo, ela pode ser entendida como contendo “flexão semântica” para o passado.⁴⁵

Quer dizer, na LIBRAS, é possível interpretar sentenças como estando no presente quando a lexicalidade dos verbos e de seus complementos não estiver denotando um evento pontual, cujo tempo de referência pode ser interpretado como um todo ocorrido antes do momento de fala, pois, nesse caso, o tempo que se coloca é de passado. Então, o único tempo que necessariamente precisa ser

⁴³ Observe-se que esses parâmetros, individualmente ou com diferentes formações de conjuntos, são empregados pelos teóricos da área da aspectologia apresentados no capítulo anterior.

⁴⁴ Sobre isso vale observar que o parâmetro 3 engloba a noção de tempo de evento dada em 4.

⁴⁵ Flexão semântica é um termo usado por Lin (2002) para se referir ao conteúdo lexical dos sintagmas verbais.

marcado é o futuro, porque somente a semântica dos verbos e seus argumentos não é suficiente para expressá-lo.⁴⁶

Assim, o que se propõe para essa descrição tipológica de tempo e aspecto da LIBRAS é que se volte o olhar para: (1) as características de referenciação dêitica realizada por operadores específicos e/ou expressões ou advérbios temporais, (2) a referenciação dêitica e relacional em composição com a temporalidade inerente dos verbos e de seus complementos e (3) as possíveis modificações aspectuais dadas por flexões. Dessa maneira, é possível avaliar a organização dessa língua para expressar relações temporais e aspectuais como no caso de situações *bounded* (fechadas) x *unbounded* (abertas) – ligadas aos aspectos perfectivo (pontual) x imperfectivo (aberto) e o iterativo (perfectivo e imperfectivo).

A fim de investigar esses pontos, são destacados, a seguir, alguns exemplos nos quais a combinação das propriedades lexicais de verbos e seus argumentos dispensam marcas gramaticais para indicar aspecto perfectivo e, ao mesmo tempo, indicam leitura de passado. Paralelamente, objetivando facilitar comparações, são mostradas algumas ocorrências de sentenças com flexões gramaticais para aspecto, com o intuito de avaliar a relação dessa categoria com a organização da referência temporal na LIBRAS.

Os primeiros exemplos, da série, apresentam sentenças com o verbo ACABAR,⁴⁷ que é realizado posicionando as mãos uma sobre a outra, com as palmas para baixo, e movimentando-as rapidamente para os lados opostos. Essa realização da raiz do verbo pode receber uma flexão pela adição de um sinal (parecido com o ATÉ) feito com a mão direita colocada em posição vertical com a palma voltada para a esquerda e baixada até a palma da esquerda, que é aberta horizontalmente. Tanto uma como outra forma podem ocorrer com a função de verbo auxiliar.⁴⁸ O próximo conjunto das duas fotos mostra a realização da flexão e, logo depois, do sinal raiz:

⁴⁶ Essa questão será aprofundada no próximo capítulo com uma descrição subsidiada por teorias da área da Pragmática e da Semântica.

⁴⁷ Felipe (1998) lista quatro sinais diferentes para o evento ‘acabar’. Nos dados para esta tese apenas duas formas apareceram.

⁴⁸ Além dessa função, os dados indicam um uso especial desses sinais como marcadores discursivos para indicar entrega de turno ou finalização do discurso.

ACABAR (JO, A.avi)



Essas duas ocorrências de ACABAR mantêm a característica semântica do verbo em que a situação ocorre em um ponto definido no intervalo temporal, ou seja, sem progressão temporal. Desse modo, há atribuição de propriedade de instantaneidade à sentença. Ainda que esse verbo funcione como auxiliar e o principal receba flexão imperfectiva, a leitura de passado pode ser mantida. É interessante notar, também, que ACABAR^{+flexão}, na maioria das vezes, ocorre como uma marca que reforça o ponto final do intervalo de tempo, ou seja, é uma situação com término especificado – geralmente acompanhado de uma expressão temporal que confirma esse término (até hoje, aos vinte anos, no dia x, etc.) Para verificar essas questões, a seguir são apresentados alguns exemplos.

10. ACABAR

MUDAR^{+flexão} (RE, K.avi)

“Acabei mudando.”

11. DEPOIS PENSAR^{+flexão} IDADE 21 ACABAR LÁ IDADE 21
 ACABAR PENSAR^{+flexão} QUANDO OUTRO TRABALHO PROCURAR^{+flexão} (EL,
 J. avi)

“Depois aos 21 anos pensando, acabou lá, aos 21 anos, quando acabei pensando em procurar outro trabalho.”

DEPOIS

PENSAR^{+flexão}

IDADE

21



ACABAR

LÁ

IDADE



21

ACABAR

PENSAR^{+flexão}

QUANDO

OUTRO

TRABALHO

PROCURAR^{+flexão}

Nesses dois exemplos, os verbos MUDAR, PENSAR e PROCURAR estão flexionados para aspecto imperfectivo. O primeiro, por alteração no parâmetro configuração das mãos, pois o sinal raiz é realizado apenas com uma das mãos (como se observa em 12, a seguir); o segundo, por modificação nos parâmetros expressão facial e intensidade do movimento, o qual recebe apoio inclusive com o balanço do tronco; e o último, por modificação na frequência do movimento, que é aumentada.

Embora, nessas sentenças, devido à flexão, esses verbos expressem imperfectividade, a leitura que se realiza é de um evento no passado. Em (10), isso se dá por conta da composição entre as propriedades temporais de MUDAR e ACABAR, pois este último fecha o intervalo temporal e, desse modo, funciona como tempo de referência; então, tem-se aspecto perfectivo e a leitura é de passado. Já em (11), além do verbo ACABAR, aparece a expressão IDADE 21, esses elementos localizam a situação da sentença em um ponto no intervalo de tempo e, novamente, há a possibilidade de ler o aspecto de todo o enunciado como perfectivo, cuja leitura sugere o tempo passado e não o presente. Essa questão pode ser colocada a partir da observação de Castilho (1994), para quem o tempo pode pressupor aspecto.⁴⁹

Vale salientar que, além dos atributos temporais próprios dos verbos, para a análise aspectual é preciso avaliar as diferentes flexões gramaticais para marcar essa categoria. A seguir se coloca um exemplo do verbo MUDAR sem flexão, para comparação com os exemplos anteriores, a fim de verificar que o seu valor semântico é então perfectivo.

12. MUDAR APAS ESTUDAR, LOGO-DEPOIS CL<SINAIS+RÁPIDOS> CABEÇA-DOER EU NÃO-ENTENDER NADA EU IDADE 19... (JO, A.avi)

“Mudei para a APAS para eu estudar, os sinais eram feitos com rapidez e eu não entendia nada, a cabeça doía, com dezenove anos...”

⁴⁹ Poderia ser argumentado que, nesses casos, o imperfectivo é terminativo, de acordo com Castilho (1994), ou seja, há uma fase final para um predicado que dispensa seu desfecho. No entanto, não parece ser esse o caso da sentença, pois a composição demonstrada para essas sentenças indicam a ocorrência de uma ação cujo começo coincide com o seu término, ou seja, perfectiva.

MUDAR

APAS

ESTUDAR



LOGO-DEPOIS

CL<SINAIS+RÁPIDO>

CABEÇA-DOER



EU

NÃO-ENTENDER

NADA

EU



IDADE

DEZENOVE



Retomando a análise de ACABAR, o exemplo (13), a seguir, remete novamente para marcas de aspectualidade que valem a pena ser ressaltadas: a questão da alteração da freqüência e do tipo do parâmetro movimento. A alteração da freqüência, nesse caso, ocorre no advérbio de modo; já a modificação do tipo de movimento aparece no verbo APRENDER. Essas duas marcas fazem com que a interpretação do primeiro evento do enunciado (JUNTO ^{flexão3x} APRENDER ^{flexão3x}) seja de um acontecimento que tem seu intervalo de tempo aberto, isto é, de aspecto imperfectivo cursivo. Com relação ao segundo evento, o final da situação é marcado com o sinal flexionado de ACABAR e uma expressão temporal datada, o que faz com que o verbo HABITUAR não mantenha a leitura cursiva de APRENDER ^{flexão3x}, mas torne-se perfectivo.

13. JUNTO ^{flexão3x} APRENDER ^{flexão3x} DEPOIS ^{flexão} HABITUAR 19 IDADE
ACABAR/ATÉ ^{flexão} (JO, A.avi)

“Juntos aprendendo, logo depois, aos dezenove anos, habituei (acostumei).”

JUNTO ^{flexão3x}

APRENDER ^{flexão3x}

DEPOIS ^{flexão}



HABITUAR

19

IDADE

ACABAR/ATÉ



ACABAR



Para investigar melhor esse uso da alteração do tipo de movimento, é importante observar que o sinal raiz de APRENDER é feito com a mão direita em posição vertical e fechada, em datilologia S, tocando a testa com movimento de abrir e fechar realizado rapidamente por duas vezes, como mostra o próximo exemplo. No caso das imagens de (13), esse sinal é obtido pela execução de dois a três movimentos circulares dos braços, com as duas mãos fechadas em S, e sem tocar a testa, isto é, sem finalizá-lo. Agora, para estabelecer uma comparação com a situação descrita para (13), vale observar uma ocorrência do mesmo evento de APRENDER, mas com sua realização inicial e final se dando em um ponto no intervalo de tempo fechado, ou seja, perfectivo:

14. LOGO-DEPOIS

HABITUAR

APRENDER (LE, B. avi)



“Logo depois, habituei (acostumei), aprendi.”

Esse enunciado é produzido sem nenhuma modificação na frequência do movimento do sinal raiz de APRENDER, que passa a ter leitura de realização simultânea entre o seu início e fim. Portanto, esse evento não é imperfectivo cursivo, mas perfectivo. Além disso, a interpretação de HABITUAR continua pontual pelo uso do operador temporal que o acompanha, com a mesma função do verbo auxiliar

ACABAR, no exemplo anterior, ou seja, a de fornecer o tempo de referência. Assim, a leitura temporal/aspectual que se faz é de uma situação em que os dois eventos “aprender” e “habituar” são perfectivos e acontecem antes do momento de fala, pois não há operador para marcar futuro. Ainda, a situação não é vista como acontecendo no presente, também por causa da perfectividade da sentença, pois a composição aspectual se dá com o tempo de referência delimitando a ocorrência dos eventos em um único ponto antes do momento de fala. Agora, analise-se um exemplo do emprego do verbo HABITUAR em um intervalo de tempo aberto, isto é, imperfeito:

15. SINAIS-GESTOS PARECER MACACO EU/ MUDAR CURITIBA SINAIS SENTIR NÃO-CONHECER/ NÃO-ENTENDER LABIAL POUCO/ FELIZ SINAIS APRENDER HABITUAR^{+flexão} ... (AM, D, avi.)

“Meus gestos pareciam de macaco, mudei para Curitiba senti que não conhecia LIBRAS, não entendia. Tinha pouca leitura labial estava feliz por aprender a usar sinais, fui habituando...”

SINAIS-GESTOS

PARECER

MACACO

EU



MUDAR

CURITIBA

SINAIS

SENTIR



NÃO-CONHECER

NÃO-ENTENDER

LABIAL

POUCO



FELIZ

SINAIS

APRENDER

HABITUAR^{+flexão}

O sinal HABITUAR, nas sentenças pontuais anteriores, como se vê nas imagens em (13) e (14), é produzido com a mão esquerda em posição horizontal e palma aberta voltada para baixo, seus dedos são girados para a direita. A mão direita, por sua vez, também aberta em posição horizontal e orientada para baixo, é movida para frente, passando por baixo da esquerda. No caso do exemplo (15), o que muda na formação desse sinal, para expressar aspecto imperfectivo, é o parâmetro movimento, com alteração na velocidade e duração, que se torna lento, demorado.

Assim, a referência temporal e aspectual, nesses exemplos, está organizada na dependência da estrutura de todo o enunciado. Para tanto, entram em jogo os operadores específicos para marcar tempo, como advérbios ou ainda outras expressões temporais, que passam a estabelecer o tempo de referência para as sentenças. Esse tempo de referência também faz parte da organização aspectual, bem como as flexões que podem ocorrer com diferentes classes de palavras, como os advérbios de tempo e de modo e os próprios verbos, os quais também podem estabelecer, por sua semântica temporal inerente, diferenças entre situações imperfectivas ou perfectivas, como se vê no exemplo a seguir:

16. CASA

CHEGAR

MENINO (JO, A.avi)



“O menino chegou em casa.”

Nesse enunciado, como não há marca específica para estabelecer um ponto de referência no futuro ou passado, por meio de uma relação dêitica, é possível interpretar o evento como acontecendo no presente. Porém, como nessa sentença não existe flexão gramatical para expressar aspecto imperfectivo, a fim de alocar o tempo de referência dentro do tempo de evento, a característica lexical do verbo CHEGAR se sobressai e expressa uma situação realizada em um único ponto no intervalo temporal, com interpretação perfectiva.⁵⁰ Dessa maneira, a leitura preferencial é a de passado. Isso pode ser notado pelos aspectos da realização do sinal do verbo que, geralmente, é produzido com as duas mãos em posição horizontal, voltadas palma a palma com os dedos inclinados para a esquerda, sendo ambas movidas da direita para a esquerda em arco. Caso se desejasse, por exemplo, expressar aspecto imperfectivo cursivo, provavelmente, o sinal raiz seria acrescido de uma marca flexional, como o alongamento.

A título de comparação é interessante avaliar a ocorrência de enunciados com o verbo COMEÇAR, pois nesse caso, o sistema lingüístico da LIBRAS se vale de duas formas de sinais específicos, ou seja, uma forma especial para o perfectivo e outra para receber flexão de aspecto imperfectivo ou iterativo – esses dois últimos com a interpretação ocorrendo baseada na composição com o complemento verbal. Notem-se as imagens:

⁵⁰ Ainda que se tenha em (16) expressão facial marcando QUANDO, ou seja, a possibilidade de o intervalo de tempo em que se dá o evento se localizar antes ou depois do momento de fala, o evento de CASA CHEGAR MENINO se mantém marcado em um ponto no intervalo de tempo, ou seja, o aspecto é perfectivo do mesmo modo. Note-se: QUANDO CASA CHEGAR MENINO pode se lido como “Quando o menino chegou em casa” ou como “Quando o menino chegar em casa”. Nesse caso, o contexto pragmático da narrativa é elemento necessário para a seleção do intervalo de tempo no passado ou no futuro. A questão da participação pragmática na organização da referência temporal/aspectual da LIBRAS é melhor analisada no próximo capítulo.

COMEÇAR^{forma1} (RO,E.avi)COMEÇAR^{forma2} (LE,B.avi)

O primeiro sinal é realizado ao se posicionar a mão esquerda com a palma aberta horizontalmente voltada para cima e a mão direita, também aberta, mas com a palma orientada para dentro, em posição vertical, tocando a base da esquerda. A mão direita, nessa posição, é movida rapidamente para frente até os dedos da mão esquerda. Esse é o sinal realizado sem flexão, mas que pode sofrer alteração no parâmetro movimento com relação à amplitude, à velocidade e à duração, tornando o movimento alongado e lento, a fim de ser interpretado como um evento ocorrendo em um intervalo de tempo aberto – imperfectivo ou iterativo. A imagem da direita apresenta a segunda forma para o sinal COMEÇAR, empregado em situações com intervalo de tempo fechado, pontual. Ele é produzido com as mãos em posição horizontal e abertas, palma a palma, sendo movidas rapidamente em um pequeno arco para baixo e para frente. Esse sinal, geralmente, ocorre apoiado por expressões que denotam um ponto específico no intervalo de tempo, como aos tantos anos, no dia x, etc.⁵¹ A seguir, estão colocados exemplos de usos desses dois sinais.

17.EU COMEÇAR^{forma1} PRIMEIRA, SEGUNDA, TERCEIRA SÉRIE CURITIBA
 COMEÇAR^{forma2} IDADE IDADE 10 COMEÇAR^{forma2} PRIMEIRA POUCO-ANTES,
 LOGO-DEPOIS ESTUDAR MUITO-DEPOIS ATÉ 84 PARAR TRABALHAR
 FUTURO ESTUDAR APRENDER NADA ALGUNS CONSEGUIR JÁ
 APRENDER NADA MUITO-DEPOIS AGORA PIETRO MARTINEZ
 COMEÇAR^{forma1} VOLTAR 4 SÉRIE/ PACIÊNCIA ESTUDAR^{+flexão} ACONTECER

⁵¹ Assim como ocorre com o sinal ACABAR^{+flexão} mostrado anteriormente.

MUDANÇA INSTITUTO COMEÇAR^{forma2} ESTUDAR PERFEIÇÃO ALEGRIA.
(AM,D.avi)

“Comecei^{forma1} a primeira, a segunda, a terceira série em Curitiba. Com dez anos comecei^{forma2} a primeira série, um pouco antes, um pouco depois. Estudei muito tempo, até 1984, parei para trabalhar. No futuro, não estudei e não aprendi nada. Alguns conseguiram. Eu não aprendi nada. Muito tempo depois, agora na Pietro Martinez, recomecei^{forma1} a quarta série. Paciência. Estudando. Aconteceu a mudança para o Instituto e comecei^{forma2} a estudar, perfeito, estou feliz.”

EU COMEÇAR^{forma1} PRIMEIRA SÉRIE SEGUNDA SÉRIE



TERCEIRA SÉRIE CURITIBA COMEÇAR^{forma2} IDADE



DEZ COMEÇAR^{forma2} PRIMEIRA SÉRIE



POUCO-ANTES

LOGO-DEPOIS

ESTUDAR

MUITO-DEPOIS



ATÉ

OITENTA E QUATRO

PARAR



TRABALHAR

FUTURO

ESTUDAR

APRENDER



NADA

ALGUNS

CONSEGUIR

JÁ



APRENDER

NADA

MUITO DEPOIS

AGORA



PIETRO

MARTINS

COMEÇAR ^{forma1}

VOLTAR

QUARTA-SÉRIE

PACIÊNCIA



ESTUDAR

ACONTECER

MUDAR

INSTITUTO





Como se percebe, ficaria estranho iniciar a tradução desse trecho como se o evento se desse no momento de fala, novamente pela característica semântica do verbo. Porém, a primeira ocorrência na sentença é com COMEÇAR^{forma1}, ou seja, flexionada para um intervalo de tempo aberto, o que deveria alterar a lexicalidade do verbo – lembrando que, ao ser empregada essa forma, o evento é interpretado como não-acabado, ao contrário da segunda forma e, portanto, sendo possível a leitura de presente. O que se observa, no entanto, é a ocorrência do aspecto iterativo, no início do enunciado, por conta da composição entre a lexicalidade e o complemento do verbo. Então, o tempo marcado é de passado, uma vez que esse aspecto é possível apenas para eventos perfectivos. Ou seja, em (17), parece haver uma delimitação para cada ocorrência de COMEÇAR^{forma1}. Observe-se, novamente: EU COMEÇAR^{forma1} PRIMEIRA, SEGUNDA, TERCEIRA SÉRIE... (“Comecei a primeira, a segunda, a terceira série...”). Isso também é válido para COMEÇAR^{forma1} VOLTAR 4 SÉRIE/ (“recomecei a quarta série”).

Com relação ao sinal COMEÇAR^{forma2}, sua ocorrência expressa o evento acontecendo em um ponto no tempo. Além disso, ele pode funcionar como referência temporal para o predicado da mesma maneira demonstrada para a análise de ACABAR. Note-se que em COMEÇAR^{forma2} PRIMEIRA POUCO-ANTES, LOGO-DEPOIS... (“comecei a primeira série um pouco antes, um pouco depois...”) e COMEÇAR^{forma2} ESTUDAR PERFEIÇÃO ALEGRIA... (“comecei a estudar, perfeito, estou feliz.”) o evento de ‘começar’ é perfectivo e, por isso, coloca um ponto de início para as situações PRIMEIRA POUCO-ANTES, LOGO-DEPOIS e ESTUDAR PERFEIÇÃO ALEGRIA. Nesses casos, o aspecto imperfectivo passa a ser visto como inceptivo, de acordo com Castilho (1994).

A questão do valor semântico do verbo e da referência temporal/aspectual pode ser vista também com DESISTIR. Existem duas formas de sinais para esse verbo. A primeira é realizada ao se posicionar as mãos abertas na vertical a cada lado do corpo e movimentando-as para cima e atrás dos ombros, com uma pequena flexão corporal e expressão facial de negação. Já a segunda forma é produzida com a colocação das mãos voltadas palma a palma, na posição vertical, e flexionando os dedos médios, que são distendidos ao se mover as mãos para frente e para baixo. Observe-se o exemplo:

18. ANOS^{flexão-futuro3x} PRIMEIRA SÉRIE SEGUNDA SÉRIE TERCEIRA SÉRIE



QUARTA SÉRIE DESISTIR (LE, B.avi)



“Depois de muitos anos, primeira, segunda, terceira, quarta série, desisti.”

Vale notar que, mesmo com o verbo DESISTIR associado a complemento cujo significado seja genérico, contável ou eventual como “muitas vezes”, “três vezes”, “de comer”, “de ouvir”, “de escrever”, o evento de “desistir”, sem flexão, é sempre pontual. O que pode se dar com a ocorrência de flexão mais complementos “quantizados” é o aspecto iterativo; por exemplo, “desistir três vezes” permite a leitura de uma desistência após a outra no intervalo de tempo.

Assim como esses verbos, há muitos outros que denotam eventos cujo começo coincide com o desfecho e podem sofrer alterações ou alterar os significados aspectuais e temporais em composição com outros elementos das sentenças. Apenas para confirmar essa questão, a seguir são mostrados mais alguns exemplos dessas ocorrências. O primeiro caso que se toma, a título de ilustração, é a ocorrência do verbo NASCER. O sinal para esse verbo é realizado colocando as mãos abertas, palma a palma, em posição vertical, e movendo-as a partir do estômago para baixo. Assim como os casos anteriores, para que o evento de nascer seja expresso no futuro, um marcador (operador temporal) especial deve acompanhar o sinal NASCER. Ao ser empregado sem nenhuma marca temporal, não é interpretado como presente, mas como passado, devido à temporalidade inerente ao verbo. Mesmo que se empregue um sinal como HOJE, junto com NASCER, a situação pode ser interpretada como futuro ou passado (O bebê nasce hoje, o bebê nascerá hoje, o bebê nasceu hoje), pois o aspecto perfectivo se mantém. Quando alguma marca de tempo passado ocorre junto com NASCER, por exemplo, o próprio sinal de PASSADO, a intenção, na verdade, pode ser a de marcar a ocorrência de uma situação em um intervalo de tempo antes do intervalo em que se dá o evento de nascer. Veja-se uma ocorrência desse verbo:

19. EU

NASCER (DA, C.avi)



"Eu nasci."

Outro verbo que se aproxima dessa descrição temporal realizada para NASCER, é o SENTAR. O sinal desse verbo é produzido com a mão esquerda em posição de datilologia U e a palma voltada para baixo, enquanto a direita, também

em **U** e com palma para baixo, tem seus dedos tocando o dorso dos dedos esquerdos.⁵² Observe-se a sentença a seguir:

20. EU

SENTAR (EV, G.avi)



A interpretação para essa sentença é “Eu sentei”. Para expressar “sentarei” ou para ser lido como um evento que se dá no momento de fala, é necessário marcar com um operador temporal, no primeiro caso, e empregar um verbo auxiliar, no segundo, para caracterizar aspecto imperfectivo – o qual também pode ser expresso por flexão com alteração da duração do movimento do sinal SENTAR.

No próximo item são apresentados mais exemplos justamente para confirmar a necessidade de considerar a flexão como elemento denotativo da diferença entre o aspecto perfectivo e o imperfectivo.

3.3.1.1 A flexão para caracterizar o aspecto imperfectivo

O emprego da flexão verbal para denotar intervalo de tempo aberto, imperfectivo, já foi demonstrada, por exemplo, com os verbos HABITUAR, COMEÇAR, APRENDER, mas, por sua importância para esta pesquisa, vale apresentar mais algumas ocorrências com esse valor. Ainda porque, existe na LIBRAS, de acordo com os dados, a possibilidade de se ter leitura de aspecto imperfectivo inceptivo (fase inicial do evento), cursivo (desenvolvimento do evento) e

⁵² De acordo com Quadros & Karnopp (2004), a diferença entre SENTAR e CADEIRA se localiza na realização do movimento do sinal para nome acontecendo por meio da repetição e de forma mais curta do que ocorre para o sinal do verbo.

terminativo (fase final do evento),⁵³ dependendo da composição entre aspecto e tempo nas sentenças.

O primeiro exemplo destacado para essa análise é o emprego de flexão com o verbo CRESCER, pois os dados mostram que ele recebe diferentes flexões aspectuais interessantes. O sinal raiz para CRESCER é produzido ao se posicionar a mão direita com a palma voltada para baixo e movimentando-a da cintura até o ombro. Mas o que se observa no *corpus* é, por exemplo, um emprego do sinal CRESCER para expressar uma passagem de tempo em que se desenvolve esse evento sem marcar o ponto final, ou seja, com a leitura de aspecto imperfectivo cursivo. A seguir, coloca-se uma imagem para ilustrar essa ocorrência. Note-se que o parâmetro movimento tem alterada a sua amplitude, isto é, o movimento não termina no ombro, mas continua acima da cabeça. Além disso, também o parâmetro expressão facial é modificado, para dar idéia de passado longínquo, com os lábios em forma de assovio.

CRESCER^{+flexão}



Em (21) é apresentada uma ocorrência do sinal raiz, que também denota um intervalo de tempo aberto para o desenvolvimento da situação. Neste caso, porém,

⁵³ De acordo com a tipologia aspectual elaborada por Castilho (1994).

emprega-se uma expressão temporal a fim de marcar o ponto final desse intervalo, fazendo com que o evento de “crescer” ocorra antes do momento de fala, sem estender-se até ele ou ultrapassá-lo, com aspecto imperfectivo terminativo.

21. CRESCER ATÉ IDADE OITO MUDAR LUGAR PERTO R-I-O A-Z-U-L.

(LE, B.avi)

“Eu fui crescendo, até oito anos, quando mudei para um lugar perto de Rio Azul.”

CRESCER

ATÉ

IDADE



OITO...



Os próximos exemplos confirmam o emprego de flexão no verbo CRESCER para dar conta de expressar intervalos abertos, com e sem outras marcas na sentença para denotar o ponto final do evento. As imagens registram o início e o final da realização do sinal desse verbo.

22. MUITO-DEPOIS EU PENSAR CRESCER^{+flexão} APRENDER FORA TRABALHAR (EL, J.avi)

“Muito tempo depois, eu pensei, fui crescendo, aprendi, fui trabalhar fora.”



23. EU CRESCER^{+flexão} CASA BAIRRO C-A-M-P-O C-O-M-P-R-I-D-O BAIRRO EU
 CASA MUITO-ANTES CRESCER^{+flexão} (JO, A.avi)

"Eu fui crescendo no bairro Campo Comprido. Eu fui crescendo nessa casa há muito tempo.



EU CASA MUITO-ANTES



CRESCER^{+flexão}



24. NASCER BONITO LEMBRAR OLHAR BEBÊ BONITO ELE ROSTO BONITO
DEPOIS CRESCER PENSAR POR QUE GORDO TANTO-FAZ DIFERENTE
CL<JEITO CRESCER^{+flexão} BEBÊ> (DA, C.avi)

“Nasceu bonito, lembrou e olhou o bebê bonito, rosto bonito. Depois, cresceu.
Pensou por que gordo? Tanto faz (“não faz mal”), jeito diferente. E o bebê foi
crescendo.”

NASCER BONITO LEMBRAR



OLHAR BEBÊ BONITO

ELE



ROSTO BONITO

DEPOIS

CRESCER



PENSAR

POR QUE

GORDO

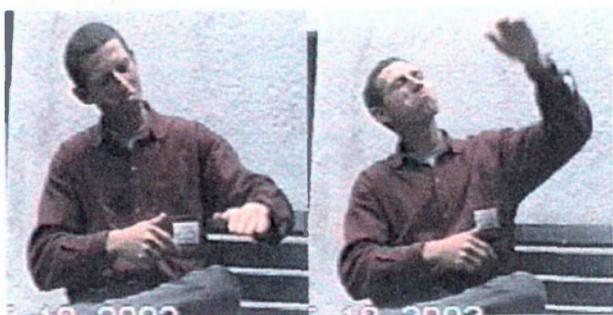
TANTO-FAZ



DIFERENTE

CL<JEITO CRESCER^{+flexão} BEBÊ>



CRESCER^{+flexão}

Vale lembrar que a interpretação de passado, nessas sentenças, acontece pela composição entre o tempo de referência – estabelecido por expressões ou advérbios temporais – e a lexicalidade dos verbos. Por isso, mesmo quando CRESCER recebe a flexão para intervalo aberto, a leitura realizada, nesses exemplos, é de um evento anterior ao momento de fala. Em (22) e (24), os operadores MUITO-DEPOIS e DEPOIS, respectivamente, não chegam a expressar futuro como um intervalo posterior ao momento de fala, pois para isso o operador FUTURO seria necessário; assim, apenas marcam um subintervalo no tempo passado. Já em (23), a expressão MUITO-ANTES delimita o desenvolvimento do evento “crescer” no passado.

Um verbo que pode receber uma explicação muito próxima à de CRESCER é DESENVOLVER. A formação para esse sinal se dá com a colocação de ambas as mãos em posição horizontal e abertas, com as palmas voltadas para baixo. O início do movimento, para esse sinal, acontece com a mão direita sobre a esquerda, então, as duas mãos são orientadas para cima em alternância. Observem-se as imagens:

DESENVOLVER (DA, C.avi)



25. BAGUNÇA PARECER VAGABUNDO BAGUNÇA NÃO PODER, LIMPAR^{+flexão}
 AJUDAR^{+flexão} BONITO, CONSCIÊNCIA DESENVOLVER^{+flexão} IGUAL
 AJUDAR^{+flexão} DESENVOLVER^{+flexão} JUNTOS. (DA, C.avi)

“Não pode haver bagunça, pois parece coisa de vagabundo. Ajudar a limpar é bonito, desenvolvendo a consciência, ajudando igualmente, desenvolvendo juntos.”

BAGUNÇA

PARECER

VAGABUNDO

BAGUNÇA



NÃO PODER

LIMPAR^{+flexão}AJUDAR^{+flexão}

BONITO



CONSCIÊNCIA

DESENVOLVER^{+flexão}

IGUAL



AJUDAR^{+flexão}DESENVOLVER^{+flexão}

JUNTOS



Assim como o verbo CRESCER, o sinal de DESENVOLVER pode sofrer alteração no parâmetro movimento, na amplitude, duração e, nesse caso, também na frequência. Ele, da mesma forma que CRESCER, com essas flexões passa a indicar um intervalo de tempo aberto e ilimitado, ou seja, imperfectivo cursivo, que se inicia antes do momento de fala, como se observa no exemplo em (25). Ao se desejar exprimir um ponto final para esse evento, faz-se necessário usar uma expressão temporal para marcá-lo. Esse exemplo também traz os verbos LIMPAR e AJUDAR flexionados para indicar imperfectividade cursiva, pela alteração na frequência e direção do movimento, realizado em meia circunferência pela articulação dos braços em frente ao corpo.

Outro exemplo de flexão para imperfectivo pode ser visto em sentenças com o verbo FALAR. Para expressar intervalo de tempo aberto, com aspecto cursivo, é possível encontrar duas formas de sinais para esse evento, como mostram as seguintes imagens:

FALAR (Flexão ao alterar freqüência)

FALAR^{+flexão} (LE, I.avi)

A formação para esse verbo é feita posicionando a mão direita com a palma para dentro, horizontalmente, em P, movendo-a para frente em círculos a partir da boca (imagem da esquerda). Quando esse sinal é produzido com uma repetição, freqüência, de três, quatro ou mais vezes, tem-se a interpretação de o evento falar ocorrer em um intervalo de tempo aberto, que pode ser no passado, presente ou futuro. O sinal FALAR, para essa aspectualidade, pode ser flexionado também pela mudança na configuração de mãos e na articulação de braços, ao ser realizado com ambas as mãos e a alteração da freqüência (imagem da direita). Assim como para outros casos já analisados, quando esse evento ocorre sem marca especial de passado ou futuro, ele é tomado como acontecendo no presente. O exemplo a seguir é marcado para o passado:

26.EU EX MINHA ANTES FAMÍLIA FALAR^{+flexão} RESOLVER^{...neg.} AGORA ACEITAR ESTUDAR. (DA, C.avi)

“Antigamente, eu não aceitava o que minha família falava, agora eu aceito estudar.”

EU

EX

MINHA

ANTES



FAMÍLIA

FALAR^{4x}

NÃO-RESOLVER

AGORA



ACEITAR

ESTUDAR



Embora o evento de “falar”, nessa sentença, ocorra antes do momento de fala, por ter sua ocorrência delimitada pelos operadores EX e ANTES, ele se estende por todo o intervalo de tempo passado, ou seja, é imperfectivo cursivo – previsto pela aspectualidade denotada em sua flexão. Repare-se, também, que a leitura dos eventos “estudar” e “aceitar” é imperfectiva inceptiva, pois é possível notar um ponto de referência dado para o início de uma situação que permanece aberta. Esse ponto é o momento de fala, determinado pelo advérbio temporal AGORA. Por isso, esses eventos são interpretados no tempo presente.

Um outro ponto relacionado ao verbo FALAR merece destaque nessa análise: por que a alteração da freqüência, na sua formação, não especifica o aspecto iterativo? Para a aspectualidade de iteração, na LIBRAS, parece ser necessário uma composição entre flexão aspectual e “quantização” do complemento verbal. Em (26) não há especificação para o evento de falar ter acontecido com uma, duas, três pessoas ou a x grupos, ou em x momentos distintos, por exemplo. Essa questão é explorada no próximo subitem, o qual diz respeito à participação da “quantização” das sentenças na formação aspectual.

3.3.1.2 A flexão e os aspectos imperfectivo e iterativo

A fim de investigar melhor a participação da flexão gramatical na organização da aspectualidade na LIBRAS, é necessário avaliar uma questão, observada por Castilho (1994),⁵⁴ que diz respeito ao fato de os estados de coisas descritos nas sentenças poderem ser diferenciados em uma face qualitativa e outra quantitativa. Esses autores relacionam à primeira os aspectos perfectivo e imperfectivo, e à segunda o semalfactivo e o iterativo – este último analisado nesta tese. Neste item, são avaliadas sentenças com aspecto imperfectivo e iterativo, para contrapor o recurso de flexão gramatical para esses aspectos.

O primeiro exemplo para analisar essa questão apresenta uma sentença com o verbo PERGUNTAR. O sinal raiz desse verbo é realizado com a mão esquerda aberta, colocada horizontalmente com a palma voltada para a direita, e a mão direita em D (datilologia), com a palma para baixo, toca o pulso esquerdo, de modo que o dedo indicador aponte para frente, enquanto essa mão se move uma vez nessa direção. Para tornar iterativo o valor do verbo perguntar, essa realização do sinal tem alterada a sua frequência. Analise-se o exemplo:

27. MAMÃE PERGUNTAR^{+flexão(3x)} MOTO VER. (LE,H.avi)

“Perguntei, perguntei para mamãe: você viu a moto?.”

MAMÃE PERGUNTAR^{+flexão(3x)} MOTO VER (LE,H.avi)



É difícil, por exemplo, uma leitura imperfectiva cursiva desse evento, pois a situação de “perguntar” pode denotar uma ação que tem o seu início e desfecho

⁵⁴ Também Verkuyl (1993) faz essa distinção.

acontecendo no mesmo ponto na linha temporal, ou seja, perfectiva. Então, o evento de “ficar perguntando”, marcado três vezes na sentença, sugere a reiteração da situação.

Outras sentenças interessantes para contrapor imperfectividade e iteratividade são as que apresentam, em sua composição, os diferentes valores eventuais do verbo VER. O sinal raiz para esse evento é produzido movendo a mão direita, em V (datilologia), a partir do olho direito, para frente. Porém, como esse verbo pode representar diferentes valores semânticos, as suas flexões podem ocorrer para dar conta de aspectualidades distintas, referentes aos seus vários significados, entre outros: eu vi (descobri) um mundo novo; estou vendo (percebendo) que seus interesses mudaram; vejo (compreendo) bem o que você quer; etc.

Ao ser empregado o sinal para dar conta do sentido de “enxergar” ou de “descobrir”, sua formação é organizada com a configuração da mão direita em posição de apontar, com o dedo indicador em riste, e o seu movimento se dá com velocidade e abruptamente a partir do olho direito para frente e, ainda, a expressão facial se torna contraída e com os olhos arregalados. Esse sinal é empregado quando a intenção é descrever um evento que ocorre em um intervalo de tempo fechado, ou seja, com aspecto perfectivo; portanto, nenhuma marca especial para denotar passado precisa acompanhar esse sinal, pois a marca de tempo é dada por uma relação temporal/aspectual em que o tempo de evento está incluído o tempo de referência.⁵⁵ A próxima sentença ilustra o sinal VER/DESCOBRIR, empregado para expressar aspecto perfectivo:

28. ANOS^{+flexão-futuro(3x)} IDADE 27 PASSEAR VER/DESCOBRIR^{pontual} SURDO
LUGAR ESTUDAR APAS. (LE, B.avi)

“Muito tempo depois, aos 27 anos, eu passeava e vi (descobri) um lugar para surdo estudar, a APAS.”

⁵⁵ Essa questão será aprofundada no próximo capítulo. Vale lembrar, ainda, que o aspecto perfectivo também pode ocorrer no futuro, mas neste caso, na LIBRAS, seria necessário o emprego do operador FUTURO na sentença.

ANOS^{+flexão-futuro(3x)}

IDADE

VINTE E SETE



PASSEAR

VER/DESCOBRIR^{pontual}

SURDO



LUGAR

ESTUDAR

APAS



Note-se que tanto o conector quanto a expressão temporal, nessa passagem, servem para delimitar subintervalos no tempo passado e, por conta do conector ANOS^{+flexão-futuro(3x)}, pelo menos um subintervalo recebe leitura de posteridade temporal. Assim, a primeira sentença está marcada para passado com o verbo PASSEAR lexicalmente denotando imperfectividade, uma vez que esse é um evento que não requer término da ação para sua existência. Sem essas marcas, por expressar semanticamente um evento em um intervalo de tempo aberto, PASSEAR poderia ser lido como acontecendo no momento de fala. Essa mesma característica também é válida para ESTUDAR, porém, como não recebe apoio de nenhum marcador aspectual para passado, sua interpretação, por conta da aspectualidade,

permanece até o presente. No que diz respeito ao verbo VER, é clara sua ocorrência como uma situação perfectiva.

Como observado com a situação de PERGUNTAR, o aspecto iterativo é compreendido como a realização repetida de um evento que é inerentemente pontual, como é o caso de “ver/descobrir”. Por isso, na LIBRAS, ao se notar flexão em verbos que exprimem eventos pontuais, principalmente por meio da alteração da freqüência, o que se observa é a possibilidade de leitura iterativa, e não de cursividade. Isso porque, por serem pontuais, essas situações não podem se estender em um intervalo no tempo, mas podem ocorrer várias vezes, em diferentes pontos nesses intervalos. Quando se deseja expressar o aspecto iterativo para os eventos “ver/descobrir” é necessário realizar o sinal do verbo com alteração nos parâmetros configuração de mãos e articulação de braços (os dois braços e mãos passam a ser usados), e no movimento, com modificação do tipo, que passa a ter uma freqüência de repetição com aumento de velocidade, bem como de duração. A imagem a seguir, ilustra essa formação:

DESCOBRIR/VER^{+flexão 4x} (JO, A.avi)



Antes de exemplificar com um enunciado esse tipo de ocorrência com leitura iterativa, convém mostrar como acontece a formação flexionada para o verbo VER, mas no sentido de “observar”, ou seja, como um evento aberto no intervalo de tempo, para o qual não há necessidade de finalização para que ocorra interpretação, pois expressa uma situação imperfectiva. Note-se, nas imagens da sentença (29), abaixo, que o sinal raiz de VER é realizado com modificação nos parâmetros configuração de mãos e articulação de braços, expressão facial e movimento – este com alteração em sua amplitude, velocidade, direção e duração. Todo o sinal se

torna alongado e mais lento, sua direção não se realiza apenas para frente, mas em meio arco à frente, e os olhos ficam semi-abertos, indicando o passar do tempo. Analise-se o exemplo a fim de verificar essas alterações para o aspecto imperfeito cursivo:

29. EU DENTRO IMAGINAR+^{flexão-cursivo} VER/OBSERVAR+^{flexão-cursivo} COMO CRIANÇA COMO PORQUE FUTURO VIDA QUEBRAR ANTES ACONSELHAR FILHO IMPORTANTE (RO, E.avi)

“Eu fico imaginando, olhando como as crianças, como no futuro a vida pode ser destruída, é importante aconselhar os filhos antes.”

EU DENTRO

IMAGINAR+^{flexão-cursivo}



VER/OBSERVAR+^{flexão-cursivo}

COMO



CRIANÇAS

COMO

PORQUE



FUTURO

VIDA

QUEBRAR



ANTES

ACONSELHAR

FILHO



IMPORTANTE



Ao analisar a sentença em (29), verifica-se que a ocorrência da flexão para VER/OBSERVAR acontece como um evento imperfectivo cursivo. A flexão para denotar essa aspectualidade também é observada com o sinal de IMAGINAR, o qual se torna mais alongado e duradouro, e a expressão do olhar igualmente se modifica. Além disso, o verbo ACONSELHAR, por ser lexicalmente marcado como imperfectivo, isto é, por ter característica semântica para expressar situação não limitada, cujo desfecho não é requisito para a sua interpretação, é lido como evento que acontece no momento de fala, ou seja, no presente, e se estende para o futuro, quer dizer, com aspecto cursivo. Ao se desejar expressar o evento de “aconselhar” em um momento no intervalo de tempo, perfectivamente, o sinal raiz é alterado e passa a ser produzido de modo abrupto.

Para contraponto, o trecho em (30) traz uma ocorrência de VER/OBSERVAR sem flexão, fazendo com que receba apenas a leitura perfectiva.

30. MUDAR CHIQUE EU ADMIRAR^{+flexão-cursivo} PASSADO NADA SIMPLES
CENTRO EU VER/OBSERVAR SUJO RESTO MUDAR^{+flexão-iterativo} PREFEITURA
MUDAR^{+flexão-iterativo} CL<MELHORAR/AUMENTAR> VER/DESCOBRIR^{+flexão-iterativo}
BONIT@ CHIQUE METID@ PERFEIT@ (JO, A.avi)

“Ela mudou, ficou chique, eu me admiro porque, no passado, não tinha nada, era simples no centro, vi/observei muita sujeira. A prefeitura foi mudando, as coisas crescendo e melhorando, fui descobrindo o quanto está bonita, chique, metida, perfeita.”



MUDAR^{+flexão-iterativo 4X} PREFEITURA MUDAR^{+flexão-iterativo 3X} CL<MELHORAR AUMENTAR>



VER/DESCOBRIR^{+flexão-iterativo 4X}

BONIT@

CHIQUE



METID@

PERFEIT@



Além da ocorrência de VER/OBSERVAR, em (30) é possível verificar também o emprego do sinal VER/DESCOBRIR com flexão para o aspecto iterativo (é possível imaginar, inclusive, um novo descobrir a cada dia). Ainda, nesse exemplo, o verbo MUDAR, na primeira ocorrência, é empregado sem flexão aspectual, com leitura de passado, por sua característica semântica de indicar seu início e desfecho em um mesmo ponto temporal, o qual é tomado como referência para a marcação de tempo na sentença. Nas outras duas ocorrências, recebe flexão para aspecto iterativo, por alteração do parâmetro movimento, com a freqüência aumentada. Com relação ao verbo ADMIRAR, realizado com a mão direita marcando 4 e com o dedo indicador na ponta do nariz, ele recebe leitura imperfectiva devido à flexão dada pela duração alongada do sinal e à expressão facial que reforça o evento. Assim, como

não há um operador para delimitar esse evento no passado, sua leitura se estende até o presente. O operador de PASSADO, nessa sentença, delimita o tempo para os eventos de “ser” e “ter”.

O próximo exemplo ilustra o emprego de flexão para expressar aspecto imperfectivo cursivo apenas pela alteração do parâmetro movimento, cuja frequência é aumentada, para os verbos VIGIAR e TER. Embora a flexão seja dada pela modificação da frequência, nesta sentença, a denotação de iteração parece ser impedida, porque os argumentos internos dos verbos são genéricos, o que dificulta uma leitura de evento reiterado e, por outro lado, induz à leitura de continuidade. Assim, a flexão acontece pela repetição do próprio sinal, de cada verbo, e a situação denotada por todo o predicado é de um evento aberto, indicando o aspecto cursivo. Note-se essa ocorrência no trecho e nas imagens, a seguir:

31. PERIGO VIGIAR^{+flexão4X} RUA⁺⁺ PERIGO DROGAS TER^{+flexão2X} ESCONDER
MUITO ASSALTO (JO, A.avi)

“É preciso vigiar, pois há perigos nas ruas, tem drogas escondidas e muitos assaltos”.

PERIGO

VIGIAR^{+flexão 4X}

RUA

PERIGO



DROGAS

TER^{+flexão 2X}

ESCONDER



MUITO

ASSALTO



Outras sentenças são descritas, adiante, a fim de confrontar um pouco mais as flexões gramaticais para aspecto iterativo com as empregadas para expressar imperfectividade. O primeiro exemplo apresenta o verbo PERCEBER, cujo sinal raiz é produzido com as mãos em V (datilologia) e os dedos curvados. As mãos são posicionadas horizontalmente e movidas para trás, ou seja, em direção ao tronco. Contudo, ao se desejar exprimir o significado de evento aberto para PERCEBER, o parâmetro configuração das mãos é alterado, juntamente com o movimento, pois os dedos flexionados passam a ser movidos, rapidamente, em abre e fecha, e a direção do movimento é modificada para semi-arco, em frente ao corpo, direcionado de um lado para o outro.

Em seguida, um trecho discursivo é destacado, para a análise da ocorrência desse evento com flexão aspectual. Essa flexão sugere mais a leitura de imperfectividade do que de iteratividade, provavelmente pelo valor genérico que pode ser dado ao complemento interno do verbo: SINAL⁺⁺. Porém, é aceitável que, devido à perfectividade inerente ao evento de “perceber” e à possível avaliação desse complemento como denotando a percepção de um sinal, depois outro, em pontos específicos no intervalo de tempo – uma vez que ele pode estar “quantizado” pela marca de frequência – a leitura seja de iteração. Então, para a definição entre um ou outro, o contexto pragmático deve entrar em jogo.⁵⁶ Vale destacar ainda, sobre este exemplo, que, embora seja empregado o operador FUTURO para a segunda situação de “perceber”, ele apenas expressa posteridade dentro de um subintervalo no passado.

⁵⁶ Wachowicz (2003) faz essa observação ao analisar o progressivo do Português Brasileiro. A autora propõe que se a sentença apresenta múltiplas leituras (como pode ser o caso em 31 e 32) o contexto, funcionando como perspectiva, é o nível final em que uma das leituras é selecionada pelo falante. Exemplos dessa situação, em Português, podem ser vistos com as sentenças: “Estou lendo três livros” e “Estou lendo livros”.

32. SINAL⁺⁺ PERCEBER^{flexão-iterativo} APAS ESTUDAR APRENDER IR SEGUNDA
SÉRIE QUALQUER FUTURO SINAIS PERCEBER SINAL⁺⁺ (EV, G.avi)

“Eu percebia os sinais, na APAS estudei, aprendi. Eu fui para a segunda,
terceira séries, qualquer uma. Depois, percebi os sinais.”

SINAL PERCEBER^{flexão-iterativo}



APAS

ESTUDAR

APRENDER

IR



SEGUNDA SÉRIE

QUALQUER

FUTURO

SINAIS



PERCEBER

SINAL⁺⁺



Também o sinal para o verbo FREQUËNTAR é alterado em sua formação nos parâmetros expressão facial e movimento. Esse sinal é realizado, em sua base, com uma das mãos abertas em posição horizontal e os dedos unidos pelas pontas; a mão é movida em uma amplitude restrita, rapidamente, de um lado para o outro. Ao se desejar expressar iteratividade, essa formação tem o seu parâmetro movimento modificado na freqüência, pela repetição que acompanha a “quantização” do complemento verbal. Observem-se as imagens de uma sentença com essa ocorrência:

33. SÁBADO, DOMINGO, QUARTA FREQUËNTAR^{flexão-iterativa} (LE, B.avi)

“Frequentei vários sábados, domingos e quartas...”

SÁBADO

DOMINGO

QUARTA-FEIRA



FREQUËNTAR^{flexão-iterativa 3x}



Essa leitura de aspecto iterativo, novamente, está se valendo não apenas da semântica dos verbos, pois esses, na verdade, apresentam também uma dependência dos seus NPs complementos para expressar aspectualidade, principalmente no que diz respeito à “quantização” dos seus argumentos. E, além das formas flexionais, assim como nas sentenças anteriores, (33) sugere que a diferença entre os aspectos iterativo e imperfectivo é também determinada pelo fato

de os complementos verbais do primeiro, geralmente, serem “quantizados”, enquanto os do segundo são genéricos. Por isso, talvez, seja mais fácil observar iteratividade em (33) do que na análise de (31) e (32), em que os argumentos verbais podem ser tomados como genéricos. Ainda, se a situação em (33) fosse imperfectiva, poderia, por exemplo, ser colocada como em (34):

34. FREQUËNTAR^{flexão-cursivo2x} AGÜËNTAR PACIËNCIA AGÜËNTAR ENTENDER
RESUMO (JO, A.avi)

Freqüentei, com paciência, agüentei, entendi tudo.

FREQUËNTAR^{flexão-cursivo 2x} AGÜËNTAR PACIËNCIA



AGÜËNTAR ENTENDER RESUMO (JO, A.avi)



A fim de ilustrar mais essa questão, são apresentados a seguir exemplos de ocorrências imperfectivas para o evento de “ajudar”. O sinal⁵⁷ para o verbo que expressa essa situação é produzido com a mão direita em A (datilologia) colocada

⁵⁷ Capovilla & Raphael (2001) descrevem duas formações diferentes para o verbo ajudar e Felipe (1998) descreve, ainda, outras duas. Talvez essas sejam indicações de mais variantes regionais, pois os surdos curitibanos, além da forma aqui descrita, que é a mais recorrente, empregam também uma das formas descritas por Felipe (1998), porém apenas em casos em que o evento de ajudar não exige esforço.

sobre a palma esquerda, que se volta para cima, e o movimento do sinal é realizado orientando ambas as mãos para frente.

35. TER TRABALHO AJUDAR CORAL...(LE, B.avi)

“ Tem trabalho, eu ajudo no coral....”

TER

TRABALHO

AJUDAR

CORAL



Ainda que o sinal raiz para denotar esse evento seja realizado sem flexão gramatical, a interpretação pode ser de imperfectividade, pois a situação de “ajudar” permite uma leitura de continuidade, ou seja, sem exigir um desfecho para a sua realização. Isso faz com que o tempo de referência em (35), por exemplo, seja o momento de fala, isto é, de presente. Portanto, para expressar passado, nesse caso, seria necessário um operador marcando essa temporalidade. Com relação a diferentes leituras aspectuais, ao se desejar exprimir iteratividade, a freqüência do sinal deve ser alterada, podendo, inclusive, ter a ocorrência de repetição na dependência de quantas vezes aconteceu o evento de “ajudar” a quantas situações, ou a quantas pessoas ou animais, ou seja, também entra em jogo a “quantização” do complemento verbal. Já para denotar aspecto perfectivo, é necessária a composição da lexicalidade verbal com um tempo de referência dado por um operador temporal de passado ou de futuro. Caso contrário, o evento é lido como imperfectivo, como mostra mais um exemplo:

36. CRESCER^{flexão-cursivo} BONITO CASAL AJUDAR^{flexão-cursivo} OUVINTE AJUDAR CARINHO MÃE CUIDAR^{flexão-cursivo} AJUDA^{flexão-cursivo} UNIÃO. (LE, B. avi)

“Ele crescia bonito. O casal de ouvinte se ajudando com carinho. A mãe cuidando e ajudando em união.”

CRESCER

BONITO

CASAL

AJUDAR ^{flexão iterativo 3X}

OUVINTE

AJUDAR

CARINHO



MÃE

CUIDAR ^{flexão2x}AJUDAR ^{flexão iterativo}

UNIAO



Todas essas sentenças fortalecem a proposição de que a aspectualidade, na LIBRAS, é organizada em função da composição entre: (1) a lexicalidade temporal inerente aos eventos, (2) o tempo de referência dado por expressões ou advérbios temporais e (3) a “quantização” dos argumentos verbais. A leitura aspectual é possível por meio do valor semântico dos verbos e seus complementos e, fortemente, pela participação de flexões gramaticais realizadas nos parâmetros movimento (com alteração da amplitude, frequência, duração, velocidade, direção – reto, arco, semi-arco), configuração de mãos e articulação de braços (principalmente o emprego de uma versus duas mãos), e expressão facial.

No que diz respeito à referência temporal, os dados sugerem uma hierarquização para a marcação dessa categoria. Primeiro, considera-se a referenciação dêitica com o momento de fala, denotada, principalmente, por operadores específicos para a temporalidade. Caso não haja o emprego desses operadores, entram em jogo tanto a referenciação dêitica quanto a relacional, ou seja, a leitura do tempo de referência passa a ser dada pela avaliação aspectual, a qual pressupõe uma relação entre o tempo inerente ao evento e o tempo de referência.⁵⁸

No próximo item são colocados alguns exemplos de como as alterações dos parâmetros para a flexão gramatical se mantêm fortemente ligadas à aspectualidade nas formações de classificadores.

3.3.1.3 Os classificadores e a aspectualidade

Na organização do sistema de referência temporal/aspectual na LIBRAS são empregados também os classificadores, nos quais são incluídas as flexões apresentadas até aqui. As próximas imagens ilustram uma ocorrência, por exemplo, do evento de “andar” com interpretação imperfectiva cursiva. O sinal classificador é realizado com o parâmetro movimento apresentando uma duração longa, velocidade lenta e aumento da frequência, da mesma forma já descrita para outras ocorrências de situações imperfectivas.

37. CL <menino gordo e triste ANDAR^{3x}> (JO, A.avi)



“O menino gordo e triste foi andando.”

⁵⁸ Essa hipótese será aprofundada no próximo capítulo.

38. CL<menino gordo e triste ANDAR^{3x}> (JO, A.avi)



“O menino gordo e triste foi andando.”

É interessante verificar o classificador usado para a situação de “engravadar” com a marcação do tempo decorrido nesse evento. A imagem em (39) mostra um dos sinais empregados para denotar gravidez, com os dedos indicadores. Outro sinal que aparece nos dados é formado com as palmas das mãos abertas, voltadas para baixo, com as pontas dos dedos se tocando e o movimento acontecendo a partir da parte superior do abdome até a região pélvica em arco para frente e para baixo. É esse sinal que se dá como um classificador na imagem em (40) por incluir, em sua realização – além da alteração da configuração de mãos e articulação de braços – flexão aspectual, por meio do emprego de modificações na amplitude, velocidade e duração do parâmetro movimento. Observem-se as imagens:

39. GRAVIDEZ (LE, B.avi)



“Gravidez”

40. GRAVIDEZ (LE, B.avi)



“O tempo passando durante a gravidez”

41. IMAGINAR GRAVIDEZ^{forma1} ESPECIAL SATISFAÇÃO JUNTO^{2X} FUTURO
 CL<GRAVIDEZ>^{forma2} CARINHO CASAL. (LE, B.avi)

“Eles imaginavam a gravidez, uma satisfação especial, o tempo de gravidez passando e o casal vivendo em carinho.”

Outra ocorrência de classificador com flexão aspectual é dada, a seguir, para descrever os eventos de “crescer” e “engordar”, ou seja, uma situação aberta a partir de um ponto em um intervalo de tempo e que se estende indeterminadamente: aspecto imperfectivo inceptivo. O sinal raiz para ENGORDAR é produzido posicionando as mãos em S (datilologia) horizontalmente, palma a palma, e movendo-as para lados opostos, enquanto as bochechas são infladas. Como se nota, nas próximas imagens, o classificador mantém as bochechas infladas, mas o parâmetro das mãos e braços é alterado para incluir, junto com o evento de “engordar”, a situação de “crescer”. Analise-se a imagem e o trecho a seguir, os quais contêm a ocorrência desse classificador:

CL<CRESCER, ENGORDAR> (EV, G.avi)



42. ROSTO PEQUENO, MÃO PEQUENA, PERNA PEQUENA, BOCHECHA FOFA, NORMAL, DIFERENTE DEPOIS CL<CRESCER/ENGORDAR>. (EV,G.avi)

“Rosto pequeno, mãos pequenas, pernas pequenas, bochecha fofa, tudo normal. Depois foi ficando diferente, foi crescendo gordo.”

Os classificadores permitem verificar também que, além dos verbos, é possível que na LIBRAS a aspectualidade seja expressa em outras categorias gramaticais, como nos adjetivos ou, ainda, pela a flexão de número (“quantização”). Ainda nesses casos, os recursos flexionais usados são os mesmos descritos até agora, neste capítulo. Apenas para ilustrar essa questão, a seguir é mostrada uma ocorrência aspectual em que o sinal de ÁRVORE é repetido para indicar uma existência de várias árvores. Se a leitura selecionada pragmaticamente para esse classificador indicar observação de um conjunto de árvores ao mesmo tempo, o aspecto imperfectivo cursivo é possível. Ao contrário, se a seleção preferida for a de observar uma árvore após a outra, então o aspecto iterativo pode ser lido.

43. ...CL <ÁRVORE^{+flexão}> QUALQUER VER/OBSERVAR^{+flexão} (EV,G.avi)

“...observava várias árvores.”

“...observava uma árvore, outra árvore e outra e outra...”

CL <ÁRVORE^{+flexão}>

QUALQUER



VER/OBSERVAR^{+flexão}



Essa questão da “quantização” e de outras classes de palavras envolvidas da referência aspectual também pode ser observada em outros casos, como VÁRIOS ou DIFERENTES. Nessa última palavra, por exemplo, os parâmetros movimento (frequência, duração e direção) e configuração de mãos e articulação de braços, bem como a expressão facial, são alterados com a intenção de expressar que coisas diferentes são admiradas, vistas, a cada momento. O sinal raiz para DIFERENTE é produzido com a mão em R (datilologia) posicionada horizontalmente, com a palma voltada para baixo e movida rapidamente para a direita, separando os dedos indicador e médio. A flexão aspectual se dá com ambas as mãos marcando R, palmas voltadas para baixo e com movimento para os lados, enquanto passam a marcar V. No trecho, a seguir, esse sinal está flexionado denotando iteratividade por estar acompanhado de elementos “quantizados”.

44. QUALQUER DIFERENTE^{+flexão} FEIO TER DIFERENTE^{+flexão} (EV,G.avi)

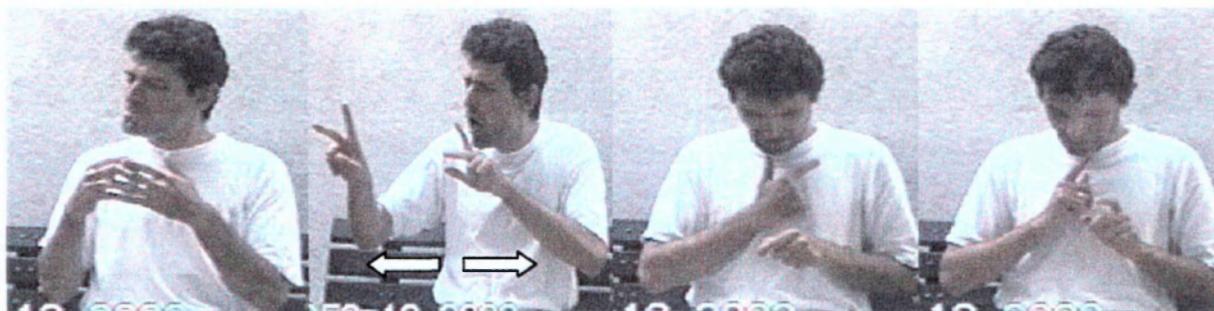
“Qualquer um é diferente, o feio, existem diferenças.”

QUALQUER

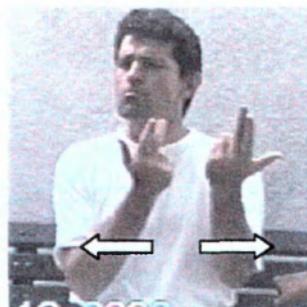
DIFERENTE^{+flexão}

FEIO

TER



DIFERENTE^{+flexão}



LIBRAS dispõe de um sistema lingüístico extremamente rico, no que diz respeito à organização da referência temporal e aspectual. Estão expostas aqui as formas mais recorrentes empregadas nesse sistema, com a intenção de que tal apresentação direcione um olhar diferenciado para essa língua, no sentido de levar em conta as construções descritas, neste capítulo, na busca de interpretações para os eventos, para as situações expressas ao se usar essa língua de sinais.

No próximo item são apresentadas algumas considerações sobre a descrição até agora realizada.

3.3.2 Parâmetros para a formação de sinais relacionados às marcas temporais e aspectuais na LIBRAS

Pelos exemplos elencados, neste capítulo, para ilustrar as ocorrências temporais e aspectuais na LIBRAS, percebe-se – diferentemente de Pereira (1993) – o fato de os informantes se utilizarem da linha temporal, como descrita por Amaral, Coutinho & Martins (1994), apenas para expressar os tempos presente, passado e futuro, por meio de três itens lexicais. Outros elementos referentes às categorias temporais, como verbos, advérbios e outras expressões temporais se valem da direção para frente e/ou para cima, a fim de expressar futuro e para trás e/ou para baixo, ao denotar passado. Isso também difere da observação da Língua Indo-Paquistanesa de Sinais, realizada por Zeshan (2000, 2003), para a qual foram descritos apenas três sinais específicos para a marcação temporal.

Ao contrário de Brito (1995) – mas se aproximando das postulações de Felipe (1998), para quem são encontradas noções temporais na raiz dos verbos – é observado nos dados que os verbos na LIBRAS expressam tempo pela relação com a aspectualidade; portanto, não são apenas os advérbios ONTEM, AMANHÃ, AGORA/HOJE que se apresentam como responsáveis pela temporalidade nessa língua. Dessa maneira, o tempo não é marcado somente no início de um discurso, mas depende das relações aspectuais das sentenças.

Além disso, a LIBRAS apresenta flexões verbais muito próximas às da Língua Gestual Portuguesa, descritas por Amaral, Coutinho & Martins (1994). Essas flexões são empregadas, principalmente, para dar conta da noção aspectual nas sentenças.

Isso se dá com diferentes articulações das mãos e braços, modificações no parâmetro movimento e expressão facial. Porém, embora em um primeiro momento se possa pensar que as classificações e descrições feitas para a Língua Gestual Portuguesa se aplicam perfeitamente à Língua Brasileira de Sinais, tal não acontece, principalmente porque, ao considerar as classificações dos verbos, não se pode colocá-los todos em uma mesma classe (como se faz para a descrição da aspectualidade da língua de sinais de Portugal), pois esses valores também são dados pela composição com os seus argumentos.

Assim, na LIBRAS, o verbo deve ser olhado não só em sua lexicalidade, mas em sua composição dentro da sentença, merecendo destaque, nesse sentido, as possíveis flexões gramaticalizadas para denotar aspectualidade. Dessa maneira, os verbos podem ser marcados, diretamente, para valores aspectuais, por exemplo, com a alteração dos movimentos em sua frequência, intensidade, duração, amplitude, direção, etc. Essas marcas podem ocorrer, também, nos operadores temporais, como os advérbios e, até, em adjetivos e substantivos, para expressar, por exemplo, eventos iterativos, imperfectivos e perfectivos. Essa observação também evidencia que as possibilidades de flexões encontradas na LIBRAS vão além da proposição de Newkirk (1978) para a Língua Americana de Sinais, para a qual o pesquisador propõe a flexão de círculos e semicírculos como responsável para expressar aspecto.

A descrição realizada aqui para aspecto, também, pode ser comparada à observação de Zeshan (2000), para a Língua Indo-Paquistanesa de Sinais, pois essa também apresenta, em seu sistema, alteração na frequência dos sinais, bem como a possibilidade de usar um sinal separado com significado aspectual. De acordo com a autora, a Língua Indo-Paquistanesa de Sinais tem um número de opções para modificar o padrão de movimento de sinais, a fim de adicionar tonalidades aspectuais. Zeshan (2000), Klima & Bellugi (1979) denominam esse fenômeno de *aspectual modulatio*. Analisando os processos apresentados acima, isso parece ocorrer também com a LIBRAS.

Além disso, como se nota nos exemplos, os classificadores também têm sob seu escopo o estabelecimento da referência temporal/aspectual, e isso permite confirmar a proposição de Quadros & Karnopp (2004) de que a estrutura da LIBRAS

é, ao mesmo tempo, seqüencial e simultânea. Vale a pena examinar o quadro-resumo dessas flexões:

	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
REALIZAÇÃO DA CATEGORIA TEMPO	<p>É marcado por operadores específicos, por advérbios ou expressões adverbiais e, também, pelas relações aspectuais nas sentenças.</p> <p>Passado: operador temporal específico. Direção para trás e/ou para baixo. Relação com a aspectualidade da sentença.</p> <p>Passado mais distante: flexão aspectual no sinal de passado por alteração do movimento (amplitude) e expressão facial ou emprego de operador que também pode receber flexão.</p> <p>Passado mais recente: operador que pode receber flexão aspectual.</p> <p>Presente: advérbio temporal. Relação com a aspectualidade da sentença.</p> <p>Futuro: operador temporal especial.</p> <p>Futuro mais distante: flexão aspectual no sinal de futuro por alteração do movimento (amplitude) e expressão facial ou emprego de operador que também pode receber flexão.</p> <p>Futuro mais próximo: operador que pode receber flexão aspectual. Direção para frente e/ou para cima</p>
REALIZAÇÃO DA CATEGORIA ASPECTO	<p>É marcado pela semântica do verbo e sua composicionalidade com os argumentos verbais e por flexões.</p>

ASPECTO IMPERFECTIVO	<p>Valor lexical do verbo denotando evento que dispensa desfecho e/ou alteração do parâmetro movimento (amplitude, duração, velocidade, direção) em verbos ou em operadores temporais. Todas essas formações são empregadas para tornar o sinal mais lento e contínuo; vale notar que a direção, geralmente, é mudada de direta para semi-arco.</p> <p>O parâmetro expressão facial também é modificado.</p> <p>O início ou o final do evento pode ser marcado por uma expressão ou operador temporal e, assim, ocorre imperfeito: inceptivo, cursivo ou terminativo.</p>
ASPECTO ITERATIVO	<p>Valor lexical do verbo denotando evento que tem seu desfecho no mesmo momento em que é iniciado e os mesmos parâmetros empregados para o imperfeito. Porém, ao invés de tornar os sinais amplos e lentos, eles têm realização mais rápida e ocorrem com mais modificações do parâmetro configuração de mãos e articulação de braços. A alteração direção do sinal, de reto para semi-arco, também é freqüente.</p> <p>Não há marca para pontuar a finalização da repetição do evento, a não ser que ele seja devidamente “quantizado”, pela composição sentencial.</p>
ASPECTO PERFECTIVO	<p>Valor lexical perfectivo do verbo ou emprego de operadores temporais específicos para fechar um evento.</p> <p>Formação de sinais com movimentos abruptos e retos.</p>

É necessário ressaltar o fato de que as características descritas para a organização das categorias tempo e aspecto, nesta tese, consideram não só questões semânticas mas, ao mesmo tempo, todo um arranjo que é complementado por fatores pragmáticos. Isso porque é plausível analisar o valor dêitico dado pelos

operadores temporais ao denotarem a relação com o momento de fala para especificar passado, presente e futuro. Além disso, fatores contextuais também parecem ser necessários para selecionar, em alguns casos, aspecto imperfectivo ou iterativo.

Em outras palavras, os dados aqui investigados mostram não ser apenas o verbo que entra em jogo para expressar aspecto na LIBRAS, e, tampouco, existirem somente três itens lexicais para marcar a temporalidade, mas, sim, toda a estrutura da sentença. Devido a isso é que se sugere, para a análise de tempo/aspecto na LIBRAS, a aplicação das propostas de Lin (2000) e Godoi (1992), pois com elas é possível não se restringir apenas ao exame das ocorrências dos verbos e das mudanças na forma de suas articulações, uma vez que os classificadores e a formação para aspecto iterativo, por exemplo, dão pistas de que, para a organização temporal/aspectual nessa língua, pelo menos os complementos verbais devem ser averiguados. Nesse mesmo sentido é que se buscam, ainda, as propostas de análise pragmática de Roberts (1995) e Levinson (2000). Dessa forma, um tratamento teórico, com base em um modelo que considera os aspectos semânticos e pragmáticos, para ocorrências de tempo e aspecto na LIBRAS, é aplicado aos dados no próximo capítulo.

3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

- A estrutura interna das línguas de sinais é considerada um sistema flexional, que necessita do contexto sentencial para estabelecer diferentes valores às classes gramaticais.
- Com a apresentação de dados da LIBRAS, verifica-se o emprego de diferentes recursos para expressar tempo e aspecto nessa língua.
- A temporalidade é denotada por operadores específicos e por advérbios e expressões temporais. A direção dos movimentos para trás e/ou para baixo e para frente e/ou para cima é determinante para estabelecer as noções, respectivamente, de passado e futuro. A aspectualidade da sentença interfere na relação temporal, que pode ser dêitica e relacional, ao mesmo tempo.

- O sistema de referência aspectual na LIBRAS está organizado com base no valor lexical dos verbos – para denotar eventos abertos ou fechados –, no uso de operadores, expressões e advérbios temporais e, principalmente, na flexão gramaticalizada por meio dos parâmetros configuração de mãos e articulação de braços, movimento e expressão facial.
- Para analisar os dados da LIBRAS com a intenção de verificar os recursos empregados para a organização de tempo/aspecto, é necessário considerar os valores aspectuais dos verbos em composição com os seus argumentos, a organização semântica e os fatores pragmáticos envolvidos no sistema lingüístico.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DO SISTEMA DE REFERÊNCIA TEMPORAL E ASPECTUAL NA LIBRAS, SOB UM ENFOQUE SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO

No capítulo dois foi apresentado um breve histórico das principais teorias que subsidiam hoje as pesquisas relacionadas às categorias tempo e aspecto e, rapidamente, assinalou-se uma sugestão para ser seguida nesta tese, sem, porém, aprofundar o grau de explicação de tal proposta porque ainda era preciso mostrar como são tratadas essas categorias nos estudos específicos de línguas de sinais.

Além disso, pela natureza viso-espacial da língua aqui analisada – o que torna suas características de difícil apreensão pelos usuários de línguas orais – também se fez necessário realizar, no capítulo anterior, uma exposição da leitura dos dados, isto é, apresentar uma descrição tipológica das diferentes formas dos sinais que são empregadas na LIBRAS para estabelecer referência temporal e aspectual. Nesse sentido, essa exposição se aproxima do que têm feito os pesquisadores de línguas de sinais apresentados no capítulo dois e, para acrescentar a esses estudos, neste capítulo busca-se uma explicação para os dados sob uma perspectiva que aproxima algumas hipóteses das áreas da semântica e da pragmática, elaboradas na tentativa de esclarecer o processo da significação lingüística. O intuito é que tal explicação venha a comprovar o fato de que as línguas de sinais são estruturadas como qualquer outra língua humana, como defendido no início desta tese.

Uma vez que se considera esse fato, as generalizações realizadas para as línguas orais podem ser confirmadas ou contrariadas por descobertas feitas nas línguas de sinais.⁵⁹ Portanto, é plausível estabelecer um paralelo entre análises realizadas para essas duas modalidades lingüísticas. Nas palavras de Quadros (1999):

The morphology as well as the syntax of languages show how language can be organized observing constraints even without sound. Signed words have internal structure and sentence-internal organization that reflects the computational process of language being studied in spoken languages. There are morphological process for inflecting words in sign languages similar to those that have been described for spoken languages. Inflection for number, tense and agreement, as well as aspect, are some of the possible inflections that have been analysed in sign languages.(QUADROS, 1999:36)

⁵⁹ Isso também está discutido no capítulo 1, item 1.1.2.

Por isso, é possível se valer, nesta tese, de pesquisas sobre aspectualidade realizadas com línguas orais para uma aplicação em línguas de sinais. Entre essas pesquisas, está a proposta de Lin (2002), que investiga a referência temporal em Chinês Mandarim, considerando fatores como a existência de diferentes situações de significação, a semântica lexical, a interpretação dos sintagmas nominais, as regras de inferência e conhecimento de mundo, juntamente com uma formalização para a estrutura semântico-sintática de tempo/aspecto. Essa proposta se aproxima da análise de Godoi (1992), a qual realiza uma interpretação aspectual que completa a temporal, visto que as classes aspectuais, para a pesquisadora, estão localizadas em intervalos no tempo e só podem ser conceituadas se consideradas as situações contextuais expressas pelas sentenças.

Na tentativa de definir melhor “contexto”, uma vez que esse é um elemento essencial para o encaminhamento teórico aqui delimitado – até mesmo pela confluência teórica entre as propostas de Lin (2002) e Godoi (1992) –, esta tese se vale, também, neste capítulo, da sugestão de Roberts (1995) para dar conta de algumas questões pragmáticas relacionadas à restrição de domínio do escopo de operadores – inclusive os temporais –, o qual para a autora é pressuposicional e dinâmico. Igualmente, a fim de avaliar a questão do papel do contexto no estabelecimento do significado, também se colocam aqui algumas observações de Levinson (2000), principalmente no que diz respeito à noção de implicatura conversacional generalizada. Segundo esse autor, algumas informações na linguagem podem ser presumidas por *default* – por meio da interação entre princípios gerais da semântica, sintaxe e pragmática – e não necessariamente inferidas especificamente do contexto.

Para tanto, primeiramente é apresentada a proposta de Roberts (1995), já com algumas aplicações aos dados da LIBRAS. Em seguida, discute-se a hipótese de Levinson (2000) para, na seqüência, se estabelecer uma análise das categorias tempo e aspecto com base no entrecruzamento das hipóteses, principalmente, desses dois estudiosos, juntamente com as de Lin (2002) e Godoi (1992).

4.1 Da necessidade de uma interpretação semântica pressuposicional para o arcabouço formal

As observações feitas neste item são indicações que complementam as propostas teóricas aplicadas na continuidade deste capítulo. Por isso, tais observações estão apresentadas ainda sem uma relação direta com a descrição das categorias tempo e aspecto na LIBRAS. Ou seja, o que se mostram agora são as diretrizes gerais para que a análise dos dados, aqui desenvolvida, esteja também conduzida por um olhar que considere a participação de elementos pragmáticos na construção do sistema de referência temporal/aspectual nas línguas.

A primeira questão que se coloca para isso é a possibilidade de avaliar a estrutura lingüística como um arranjo de três propriedades principais, que seguem regras hierarquizadas para sua organização: sintaxe, semântica e pragmática⁶⁰. Cada uma delas pode ser investigada isoladamente. No entanto, é notório que o significado envolve não apenas um campo, mas princípios sintáticos, cognitivos, interacionais e outros. Um item lexical, por exemplo, apesar de conter um significado, passa a ter um sentido somente ao ser inserido em uma proposição que, por sua vez, recebe uma função apenas quando se torna um discurso. Ainda nessa visão, a sintaxe correlaciona o domínio semântico proposicional e o pragmático discursivo. Ou seja, há uma composição da estrutura lingüística. Isso pode ser exemplificado com as sentenças perfectivas, imperfectivas e/ou iterativas, analisadas no capítulo anterior, cujo valor aspectual e temporal do verbo pode ser modificado na dependência dos seus complementos, das expressões temporais, dos advérbios e até do próprio contexto.

A composicionalidade, então, é a proposta que subsidia os trabalhos como os de Roberts (1995) e Levinson (2000), cujas hipóteses direcionadoras das investigações lingüísticas têm uma orientação pragmática. Há uma linha dominante, hoje, nesses estudos, que toma como foco para a análise dos significados lingüísticos a participação do *common ground* (conhecimento compartilhado pelos falantes). Nessa linha, insere-se o trabalho de Roberts (1995) sobre a questão da

⁶⁰ Vale ressaltar que as propriedades fonológicas também fazem parte desse arranjo. Sobre isso podem ser citadas como exemplo possíveis análises da prosódia como elemento para identificar segmentações semânticas e sintáticas.

restrição do escopo nuclear dos enunciados. A sugestão da autora considera que essa restrição é, sobretudo, pressuposicional e, por isso, dinâmica. Ao propor essa hipótese, ela retoma para a discussão a divisão natural de quantificadores e outros operadores, que tem sido empregada por muitos pesquisadores, entre eles, Partee (1995), Petrônio (1995) e Portner (1995) para análise do escopo e sua relação pragmática:

1. [Operador, Restrição, Escopo Nuclear]

Esse esquema mostra como o operador é tomado para ter dois argumentos: o da Restrição, que restringe o domínio sobre o qual o segundo argumento, Escopo Nuclear, tem o valor determinado. Conforme a autora, esse esquema não mostra a necessidade de reconhecer que o domínio de restrição pode ser estabelecido, em parte ou totalmente, pelo contexto, isto é, o domínio de restrição é, freqüentemente, pressuposicional. Isso porque, no momento da interlocução, o falante pode não explicitar qual o domínio de restrição desejado para um operador, por acreditar que o ouvinte o fará por meio de informações contextuais. De acordo com Roberts (1995), o domínio de restrição afeta diversos operadores, como quantificadores, modais, advérbios de quantificação e flexão de referência temporal, dos quais o último é o mais interessante para esta pesquisa.

Quem realiza algumas observações sobre a restrição de escopo de operadores, em línguas de sinais, é Zeshan (2003), ao observar o fato de que muitas sentenças, na Língua Indo-Paquistanesa de Sinais, são acompanhadas por uma expressão facial adverbial, cujo escopo pode se estender sobre toda a oração ou deixar uma parte inicial da sentença de fora do seu domínio. Ainda sobre a restrição de escopo, a estudiosa também afirma que, nessa língua, há sinais que são partículas funcionais, as quais determinam os tipos das orações. Tais sinais têm escopo sobre toda a oração. Essas partículas não ocorrem com todas as orações, mas quando presentes se dão em posição final nas sentenças, ou seja, depois do predicado. Isso acontece mesmo com as expressões temporais – as quais, usualmente, iniciam sentenças na Língua Indo-Paquistanesa de Sinais – ao serem empregadas como partículas funcionais, ou seja, elas sempre seguem o predicado.

O que se percebe sobre isso com relação à LIBRAS é que os operadores temporais podem ter o seu escopo estendido para restringir a temporalidade de toda a sentença.⁶¹ E, apesar de Roberts (1995) se deter mais na análise de operadores condicionais, é possível observar algumas questões também sobre os temporais, como os da LIBRAS, conforme um exemplo organizado por ela e rerepresentado a seguir.⁶²

2.

- a) *When Alice called her to dinner, Gertrude gladly put aside her papers and left her desk.*
- b) *Alice called Gertrude to dinner shortly after dusk. Gertrude gladly put aside her papers and left her desk.*

Para Roberts (1995), em (2a) a oração adverbial *when* é que fornece a referência de tempo para a sentença principal, enquanto que em (2b) a referência temporal é, implicitamente, dada pela seqüência de eventos no discurso. Para isso, a autora considera a proposta de Reichenbach (1947), sobre a referência de tempo, usada na determinação da localização de um evento temporal, como uma espécie de restrição de domínio, com um operador agindo sobre intervalos de tempo ou eventos.⁶³ O tempo de evento é, dessa maneira, relativamente determinado por alguma referência temporal.

Na LIBRAS há muitas ocorrências como essas em que um operador fornece a referência temporal para toda a sentença ou a seqüência dos eventos expressa a temporalidade, observe-se:

3.

- a) DEPOIS IDADE MAIS TRABALHAR PRONTO, MUDAR CURITIBA, ENCONTRAR MARCOS... (RO, E.avi)

“Quando cheguei à idade para trabalhar, mudei para Curitiba e encontrei o Marcos...”

⁶¹ Isso já foi como indicado no capítulo anterior e será aprofundado no decorrer deste.

⁶² Uma análise das relações temporais estabelecidas entre orações subordinadas ou coordenadas, na LIBRAS, pode indicar que esses operadores também restringem a temporalidade sobre duas ou mais sentenças. Essa é uma investigação interessante a ser realizada em trabalhos futuros.

⁶³ A proposta de Reichenbach (1947) está sintetizada no capítulo 2, deste trabalho.

b) _{3s}NAMORAR, _{3s}CONVERSAR, FUTURO _{3s}CASAR (LE, B.avi)

“Namoraram, conversaram e no futuro se casaram...”

Note-se que em (3a), assim como nos exemplos de Roberts (1995), a restrição para temporalidade dos eventos é claramente dada pela estrutura da própria sentença, pelo operador, que funciona como tempo de referência em composição com os valores aspectuais dos verbos MUDAR e ENCONTRAR, os quais estão denotando eventos perfectivos. Já em (3b), a referência temporal é implicitamente dada, provavelmente, pela seqüência discursiva para a narrativa.

Roberts (1995) diz que para o operador da expressão dada em (1), em algum nível, o conteúdo do primeiro argumento, ou o termo restritor é, mesmo que parcialmente, colocado por um aspecto explicitamente estrutural da sentença, por exemplo, como o teor do NP para os quantificadores, a flexão temporal para o operador sobre tempos ou eventos, a estrutura focal para determinados operadores. Mas para alguns desses operadores, como os advérbios de quantificação e os modais, a pesquisadora defende que o primeiro argumento não é sempre dado dessa forma, ou seja, pela estrutura sentencial, então propõe uma estrutura lógica para esses operadores com restrição implícita: $\lambda Q[\text{Operador}, R, Q]$. Essa estrutura se aproxima do esquema apresentado em (1), mas aqui Q (a variável que é o escopo nuclear do operador) é o lugar saturado pelo argumento sintático do operador. Já o valor da oração restritiva – a variável livre R – deve ser dado pelo contexto.

Assim, há necessidade de se definir semanticamente o contexto. Roberts (1995) retoma para isso a noção de *common ground* (conhecimento compartilhado) de Stalnaker (1979). Esse conhecimento seria um conjunto de conceitos comuns, entre os interlocutores, sobre o que é o mundo e também certas informações sobre o interior do próprio discurso. É com essa perspectiva que a autora procura caracterizar o domínio de restrição, isto é, ele seria pressuposicional, com dependência não apenas da estrutura interna da linguagem, mas também da interação entre a interpretação semântica e a idéia da existência do conhecimento compartilhado pelos interlocutores. Desse modo, o domínio de restrição seria dinâmico.

Antes de aprofundar a discussão sobre a dinamicidade lingüística relacionada ao estabelecimento de restrições do escopo de operadores é necessário salientar que, para essa análise, o conceito de pressuposição deve ser revisto. Em sua investigação, Roberts (1995) considera que a pressuposição tem aspectos pragmáticos, além dos essencialmente gramaticais, por isso o fator dinâmico pode ser postulado para a restrição de significados. Vale destacar que essa idéia se aproxima à de Chierchia (2003: 589), o qual sugere uma análise em que “[...] a relação da pressuposição é um nexos entre proposições (ou entre sentenças)”. Para essa leitura é preciso observar, conforme Allan (2001), que as sentenças têm como característica um potencial de atualização do contexto, quer dizer, de realizar asserção. Vista dessa maneira, de acordo com Chierchia (2003), é possível compreender pressuposição como condições que um contexto deve satisfazer para que uma asserção possa ser aplicada, atualizando informações. Assim, as proposições podem ser tomadas como objetos parciais, pois devem ser definidas nos mundos em que as pressuposições são satisfeitas.

Considerando, então, pressuposição como a significação da sentença atrelada às condições dadas por fatores lingüísticos e extralingüísticos, Roberts (1995) assume que a restrição de domínio depende de aspectos não lingüísticos, ou seja, do contexto. Dessa forma, a autora passa a avaliar duas maneiras diferentes de analisar o fenômeno da restrição de domínio: considerar que a restrição se dá em bases algorítmicas da estrutura de sentenças ou pela estrutura de todo o discurso em questão. A pesquisadora, na verdade, deixa sempre evidente em sua investigação a argumentação de que a determinação da restrição de domínio do significado envolve questões sobre conhecimento compartilhado pelos interlocutores. Assim, considera que apenas uma estrutura algorítmica sentencial é pouco para uma boa análise semântica.

Então, para dar conta da descrição desse conhecimento compartilhado, Roberts (1995) recorre, primeiramente, à inclusão da noção de acomodação (*accomodation*), proposta originariamente por Lewis (1979). A idéia de acomodação é a de que, se um falante pressupõe alguma coisa que não está explicitada no discurso, o ouvinte, com o objetivo de cooperar, comporta-se como se o assunto já pertencesse ao conhecimento compartilhado. Ou seja, no interesse de ocorrer uma

interpretação relevante, os interlocutores agem como se a relevância, que contextualmente é fornecida pela restrição de domínio, fosse claramente dada pelo locutor.

Assim, de acordo com a autora, a dificuldade em traduzir os significados discursivos está no fato de que, para fazê-lo, na realidade o falante conta com a familiaridade pressuposicional, além de precisar se manter a par de todas as proposições não reais presentes no discurso, acumular marcadores discursivos para “referentes” hipotéticos ou ficcionais e, ainda, estruturar na informação – como requerido – o que Roberts (1987,1989) chamou de *hypothetical common ground* (conhecimento compartilhado hipotético) .

Segundo a pesquisadora, o campo comum hipotético é um conjunto de proposições familiares para ambos os interlocutores, as quais devem ser compatíveis, mas não necessariamente verdadeiras no mundo real – quer dizer, simultaneamente verdadeiras em algum mundo possível. Além disso, ele é construído de uma maneira estritamente cumulativa de sentença para sentença, satisfazendo a exigência da acomodação ao providenciar antecedentes, por exemplo para pronomes, bem como das proposições de tais antecedentes. A proposta de Roberts (1995) é de que o número de proposições requeridas para um conhecimento compartilhado hipotético satisfatório é limitado, em princípio, somente pela quantidade de anáforas possíveis para que os interlocutores consigam se manter a par dos sentidos em um discurso.

No caso apresentado em (3b), por exemplo, o locutor pode se valer da suposição de que seu interlocutor tenha como familiar, em um dos seus mundos possíveis, que é preciso namorar, conversar, para depois se casar. Esse conhecimento compartilhado hipotético auxilia a interpretação temporal dos eventos. Observe-se mais um exemplo, agora com restrição dada anaforicamente:

4. CHEGAR IGREJA SINAL^{3x} PESSOAS, OBSERVAR^{flexão-cursivo}, OI TUDO BEM?, SENTAR, SINAL^{2x} PESSOAS TEATRO. (LE, B.avi)

“Cheguei na igreja, encontrei pessoas, fiquei observando, disse “Oi tudo bem?”, sentei, e as pessoas apresentaram teatro.”

O interlocutor interpreta o “teatro” como sendo “na igreja”, pois sua pressuposição familiar acomoda localmente cada um dos eventos “na igreja”. Dessa maneira, a restrição anafórica para esse sintagma nominal é construída por instanciação de pressuposições locais.

Para confirmar isso, a estudiosa apresenta exemplos cujas pressuposições envolvidas estão acomodadas sob o escopo de um operador condicional, com uma acomodação local, e não se tornam uma parte do conhecimento compartilhado real para o discurso como um todo.

5.

a) *If I had a garden, I'd plant an apple tree.*

b) *It would bear fruit in a few years.*

c) # *It was damaged in the late frost last.*

Em (5b), segundo a autora, a acomodação local de *I plant an apple tree*, para restringir o domínio de *would*, fornece um antecedente para *it*, ou seja, o marcador discursivo para *apple tree*. Mas o pronome, em (5c), não tem acesso à proposição não-real, então, ele não pode “instanciar” *an apple tree*. Além disso, com relação à restrição na anáfora para os NPs introduzidos em proposições acomodadas localmente, há outro aspecto interessante, pois ela é relativamente livre, somente exigindo, em geral, que a proposição em questão seja consistente com qualquer uma acomodada localmente, como no exemplo da LIBRAS em (4). Dessa forma, o resultado do conhecimento compartilhado hipotético é consistente e o conjunto de contexto hipotético preenchido. Isto é, o falante pode realizar seu discurso contando com a participação do ouvinte, independentemente de as conseqüências de qualquer conjunto de proposições serem ou não verdades reais.

Conforme Roberts (1995), isso contrasta com a acomodação global, na qual a pressuposição é permanentemente somada ao conhecimento compartilhado real. Na verdade, a acomodação global é como uma outra premissa lógica da qual se deduzem conclusões, instancicações individuais, etc. Assim, uma vez estabelecida a verdade de uma proposição no discurso, por sua afirmação ou por sua acomodação global, os interlocutores podem, livremente, assumi-la incluindo a existência de

qualquer indivíduo ou proposição referidos anteriormente no discurso. O próximo exemplo da LIBRAS ilustra uma ocorrência de acomodação global:

6. PROIBIDO SINAIS EPHETA, EX EU PEQUENA SINAIS _{3s}ENSINAR_{1s}, RÁPIDO LABIAL NÃO-ENTENDER, RÁPIDO, SINAIS++^(expressão facial esconder) PROFESSOR@ VIR, _{1s}DISFARÇAR, _{3s}SAIR UFA!, SINAIS DISFARÇAR. LEMBRAR BEXIGA AMARRAR, ENCOSTAR ROSTO “A”, SENTIR “A, E, I, O, U,” SEMPRE, SÓ, SÓ, RUIM, RUIM, BOM-NÃO, SINAIS PRECISAR...(JO, A.avi)
 “Na Epheta, LIBRAS é proibida. Quando eu era pequena e me ensinavam sinais, eu não entendia labial porque era muito rápido, fazia sinais escondido, a professora vinha, eu disfarçava, ele saia UFA! Lembro de amarrar bexiga, encostá-la no rosto e sentir “A,E,I,O,U”. Sempre, só isso. Era ruim, não era bom. Eu preciso de sinais...”

Nessa ocorrência, o operador EX restringe, juntamente com o valor aspectual dos verbos, a temporalidade dos eventos. A proposição acomodada globalmente fica por conta do conhecimento familiar, na comunidade surda, do que é Epheta. Estabelecida, então, entre os interlocutores, a verdade dessa proposição, ela passa a ser assumida para todo o discurso.

Uma característica da acomodação global, nesse exemplo, observada pela estudiosa, diz respeito à exigência de que não somente o conhecimento compartilhado seja consistente, mas que também a verdade da proposição receba a aprovação consensual entre os interlocutores, pois somente dessa maneira ela será somada ao conhecimento, mantendo-o como “mútuo”. Para Roberts (1995), com essa visão, conhecimento compartilhado poderia ser descrito como um conjunto de crenças mútuas. Portanto, a acomodação global requer mais reflexões do que a acomodação local, a qual precisa somente de consistência. Para exemplificar essa questão, a autora coloca o seguinte discurso:

- 7.
- a) *The author claims that Vulcan exists after all.*
 - b) *It has circled around Mercury for ages without us ever noticing it.*

Para o entendimento de *It* (7b), o ouvinte desse discurso precisa acomodar a idéia de que o locutor, além de relatar uma exigência do autor do enunciado, concorda que *Vulcan exists after all*. Nesse exemplo, é possível considerar, então, um argumento cujas proposições não reais estão globalmente disponíveis no discurso. Por isso, a pesquisadora salienta que, para a anáfora ter acesso aos antecedentes no discurso, esse último requer considerável aceitação da proposição, a fim de tornar a anáfora lícita e não apenas compreensível.

De acordo com Roberts (1995), isso pode ser visto (à luz de teorias contemporâneas da anáfora em discurso) com as anáforas cujos antecedentes são proposições, como é o caso do exemplo (6), pois um pronome, por exemplo, não requer um antecedente, mas a existência da entidade referida para ser acarretada pelo discurso prévio. É possível que uma proposição no campo comum possa, ainda, ser a conjunção de duas ou mais asserções. Outro caso como esses, apresentado pela autora, é o das sentenças com o advérbio *so* 'assim'. Observe-se o exemplo:

8.

- a) *Suppose John had a cat (which he doesn't).*
- b) *He'd have cat hair in his house.*
- c) *I'm allergic to cat hair.*
- d) *So, I hope he doesn't get a cat.*

Nessa proposta, para a pesquisadora, a acomodação deve ser desencadeada pela pressuposição, ou seja, o interlocutor acomoda uma restrição de domínio apropriada para um operador voltando ao discurso para encontrar material não real pragmaticamente adequado. Além disso, para que qualquer proposição seja acomodada, é necessário satisfazer simultaneamente outras pressuposições salientes, tais como as dos NPs definidos e das referências temporais e, ainda, considerar a exigência de que ela seja consistente com o conhecimento compartilhado.

De acordo com Roberts (1995), portanto, a natureza da restrição de domínio é inerentemente pragmática, pois o interlocutor deve acomodar o domínio pretendido

pelo locutor valendo-se de pistas do discurso inicial e, simultaneamente, satisfazer qualquer outra pressuposição. Para considerar como esse domínio pretendido é recuperado pelo interlocutor, a pesquisadora diz ser necessário caracterizar aspectos relevantes do discurso.

Vale destacar a observação da autora com relação a um operador que, convencionalmente, não tem sido analisado como termo restritor: a referência temporal. Para a pesquisadora, pode se mostrar que, na recuperação da referência temporal pretendida pelo falante, nenhuma teoria descrevendo as categorias tempo/aspecto somente relacionadas à sucessão de sentenças será adequada para explicar esse fenômeno, o qual, segundo ela, ocorre muito mais por meio de arranjos discursivos.

Sob essa perspectiva, ao investigar tempo/aspecto visando apenas a formalização das sentenças, restringe-se a interpretação, uma vez que não se consideram funções das relações discursivas existentes entre as sentenças. Portanto, para Roberts (1995) é possível avaliar a referência temporal como restrição de domínio, cujo operador tem uma variável restritiva, a qual indica um valor proposicional do contexto. Isso parece se dar com os operadores temporais da LIBRAS, bem como com as flexões aspectuais, como mostrado no capítulo anterior. Essa questão é retomada adiante.

Naqueles casos em que o domínio de um operador é em parte convencionalmente restrito, fatores pragmáticos são centrais para a ocorrência dessa restrição. E a proposta da autora sugere que as orações temporais, cujos advérbios convencionalmente restringem o domínio, podem ser analisadas de uma maneira paralela à que se apresentou aqui para os casos dos nominais, ou seja, por meio das propostas de acomodação local e global, bem como do conhecimento compartilhado hipotético. Lembrando que, mesmo se a estrutura de uma sentença é convencionalmente observada para restrição, são necessárias informações sintáticas e semânticas sobre tal estrutura, bem como sobre as sentenças anteriores, visto que é preciso uma variedade de tipos de informações usualmente

descritas como pragmáticas, isto é, informações sobre o conhecimento compartilhado, incluindo vários tipos de implicaturas e inferências.⁶⁴

Esse tratamento de termos restritivos de certos operadores como uma variável cujo valor é fixado pelo contexto, colocado por Roberts (1995), reflete a posição adotada pela pesquisadora de que nesses casos a restrição de domínio é um fenômeno dinâmico e essencialmente pressuposicional e, por isso, faz-se necessário considerar a hipótese do conhecimento compartilhado como uma noção dinâmica de contexto.

Nesse sentido, os exemplos aqui apresentados demonstram que as pressuposições envolvidas nos discursos são interlocutivas e, diferentemente das pressuposições sentenciais, elas não são necessariamente explicitadas ou convencionadas, tanto que um interlocutor atento pode recuperá-las por meio de informações contextuais. Para tanto, elas são acomodadas no conhecimento compartilhado relevante (hipotético), e a restrição de domínio é uniformemente dada para todo o discurso. Nesses casos, ainda é possível, seguindo Roberts (1995), assumir uma forma lógica como $\lambda Q[\text{Operador}, R, Q]$, desde que se considere, nessa expressão, a variável livre **R** como uma pressuposição familiarmente convencionada. Já quando a restrição de domínio é apenas parcialmente dada, ou seja, não é para todo o discurso, a adição da pragmática pode ser tomada como não-convencional – assim como se verifica nos exemplos em que os intervalos temporais, na LIBRAS, são restringidos pelas flexões aspectuais (semânticas e gramaticais) ou por operadores temporais com em (3a) e (6).

Outra situação, descrita por Roberts (1995), com base nos dados de Prior (1967), é a proposta de que há exemplos temporais cujo domínio de restrição pretendido pela flexão temporal pode ser considerado como passado ou futuro. Veja-se a sentença a seguir:

9. *John was born, and he will die.*

Alguns exemplos dessa situação na LIBRAS aparecem em construções como:

⁶⁴ Essas questões serão retomadas com exemplos na LIBRAS durante a descrição dos dados embasada nas teorias de Lin (2002) e Godoi (1992).

10. AGORA (EU) IR-EMBORA.

“Eu vou embora agora.”

11. HOJE EU-IR CASA MULHER^BENÇÃO ME@.⁶⁵

“Hoje eu vou à casa da minha mãe.”

Tais exemplos sugerem que há um domínio máximo sempre familiar e, freqüentemente, saliente. Em outras palavras, para Roberts (1995) não há contexto completamente nulo, uma vez que o domínio máximo, para todos os tipos de operadores, é sempre acessível. Mesmo nos casos de anáfora, a plausibilidade e, talvez, outros fatores pragmáticos sejam tão importantes quanto à acessibilidade lógica, pois a recuperação do domínio pretendido depende, também, da familiaridade e saliência.

Em discursos cujo domínio máximo relevante não pode ser avaliado como o domínio pretendido para um operador – se o operador não tem termo restritor explícito –, então, é possível observar a existência de alguma outra saliência ou restrição usual para satisfazer a pressuposição familiar da variável livre R.

Ao considerar que a restrição de domínio é pressuposicional, a autora ainda discute a possibilidade de se observar também a exigência de filtro em certos contextos intra-sentenciais, como o proposto por Karttunen (1973). Esse filtro nem sempre projetaria pressuposições para todo o contexto precedente, por existirem construções que este último pesquisador denomina de “holes”, nas quais as pressuposições de subconjuntos são projetadas para toda a estrutura.⁶⁶ Para analisar essa questão, é interessante observar aqui um exemplo considerando a referência temporal:

12.

a) *I'll help you.*

b) *Whenever you need a hand, I'll help you.*

c) *I won't help you.*

⁶⁵ Esse exemplo foi retirado de Strobel & Fernandes (1998).

⁶⁶ Com relação a essa proposta de Karttunen (1973), Chierchia (2003: 579) observa que “as sentenças, ao atualizarem contextos, agem sobre as situações do contexto como peneiras: excluem algumas sentenças e deixam passar outras; aquelas que passam pela peneira são, intuitivamente falando, as situações em que a sentença é verdadeira”.

Nesse discurso, para Roberts (1995), há algum intervalo futuro que é familiar ou uma situação durante a qual o evento “de ajudar você” se realizará. Para ser aceito, esse discurso deve ser dito em um contexto no qual haja uma compreensão anterior – isto é, o conhecimento compartilhado – de um evento futuro saliente, durante o qual está implicado o oferecimento de ajuda por parte do locutor. Assim, não há, nesse exemplo, um requerimento explícito de um operador temporal para ser restritor de domínio; basta avaliar que a sentença (12a) poderia ser dita pelo locutor para um amigo que perdeu o emprego e, nesse caso, ambos compreendem o significado de uma possível situação de miséria durante o período de desemprego; é esse período que serve como a restrição de domínio entendido pelos interlocutores. Então, é admissível analisar (12a) em uma construção de filtro, já que há um problema para considerar sua projeção pressuposicional para todo o discurso, uma vez que isso pode se dar por meio de *holds* pois (12b) e (12c), são aceitáveis sem (12a).

Conforme Roberts (1995), esse é um exemplo de que o efeito de filtro de certos contextos está entre as marcas de pressuposição. Ela defende essa idéia ao considerar que a natureza da pressuposição, para ser restritiva, depende do tipo de informação que se espera recuperar do conhecimento compartilhado – pelo menos para casos nos quais a restrição não é dada convencionalmente por um constituinte, que é um argumento para um operador em questão. Essa perspectiva de Roberts (1995) retoma Grice (1967) com a proposta de que o significado deveria ser desenvolvido dentro do contexto amplo de uma teoria de comportamento cooperativo, no interesse da adequação e explanação empírica. Para se dar conta disso, segundo Roberts (1995), uma teoria semântica deve refletir a interação entre o processo de interpretação das condições de verdade e o entendimento dos participantes conversacionais, abarcados em um conhecimento compartilhado dinâmico.

De acordo com a autora, ao valer-se do projeto de interpretação de condições de verdade em um contexto maior, como na teoria de Grice (1967), a acomodação deve ser vista como sendo “ligada” para ter uma função na forma – ainda que indireta. Dessa maneira, seu uso contribui para o desenvolvimento de uma teoria mais adequada de pressuposição. Além disso, Roberts (1995) faz notar que as

pressuposições, freqüentemente, são dadas por fatores não lingüísticos. Quando são colocadas por convenção – por uma variável livre em uma estrutura como $\lambda Q[\text{Operador}, R, Q]$ – ou implicitamente sugeridas pelo contexto (como em (13) a seguir, com uma restrição convencionada para quantificadores), não é possível avaliá-las puramente pela estrutura da sentença em questão ou pelo discurso em si. Isso porque a restrição de domínio para todos os tipos de operadores envolveria essencialmente acomodação de pressuposições pragmáticas, baseadas no conhecimento compartilhado e, ainda, inferências esquematizadas nas bases desse conhecimento. Em consequência disso, é preciso analisar uma caracterização unificada da restrição de domínio para todos os tipos de operadores para, dessa forma, explicar a dinâmica dessa restrição.

13. *The dinner guests had rhubarb pie for desert. Everyone developed a rash.*

Com essa leitura, pressuposição pode ser vista como uma significação próxima à de implicatura. Nesse sentido, Allan (2001) afirma que pressuposição é um tipo de implicatura conversacional, pois ambas apresentam a característica de serem passíveis de cancelamento. Quer dizer, é possível a existência de um tipo de pressuposição pragmática. Além disso, assim como na análise de Chierchia (2003), a projeção das pressuposições advém das atividades dos agentes ilocutivos.

Roberts (1995) enfatiza que a informação pressuposicional não é motivada somente pela resolução da restrição de domínio pretendido, nem se trata apenas de uma questão de determinar os significados do falante em termos sugeridos por Grice (1967). Mais do que isso: é a observação de uma teoria adequada para a restrição de domínio, a qual poderia prever que certas leituras são simplesmente impossíveis em determinados contextos, o que, conforme a pesquisadora, teorias que usam somente estrutura ou informação semântica não podem realizar. Roberts (1995) estabelece, então, a necessidade de se considerar o nível do significado do falante, ou seja, o conhecimento compartilhado, que gera acomodação local e global para avaliar leituras possíveis com relação à restrição de escopo, inclusive no que diz respeito à restrição temporal. Assim, pela sugestão de que pressuposição pode ser avaliada por fatores gramaticais e extralingüísticos, fica em aberto a

possibilidade de o tipo da organização da estrutura lingüística escolhida pelos falantes, de alguma forma, também fazer parte da delimitação pragmática para a interpretação dos significados. Essa é a proposta de Levinson (2000), sintetizada a seguir.

4.1.2 Pressuposição e o significado do tipo de enunciado

Levinson (2000) traz uma proposta cuja fundamentação contraria a idéia de que teoria pragmática deveria considerar somente o nível do significado do falante, uma vez que defende a existência de um terceiro nível, o do significado do tipo de enunciado, no qual especificidades de formas lingüísticas têm leituras preferidas pelos interlocutores. Esse nível, de acordo com o autor, é interposto entre o significado do falante e o da enunciação e, geralmente, é dado por mecanismos pragmáticos, os quais produzem inferências de caráter *default* e *defeasible*, isto é, subentendidas por padrão, como protótipos e, em princípio, abertas à revisão. De acordo com Levinson (2000), pelo menos algumas das propriedades de tais inferências podem ser capturadas com um sistema heurístico racional não-monotônico,⁶⁷ já que essas inferências são dadas por pressuposições fortes, por serem geradas sob a perspectiva de um assunto mútuo com coordenações implícitas.

Nesse sentido, a regularidade lingüística é uma fonte freqüente para interpretação, produzindo uma grande classe de implicaturas que são, na verdade, inferências dadas por *default* por meio de sistematização da estrutura da língua. Levinson (2000) denomina esse arranjo de *Generalized Conversational Implicature* (GCI) – implicatura conversacional generalizada –, com base nas propostas de Grice (1967).

A teoria da GCI, desenvolvida por Levinson (2000), descreve um conjunto de princípios, os quais, implicitamente, guiam o falante quando este tem que escolher, para uma leitura específica, a implicatura denotada pelo significado do tipo de enunciado. Na verdade, o autor pretende elaborar uma teoria sobre interpretação

⁶⁷ Conforme Levinson (2000), o significado pragmático tem como principal característica o fato de poder ser cancelado, ou seja, ser não-monotônico. Já ao contrário, a inferência semântica não pode ser revista, então é considerada monotônica.

presumida por meio da estrutura lingüística, mais do que pelo contexto. Essa estrutura pragmática – a preferência do significado, ou significado *default*, dada pelo tipo de enunciado – intercoloca-se entre o significado do falante e o da enunciação. Ou seja, a GCI situa-se no meio da organização lingüística, sistematicamente influenciando, por um lado, sintaxe/semântica e, por outro, o significado do falante. Essa assimetria é essencial, de acordo com o pesquisador: uma vez que inferência é barata e articulação é cara, a estrutura desejada é um sistema que maximize a inferência.

Portanto, é válido pensar sob a perspectiva de que a estrutura lingüística serve como pista interpretativa, mais do que propriamente como conteúdo definitivo para a leitura. Essa proposta está de acordo com a análise realizada para pressuposição por Roberts (1995), Allan (2001) e Chierchia (2003), como apresentado no item anterior. Para organizar, então, sua proposta sob esse enfoque, Levinson (2000), seguindo Grice (1967), retoma a idéia de que a restrição pragmática pode constituir uma interpretação preferida – uma tendência sistemática para ler uma expressão de um modo particular – e passa a pensar o significado como uma noção composta, na qual a significação de um enunciado pode somente ser capturada pela distinção de diferentes tipos de conteúdo: o do código e o do inferido.

Dessa maneira, esse autor propõe, na realidade, uma teoria da composição do significado, na qual a GCI dá conta de uma área relativamente pequena da inferência pragmática, apenas sobre as implicaturas geradas a partir da escolha do tipo de enunciado, por meio de inferência *default*, a qual captura intuições sobre uma interpretação preferida. Esse nível de inferência sistemática não está baseado em computações diretas sobre as intenções do falante, mas em expectativas gerais sobre o como a linguagem é normalmente usada.

Sobre essa abordagem, Allan (2001), igualmente, define implicatura conversacional como uma inferência que se realiza a partir da expectativa sobre o como a linguagem é empregada; dessa maneira, a implicatura surge por fatores gramaticais e extralingüísticos. Segundo o autor, uma implicatura conversacional de um enunciado **U**, realizada em um contexto **C**, é uma inferência pragmática derivada a partir de expectativas estereotipadas sobre o uso das formas das palavras em **U**,

em um contexto como **C**. Assim, as implicaturas generalizadas combinam tipos de sentenças com tipos de enunciados, e as particulares são associadas com algum contexto particular. Levinson (2000), ainda seguindo Grice (1967), procura formalizar essa distinção entre implicatura conversacional generalizada e particular da seguinte forma:

- a) Uma implicatura **i** do enunciado **U** é particularizada se e somente se **U** implica **i** apenas para especificar questões contextuais, que não são passíveis de serem obtidas invariavelmente ou normalmente.
- b) Uma implicatura **i** é generalizada se e somente se **U** implica **i**, a menos que haja uma questão contextual específica (incomum) que a derrote.

Outro ponto da descrição de Levinson (2000) procura defender a idéia, acima colocada, de que inferência é barata e articulação é cara, mostrando que há muitos tipos de regularidades, recorrências e sistematizações de inferências pragmáticas, inclusive no que diz respeito ao significado do falante ou ao significado da enunciação. Conforme o estudioso, o falante, para encontrar caminhos que evitem as dificuldades articulatórias, recorre ao enriquecimento inferencial para evitar a limitação fisiológica. Porém, ele tem que manter esse enriquecimento referencial circunscrito de tal maneira a permitir que os interlocutores possam realmente coordenar a intenção comunicativa de forma adequada. Aqui entra a hipótese mais importante de Levinson (2000), pois essa organização, de acordo com o pesquisador, precisa seguir um conjunto de heurísticas, mutuamente assumido pelos interlocutores. Tais heurísticas podem expor – quando há enriquecimento de inferência e, portanto, multiplicação de informação – o que é realmente codificado pela escolha de uma estrutura lingüística específica. Essa visão de Levinson (2000) se baseia nas hipóteses de Popper (1959) e Bar-Hillel & Carnap (1952), para os quais o conteúdo informacional semântico de uma mensagem pode ser medido na proporção do número de estados de coisas que a mensagem efetivamente exclui. Assim, o crescimento da informatividade codificada, que por si só exclui algum número **n** de estados de coisas e se sobrepõe ao limite da proporção do código,

precisa de alguma heurística para excluir alguns dos estados possíveis a mais, produzindo um conteúdo incrementado $n + m$.

Então, para dar conta da descrição do como entra em jogo a implicatura conversacional generalizada para a escolha de significados presumíveis, considerando a diversidade entre implicatura generalizada e particular e, também, o enriquecimento inferencial versus o emprego restrito do código lingüístico, Levinson (2000) sugere a existência de um conjunto organizacional composto por três heurísticas. A primeira delas é: *o que não é dito, não é*. Essa heurística depende crucialmente do estabelecimento claro de contrastes salientes para sua restrição, por exemplo, a identificação da presença de um cone sobre um cubo vermelho depende da oposição saliente no mundo dos blocos: {cones, pirâmides, cubos}. Na LIBRAS, por exemplo, se não há marca para futuro na sentença, não é futuro.

A segunda heurística propõe que *aquilo que é simplesmente descrito é um exemplo estereotipado*. Essa heurística é extremamente poderosa por permitir ao interlocutor trazer todo o tipo de conhecimento de mundo sobre um domínio para produzir uma interpretação rica com uma descrição mínima, pois, afirma o autor, ao se oferecer especificação mínima, consegue-se informação máxima ou informação estereotipada. Nesse caso, expressões simples e breves encorajam, por essa heurística, uma tendência para selecionar a melhor interpretação para o enunciado mais estereotipado. Dessa maneira, permite-se rotular sob essa heurística um grande número de tendências interpretativas bem conhecidas. Os sinais temporais FUTURO, PASSADO e HOJE/AGORA podem ser tomados como exemplos de denotação estereotipada na LIBRAS.

A terceira e última heurística observa que *aquilo que é dito de uma maneira anormal, não é normal*. Ou seja, mensagem marcada indica situação marcada. Esse princípio também prediz que formas marcadas, em comparação a formas não marcadas correspondentes, são morfologicamente mais complexas e menos lexicalizadas, mais prolixas e perifrásticas e menos freqüentes, bem como menos neutras no registro. Tais formas sugerem um significado adicional ou uma conotação ausente na forma correspondente não marcada. Novamente os sinais FUTURO e PASSADO podem ilustrar essa heurística, já que ao serem usados com flexões – isto é, com forma diferente do sinal raiz – indicam um significado a mais no

enunciado, pois acrescentam características que marcam diferentes relações entre intervalos temporais. Tomado junto, o conjunto das três heurísticas serve para multiplicar o conteúdo informacional de qualquer mensagem, transformando a baixa proporção de codificação. Essas heurísticas podem ser operativas a menos que haja outras indicações contrárias; tudo isso com concordância implícita entre os interlocutores.

É perceptível a estreita relação entre essas três heurísticas e as máximas de conversação de Grice (1967). Levinson (2000) observa que, para conceber essa conexão, é necessário pensar de uma maneira diferente sobre as máximas. Em vez de tomá-las como regras ou normas de comportamento, o autor sugere pensá-las como heurísticas inferenciais primárias, as quais motivam as normas de comportamento. Primeiramente, nota-se que na teoria geral da GCI, a máxima de quantidade é mais utilizada do que a máxima de qualidade. No que diz respeito a cada uma das heurísticas, é possível estabelecer uma relação biunívoca com o esquema de Grice (1967).

A primeira heurística (*o que não é dito, não é*) está relacionada à máxima de quantidade **Q1**, a qual determina que o falante faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerida. A segunda (*o que é expressado simplesmente é uma exemplificação estereotipada*), pode ser relacionada diretamente à segunda máxima de quantidade, **Q2**: o falante não deve fazer sua contribuição mais informativa do que o requerido. A idéia subjacente é evitar dizer o que não pode ser garantido. Já a terceira heurística (*o que é dito de uma maneira anormal, não é normal*), pode ser relacionada diretamente à máxima de Modo, especificamente com as submáximas **M1**, evite obscuridade de expressão, e **M4**, evite prolixidade.

A teoria está, então, organizada em termos de uma classificação tripartida com os seguintes princípios: primeira heurística, quantidade (**Q**); segunda, informatividade (**I**), e terceira, modo (**M**). Agora, com as três heurísticas suportando um gênero de implicatura distinta, é possível dizer que uma implicatura conversacional generalizada pode receber o *status* de interpretação preferida a partir do princípio que tiver mais força para sua leitura. Nos casos em que surgem implicaturas generalizadas inconsistentes, elas são sistematicamente resolvidas por um conjunto ordenado de propriedades, como a seguir:

- a. Nível de *genus*: $Q > M > I$
- b. Nível de espécies: Q -sentença $>$ Q -escalar

Essa ordenação das propriedades, colocada por Levinson (2000), dá conta da observação de interpretações preferidas quando, em princípio, surgem duas ou mais inferências inconsistentes. Vale considerar ainda a distinção existente entre as inferências **Q** e **M** por um lado e **I** por outro. **Q** e **M** são fundamentadas em alternâncias lingüísticas, já **I** é a inferência presumível a partir de estereótipos sobre o mundo e os interlocutores. Ambas as heurísticas **Q** e **M** induzem a um modelo metalingüístico de inferência, ao contrário da heurística **I**. As inferências **Q**, por sua vez, valem-se do conjunto de alternativas advindas do conteúdo contrastivo semântico, enquanto as **M** se amparam no conjunto de alternativas que contrasta em forma, mas não em conteúdo semântico. Finalmente, os três tipos de inferências diferem em força e, conseqüentemente, interagem de maneira específica, pois a inferência **Q** toma-se prioritariamente sobre inferências inconsistentes de outros tipos e, as **M**, sobre as **I**.

Com relação à inferência **I**, nos casos em que duas interpretações são geradas, a mais informativa é selecionada. Nesses casos, o princípio da relevância também participa ao fazer valer a inclusão de pesquisa para coesão máxima entre relações temporais, espaciais, conectores referenciais, bem como entre a pressuposição de relações estereotipadas e a realidade dos referentes. Vale salientar que, segundo o pesquisador, as inferências **I** não são apenas mais informativas, no sentido de que elas informam o que é dito, pois introduzem também relações semânticas ausentes do que é dito a fim de reformar a proposição expressada. Já a implicatura **Q** somente coloca uma possibilidade de negação dentro do mesmo campo semântico.

A proposta de Levinson (2000) tenta, na verdade, recuperar a idéia de que, embora a interpretação seja parcialmente isomórfica em relação ao conteúdo do que é dito, cada constituinte pode ter um sentido e uma denotação mais restrita. Assim, por exemplo, o enunciado *a spoon in the cup* pode ter a interpretação “uma colher de metal parcialmente dentro da xícara de chá de cerâmica”, considerando que o isomorfismo não é assegurado em todos os níveis, mas em um nível abstrato de

representação proposicional: o que é implicado é uma especialização de uma ou mais de cada intenção do que é dito.

As implicaturas **I** são inferências geradas pela necessidade de mais especificações, enquanto **Q** são inferências que ocorrem pela ausência de informações mais ricas devido à inabilidade do falante em providenciá-las. Dessa maneira, é possível ver sob o princípio **I** um arranjo em que acontece a soma do que é dito à implicatura **I** em questão.

Porém, em que sentido a inferência **I** é generalizada? Levinson (2000) observa que muitas das inferências interagem com pressuposição do *background*, que poderiam, portanto, variar, ou não ter nenhuma relação com a estrutura lingüística, as quais são marcas da GCI. Mas um tipo de inferência (por exemplo as originadas pelas estruturas de negação, conjunções, modelos preferidos de correferências) garante-se como interpretação *default* por meio tanto do contexto, quanto do sistema da língua.⁶⁸ Essas estruturas podem ser vistas como tendo em comum a característica de maximizar a carga informacional por especificar a interpretação para um subcaso particular do que tem sido dito. Para tanto, o princípio **I** orienta a descoberta de uma interpretação a partir de certas exigências como a da especificidade do estereótipo, ou seja, por uma forma generalizada.

Dessa maneira, para Levinson (2000), as GCIs são inferências que se originam pela ausência de informações. Por conta disso, esse modelo de inferências sugere duas importantes propriedades: a característica do raciocínio por *default* e o fato de serem, por princípio, canceláveis. A lógica *default* objetiva capturar um modelo diferente de raciocínio, isto é, a noção de um raciocínio presumível; portanto, deve ser dirigida no contexto de diversos tipos de sistemas de argumentação não-monotônicos. Ou seja, as GCIs são como um protótipo de inferências.

Essa postulação de Levinson (2000) retoma o mecanismo de “balde”, observado por Gazdar (1979), para uma aproximação das condições sob as quais as GCIs são canceladas. Gazdar (1979) propõe que o conteúdo de um enunciado deve ser considerado em ordenação de suposições *n-tuple*, implicaturas de vários tipos, pressuposições e assim por diante. O processo de atualizar o conhecimento comum com o conteúdo de um novo enunciado pode ser tratado como incrementação

⁶⁸ Parece possível somar a essas estruturas a questão da restrição de escopo, por exemplo, quando realizada por advérbios temporais, como mostrado por Roberts (1995).

ordenada do *background*, com a suposição, a implicatura e a pressuposição. De acordo com Levinson (2000), informalmente, é possível ver o conhecimento compartilhado dessa forma, isto é, como um “balde” segurando todos os fatos mutuamente assumidos. Assim, admitindo que a implicatura generalizada se dá por outros significados em *default*, pode-se capturar muitos aspectos de revisão de implicaturas seguindo o esquema em (14), no qual, ao se ter uma nova afirmação, o conteúdo é jogado no “balde” – isto é, no contexto. Então, adota-se a ordem para incrementação, observando que isso só é possível se cada passo é consistente com o conteúdo do “balde”.

14. ORDEM DE INFORMAÇÃO INCREMENTADA:

- a. Suposições
- b. **Q**- GCIs
 - i. oração
 - ii. escala⁶⁹
- c. **M**- GCIs
- d. **I**- GCIs

Conforme o pesquisador, o plano de geração e de reconhecimento dos tipos de inferências não-monotônicas é o que realmente ocorre no processamento de implicaturas. Ele deve estar envolvido ao se pensar em significado com o caráter de **significado_{nn}** de Grice. Assim, a proposta de acomodação, por exemplo, quando tratada como elemento único para a interpretação pragmática, é reducionista, conforme o autor. Levinson (2000) nota que a idéia básica por trás da acomodação é a de que há uma razão bem definida licitando condições ou exigências para uso de expressões particulares. Por exemplo, **X** é válido para ser empregado somente quando o conhecimento compartilhado providencia um único **X** saliente. Contrariamente a esse *background* de uso esperado, formas desviantes podem

⁶⁹ Essa escala de suposição trabalha com uma ordem *n-tuple* de expressões alternadas $\langle x_1, x_2, \dots, x_n \rangle$ tal que, se S é um esquema sentencial simples e $x_i > x_j$, então, $S(x_i)$ supõe unilateralmente $S(x_j)$, por exemplo, uma possível escala de quantificadores $\langle all, most, many, some \rangle$, de conectores $\langle and, or \rangle$ ou de advérbios $\langle always, often, sometimes \rangle$. Essa escala clássica é retomada por Levinson (2000) a partir dos trabalhos de Horn (1989).

também ser acomodadas pela cooperação do interlocutor. Nesse sentido, há dois ingredientes nesse mecanismo, no qual um enunciado **U** implica a proposição **p**:

- a) **U** deve conter um gatilho **T**, algumas expressões que permitem as condições exigidas para que a proposição da classe **P** seja um elemento de conhecimento compartilhado desde que **T** seja licenciado.
- b) Se **U** é enunciado e não há proposição da classe **P** presumida no contexto, então o interlocutor deveria acomodar **T** pela inferência **p** tal que $p \in P$, e pela adição de **p** ao conhecimento compartilhado.

No que diz respeito à GCI, não há inferência realizada a fim de manter alguma condição particular válida. Outra maneira de dizer isso é que a teoria da acomodação dá conta de como o comportamento das regras passíveis de anulação são colocadas novamente em posição de escolha. Por exemplo, quando o locutor usa um gatilho pressuposicional, mas tal pressuposição não é calculada, ele acomoda esse uso pela aceitação. No caso do uso da GCI, a pressuposição é forçada dentro do conhecimento compartilhado pela natureza da revisão, da objeção válida, isto é, diante de inconsistência ou de assunto não desejado ocorre o cancelamento.

Em síntese, Levinson (2000) acredita que o sucesso da teoria da acomodação não é superior à teoria da GCI, visto que a primeira falha ao entender como inferência gratuita aquilo que é o foco para a segunda. Além disso, sem a teoria da GCI, a hipótese da acomodação faz previsões equivocadas, por exemplo, ao unificar em excesso referentes dos discursos em alguns casos (nos quais a implicatura **M** denota o contrário) e falha para unificá-los em outros, quando, por exemplo, a inferência **Q** se origina pelo emprego de uma explicação indefinida por meio de uma expressão correferencial. Considerem-se esses fatos ao analisar os casos de referência e definitude nos exemplos a seguir:

15.

- a. *Jerry Rich came in. He walked over to the window.*
- b. *Jerry Rich came in. The man walked over to the window.* (Implicatura sobre o princípio **M** correferência não local)

Ambas as expressões *He* e *The man* são referenciais definidas, com uma única condição ligada a elas. Em um sistema de inferência por abdução, uma tentativa poderia ser a de unificar o discurso referencial pela ligação de ambas as expressões com o antecedente *Jerry Rich*, desse modo satisfazendo as condições de definitude. Realmente, ambos os pronomes e a descrição definida seriam preditas para serem interpretadas da mesma maneira, mas isso é contrário à intuição do falante: o pronome provoca tal ligação com *Jerry Rich*, porém a descrição *The man* resiste a ela. A teoria da GCI dá uma explicação concisa para isso ao considerar que os pronomes são expressões mínimas que provocam interpretações máximas, pelo princípio I, enquanto o uso de uma expressão de marca definida, na qual, pelo princípio M, um pronome poderia ter sido usado, sugere que o falante não pretendia a correferência local.

Note-se, agora, a possibilidade de analisar o artigo definido pela teoria da acomodação. Se esse artigo requer a existência de um referente discursivo, o indefinido poderia ser tomado como aquele que exige a colocação de um novo referente discursivo. Assim, a seqüência de sentenças em (16), a seguir, pareceria presumir referentes discursivos distintos. Mas, ao examinar (16b), essa proposta é contrariada, uma vez que *the ship* e *a fine galleon* podem co-identificar-se:

16.

- a) *The man entered. A man coughed.* (referência desconexa)
- b) *The ship brok up. A fine galleon of the spanish fleet had been irretrievably lost.* (Enunciado p implica q, possível conexão referencial)
- c) Explicação escalar: <DEFINIDO, INDEFINIDO> uso de implicatura indefinida Q, pois o uso do definido seria um equívoco.

Aplicando-se a teoria da GCI, a análise do artigo indefinido – exigindo um novo referente discursivo – é rejeitada, porém a do definido é aceita ao envolver condições de uso, como singularidade. É possível, então, trabalhar com a oposição escalar como em (16c), na qual uma expressão indefinida é fraca porque simplesmente falha a singularidade, bem como as condições associadas com mais especificidade ou expressões informativas definidas. Dada uma oposição escalar

desse tipo, um falante empregando um indefinido realizará uma implicatura **Q**, na qual o uso do definido seria um equívoco. Assim, em (16b), o falante, ao dizer *The fine galleon of the spanish fleet*, poderia estar informando que havia somente um galeão na esquadra hispânica; ao desejar evitar essa inferência, usaria o indefinido, subtendendo que esse co-identifica o referente discursivo precedente imediato. Assim, outra vez, a acomodação dá um resultado equivocado, pelo menos sem a participação dada pela teoria da GCI.

Todas essas questões, conforme Levinson (2000), são evidências a favor da existência de um nível de significado do tipo de enunciado. Com relação à organização temporal, o estudioso faz observações sob o enfoque da GCI ao considerar alguns pontos, principalmente, sobre o tempo em Inglês. A explicação dada pelo autor para a temporalidade de (17a) e (17b), por exemplo, considera a flexão gramatical como elemento de contraste semântico, por meio de **Q**. Sua análise leva em conta a escala proposta em (17c), na qual se coloca como mais informativa a necessidade de saber se o evento ainda acontece, do que o fato de ter ocorrido em um ponto no tempo passado.

17.

a) *John used to live in Rome.*

Implicatura: *John no longer lives in rome.*

b) *John used to live in Rome, and in fact he still does.*

c) <PRESENTE, PASSADO>

d) *John lives in Rome.*

Essa análise é possível, de acordo com Levinson (2000), mesmo a partir da visão dos tratamentos mais formais para tempo, pois esses também refletem a existência de assimetria com relação à especificidade de informação temporal, por exemplo, ao declarar que o presente se mantém se o tempo do evento coincide com o de fala, enquanto o passado ocorre em algum momento anterior ao de fala. Outra colocação nesse sentido é o fato de que, pela natureza linear do tempo, um evento presente pode se tornar passado; portanto, esse último é mais recorrente do que o presente. Essas considerações, juntamente com a tendência de relevância de

eventos presente como em (17), bastam, conforme o autor, para assegurar uma assimetria informacional entre os tempos, mesmo que de maneira restrita, pois não segue do enunciado de “João está dormindo em t_j ” que “João estava dormindo em t_i ”, o momento antes, embora seja comum a leitura de que dorme em t_k , o momento depois da fala, portanto, que ele estava dormindo antes.

É possível verificar essa assimetria temporal na LIBRAS em muitos exemplos dados no capítulo anterior, bem como em (18), (19) e (20) a seguir. Como não há marca para passado ou futuro nesses enunciados, por *default* eles estão marcados para presente pelo valor semântico do verbo. Ainda, a interpretação que se tem, por conta do aspecto imperfectivo cursivo, é a de que os eventos, mesmo que não marcados para o momento antes da fala t_i , podem se dar em t_k , depois do momento de fala, assim também com característica temporal de anterioridade. Observem-se os exemplos:⁷⁰

18. CINEMA O-P-I-A-N-O- MUITO BO@

“O filme “O piano” é maravilhoso.”

19. PORQUE PESSOA FELIZ-PULAR

“...porque as pessoas estão felizes demais.”

20. CL<PRATOS-EMPILHADOS>

“Os pratos estão empilhados.”

Desse modo, Levinson (2000) defende que a temporalidade pode ser explicada com o mecanismo de Grice (1967), uma vez que, como esses exemplos demonstram, a referência temporal, normalmente, é interpretada pela oposição a outra expressão temporal não empregada, ou seja, pelas implicaturas **Q** e **M**. Em (21) há outro exemplo simples do autor para corroborar esse ponto, no qual quinta-feira, dito, quarta-feira, por implicatura **Q**, denota “não amanhã”, pois amanhã, nesse enunciado, seria uma expressão mais informativa, por isso não usada.

⁷⁰ Esses exemplos foram retirados de Strobel & Fernandes (1998).

21. *The meeting is on Thursday.*

Implicatura **Q**: “não é amanhã, no caso de amanhã ser quinta-feira”.

O autor também exemplifica a questão da temporalidade ao investigar seqüencialidade e simultaneidade avaliadas por *default* e por revisão de raciocínio, com a análise da implicatura dada por conjunção. Levinson (2000) nota que o conhecimento de mundo pode conduzir à revisão da interpretação dada por *default*, mas que no caso do emprego de conjunções é difícil isso acontecer, pois para ele, a seqüencialidade se sobrepõe à simultaneidade como em (22a) e (22b):

22.

- a) *The lights went off and I couldn't see.*
- b) *Joan sung a ballad and accompanied herself on the guitar.*
- c) *He opened the door and she handed him the key.*

O pesquisador propõe que há uma exigência semântica específica da linguagem, advinda do tempo e do aspecto (*aktionsart*), nessa interpretação seqüencial. Ele observa que, se os *aktionsarts* dos verbos são mal combinados, é possível conseguir uma leitura de inclusão. Em (23), por exemplo, os eventos de “saber”, “estar errado” e “desculpar-se” podem ser lidos como ocorrendo todos no mesmo intervalo de tempo. A mesma situação pode ser lida para “dormir” e “cair” em (24).

23. *He knew he was wrong and apologized.*

24. *He slept and fell off the chair.*

Vale ressaltar ainda que a teoria da GCI faz predições não somente sobre o conteúdo, mas também sobre a relação existente entre forma e significado, lembrando que formas não marcadas originam inferências **I**, enquanto as marcadas acarretam as **M**. E uma das mais fortes predições advindas do princípio **M** é que as repetições ou reduplicações podem sugerir interpretações distintas daquelas usadas na forma não duplicada. Ou seja, pelo princípio de contraste, portanto, deve haver

um significado diferente entre o uso de uma forma **X** e **X-X**. Levinson (2000) coloca também a necessidade de se avaliar o fato de que as formas repetidas **X-X** podem ser entendidas como sendo determinadas por princípios estruturais, como para ocorrências de modificadores, intensificadores, comparação, ampliação do valor, conjunção de verbos e ações continuadas, ou repetidas, bem como de conjunção de nomes e pluralidade distribuída. Um exemplo dado pelo autor está colocado em:

25. *He went to bed and slept and slept.*

Implicatura **M**: *he slept longer than usual.*

No caso da LIBRAS, as ocorrências de formas **X-X** podem denotar ações continuadas ou repetidas. Ou seja, pela heurística **M**, é possível pressupor aspecto imperfectivo (progressivo, habitual e iterativo) em muitos enunciados dessa língua, como em exemplos já dados no capítulo 3, especialmente no item 3.3.1.1, e repetidos aqui:

26. ANOS, ANOS, ANOS + flexão de futuro (LE, B.avi)

27. JUNTO^{flexão3x} APRENDER^{flexão3x} DEPOIS^{flex} HABITUAR 19 IDADE ACABAR^{flex}

(JO, A.avi)

“Sempre juntos aprendendo, logo depois, aos dezenove anos, habituei (acostumei).”

28. MAMÃE PERGUNTAR^{+flexão(3x)} MOTO VER (LE,H.avi)

“Perguntei, perguntei para mamãe: você viu a moto?”

29. EU EX MINHA ANTES FAMÍLIA FALAR^{+flexão(3x)} RESOLVER^{...neg}. AGORA

ACEITAR ESTUDAR. (DA, C.avi)

“Antigamente, eu não aceitava o que minha família falava, agora eu aceito estudar.”

Já é possível perceber com essa apresentação do trabalho de Levinson (2000) que as heurísticas **Q**, **M** e **I** agem em várias margens, gerando inferências

presumíveis que, por si só, inserem-se na interpretação dos enunciados. Dessa maneira, elas exercem papel fundamental no campo da estruturação lexical e sintática, pois parece que aquilo que está implicado não precisa estar codificado. Isso advém da hipótese da teoria da GCI de que há uma parte do conhecimento e da prática que pertence ao uso da linguagem. Tal conhecimento envolve essencialmente informação metalingüística sobre a estruturação lexical com relação à organização do campo semântico, à habilidade de alternar expressões, às questões subjetivas de frequência, às expressões não marcadas de especificidade, ao conhecimento sobre associação estereotipada de conceitos lingüísticos, às questões mútuas de princípios para resolver conflitos entre inferências. Dessa maneira, a pragmática pode ser tomada como um componente da teoria da gramática.

É válido lembrar que, para essa inclusão da pragmática na estrutura lingüística, é necessário considerar que as inferências pragmáticas diferem das da semântica por serem não-monotônicas. Assim, semântica e pragmática são dispositivos separados na estrutura gramatical e dão diferentes contribuições para um nível comum de representação. Nesse nível, por conseguinte, está representado o conteúdo semântico e pragmático dos enunciados, e essa representação é o modelo teórico de interpretação.

Além disso, é preciso também avaliar os fatores pragmáticos como pré-requisitos para a interpretação semântica. O funcionamento desses dois dispositivos, conforme Levinson (2000), dá-se com o processo semântico procedendo de algum ponto e o pragmático sendo executado como uma sub-rotina em um programa, o que permite ao processo semântico, então, derivar na seqüência. Ou seja, nessa proposta a pragmática trabalha como um efeito de intrusão. Assim, cada componente continua a ser construído como um sistema de regras ou princípios homogêneos, com a semântica operando com bases lógica e a pragmática com um sistema de abdução e regras *default*. Levinson (2000) ilustra essa organização com a seguinte sentença:

30. *The man with two children is a rocket alarm specialist.*

Para analisar (30), nesse modelo teórico proposto para a interpretação, é preciso supor que cada constituinte de uma sentença procede de um ponto e que para cada um é retida uma prioridade semântica – ou seja, para cada unidade sintática, a semântica é processada primeiro e a pragmática depois. Dessa forma, em (30), conforme o estudioso, a leitura se inicia a partir da interpretação semântica dos itens lexicais e da organização dos seus significados dentro da interpretação da sentença. Nesse momento, ao se processar um item lexical, realiza-se a checagem em uma rede semântica para uma possível escala forte entre itens. Caso um seja encontrado, a pragmática calcula a escala da implicatura, a qual, então, pode se combinar com o conteúdo lexical, a fim de contribuir para a interpretação do enunciado. Por exemplo, quando aparece a construção nominal composta *rocket alarm*, em (30), a pragmática é acionada a fim de calcular uma implicatura I para a inferência mais provável. Para tanto, o processador semântico deve localizar o gatilho que invoca a pragmática e construir a estrutura de toda a interpretação, por meio de mecanismos composicionais estabelecendo as intenções e extensões do significado.

Portanto, a teoria da GCI é um modelo que interliga representações semânticas codificadas com representações semânticas enriquecidas. Assim, a semântica mapeia a estrutura sintática na semântica codificada, bem como a representação semântica enriquecida nas proposições. A pragmática, por sua vez, mapeia a representação semântica inicial na enriquecida e as proposições nas proposições adicionais. Dessa forma, os dois processos, semântico e pragmático, têm seu modo independente de gerar inferências. A contribuição da GCI, então, é sugerir uma maneira específica na qual a representação de um significado semântico, não especificado ou indeterminado, tem sua interpretação presumida pelo sistema antes da influência contextual.

Com isso, as GCIs são inferências vindas da estrutura e do significado para gerar mais significado presumido. São implicaturas suscitadas no raciocínio do interlocutor por um certo modo de dizer as coisas, com base nas três heurísticas, aqui mostradas, cujo papel é coordenar os problemas que se colocam pela existência de **significado_{nn}**, por meio dos tipos de enunciados e de raciocínio

default.⁷¹ Quer dizer, os efeitos do significado podem ser ativados por características semânticas gerais (nos itens lexicais), ser ainda preenchidos por outras especificações semânticas, bem como incrementados com pressuposições pragmáticas.

Pode-se dizer, então, como consequência da existência do significado do tipo de enunciado, que diferentes níveis de significados estão sob a fórmula **significado_{nn}**: o significado do tipo de enunciado, o do falante e o da enunciação. Mas é possível avaliar também que nem toda combinação de enunciado, enunciação e falante pode ser forçada para trabalhar em todas as instâncias significativas. Então, é necessário pensar um conceito de representação semântica que tenha um grau intermediário entre esses níveis pragmáticos. Mesmo porque a participação do conhecimento compartilhado na produção de pressuposições, como sugerido por Roberts (1995), acontece também, em diferentes momentos, na produção das implicaturas conversacionais generalizadas.

Como apontado pelo próprio Levinson (2000), o conhecimento compartilhado entra em jogo na condução de revisões do que é dado por *default*, portanto, na incrementação de informações. Além disso, esse conhecimento está diretamente ligado à segunda heurística, no que diz respeito à formação de estereótipos. Então, para esta pesquisa não cair no reducionismo criticado por Levinson (2000), o modelo pretendido aqui considera como fatores pragmáticos essenciais no estabelecimento da significação tanto os elementos contextuais quanto os estruturais, na dependência do tipo de implicatura gerada. É dessa forma que se pretende realizar, no próximo item, uma análise do sistema de referência temporal e aspectual na LIBRAS, sob tal consideração, ou seja, com a participação de elementos dos diferentes níveis pragmáticos simultaneamente à participação das representações semânticas, na interpretação dos eventos lingüísticos. Para tanto, procede-se a uma revisão das propostas teóricas para análise de tempo e aspecto de Lin (2002) e Godoi (1992).

⁷¹ Nesse sentido, implicatura, realmente, aproxima-se de pressuposição pragmática como observam Allan (2001) e Chierchia (2003).

4.2 A proposta teórica de Lin (2002) para a referência temporal no Mandarim: possível também para a LIBRAS?

Como visto no capítulo 3, os dados da LIBRAS mostram que não é porque sua estrutura não apresenta o parâmetro de flexão gramatical forte para a temporalidade que essa língua não é capaz de expressar noções de tempo. Assim como a LIBRAS, outras línguas também apresentam diferentes recursos semânticos e pragmáticos para dar conta dos valores temporais, além de flexões verbais. Um exemplo dessas línguas é o Mandarim Chinês, cujo sistema de referência temporal tem chamado muito a atenção de diferentes pesquisadores, justamente por ter uma estrutura não flexional. Entre os trabalhos desses pesquisadores, têm recebido destaque as propostas de Lin (2002), relevantes para a investigação realizada nesta tese, por analisar, com profundidade e sistematicamente, os dados do Mandarim, cujo processo de organização da referência temporal parece se aproximar bastante do da LIBRAS e, por isso, pode servir como parâmetro para comparação descritiva. No entanto, há que se destacar que, diferentemente do Mandarim, na LIBRAS a flexão gramatical para a aspectualidade é bastante recorrente.

Lin (2002) se vale de uma fundamentação empírica forte para ancorar sua proposta a fim de mostrar que tempo e aspecto contribuem na estruturação da referência temporal em Mandarim, por meio de características lexicais dos verbos (as quais restringem a localização temporal), de operadores de eventos, de fatores como quantificação dos sintagmas nominais e de preceitos pragmáticos para conectivos temporais – entre eles, regras de inferências e conhecimento compartilhado. O objetivo principal do autor é descrever o funcionamento da referência temporal para avaliar se há ou não projeção de TENSE na língua chinesa.

Na investigação dessa questão, Lin (2002) sugere que a estrutura do tempo lingüístico nessa língua é baseada na distinção entre marcar ou não o futuro. Em sua análise, esse tempo é uma construção marcada; quer dizer, a menos que a sentença contenha um modal auxiliar ou um advérbio temporal, ela não deve ser considerada como uma sentença no futuro. A execução exata dessa idéia está relacionada às propriedades aspectuais das sentenças. De acordo com o autor, quando um evento é visto como um todo, sem marca temporal de futuro, ele é

percebido como se tivesse ocorrido antes do tempo de fala. Ou seja, se a sentença é perfectiva e não tem um operador indicando tempo futuro, então, ela deve ser entendida como uma sentença com flexão semântica para o passado. Ao contrário, sentenças imperfectivas, isto é, sentenças descrevendo situações abertas, podem ter qualquer um dos três tempos. Porém, quando são empregadas sem qualquer marcador indicando futuro ou passado, devem ser interpretadas como expressando uma situação de presente. Note-se que, para elaborar essa hipótese, o conceito de flexão semântica, para Lin (2002), está relacionado à lexicalidade verbal. O autor considera o *aktionsart* como uma flexão semântica gramatical estabelecida de forma *covert*.

No capítulo anterior, na descrição dos dados, já aparecem fortes indicações de que o sistema temporal na LIBRAS pode ter uma interpretação muito próxima à realizada por Lin (2002) para o Mandarim. Por isso, é bastante plausível tomar alguns itens da descrição realizada por esse autor, bem como sua proposta teórica, como ponto de partida para a análise realizada nesta tese. É claro que algumas modificações e adequações teóricas aos dados da LIBRAS devem ocorrer, entre elas, por exemplo, a complementação e/ou revisão da sugestão de Lin (2002) com as idéias de Roberts (1995), Levinson (2000) e, principalmente, com o trabalho de Godoi (1992). Na realidade, apesar de a proposta dessa última autora se aproximar muito à daquele autor, ela difere em uma questão fundamental ao colocar a necessidade de avaliar o papel dos *End Points* (pontos finais) a fim de estabelecer o valor perfectivo x imperfectivo nas sentenças, uma vez que, conforme a autora (ancorada nas idéias de Hatav (1989), entre outros), os eventos imperfectivos podem adquirir pontos finais, situados na linha temporal, ou seja, podem, nesses casos, ser interpretados como perfectivos. Por merecer esse destaque, no decorrer do capítulo essa situação será melhor observada.

Assim, o texto organizado para esta descrição apresenta-se com base na proposta de Lin (2002), perpassado por dados do Mandarim, da LIBRAS e da Língua Portuguesa, bem como pelo entrecruzamento de hipóteses complementares para a análise aqui pretendida. Para tanto, uma das primeiras observações de Lin (2002) a ser destacada diz respeito à sintaxe. O autor adota a hipótese de que a categoria ASPP está acima do VP – com sujeito interno a este nóculo, seguindo a proposta de

Kitagawa (1986) – comportando a distinção perfectivo x imperfectivo. Observa, ainda, que acima de ASPP está AGRSP, enquanto o nódulo TENSEP está localizado acima de AGRSP. Porém, a ordem relativa entre AGRSP e TENSEP não é importante para ele.

Na verdade, Lin (2002) postula a possibilidade de projeção de TENSEP apenas para ter uma hipótese de comparação, por não estar convencido de que TENSEP realmente exista em Chinês, pois a análise dos dados dessa língua mostra serem suficientes as informações dadas por ASPP para explicar a localização temporal dos eventos denotados pelas sentenças.

Com relação à organização sintática da LIBRAS, Quadros (1999) propõe uma dupla representação da estrutura frasal para essa língua, a fim de explicar a assimetria morfológica entre verbos com e sem concordância. Essa dupla representação se dá com a divisão de IP (*Inflectional Phrase*) em AGRSP e AGROP para os verbos com concordância e simples projeção de IP para os verbos sem concordância. Conforme a autora, essa representação oferece suporte para a manutenção de uma análise da LIBRAS como uma língua SVO, pois as mudanças na ordem das palavras seriam resultantes de operações de checagem de traços. Então, Quadros (1999) assume que os verbos sem concordância têm um afixo virtual que requer adjacência, enquanto os verbos com concordância são inseridos com flexão completa vinda do léxico. Dessa maneira, TENSEP seria projetado como IP para os verbos sem concordância; já para os com concordância, TENSEP estaria acima de AGRSP – como em Mandarim. Com relação à ASPP, a autora não investiga sua posição sintática, porém observa que os advérbios temporais são adjuntados à direita ou à esquerda de IP com os verbos sem flexão, ou adjuntados à direita ou à esquerda de AGRSP para os com flexão.

Diferentemente de Quadros (1999), cujo objetivo é realizar uma descrição sintática para a LIBRAS, Lin (2002) elabora essas observações sobre a sintaxe do Mandarim apenas para avaliar se existe flexão sintática *covert* para tempo, quando não há na forma *overt*. Para tanto, o pesquisador faz uma opção teórica em que o conteúdo lexical de TENSEP é visto como uma flexão gramatical semântica, a qual se refere à localização do tempo de uma situação relacionada a alguma outra referência temporal, geralmente, o momento de fala. Assim, a situação poderia se

dar no tempo anterior, posterior ou simultâneo a essa referência temporal (tempo de fala). Conforme o pesquisador, qualquer sentença descreve uma situação e, uma vez que toda situação deve ocupar alguma localização no tempo, qualquer sentença deveria ter uma flexão temporal semântica.⁷² De acordo com Lin (2002), tais flexões podem ou não ser denotadas por marcas lingüísticas, ou seja, por flexões temporais sintáticas. Quando uma forma sintática obrigatoriamente acompanha uma flexão semântica, a temporalidade é gramaticalizada.

Dessa maneira, por essa postulação, não só o Mandarim é rico em flexões temporais semânticas, mas também é possível que a LIBRAS o seja. Observem-se, então, algumas ocorrências de sentenças com flexão temporal semântica para situações de passado, presente ou futuro em Chinês e na LIBRAS:⁷³

31. *Zhangsan dapuo boli.* (passado)

Zhangsan quebrar copo

Zhangsan quebrou copo.

31'. CASA CHEGAR MENINO (JO, A.avi)

“O menino chegou em casa.”

32. *Wo zhidao daan* (presente)

eu saber resposta

Eu sei a resposta.

32'. _{1s}EVITAR PESSOA⁺ FALSO (RO, E.avi)

“Eu evito pessoas falsas.”

33. *Ni shenme shihou zou* (futuro)

você que horas partir

Quando você partirá?

33'. PRÓXIMA QUARTA-FEIRA _{1s}IR IGREJA. (LE, B.avi)

“Na próxima quarta-feira irei à igreja.”

⁷² Neste texto, ao se aplicar o modelo teórico de Lin (2002), a flexão temporal gramatical semântica (*aktionsart*) será denominada apenas como flexão semântica.

⁷³ Vale observar, novamente, que para Quadros (1999) os verbos sem concordância na LIBRAS têm um afixo virtual. Igualmente, é bom ressaltar que os exemplos apresentados no capítulo 3, ainda que não repetidos aqui, também podem ser encaixados nas situações descritas neste capítulo.

Esses exemplos mostram uma proximidade entre a LIBRAS e o Mandarim no que diz respeito à organização da referência temporal. Em um primeiro momento, pode parecer válido, portanto, seguir as sugestões de Lin (2002) para descrever tal sistema. Nesse caso, então, seria necessário pensar sobre a real necessidade de se postular a projeção de TENSE na LIBRAS. Porém, o que se pretende aqui é desenvolver a hipótese desse autor, a fim de examinar se o seu conceito de flexão semântica pode ser ampliado por fatores pragmáticos, como os apresentados por Roberts (1995) e Levinson (2000), para demonstrar que a referência temporal, na LIBRAS, pode ser obtida por implicaturas e por composição com relações aspectuais sem a necessidade de se postular a existência de TENSE *covert*.

Nesse sentido, é possível, por exemplo, analisar a temporalidade das sentenças em (31), (32) e (33) com o emprego de regras de inferências semânticas, mais princípios pragmáticos como os apresentados por Levinson (2000). Nas sentenças em (31), a leitura de passado é obtida pela flexão semântica (*aktionsart*) dos verbos, como também prevê Lin (2002). Em (32), a leitura de presente é dada por *default*, justamente pela ausência da marca semântica para passado ou de outra para futuro, ou seja, a flexão semântica funciona como elemento de contraste **Q**, conforme a primeira heurística do modelo de Levinson (2000) – o que não é dito, não é. Isso porque o interlocutor assume que o locutor está bem informado a respeito dos fatos relevantes, por meio do conhecimento compartilhado, e tende a considerar pouco aceitável a hipótese de que tanto passado quanto presente sejam verdadeiros ao mesmo tempo. Então, chega-se a uma situação em que a interpretação por *default* é a exclusiva. Além disso, mantém-se o princípio de estruturas que maximizem inferências.

Já as sentenças em (33) apresentam a ocorrência de forma marcada, estereotipada, para denotar futuro, sugerindo a interferência da heurística I (aquilo que é simplesmente descrito é um exemplo estereotipado). Note-se que expressões como “PRÓXIMA QUARTA-FEIRA” permitem uma tendência para interpretar a sentença de acordo com o conhecimento compartilhado de que ela expressa futuro. Uma vez que as inferências I são geradas pela necessidade de mais informações, em (33) há um significado a mais do que em (31) e (32), isto é, o tempo futuro.

Inicialmente, então, é possível dizer que, na LIBRAS, o tempo passado é denotado por um operador específico ou pelo conteúdo lexical do verbo; o futuro precisa ser marcado com um operador para fornecer uma informação temporal a mais – heurística I. Com relação ao presente, sua leitura se dá pela ausência de marcas de passado ou futuro, isto é, entra em jogo a heurística Q. Assim, os tempos passado, presente e futuro, na LIBRAS, podem ser dados por *default* não porque TENSF é projetado *covert*, mas por implicaturas conversacionais generalizadas. A seguir, mais exemplos são apresentados para essa avaliação:

34. MUDAR AQUI CEAD FÁCIL. (EL, J.avi)

“Mudei aqui para o CEAD, é fácil.”

35. TRABALHAR PRECISAR FUTURO. (LE, H.avi)

“Precisarei trabalhar no futuro.”

36. GOSTAR POUCO PIADA BRINCADEIRA. (LE, I.avi)

“Gosto pouco de piadas e brincadeiras.”

É válido observar a afirmação de Klein (1994) de que, se a propriedade temporal de um conteúdo lexical ocorre como em (31) e em (34), cujo passado pode se dar pelo *aktionsart*, é porque os verbos ‘quebrar’, “CHEGAR” e “MUDAR” envolvem tal temporalidade, pelo fato de poderem ser aplicados a uma situação concreta, ou seja, realmente pontual, em que o início da ação coincide com o seu desfecho.

Lin (2002) embasa seu trabalho nos estudos de Klein (1994), porém não faz observações de ordem pragmática de forma consistente. Apenas admite que tais questões são pertinentes e que seria apropriado se as investigações a respeito da referência temporal do Mandarim fossem realizadas com um enfoque orientado pelas propostas de Grice (1957). O interessante é que Klein (1994), ao discutir essa relação entre conteúdo lexical e conhecimento de mundo e estabelecer as características do conteúdo lexical, propõe duas máximas muito próximas às de Grice (1957) e, portanto, às heurísticas de Levinson (2000). São elas:

- a) Máxima da minimalidade: colocar o mínimo possível dentro do conteúdo lexical.
- b) Máxima do contraste: se uma expressão não pode ser distinguida de outra por seu conteúdo lexical, então, é necessário adicionar alguma característica a esse conteúdo.

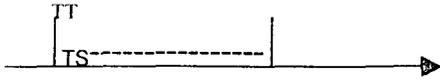
Embora Lin (2002) não faça alusão a essas máximas, ressalta a participação do contexto na organização da referência temporal/aspectual do Mandarim e segue a sugestão de Klein (1994) de que o conteúdo lexical, ou seja, a flexão semântica de tempo, tem como uma de suas características a necessidade de que o conhecimento de mundo faça parte da atividade do falante para a leitura de tempo/aspecto. Assim, de certo modo, Lin (2002) mantém a sua investigação na linha proposta por Klein (1994), principalmente no que diz respeito à organização das categorias tempo e aspecto.

Sobre essa organização, a sugestão de Klein (1994) ressalta uma relação temporal diferente das análises tradicionais⁷⁴ para distinguir imperfectivo e perfectivo, pois, em sua teoria, essa relação depende da existência de três tempos: o da fala (TF), o da situação (TS) – no qual o evento ocorre – e o tempo tópico (TT), sobre o qual se faz uma afirmação. Sob esse enfoque, a aspectualidade se dá pela relação entre TT e TS, enquanto a temporalidade se refere ao vínculo entre TT e TF. Assim, o aspecto perfectivo é definido como tendo o TS contido em TT, enquanto o imperfectivo acontece quando TT está incluído em TS, ou seja, o tempo para o qual um enunciado é realizado fica inteiramente dentro do tempo da situação. A seguir são apresentados três gráficos para representar essas relações:

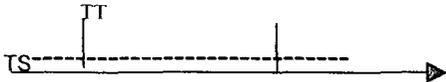
- a) TS-----relação aspectual -----TT-----relação temporal -----TF
(KLEIN, 1994:138)

⁷⁴ Algumas dessas propostas já foram apresentadas no capítulo 2, por exemplo, a de Comrie (1985), cuja hipótese é de que a flexão temporal expressa uma relação entre o tempo da fala e o da situação.

b) Aspecto perfectivo:



c) Aspecto imperfeito:



Dessa forma, Lin (2002) tem sua pesquisa norteada por essa organização e, também, pela idéia de que os verbos (de estados ou não) têm um argumento eventual e, assim, os significados das sentenças são vistos como propriedades de eventos, isto é, $\lambda e\phi$ onde ϕ contém uma ocorrência livre de variáveis de eventos e. Devido a essa introdução do argumento eventual para a estrutura argumental dos verbos, o autor propõe que, além da semântica de tipos e (indivíduo) e t (valor de verdade), existe o tipo s (referente a situações, eventos ou estados) e o tipo i (para significar intervalos de tempo).

Com esses direcionamentos, Lin (2002) formaliza a análise de Klein (1994), seguindo Kratzer (1998) e Bohnemeyer & Swift (2001), e propõe t_2 para se referir ao tempo tópico e o símbolo τ denotando a função de traço temporal – uma função parcial que, quando aplicada a uma eventualidade, produz seu *run time* (percurso temporal). Dessa forma, $\tau(e)$, por exemplo, equivale ao tempo da situação do evento e, enquanto s^* refere-se ao tempo de fala. A seguir, é apresentada a formalização da semântica do perfectivo, do imperfeito, do presente e do passado, conforme Lin (2002):

1. a) aspecto perfectivo =: $\lambda P_{\langle s, t \rangle} \lambda t_2 \lambda e [\tau(e) \subseteq t_2 \wedge P(e)]$
 b) aspecto imperfeito =: $\lambda P_{\langle s, t \rangle} \lambda t_2 \lambda e [t_2 \subseteq \tau(e) \wedge P(e)]$

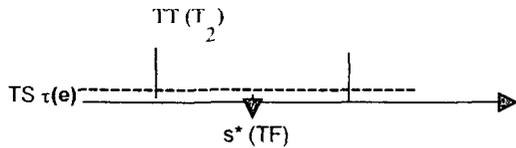
2. a) [presente] =: $\lambda P_{\langle i, \langle s, t \rangle \rangle} \lambda t_2 \lambda e [P(t_2)(e) \wedge s^* \subseteq t_2]$
 b) [passado] =: $\lambda P_{\langle i, \langle s, t \rangle \rangle} \lambda t_2 \lambda e [P(t_2)(e) \wedge t_2 < s^*]$

A partir desses conceitos, é possível estabelecer diferentes relações entre tempo e aspecto como, por exemplo, as representadas nos seguintes gráficos:

a) Tempo presente e aspecto imperfectivo:

EU DENTRO IMAGINAR+^{flexão durativo} (RO, E.avi)

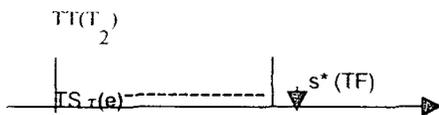
“Eu fico imaginando...”



b) Tempo passado e aspecto perfectivo:

EU NASCER (DA, C.avi)

“Eu nasci”



Assim, a análise de Lin (2002), sintetizada até o momento, prevê a possibilidade – mas não a necessidade – de que a flexão temporal, TENSP, seja projetada na forma *coverf*, na dependência da força do conteúdo lexical dos verbos, e assume a relação temporal/aspectual proposta por Klein (1994). No entanto, no caso da LIBRAS, é interessante complementar sua investigação com indicações pragmáticas. Isso porque, além do *aktionsart* do verbo, outros elementos em composição semântica na sentença, como os operadores temporais, entram em jogo para a referência temporal nessa língua. Dessa maneira, na continuação desta tese, esse ponto será constantemente retomado. Além disso, há, ainda, outra questão não considerada pelo estudioso, a ser avaliada como possível elemento de integração à sua proposta: as alterações dos eventos naturalmente imperfectivos em perfectivos. A consideração dessas alterações é a tarefa realizada no próximo item.

4.2.1 Aspectos do aspecto por Godoi (1992) e a análise de Lin (2002)

Em sua tese, Godoi (1992) faz uma análise criteriosa das principais teorias na área da aspectologia de dois grandes grupos de pesquisadores, o anglo-saxônico e o eslavo. Nesse sentido, seu trabalho propicia uma leitura histórica e organizada das diversas diretrizes que têm conduzido as investigações nessa área. Enquanto realiza sua exposição, a autora revisa e modifica alguns conceitos básicos, principalmente das teorias ocidentais, entre elas a classificação aspectual dos verbos proposta por Vendler (1967), e formula uma definição própria para aspecto. Tal definição é de grande valia para esta tese, por permitir uma explicação mais criteriosa dos dados da LIBRAS ao complementar as hipóteses de Lin (2002), uma vez que sua tese se aproxima da proposta desse autor e, portanto, também à de Klein (1994).

Por ser assim, a seguir, a definição de aspecto é apresentada nas palavras da autora:

O aspecto foi definido por nós rigorosamente como a relação entre o tempo de referência e o tempo de evento. As relações específicas de inclusão estabelecidas entre esses dois tempos levam à definição dos aspectos perfectivo e imperfectivo.

Tratando o aspecto como um sistema universal de relações temporais com suas funções básicas de perspectiva temporal de uma situação, mostramos que, [...] sendo o tempo de fala, o tempo de evento e o tempo de referência necessariamente presentes em uma situação, o aspecto é sua característica obrigatória.

Se a nossa hipótese é correta, o aspecto é necessariamente uma categoria semântica universal, sujeita a variações tipológicas e específicas das línguas particulares principalmente no que diz respeito a configurações morfossintáticas. (GODOI, 1992: 284-285)

A nossa abordagem de aspecto baseia-se nos conceitos do tempo de referência e tempo de evento de Reichenbach, da classe aspectual, do intervalo de tempo e da propriedade-EP (*end-points*) – os pontos inicial e final do evento. [...] Ao estabelecer a relação entre o TR [*tempo de referência*] e o TE [*tempo de evento*] entendidos como intervalos e não momentos, por um lado, e a classe aspectual, por outro, e considerando a propriedade-EP, poderemos determinar os aspectos perfectivo e imperfectivo [...] (GODOI, 1992: 172)⁷⁵

É relevante destacar dessa definição a posição adotada pela pesquisadora de que aspecto é universal, bem como o fato de diferentes sistemas lingüísticos empregarem recursos morfossintáticos variáveis para expressar a aspectualidade. Isso permite um olhar diferenciado para os dados lingüísticos ao descrever essa

⁷⁵ As explicações em itálico dentro dos colchetes são inclusões para esta tese.

categoria. Quer dizer, torna plausível avaliar várias possibilidades flexionais para a referenciação aspectual e temporal, por exemplo, admitindo a procura dessa organização além, apenas, da estrutura morfológica dos verbos. Tal premissa é bastante necessária para a análise da LIBRAS, pelos dados observados até agora. Além disso, essa postulação pode ser correlacionada à observação feita no item anterior, ao se colocar a visão de Lin (2002) de que a flexão gramatical semântica – ou seja, sentenças que descrevem situações localizadas no tempo, por meio do seu conteúdo lexical – é um conceito que existe em todas as línguas, portanto, universal. Isso reflete, na verdade, a proposta de Godoi (1992) de que a categoria aspecto é universal.

Há, ainda, outro elemento teórico adotado pela definição de Godoi (1992) – também por Lin (2002) – para a sua conceituação de aspectualidade: a noção de intervalo temporal e as relações aspectuais estabelecidas entre eles. Apesar de esses dois estudiosos realizarem suas análises sob a perspectiva de uma semântica de intervalos, eles são orientados por quadros teóricos diferentes. Como mostrado no item anterior, Lin (2002) assume a hipótese de Klein (1994) ao abordar a aspectualidade como sendo a expressão da relação entre o tempo tópico (TT) e o tempo da situação (TS), enquanto a flexão temporal se refere à ligação do tempo tópico (TT) ao da fala (TF). No caso de Godoi (1992), o ponto de vista é norteado, inicialmente, pela proposta de Reichenbach (1947); isso porque, embora a pesquisadora se valha das colocações desse autor sobre os tipos de tempos existentes, ela estabelece uma relação entre tempo de evento e tempo de referência para a aspectualidade tomando esses tempos como intervalos e não como momentos, como proposto por Reichenbach (1947). Além disso, da mesma maneira que Lin (2002) e Klein (1994), a autora trabalha com uma relação de inclusão entre os intervalos e não de simultaneidade, anterioridade e posterioridade entre momentos temporais.

Dessa forma, é possível dizer que, apesar de operar com sistemas diferentes, esses pesquisadores recobrem o mesmo fato: o de que a leitura aspectual ocorre por relações de inclusão entre o intervalo em que um evento acontece e o intervalo em que se afirma algo sobre esse evento.

Entretanto, ainda que próximas, essas abordagens diferem em mais uma questão: a propriedade-EP (*end points*), isto é, o emprego do conceito de “ponto inicial” e “ponto final” de um evento. Essa propriedade não é observada por Lin (2002), porém é essencial para a definição de Godoi (1992) e, por conseguinte, para complementar a proposta teórica que subsidia esta tese. A autora se vale do uso da propriedade-EP por considerar pouco relevante o emprego das classes aspectuais para definir a seqüência na linha temporal, pois para a estudiosa é difícil decidir se um verbo expressa realmente uma situação fechada ou aberta apenas considerando seu valor lexical, sem avaliar o papel de todo o predicado. Ou seja, diferentemente de Lin (2002), não é preocupação de Godoi (1992) verificar a existência de flexão semântica *covert*, uma vez que, para ela, tempo/aspecto são categorias que envolvem outras informações geradas por toda a estrutura das sentenças.

Desse modo, a definição da propriedade-EP é importante para determinar as possibilidades de as sentenças aparecerem na linha de tempo e terem as situações restritas aos seus respectivos tempos de referência. Em outras palavras, a duração da situação descrita deve ser restringida para ser contida no seu tempo de referência (e assim pode ser candidata a figurar na linha temporal). São justamente essas sentenças que têm a propriedade-EP. Godoi (1992) retoma a definição de EP formulada por Hataav (1988) nos seguintes termos: “*A situation S has EPs iff all subintervals of S are included in its reference time R. EPs= the first and last units t at which S is true*”. (HATAV, *apud* GODOI, 1992:196)

Observem-se os exemplos das próximas sentenças para examinar a possibilidade de se ter o aspecto imperfectivo delimitado por um EP e, dessa maneira, a sentença passar a ser lida como uma situação perfectiva:

37. O bebê dormiu por duas horas e, então, começou a chorar.

38. O bebê dormia bem.

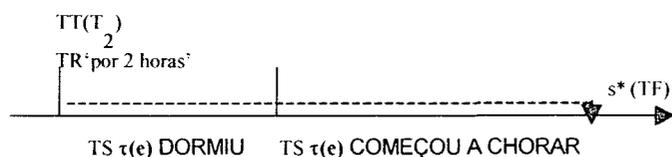
39. 18 TRABALHAR OFICINA FÁBRICA OFICINA (EL, J.avi)

“Aos dezoito, trabalhava na fábrica, oficina.”

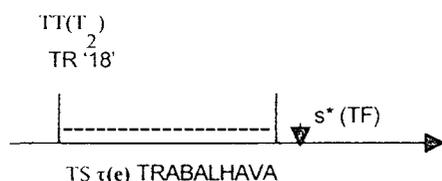
40. Ele trabalhava muito.

Em (37) e (39) as sentenças denotam os estados de “dormir” e “trabalhar”, respectivamente, e contêm as expressões “por duas horas” e “18” (aos dezoito) as quais funcionam como delimitadoras, ou seja, estabelecem EPs. Assim, o tempo do evento está incluído no de referência. Se essa análise fosse realizada pelo quadro teórico de Lin (2002), TS estaria incluído em TT, isto é, $[\tau(e) \subseteq t_2]$. Ambas as sentenças estão flexionadas para o passado porque o tempo tópico é anterior ao de fala $[t_2 < s^*]$. Observem-se os gráficos para (37) e (39):

Sentença em (37):



Sentença em (39):



Já em (38) e (40), não há um delimitador temporal para os eventos, e o tempo de referência está incluído no tempo de evento. Para Lin (2002), $[t_2 \subseteq \tau(e)]$ e, assim como nas sentenças anteriores, o tempo passado é dado por $[t_2 < s^*]$, como mostra o seguinte gráfico:



Isso demonstra que as situações imperfectivas podem se tornar perfectivas, ou seja, ao receber um EP, têm seu tempo de evento incluído no tempo de referência. Outros exemplos dessas ocorrências:

41. CRESCER ATÉ IDADE OITO MUDAR LUGAR PERTO R-I-O A-Z-U-L.

(LE, B.avi)

“Eu fui crescendo, até oito anos, quando mudei para um lugar perto de Rio Azul.”

42....ORALISMO _{1s}SOFRER FUTURO IDADE/QUANDO COMEÇAR VINTE E SEIS ABRIR SINAIS (LE, I.avi)

“Com oralismo eu sofria, quando, aos 26 anos, comecei me abrir para os sinais.”

Em (41), o evento de “CRESCER” está incluído no tempo de referência “ATÉ IDADE OITO”, que funciona como um EP, fechando o evento. Esse também é o tempo de referência para o segundo evento do enunciado, “MUDAR”, lembrando que, conforme Lin (2002), esse verbo tem flexão semântica perfectiva gerada por seu conteúdo lexical. Com relação à (42), a sentença imperfectiva recebe um EP pelo tempo de referência denotado com a expressão “IDADE/QUANDO...VINTE E SEIS”, que é o tempo de referência para as situações de “SOFRER”, “COMEÇAR” e “ABRIR”, e passa a ser lida como perfectiva. Ainda, retomando Lin (2002), ambas as sentenças têm sua temporalidade dada pela relação entre TT e TF, ou seja, a leitura de passado é produzida por $[t_2 < s^*]$.

Assim como Lin (2002), outros autores, entre eles Dowty (1986), afirmam que só situações com pontos naturais podem ocupar um lugar definido na linha de tempo, sem considerar a possibilidade de alteração de situações, naturalmente abertas, por EPs. No entanto, a análise de Godoi (1992) mostra que os eventos imperfectivos podem adquirir os “pontos finais” e, assim, as sentenças se tornam perfectivas, ou seja, capazes de situar o evento na linha do tempo. Para comprovar isso, a autora retoma as classes aspectuais para análise e observa que, se os eventos expressos são da classe dos *accomplishments* e dos *achievements*, eles têm que estar contidos no seu tempo de referência. Os primeiros são eventos que têm duração intrínseca, pois são um segmento inteiro de tempo, porém não são

homogêneos, pode haver lapsos de tempo. Exemplos desses eventos *accomplishments* são “correr uma milha”, “crescer”. Já os *achievements* (“reconhecer”, “achar”, “começar”...) captam ou o começo ou o clímax de uma ação, têm duração e podem ser situados indefinidamente dentro do espaço temporal; entretanto, não podem acontecer em todo o intervalo de tempo.

Enquanto esses dois eventos devem estar contidos em seus respectivos tempos de referência, os estados (amar, querer, desejar...) e as atividades (nadar, andar, correr...) não têm essa restrição, pois podem ser verdadeiros em outros intervalos de tempo além daqueles contidos no tempo de referência, visto que os estados podem persistir através do tempo por não serem dinâmicos, ou seja, não constituem mudanças. Já as atividades são eventos homogêneos, sua duração temporal é indefinida e, assim, não envolvem culminação ou resultado antecipado. Em (43) são apresentadas algumas sentenças para ilustrar essas classes aspectuais na LIBRAS:

43. a) *accomplishments* (Há uma mudança gradual de condição.)

_{1S}ESCREVER^{flexão} CARTA MÃE... (LE, B.avi)

“Estou escrevendo uma carta para mãe...”

b) *achievements* (Há uma mudança repentina de condição.)

GRUPO GANHAR CORRIDA. (EV. G.avi)

“O grupo ganhou a corrida.”

c) estados (É um estado de ser.)

PESSOA DROGA, _{1S}CONHECER JEITO GRUPO. (RO, E.avi)

“Pessoa drogada, conheço o jeito do grupo.”

d) atividades (Realização de alguma coisa.)

_{3S}CAMINHAR^{flexão} AMIGO DOIS CONVERSAR^{flexão} OLHAR^{flexão} ... (EV.G.avi)

“Ele caminhando e dois amigos conversando e olhando...”

Em síntese, pela análise de Godoi (1992), os *accomplishments* e os *achievements* são sempre contidos em seus tempos de referências ao passo que os estados e atividades podem contê-los. Assim, para que esses dois últimos tipos de eventos tenham lugar na linha temporal, é necessário que sejam explicitamente restringidos, por exemplo, por um advérbio duracional (“por duas semanas”, “por um mês”, “aos 18 anos”...). Quando isso ocorre, isto é, ao se ter restrição, a situação descrita pela sentença é concebida como tendo EPs. Quer dizer, eventos que não são naturalmente fechados, como os estados e as atividades, podem aparecer na linha de tempo quando adquirem EPs. Os próximos exemplos ilustram essa questão:

44. a) atividade com EP:

4 ANOS FICAR TREINAR LÁ. (RO, E.avi)

“Por quatro anos treinei lá.”

b) estado com EP:

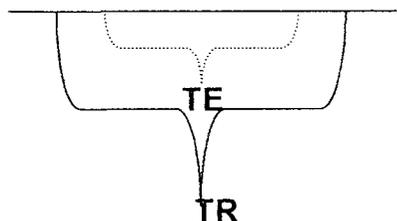
PASSADO QUALQUER COISA, ATENÇÃO ₁₅NÃO-TER ATENÇÃO, IDADE 15, BOBA, BOBA. (RO, E.avi)

“No passado qualquer coisa, não tinha atenção, aos 15 anos, era muito boba.”

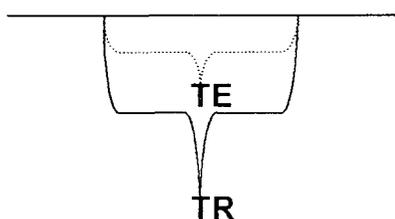
Então, pela propriedade-EP, a definição das duas categorias aspectuais – a perfectividade e a imperfectividade – podem ser revistas em termos da relação de inclusão entre o tempo de referência e o tempo de evento, o que gera duas possibilidades, de acordo com Godoi (1992): o tempo de referência inclui o de evento e a situação é fechada, ou o tempo de evento inclui o tempo de referência e a situação é aberta. Ou seja, a pesquisadora passa a denominar aspecto como a relação estabelecida entre o tempo de evento e o tempo de referência, considerando aspecto perfectivo como uma relação de $TE \subset TR$ ⁷⁶ e aspecto imperfectivo como $TR \subset TE$. Observem-se os gráficos da autora, repetidos aqui, que representam essas relações:

⁷⁶ Leia-se TE como tempo de evento e TR como tempo de referência.

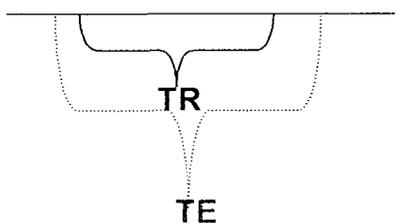
PERFECTIVO: inclusão própria $TE \subset TR$.



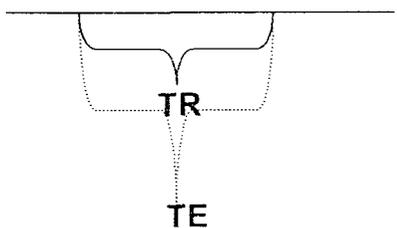
PERFECTIVO: inclusão imprópria $TE \subseteq TR$.



IMPERFECTIVO: inclusão própria $TR \subset TE$.



IMPERFECTIVO: inclusão imprópria $TR \subseteq TE$



Dessa maneira, quando a relação é $TE \subset TR$, perfectivo, a situação tem EPs. O evento também tem EPs quando estabelece a inclusão imprópria, seja ela do tipo $TE \subseteq TR$ ou $TR \subseteq TE$. Portanto, Godoi (1992) demonstra que todas as classes aspectuais podem ter aspecto perfectivo. E com a relação $TR \subset TE$, ou seja, a

ausência de EPs, isso só é possível para os estados e as atividades, justamente por sua propriedade distributividade na linha temporal. Em outras palavras, o aspecto imperfectivo é possível somente para os estados e atividades.

O interessante é que essa hipótese da estudiosa está de acordo com a descrição de Castilho (1994), empregada no capítulo anterior para a leitura de perfectivo e imperfectivo. Conforme os autores, o perfectivo é uma predicação que tende inexoravelmente a um fim e o imperfectivo é uma predicação que dispensa seu desfecho. Ou seja, estados e atividades dispensam finalização por serem imperfectivos, porém, quando ocorrem com um EP, passam a ter desfecho e tornam-se perfectivos.

Observe-se, ainda, que as relações entre o tempo de evento e o tempo de referência, estabelecidas por Godoi (1992), podem se dar tanto à esquerda como à direita do tempo de fala ou, então, coincidirem com esse tempo. Dessa maneira, o aspecto perfectivo e o imperfectivo igualmente são passíveis de realizações no passado, no futuro e no presente. Essa postulação está de acordo com a formalização para perfectivo e imperfectivo realizada por Lin (2002)⁷⁷ e também com a proposta de Castilho (1994). Para verificar tal possibilidade, examinem-se os próximos exemplos em que eventos perfectivos e imperfectivos ocorrem igualmente no passado e no futuro, como prevê Godoi (1992):

45. HOJE _{1s}IR CASA. (RO, E.avi)

“Hoje eu irei para casa.”

46. FUTURO NASCER, FAMÍLIA SATISFEITA, FELIZ... (LE, B.avi)

“Nascerá e a família ficará satisfeita, feliz...”

47. JUNTO FAMÍLIA JUNTO PERCEBER+^{flexão-terminativo}, _{3s}CRESCER+^{flexão-terminativo},
APRENDER+^{flexão-terminativo}, ATÉ IDADE 5. (LE, B.avi)

“A família unida percebendo ele crescendo, aprendendo, até os 5 anos.”

⁷⁷ Essa formalização está apresentada no item anterior, na página 173.

Nessas sentenças é possível verificar os eventos *achievements* NASCER, IR, com aspecto perfectivo marcado para o tempo futuro e, em (47), as situações de estado, PERCEBER+^{flexão-terminativo} e APRENDER+^{flexão-terminativo} marcadas para o passado pelo enunciado EP dado na expressão ATÉ 5 IDADE, que é mais um exemplo de fechamento de intervalo imperfectivo, cuja mudança ocorre pela inclusão do TE no TR, denotado pelo EP.

Os exemplos apresentados até agora salientam a grande relevância da relação entre a propriedade-EP e os advérbios temporais e os verbos. De acordo com Godoi (1992), os advérbios não só modificam os verbos, como desempenham um papel ativo na determinação da interpretação da sentença ao denotarem um EP, ao delimitarem a duração de um estado ou de uma atividade, ou seja, ao indicarem a inclusão do tempo de evento no tempo de referência. Sobre isso Castilho (1994) fazem a seguinte observação:

Os advérbios pontuais atribuem aos Vs a que se aplicam o sentido de subaneidade da ação, que se torna, assim, pontual, não-durativa. Por assim dizer, a face pontual desses advérbios neutraliza qualquer duração acaso contida no *aktionsart* do V, a não ser, é claro, que ele já integresse a classe dos télicos. (Castilho, 1994:18)

A partir dessa indicação, é interessante avaliar como os advérbios ou expressões temporais podem alterar a aspectualidade, principalmente, ao funcionarem como EPs de verbos cujo conteúdo lexical sugere imperfectividade. Ou seja, quais elementos discursivos entram em jogo para que os EPs sejam tomados para modificar a relação de inclusão entre TE e TR e, ao mesmo tempo, passem a ser a referência temporal do evento?

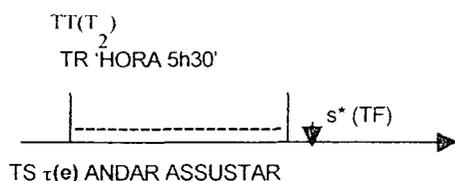
É possível explicar essa característica dos advérbios e das expressões temporais de funcionarem como EPs verificando algumas postulações de Roberts (1995) sobre a restrição de domínio. Para isso, há que se conduzir esta análise considerando o tempo de referência como um operador para restrição de domínio, o qual age sobre intervalos de tempo ou eventos. Desse modo, se os advérbios podem funcionar como EPs – que por sua vez passam a ser TR delimitando estados e atividades –, eles podem ser interpretados, por pressuposição, como operadores para restrição temporal, da mesma forma sugerida por Roberts (1995), isto é, prevendo uma estrutura de restrição dada por $\lambda Q[\text{Operador}, R, Q]$. Nesse esquema,

Q é o escopo nuclear do operador e a variável livre **R** é a oração restritiva. De acordo com a autora, essa variável restritiva **R** indica um valor proposicional do contexto, familiarmente convencionado por conhecimento compartilhado ou, quando necessário, por acomodação.

A fim de avaliar essa hipótese, observe-se mais um exemplo de sentença em que o evento imperfectivo se torna fechado por causa de um EP dado por uma expressão temporal, bem como o gráfico que representa essa possibilidade:⁷⁸

48. HORA 5h30 ANDAR ASSUSTAR MOTO PERIGOSA (LE, H.avi)

"Às 5h30, estava andando me assustei por causa de uma moto perigosa."



Em (48), a atividade de “ANDAR” e o estado de “ASSUSTAR” são delimitados dentro do escopo estabelecido por TR, operador de restrição que é denotado por “HORA 5h30”. Além disso, os eventos estão marcados para passado pela relação $[t_2 < s^*]$; portanto, essa sentença não pode ter uma leitura em que essas situações sejam uma atividade ou um estado permanente, pois esse evento só acontece às 5h30, que é o escopo dado por TR.

Há, porém, uma questão que pode ser acrescentada a essa abordagem em que o tempo de referência é examinado como operador temporal restritivo. Trata-se da possibilidade de acrescentar a essa análise as postulações de Levinson (2000). Pela proposição desse estudioso, as estruturas linguísticas cujos tipos de enunciados funcionam como protótipos têm seus significados denotados por fatores pragmáticos. Parece interessante considerar, por essa perspectiva, o tempo de referência, dado por um enunciado EP, como restritor temporal, assim como faz Roberts (1995). Entretanto, sob a orientação do trabalho de Levinson (2000), é

⁷⁸ Essa observação de que os advérbios, que se tornam TR, são operadores de restrição de domínio temporal também é válida para todos os outros exemplos com EPs destacados neste item e no capítulo anterior.

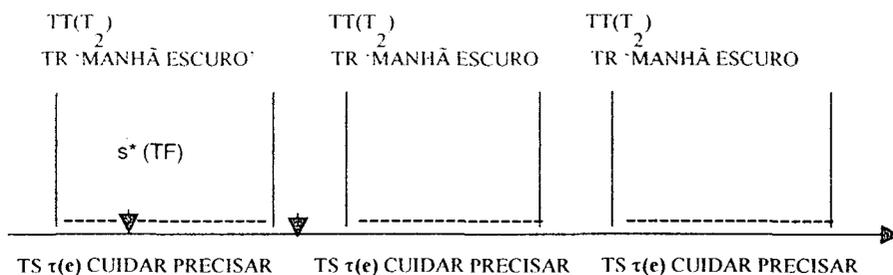
preciso antes avaliar se o tipo de enunciado empregado como EP gera implicaturas generalizadas para o estabelecimento da restrição temporal.

Para desenvolver essa tarefa, a primeira questão a verificar é o fato de que os enunciados EPs não geram implicaturas para especificar questões contextuais particularizadas. Ao contrário, as implicaturas geradas por esses operadores são obtidas por protótipos lingüísticos, dados pelos advérbios e expressões temporais marcadas. Não há necessidade, por exemplo, de cooperação entre interlocutores a fim de acomodar a percepção de restrição temporal que torna pontual o aspecto imperfectivo, pois ela é dada por *default*, pelo emprego dos advérbios e expressões temporais. Mesmo Roberts (1995) observa que a natureza da restrição de domínio é caracterizada por aspectos do discurso que são relevantes, chamados por ela de estruturas de informação do discurso, porém a autora propõe isso apenas para a questão da focalização.

Com a intenção de averiguar essa possibilidade de análise, observe-se mais um exemplo de sentença em que uma situação de estado (portanto, naturalmente imperfectiva) tem um enunciado EP funcionando como operador para restrição temporal, tornando o evento iterativo, o que, em um primeiro momento, é possível apenas para eventos naturalmente perfectivos. Vale acrescentar que, devido à restrição temporal, a flexão para iteração parece ser dispensada:

49. MANHÃ ESCURO CUIDAR PRECISAR (LE, H.AVI)

“Quando está escuro de manhã, é preciso cuidado.”



Note-se que em (49) o tempo de fala pode ou não estar incluído em TR (ou TT), o que permite se falar sobre o evento no momento de sua ocorrência, isto é, no tempo de referência, ou depois dele. Já a relação de inclusão de TE, “CUIDAR

PRECISAR”, em TR, “MANHÃ ESCURO”, admite a leitura do evento, naturalmente imperfectivo, de forma iterativa, ou seja, a situação denotada pelo enunciado passa a ter pontos marcados na linha temporal.

Norteando a análise pela proposta de Levinson (2000), é possível dizer que o tipo de organização da estrutura lingüística escolhida pelo locutor, “MANHÃ ESCURO”, estabelece uma delimitação temporal/aspectual por meio do conhecimento compartilhado, de modo que o interlocutor interpreta que o ato de “CUIDAR PRECISAR” deve ser realizado sempre quando for “MANHÃ ESCURO”. Assim, o conhecimento de mundo permite aos interlocutores, ao empregarem um enunciado EP, pressuporem que tais enunciados funcionam como operadores para restrição temporal e, por isso, conduzem a uma revisão da interpretação dada por *default* para os eventos imperfectivos.

Outro ponto a considerar é a possibilidade de que a composição entre o *aktionsart* dos verbos com expressões temporais estereotipadas gere implicaturas presumidas, por exemplo, pela oposição entre verbos imperfectivos e enunciados EP perfectivos. Essa análise pode ser feita retomando as heurísticas **Q**, **I** e **M**, elaboradas por Levinson (2000), lembrando que, pelo princípio de contraste, deve haver um significado diferente entre um enunciado imperfectivo e outro perfectivo. Uma situação de atividade como (48) ou (49) é reconhecida por sua estrutura semântica imperfectiva; ao receber um enunciado EP, para sua leitura, entra em ação o dispositivo pragmático. A partir desse ponto, o processo se inicia com a interpretação semântica do *aktionsart* – que deve corresponder ao tempo real do evento – e, por apresentar um elemento diferente, isto é, o operador para restrição temporal, um enunciado EP, para delimitar o conteúdo lexical do imperfectivo, entra em jogo a incrementação pragmática para suscitar uma interpretação preferida. Isso é realizado com uma checagem da escala <PERFECTIVO, IMPERFECTIVO>, ou seja, a intuição do falante considera, pela heurística **Q**, que o uso do imperfectivo seria um equívoco, pois, no caso de (49), é mais informativo saber se o evento é pontual, isto é, se “é para ter cuidado sempre ou se apenas de manhã” e, em (48),

se “o interlocutor está sempre assustado ou se isso ocorreu em um momento específico”.⁷⁹

Ainda, seguindo Levinson (2000), é possível avaliar os advérbios e expressões temporais como estruturas lingüísticas mínimas que provocam interpretações máximas e, quando empregadas, pelos princípios I e M, sugerem que o locutor está pretendendo enunciar um significado diferente, portanto, novamente na dependência de avaliar a escala <PERFECTIVO, IMPERFECTIVO>.

Se essa interpretação em que os marcadores temporais (advérbios e expressões de tempo) são tomados para serem operadores de restrição temporal pode ser aplicada, como se observa com os exemplos mostrados até aqui, vale a pena observar se há, na LIBRAS, enunciados EPs mais recorrentes como protótipos de marcas para o estabelecimento da referência temporal/aspectual. Assim, daqui para frente, a descrição aspectual/temporal da LIBRAS será realizada considerando-se as postulações de Godoi (1992) para a propriedade-EP e o conceito de inclusão entre os tempos de referência e de evento para determinar perfectividade, imperfectividade e iteratividade – complementando a proposta de Lin (2002). Para tanto, tais postulações são ainda acrescentadas com as hipóteses das proposições pragmáticas defendidas por Roberts (1995) e Levinson (2000).

4.3 Sentenças sem marcadores temporais na LIBRAS

A relação entre temporalidade e aspectualidade pode ser especificada morfologicamente, como na língua russa, de acordo com Godoi (1992), e a Yukatek Maya, conforme Lin (2002), as quais marcam apenas aspecto imperfectivo. O Mandarim, segundo esse último pesquisador, pode ser colocado no conjunto dessas línguas. E, de acordo com os dados mostrados nesta tese, a LIBRAS apresenta uma organização que também se aproxima delas, pois se verifica em seu sistema o emprego de flexões aspectuais que interferem na temporalidade das sentenças.

Como foi visto no capítulo 2, alguns pesquisadores de línguas de sinais, como Zeshan (2000), que investiga a Língua Indo-Paquistanesa de Sinais e Brito (1995), com análises da Língua Americana de Sinais e, também, da LIBRAS, dizem que a

⁷⁹ A preferência pela informação específica também é válida para os exemplos anteriores em que as situações de estado ou atividade tiveram seu intervalo temporal restrito por um EP.

localização temporal de eventos se dá apenas com o emprego de advérbios temporais nessas línguas. Lin (2002) observa que a mesma proposta tem sido feita para as análises do Mandarim Chinês com advérbios como *zuotian* (ontem), *ming nian* (próximo ano), com marcadores aspectuais, principalmente, *le* e *guo* e, ainda, com algumas sentenças iniciais que determinam um esquema temporal para o discurso. No entanto, o autor ressalta que uma análise cuidadosa dos dados permite encontrar um grande número de sentenças chinesas sem um advérbio temporal ou uma marca aspectual e, mesmo assim, não é necessário recorrer a sentenças prévias para determinar as referências temporais. Como mostram os exemplos destacados no capítulo 3 e no item 4.2, isso também se confirma para a LIBRAS. Exemplos dessas sentenças do Mandarim, que podem ter a referência para situações de passado ou presente facilmente construída sem o uso de advérbios, são dados em (50) e (51). Depois, em (52) e (53) sentenças na LIBRAS são apresentadas para esses casos.

50.

- a) *Ta dapuo yi ge hua ping*
 ele quebrar um flores vaso
 ‘Ele quebrou um vaso de flor.’
- b) *Ta ba wo gang-chu jiaoshi*
 ele me empurrar fora sala de aula
 ‘Ele me empurrou para fora da sala de aula.’
- c) *Ta zai Shanghai chu-sheng*
 ele em Shanghai nascer
 ‘Ele nasceu em Shanghai.’
- d) *Ta qiangpuo wo xiu ta-de ke*
 ele forçar me agüentar suas aulas
 ‘Ele me forçou a agüentar suas aulas.’
- e) *Didi bang wo xiang-dao yi-ge hen hao de fangfa*
 irmão ajudar mim pensar-em um muito bom método
 ‘Meu irmão me ajudou a pensar em uma idéia muito boa para mim.’

51.

- a) *Ta hen congming*
 ele muito esperto
 'Ele é muito esperto.'
- b) *Wo xiangxin ni*
 eu acreditar você
 'Eu acredito em você.'
- c) *Diqiu rao taiyang xuanzhuan*
 terra girar sol em torno
 'A Terra gira em torno do Sol.'
- d) *Ni da lanqiu ma?*
 você jogar basquetebol
 'Você joga basquetebol?'
- e) *Ta zai fangjian du shu*
 ele em quarto estudar livro
 'Ele está estudando em seu quarto.'

52.

- a) _{3s} JOGAR PISCINA ÁGUA FORA, TUDO VAZIO. (JO, A.avi)
 "Ele se jogou na piscina e a água saiu para fora, ficou tudo vazio."
- b) MÃE PERGUNTAR TESTA MÉDICO MARCA. (AM, D.avi)
 "A mãe perguntou sobre a marca na testa ao médico."
- c) NASCER BEBÊ, FAMÍLIA VÓ ASSUSTAR. (AM, D.avi)
 "O bebê nasceu, a família e a vovó se assustaram."
- d) _{1s}ACEITAR JESUS ACEITAR, _{1s}ARREPENDER, _{1s}LARGAR MUNDO. (LE, B.avi)
 "Aceitei Jesus, arrependi-me, larguei o mundo."
- e) _{1s} ENCONTRAR MARCO... (RO, E.avi)
 " Encontrei o Marco..."

53.

a) CASAL AMAR. (AM, D.avi)

“O casal se ama.”

b) _{1s} AMAR BRINCAR QUALQUER COISA. (DA, C.avi)

“Amo brincar de qualquer coisa.”

c) _{1s} TRABALHAR QUALQUER COISA. (AM, D.avi)

“Trabalho em qualquer coisa.”

d) _{1s} GOSTAR CURITIBA. (JO, D.avi)

“Gosto muito de Curitiba.”

e) LUGAR BOM UBERABA LUGAR, _{1s} CONHECER GESTOS AMIGOS VIZINHOS GESTOS “POSITIVO” / _{3s} CONHECER TUDO EU GESTOS. (RO, E.avi)

“Uberaba é um bom lugar, conheço os gestos dos vizinhos amigos, como o gesto de “positivo”. Eles conhecem todos os meus gestos.”

A fim de analisar essas *bare sentences* (sentenças “nuas”) do Mandarin, Lin (2002) passa a avaliar se na língua chinesa há *covert tense*, isto é, flexão temporal apenas na forma lógica e não na forma fonética. Seguindo Swart (1998) e Schimitt (2001), o pesquisador propõe que essas flexões temporais são sujeitas à restrição de seleção, ou seja, uma determinada flexão só pode selecionar um complemento com ponto de vista aspectual ou *aktionsart* específico. Assim, se *covert tense* existe em Mandarin, o seu valor, para Lin (2002), pode ser determinado pelas seguintes restrições de seleção:

54.

a) O tempo presente *covert* deve selecionar ASPP imperfeito como seu complemento.b) O tempo passado *covert* deve selecionar ASPP perfeito como seu complemento.

Para trabalhar com essa idéia de restrição de seleção, o autor se vale dos estudos de Bohnemeyer & Swift (2001) sobre *default aspect*. Para esses autores, há uma relação entre a aspectualidade e o valor de telicidade do evento.

Sinteticamente, um predicado é télico se denota somente eventos que não têm nenhuma parte que recaia sobre o mesmo predicado e, ao contrário, um predicado é atélico se o evento denotado por ele tem pelo menos uma parte não-final que cai sobre o mesmo predicado. Nesse sentido, por essa visão da proposta do *default aspect*, o predicado *pescou um peixe* é télico e perfectivo, enquanto que *caminhar na praia* é atélico e, portanto, imperfectivo.

Com essa noção de *default aspect* de Bohnemeyer & Swift (2001) e mais a restrição de seleção proposta em (54), Lin (2002) explica que as sentenças em (50) têm uma interpretação de passado por descreverem uma situação fechada, ou seja, perfectiva. Em (51), por sua vez, a leitura é de presente por serem abertas, isto é, aspecto imperfectivo. Porém, como analisado inicialmente em 4.2 e 4.2.1, é possível investigar a referência temporal/aspectual na LIBRAS examinando os efeitos semântico-pragmáticos ao se considerar o aspecto *default* não como flexão temporal *covert*, mas, preferencialmente, como implicaturas conversacionais generalizadas e, ainda, avaliar a referência temporal estabelecida pelos enunciados EPs, como operadores de restrição para os intervalos de tempo.

Nesse sentido, para esta tese, a seleção de restrição sugerida por Lin (2002), em (54), pode ser pensada de modo totalmente inverso, nos seguintes termos:

55.

- a) Aspecto imperfectivo seleciona, por *default*, leitura para tempo presente, a não ser que tenha o evento delimitado por um enunciado EP, o qual determina que $TE \subseteq TR$ ou $TR < TF$.
- b) Aspecto perfectivo seleciona, por *default*, tempo passado, a menos que seja denotado por um enunciado EP um intervalo $TF \leq TR$.

Dessa maneira, a restrição de seleção é realizada pelo aspecto verbal *default*, ou seja, por ASPP e não por TENSP. Para verificar a possibilidade de se aplicar (55), vale examinar o fato de que as situações marcadas para o passado, em (50a, c), são todas *achievements* e, em (50d, e), são *accomplishments*; já nos exemplos da LIBRAS, em (52), as situações são todas *achievements*. Como Godoi (1992) afirma, para essas situações o tempo é sempre de passado, o que está de

acordo com a restrição de seleção colocada por (55b). Com relação a (50b), exemplo do Mandarim em que o evento é uma atividade, é possível perceber um enunciado EP situando o tempo de referência e localizando pontualmente o evento. Isso também está previsto pela hipótese de restrição de seleção em (55a). Vale lembrar que situações de estado e atividade, naturalmente imperfectivas, podem ter a leitura de passado gerada por implicatura devido ao emprego de enunciados EPs estereotipados, os quais funcionam como operadores para restrição de intervalo temporal.

Para os casos de (51) e (53), ou seja, situações no tempo presente, todos os exemplos da LIBRAS são estativos e, em Mandarim, apenas (51d) é uma atividade, o restante é também estativo. Portanto, de acordo com a hipótese de (55a), o conteúdo lexical imperfectivo dos verbos, nessas sentenças, seleciona a interpretação de tempo presente, pois nenhum desses exemplos apresenta um enunciado EP para restringir no passado ou situar no futuro os estados e as atividades.

É plausível confirmar, então, que em sentenças com advérbios e expressões de tempo aceitos como enunciados EPs, são estes que determinam a referência temporal em Chinês e também na LIBRAS. Os exemplos (56) e (57) ilustram essa questão, pois os advérbios, ao se tornarem EPs das situações abertas, modificam a relação de inclusão entre o tempo de referência e o de evento.

56.

a) *Ta zuotian hen mang*

ele ontem muito ocupado

'Ele estava muito ocupado ontem.'

b) *Ta xianzai hen mang*

ele agora muito ocupado

'Ele está muito ocupado agora.'

c) *Wo mingtian hen mang*

eu amanhã muito ocupado

'Eu estarei muito ocupado amanhã'

57.

a) ONTEM (IR) IR CASA ME@ MULHER^BENÇÃO⁸⁰

“Ontem, eu fui à casa de minha mãe.”

b) HOJE, _{1s}PREOCUPAR ACONSELHAR JOVEM. (RO, E.avi)

“Hoje eu me preocupo em aconselhar o jovem.”

c) _{1s} ESTUDAR AMANHÃ⁸¹

“Amanhã irei estudar.”

O próprio Lin (2002) observa que os advérbios temporais não correspondem à restrição de seleção temporal estabelecida em (54) e, por isso, conforme o autor, se existir uma projeção para TENSF, este deverá concordar com o advérbio temporal *overt*. Ao se considerar que a aspectualidade denotada por *default* é que seleciona as relações temporais e, ainda, que os enunciados EPs participam como operadores de restrição temporal, essa proposta não precisa ser, necessariamente, levada em conta, e TENSF continua a não ser uma exigência para esse sistema.

Além disso, é admissível que a restrição de seleção temporal tenha, para a sua interpretação, aspectos pragmáticos, como os propostos por Roberts (1995) e Levinson (2000), como demonstrado até aqui. Vale a pena reforçar esse ponto, lembrando a possibilidade de que o papel dos enunciados EPs – como operadores para restrição temporal – seja pressuposto por conhecimento compartilhado, de acordo com Roberts (1995) e pelas heurísticas **Q**, **I** e **M** de Levinson (2000). Dessa maneira, para a leitura de alteração do imperfectivo para perfectivo, por exemplo, os interlocutores recorrem ao campo comum hipotético a fim de reconhecer os tipos de enunciados que são empregados para alterar essa relação temporal que, em um primeiro momento, é selecionada pelo aspecto *default*.

Outra questão abordada por Lin (2002) diz respeito ao fato de que, no Mandarim, o futuro deve ser um tempo marcado e, por isso, não há, em (54), uma restrição de seleção observada pelo autor para o futuro *covert*. Isso significa que, no

⁸⁰ Esse exemplo foi retirado de Strobel & Fernandes (1998)

⁸¹ Idem.

Chinês, o tempo futuro deve se dar em uma expressão *overt*, como um advérbio temporal ou um modal auxiliar. No caso da LIBRAS, o futuro também deve ser marcado, como mostrado em 4.2, mas o que se propõe aqui é que a interpretação desse tempo para um enunciado se dá pelo emprego das heurísticas Q e I. Para reforçar essa idéia, considerem-se os seguintes exemplos:

58.

a) APAS _{1s}ESTUDAR. (DA, C.avi)

“Estudei na APAS.”

b) DEPOIS _{1s}ESTUDAR.⁸²

“Depois estudarei.”

c) FUTURO _{1s}ESTUDAR FACULDADE MATEMÁTICA.⁸³

“No futuro estudarei faculdade de matemática.”

Em (58a), a situação pode ser considerada um *accomplishment*, portanto, o aspecto *default* é perfectivo, o qual seleciona o tempo passado – pela hipótese de restrição de seleção (55a). Já em (58b, c) são empregados os operadores ‘DEPOIS’ e ‘FUTURO’, que podem ser aceitos como enunciados estereotipados, cujo uso gera a necessidade de se pressupor que nessas sentenças há uma informação a mais do que em (58a) pela heurística I. Assim, esses itens lexicais podem ser vistos da mesma forma que os enunciados EPs, ou seja, eles estabelecem a referência temporal para os eventos que, nos casos de (58b, c) passa a ser TR<TF, denotando a leitura de futuro.

No caso da noção de futuro não *overt* das sentenças condicionais e imperativas, Lin (2203) argumenta que, com relação às primeiras, tais construções contêm um modal implícito, e as imperativas seriam consideradas como estruturas universais de referência a ações futuras. Observe-se o exemplo dessas estruturas na LIBRAS:

⁸² Esse exemplo foi retirado de Strobel & Fernandes (1998)

⁸³ idem.

59. MAMÃE NÃO-ESPERAR, CHAMAR MENINO...OLHAR ALI FILHO, OLHAR GORDO, ALTO, BAIXO...(JO, A.avi)

“A mãe não esperou, chamou o menino....(*disse para ele*) olhe ali filho, olhe o gordo, o alto, o baixo...”

Sintetizando a análise realizada até aqui, Lin (2002) examina a existência de flexão temporal *covert* no Mandarim e, para isso, recorre à restrição de seleção para interpretar os valores temporais em sentenças “nuas”. Embora Lin (2002) não faça uma análise pragmática forte, ele sugere que é possível predizer a localização temporal dos eventos denotados por essas sentenças do Mandarim pelo contexto, observando ou não a existência de flexão de tempo *covert*. Porém, é razoável explicar os mesmos dados, aqui apresentados, sem assumir a existência de flexão lingüística *covert*.

Nesta tese, essa idéia é reforçada ao se propor, para a análise dos dados da LIBRAS, a necessidade de preencher o valor do tempo tópico (TT) ou do tempo de referência (TR) com as características aspectuais, ou seja, por ASPP, que especifica a relação entre os tempos de situação (TS) ou de evento (TE) e o de referência. Se uma sentença não contém um enunciado EP, o tempo de referência (TR) ou (TT) é um intervalo temporal determinado pelo aspecto *default*. Para isso, é possível considerar as postulações de Godoi (1992) sobre o fato de que as classes aspectuais – *achievements*, *accomplishments*, atividades e estados – estão relacionadas ao tempo do evento e ao de referência. Assim, para uma sentença imperfectiva, sem marca para futuro e sem um enunciado EP pontuando o evento, o tempo denotado deve ser antes um intervalo que inclui o tempo de fala, isto é, o presente. Portanto, para as sentenças imperfectivas, o tempo de referência é o tempo de fala, a menos que um enunciado EP apareça nas sentenças, para restringir o evento. No caso de sentenças perfectivas *achievement*, por exemplo, sem marca para futuro, o tempo de referência deve ser anterior ao de fala, pois o evento denotado por uma situação *achievement* precisa ser completado antes de ser dito.

Por conseguinte, as sentenças “nuas” não são evidências para a projeção de TENSF na LIBRAS, uma vez que, com ou sem flexão temporal *covert*, é possível

predizer a localização temporal dos eventos denotados pelas sentenças dessa língua, por meio da composição entre conteúdo lexical dos verbos (*aktionsart*), mais as implicaturas conversacionais geradas pelo conhecimento compartilhado entre os interlocutores sobre elementos contextuais e sobre a própria estrutura lingüística observada pelos tipos de enunciados. Dessa forma, no próximo item, é interessante avaliar um pouco mais a participação das marcas lingüísticas para a leitura de tempo/aspecto na LIBRAS.

4.4 As sentenças com marcadores e a referência temporal e aspectual na LIBRAS

Dada essa explicação para sentenças “nuas” da LIBRAS, passa-se agora a focar a questão das sentenças com marcadores temporais para verificar qual a relação deles com a aspectualidade das sentenças nessa língua. Isso é importante para esta tese, uma vez que na organização aspectual da LIBRAS ocorrem marcações especiais, como demonstrado no capítulo anterior, isto é, os marcadores flexionais para aspecto perfectivo, imperfectivo e iterativo, sobre os quais não há dúvida em relação à determinação dada por ASPP. No entanto, há, ainda, operadores como EX, ANTES e PASSADO, com suas respectivas flexões, que poderiam ser analisadas como elementos essencialmente temporais na LIBRAS. É essa questão que se pretende avaliar neste item, ou seja, podem esses operadores também estabelecer relações aspectuais?

Como ponto de partida para essa análise novamente se toma como parâmetro as propostas de Godoi (1992) e Lin (2002, 2003). A deste, por sua investigação do emprego dos marcadores *le* e *guo*, no Chinês, pois é possível realizar uma avaliação, em paralelo à suas observações, para os marcadores da LIBRAS, e a de Godoi (1992), principalmente, por sua análise de predicados com ou sem EPs.

Segundo Lin (2003), o sufixo *le* tem sido caracterizado como um marcador perfectivo para o Mandarim, indicando conclusão ou término de uma ação, como no exemplo a seguir, que descreve um evento passado:

60. *Ta chi-le yi tiao yu*⁸⁴
 ele comer-Asp. um peixe
 “Ele comeu um peixe.”

O pesquisador esclarece que, embora sentenças com *le* tenham, usualmente, uma interpretação de passado indicando conclusão de uma ação, esse sufixo também é compatível com uma interpretação de presente prolongado. Os exemplos em (61) mostram *le* em sentenças cujas estruturas sintáticas são idênticas à de (60), mas com significados temporais totalmente diferentes.

61.

- a) *Ta yang-le yi-tiao jinyu*
 ele levantar-Asp um peixe-dourado
 “Ele está levantando um peixe-dourado.”
- b) *Wo (zai Boston) zu-le yi-jian gongyu*
 eu em Boston alugar-Asp um apartamento
 “Eu estou alugando um apartamento em Boston.”
- c) *Zhangsan (shou-li) ti-le yi-ge da pixiang*
 Zhangsan mão-em levar-Asp uma grande mala
 “Zhangsan está levando uma grande mala (em sua mão).”
- d) *Ni kan, Lisi qi-le yi-pi ma wang cheng wai fangxiang zou,*
 você olhar Lisi cavalgar-Asp um cavalo para cidade fora direção passeio bu
zhidao ta yao qu nar
 não saber ele querer ir onde
 “Olhe! Lisi está cavalgando para fora da cidade. Não sei onde ele quer ir.”

⁸⁴ Lin (2003) não faz nenhuma menção se haveria ou não mudança aspectual, do perfectivo para o imperfectivo, no Chinês, se o emprego de *le* se mantivesse, mas a “quantização” do SN fosse alterada, por exemplo para “peixes” ou “dezenas de peixes”.

De acordo com Lin (2003), uma propriedade importante para distinguir as sentenças de (60) e (61) parece ser o fato de que, quando uma sentença do tipo de (61) é verdadeira em um intervalo de tempo, ela também o é para todos os seus subintervalos – até mesmo um subintervalo não-final. Por exemplo, se João aluga um apartamento de abril a agosto de 2003, então, também é verdade que ele aluga o apartamento em maio e junho. No entanto, se João come um peixe das 5h30 às 5h45, não é necessariamente verdade que ele também tenha comido um peixe das 5h35 às 5h40. A partir dos trabalhos de Dowty (1979), essa característica ficou conhecida como propriedade dos subintervalos dos predicados atélicos.

Na LIBRAS, os principais operadores temporais que parecem ser responsáveis por uma interpretação de passado são os sinais de EX, ANTES, PASSADO (com suas flexões). Observem-se os exemplos:

62. PASSADO QUALQUER COISA, ATENÇÃO _{1S}NÃO-TER ATENÇÃO, IDADE 15, BOBA, BOBA. (RO, E.avi)

“No passado qualquer coisa, não tinha atenção, aos 15 anos, era muito boba.”

63. _{1S}MUDAR CURITIBA, PASSADO CURITIBA BOM CIDADE. (AM, D.avi)

“Mudei para Curitiba, era uma cidade boa.”

64. EU EX MINHA ANTES FAMÍLIA FALAR ^{+flexão-cursivo} RESOLVER^{...neg}. AGORA ACEITAR ESTUDAR. (DA, C.avi)

“Antigamente, eu não aceitava o que minha família falava, agora eu aceito estudar.”

65. EX CASA NORMAL, GOSTAR, EU PEQUENA LUGAR C-A-M-P-O C-O-M-P-R-I-D-O LUGAR EU CASA PASSADO ^{flexão} PEQUENA CRESCER^(flexão-inceptivo) ... (JO, A.avi)

“A casa era normal, eu gostava, era no bairro Campo Comprido, há muito tempo, eu era pequena e fui crescendo...”

66. CRESA EX CRESA ESTUDAR NÃO-RESOLVER. (DA, C.avi)

“Quando estudei no CRESA, não resolveu.”

Nos exemplos com os operadores “PASSADO” e “ANTES”, os predicados são fechados, isto é, perfectivos, e estão expressando um evento ocorrido no passado, embora os verbos dessas sentenças sejam estativos ou de atividades. Disso decorrem duas questões: a primeira é que esses marcadores de tempo passado parecem ser compatíveis com predicados imperfectivos (assim como o *le* do Mandarim); a outra questão diz respeito à proposta aqui desenvolvida para a qual os estativos e as atividades só precisam de um enunciado EP restringindo o tempo de referência para serem lidos como fechados, ou seja, os itens lexicais “PASSADO”, “EX” e “ANTES” podem ser lidos como EPs.

Note-se que em (62), o estado de ‘não ter atenção’ é fechado pelo enunciado EP “PASSADO” e, ainda, o estado ‘ser boba’ está incluído no tempo de referência dado pelo enunciado EP “IDADE 15”, quer dizer, em ambas as situações ocorre a restrição $TE_{\subset}TR$, assim como já demonstrado para outros exemplos. Essa relação também se dá em (63) com o tempo da situação estativa “ser boa” sendo incluído no tempo de referência denotado pelo operador “PASSADO”; ainda em (63), a primeira sentença também apresenta leitura de passado, devido à seleção realizada pelo aspecto perfectivo do verbo “MUDAR”.

Já em (64), os enunciados EPs, “EX” e “ANTES”, são o tempo de referência (ou o tempo tópico) que delimita, no passado, a situação de “FALAR”^{+flexão-cursivo} RESOLVER^{...neg}, ou seja, a relação é de $TE_{\subset}TR$. Porém, vale notar que o verbo “FALAR”^{+flexão-cursivo} está flexionado para denotar imperfectividade. Isso é interessante, pois assim como o *le*, do Mandarim, os operadores temporais “EX” e “ANTES” podem se combinar com situações abertas, o que, de acordo com Lin (2003), permite vê-los também como marcadores aspectuais. No que diz respeito ao evento de “ACEITAR”, na segunda oração, ainda em (64), o aspecto imperfectivo da situação de estado seleciona o tempo presente, reforçado pelo enunciado EP “AGORA”. Esse enunciado, na verdade, também gera a leitura de que o evento da primeira sentença, delimitado por “EX” e “ANTES”, tem o seu término no momento de fala.

Outro exemplo dessa interação entre os marcadores temporais da LIBRAS e a aspectualidade aparece em (65), pois os estados de “ser” e “gostar”, portanto imperfectivos, também são restringidos pelo enunciado EP “EX”. Além disso, na

oração “PASSADO^{flexão} PEQUENA CRESCER^{+flexão-inceptivo}” aparece o operador temporal para passado junto com o verbo flexionado para o evento “crescer”, denotando aspecto imperfectivo. Esse exemplo, comparado ao (66), ilustra muito bem o fato de que, embora os operadores “ANTES”, “PASSADO” e “EX” possam ser tomados como temporais, como observam os pesquisadores de línguas de sinais apresentados no capítulo 2,⁸⁵ eles estabelecem uma relação aspectual na LIBRAS. Retomando (65), “EX” está combinado com um predicado estativo e, em (66), com um *achievement*, que por si só seleciona tempo passado. Porém, em (66), o enunciado EP está empregado no sentido de “quando” e a situação de atividade “não resolver”, da segunda oração, é incluída no tempo de referência da primeira. Isso permite verificar que esse operador realiza alterações aspectuais, além das temporais.

Em outras palavras, esses operadores podem se combinar tanto com predicados perfectivos quanto com imperfectivos. Por essa razão, talvez seja melhor avaliá-los como realizações aspectuais e não apenas como marcadores de tempo, assim como faz Lin (2003) para o marcador *le*. Embora esse pesquisador não trabalhe com a idéia de enunciados EPs, ele demonstra que o marcador *le* também é compatível com predicados abertos, como nos exemplos anteriores, em (61), ou em (67), a seguir:

67.

a) **Zhangsan kan-le yi-zhi niao*



Zhangsan observar-Asp um pássaro

“Zhangsan está observando um pássaro./Zhangsan observou um pássaro.”

b) *Zhangsan kan-le yi-bu dianying*

Zhangsan assistir-Asp um filme

“Zhangsan assistiu a um filme.”

Em (67a), é possível uma leitura para *le* na qual o evento continua até o presente. Além disso, esse sufixo pode ocorrer em orações com um significado que

⁸⁵ Entre eles, Pereira (1993), Brito (1995) e Felipe (1998).

indica anterioridade da sentença encaixada com relação à principal, como em (68). Isso, de acordo com Lin (2003), confirma que *le* não é um marcador de passado absoluto. Essa mesma situação de temporalidade pode ser vista na LIBRAS, nos exemplos de (69):

68. *Jingguo ta-de jiangjie, wo duoshao liaojie-le yi dian GB lilun*

depois sua explicação eu mais ou menos entender um pouco GB teoria

“Após sua explanação, eu mais ou menos compreendo um pouco da teoria da GB.”

69.

a) PASSADO COMEÇAR FÉRIAS EU VONTADE DEPRESSA VIAJAR.⁸⁶

“Quando chegaram as férias, eu fiquei ansiosa para viajar.”

b) IMAGINAR VIDA ANTES NADA ERRADO. (RO, E.avi)

“Imaginei a vida como era, nada errado.”

Em outra observação, Lin (2003) considera que se *le* for trocado por *guo* nas sentenças, como em (70), a ambigüidade desaparece e todas são interpretadas como eventos concluídos:

70.

a) *Ta chi-guo yi-tiao jinyu*

ele comer-Asp um peixe-dourado

“Ele comeu um peixe-dourado (antes).”

b) *Ta yang-guo yi-tiao jinyu*

ele levantar-Asp um peixe-dourado

“Ele levantou um peixe-dourado (antes).”

⁸⁶ Esse exemplo, retirado de Strobel & Fernandes (1998), já foi dado no capítulo 3.

- c) *Wo (zai Boston) zu-guo yi-jian gongyu*
 eu em Boston rent-Asp one apartment
 “Eu aluguei um apartamento em Boston (antes).”

Esses exemplos mostram que *guo* tem mais característica de marcador de passado do que *le*. Já para a LIBRAS, isso não pode ser afirmado sobre nenhum operador, nem mesmo para o “PASSADO”, visto que eles ocorrem igualmente com predicados imperfectivos, por conseguinte, denotam aspectualidade. Interessante, também, é a observação de Lin (2003) sobre o fato de que *guo* não pode ser um marcador de passado absoluto, uma vez que ele é compatível com interpretações de futuro ao aparecer em sentenças encaixadas, como o exemplo (71), nas quais expressa anterioridade relativa, ou seja, o evento denotado pela oração subordinada contendo o sufixo *guo* precede o evento da principal. Com relação aos operadores “EX” e “PASSADO”, na LIBRAS, os dados não apresentam ocorrências em que sejam empregados com relação ao futuro absoluto; no entanto, eles podem receber o valor de “quando”, como no exemplo (69), e interferir na aspectualidade da sentença principal, modificando a relação de anterioridade. Ou seja, assim como *le* e *guo*, os marcadores temporais, na LIBRAS, influenciam a aspectualidade dos predicados.

71. *Deng ni ting-guo ta tan gangqin yihou, ni jiu hui zhidao ta de jiqiao*
 esperar você ouvir-Asp ele tocar piano, depois você então (irá) conhecer ele
 De habilidade ter
duo hao
 como bom
 “Depois de tê-lo ouvido tocar o piano, você saberá como sua habilidade é
 boa.”

Em síntese, a interpretação temporal de sentenças da LIBRAS contendo os marcadores “EX”, “PASSADO” e “ANTES” é sensível ao *aktionsart* do VP. Lin (2003) sugere que o sufixo *le*, no Chinês, é um operador aspectual de realização de evento, portanto, com realização em ASPP, assim como outros marcadores de perfectivo e

imperfectivo. Se isso é possível, a análise apresentada para *le* implica que a localização de situações temporais, descritas por sentenças com esse sufixo, pode ser determinada sem a projeção do nóculo de TENSEP. Nessa visão, ASPP para *le* é determinado pelo *aktionsart* do VP. Essa observação de Lin (2003) se aproxima da proposta realizada para esta tese, no item anterior, em que se coloca a hipótese de que a seleção temporal na LIBRAS é realizada por ASPP.

Entretanto, para a análise da LIBRAS, os operadores “EX”, “PASSADO” e “ANTES”, considerados como enunciados EPs, são vistos como operadores de restrição temporal e não de eventos, uma vez que, por pressuposição, são interpretados como o tempo de referência que delimita o tempo do evento. Isso, no entanto, não invalida a interpretação de que eles sejam realizações de ASPP, porque justamente por estabelecerem essa relação entre TR e TE é que podem ser determinados por ASPP, pois, como previsto por Godoi (1992), a aspectualidade é produzida pela relação entre esses dois intervalos de tempo. Ainda, seguindo as sugestões de Klein (1994), a partir das quais Lin (2002, 2003) orienta sua investigação, é possível avaliar, da mesma maneira, os operadores da LIBRAS como aspectuais: mais do que entre TT e TF, esses operadores estabelecem relações entre TT e TS, como prevê o esquema de Klein (1994).

Vale ainda destacar que, conforme Chierchia (2003), como as implicaturas conversacionais são canceláveis, é possível haver duas estruturas diferentes que apresentam mais ou menos o mesmo conteúdo veri-condicional, gerando assim as mesmas implicaturas conversacionais. Ao se pensar com isso na segunda heurística de Levinson (2000), com a proposta da existência de estereótipos, os operadores de “PASSADO”, “EX” e “ANTES”, encaixam-se na idéia de operadores que geram implicaturas conversacionais generalizadas com relação à restrição de tempo e, por *default*, portanto, podem ser lidos como tempo de referência aspectual.

Além das relações aspectuais e temporais descritas nesse capítulo, há ainda uma situação não investigada por Lin (2003) com relação ao Mandarim, mas que merece, ainda que rapidamente, ser analisada para a LIBRAS. Ela diz respeito à participação da “quantização” do argumento do verbo para a interpretação da aspectualidade. Esse é o tema desenvolvido, a seguir, no último capítulo.

4.5 Síntese do capítulo

- O aporte teórico da área da pragmática, para compor a proposta semântica de Godoi (1992) e Lin (2002), é buscado, primeiramente, no trabalho de Roberts (1995). Dessa leitura se nota a possibilidade de o conhecimento compartilhado fazer parte da restrição temporal, a qual pode, portanto, ser também estabelecida por pressuposições pragmáticas.
- Com a análise de Levinson (2000), é proposto um olhar para os dados a partir da hipótese de implicatura conversacional generalizada. São apresentadas algumas características da referência temporal na LIBRAS, que podem ser significadas por meio de informações colocadas, indiretamente, na estrutura lingüística e, assim, presumidas por *default*.
- As pesquisas de Lin (2002), sobre a referência temporal e aspectual no Mandarim, mostram-se interessantes para a realização de uma análise comparativa com a LIBRAS. Ambas as línguas não apresentam morfologia para a categoria tempo. A proposta do autor é a de avaliar a real necessidade de existir a categoria funcional TENSEP no Mandarim, em vista da possibilidade de que o tempo nessa língua seja uma marca de ASPP.
- A integração da proposta de Lin (2002) – o tempo é denotado pela flexão semântica dada pelo *aktionsart* dos verbos – com a hipótese de Levinson (2000), na qual se defende que a estrutura lingüística pode gerar implicaturas conversacionais generalizadas, permite uma análise da categoria tempo, na LIBRAS, considerando que: o futuro tem uma estrutura estereotipada, precisando sempre de um operador temporal para ser denotado (heurísticas **I** e **M**); o passado pode ter operador ou ser dado pelo aspecto perfectivo dos verbos (heurística **I** e *aktionsart*); o presente é dado por *default*, justamente pela ausência de marcas para passado ou futuro, ou seja, por contraste significativo (heurística **Q**).
- Exemplos reforçam a hipótese de que as sentenças sem operadores na LIBRAS podem ter a sua temporalidade denotada pela composição entre aspecto e fatores pragmáticos, como as heurísticas.

- A análise de Godoi (1992), complementa a de Lin (2002) com a hipótese de que sentenças imperfectivas podem ter a aspectualidade alterada ao receberem EPs. Com essa integração das teorias dos pesquisadores, é possível propor uma investigação em que os operadores temporais da LIBRAS funcionem como EPs.
- Ao entender os operadores temporais da LIBRAS como enunciados EPs, é plausível retomar a proposta de Roberts (1995) e avaliá-los como operadores que restringem o tempo nas sentenças. Assim, seguindo Godói (1992) e Lin (2002), tais operadores são tomados como o tempo de referência ou de situação para os enunciados. Dessa forma, podem ser analisados tanto como operadores temporais quanto aspectuais. Isso mostra a relação composicional que há entre tempo e aspecto nas sentenças da LIBRAS e, também, permite uma reflexão sobre a análise de LIN (2002) para o Mandarim, na qual se observa a exigência de ASPP, nessa língua, mas não TENSF.

CAPÍTULO 5

UMA QUESTÃO A MAIS SOBRE ASPECTO NA LIBRAS: A “QUANTIZAÇÃO” DOS SNs

Após formular uma descrição inicial da referência temporal e aspectual em LIBRAS, já é possível estabelecer outras investigações sobre esse tema. Assim, é interessante examinar essa proposta em co-relação com outras teorias da área da aspectologia. Como um primeiro passo para isso, este capítulo apresenta uma análise confrontando a descrição apresentada nesta tese com uma teoria muito interessante da aspectologia, desenvolvida por Verkuyl (1993).

Como a proposta aqui tem tomado o valor temporal e aspectual de outras categorias lingüísticas para análise, e não apenas o verbo, vale a pena abrir um espaço a fim de discutir alguns pontos da proposta de Verkuyl (1993) sobre a participação dos argumentos verbais “quantizados” para a interpretação de aspecto imperfectivo e perfectivo. Porém, é apropriado esclarecer que esse texto é elaborado apenas para demonstrar como a aspectualidade na LIBRAS é uma categoria forte, ou seja, não há intenção de aprofundar a análise aqui realizada sob a perspectiva de Verkuyl (1993), o que por si só seria um assunto para a proposição de uma tese. Nesse sentido, este item pode acarretar, além da consideração da aspectualidade dada pela “quantização” na LIBRAS, a organização de outras análises sob esse foco para essa língua, principalmente, no que diz respeito à relação entre os classificadores e aspecto.

Como exemplo da importância de avaliar a participação dos argumentos verbais para a definição da aspectualidade, na LIBRAS, podem ser retomadas as situações observadas, nos dois capítulos anteriores, para os verbos AJUDAR, VER, PERCEBER e OBSERVAR, os quais dependem de seus argumentos para expressarem eventos perfectivos, imperfectivos ou iterativos. Entretanto, antes de verificar a real proposta de Verkuyl (1993), é necessário assinalar alguns fatos sobre como as línguas de sinais expressam a “quantização” em seus sistemas.

5.1 Sobre alguns recursos empregados para expressar “quantização” nas línguas de sinais

Há um número significativo de línguas em que, assim como na LIBRAS, os verbos não estabelecem concordância com a pessoa ou o número de seus argumentos. Com relação à LIBRAS, como mostrado no capítulo 2, Quadros (1995) observa a existência de três tipos de verbos: *plain verbs* (sem flexão a não ser para alguns casos de aspecto), *inflecting verbs* (flexionam para pessoa, número e aspecto) e *spatial verbs* (aqueles que têm afixos locativos). Em outras línguas, como o Mandarim, o Coreano, a Língua Americana de Sinais, também ocorrem esses tipos de verbos, principalmente os *plain verbs*. Por conta disso, de acordo com Petrônio (1995), nessas línguas, o emprego de *bare NPs* pode ser interpretado como singular ou plural. A autora ilustra essas situações com o *bare NP* “cavalo”, o qual depende do contexto para ser interpretado como singular ou plural, como nos exemplos a seguir:

1. *HORSE, INDEX SEE FINISH.*

Horse-topic I see past

Cavalo-topicalizado / ver passado

2. *Ma wo kanjian le* (Mandarim)

Horse I see past

Cavalo eu ver passado

3. *Mal-nin na-ka po-at-ta.* (Coreano)

Horse-topic I-nom see-past-decl.

Cavalo-topicalizado eu-negação ver-passado-declarativa.

Conforme a autora, se essas sentenças são ditas em um contexto no qual os interlocutores acabam de retornar da fazenda tendo apenas um cavalo, “*HORSE*” recebe uma interpretação singular. Entretanto, se ambos sabem que a fazenda tem muitos cavalos, “*HORSE*” recebe uma interpretação de plural. Sem

contexto, as *bare* NPs em sentenças da Língua Americana de Sinais são muito mais interpretadas como singular. Isso se aproxima da LIBRAS, como demonstram os próximos exemplos, porque, para estabelecer a diferença entre singular e plural dos *bare* NPs PROFESSOR, MENINO, MARCA, MENINO GORDO, é necessário conhecer o contexto da história narrada no momento da coleta de dados:

4. ESPERAR FALTAR FORÇA PROFESSOR. (DA, C.avi)

“Esperei, mas faltou força ao professor.”

5. CHAMAR MENINO. (JO, A.avi)

“Chamou o menino.”

6. TIRAR MARCA. (AM, D.avi)

“Tirou a marca.”

7. PISCINA NADAR MENINO GORDO. (JO, A.avi)

“O menino gordo nadou na piscina.”

Assim como o Coreano, o Mandarim e a Língua Americana de Sinais, a LIBRAS também tem recursos para especificar se o NP é plural ou singular, mas, como se observa em ocorrências como as dos exemplos anteriores, quando a informação é avaliada pragmaticamente, ela não tem que ser redundantemente marcada no NP. Isso porque, de acordo com Roberts (1995), pela proposta da acomodação, se alguma situação não está explicitada no discurso, o interlocutor, a fim de cooperar, age como se o assunto já pertencesse ao campo comum. Ou seja, no interesse de ocorrer uma interpretação adequada, os interlocutores interagem como se a relevância – contextualmente dada pela restrição de domínio – fosse claramente produzida pelo locutor. Esses exemplos, portanto, ilustram que fatores pragmáticos, como o conhecimento de mundo colocado por Roberts (1995), também têm um papel na determinação da “quantização” dos *bare* NPs. Note-se, na próxima sentença da LIBRAS, como o locutor tenta auxiliar a construção da restrição feita

pelo interlocutor, agora percebendo a necessidade de “quantizar” o SN “MARCA”, recorrendo à sua repetição, já que aparece a expressão “CADA UM”:

8. MARCA TER CADA UM MARCA. (AM, D.avi)

“Cada um tem uma marca.”

Esse exemplo também denota a heurística I, observada por Levinson (2000), visto que a mudança no tipo de enunciado, ocorrida pelo acréscimo de informação, leva o interlocutor a pressupor que há um significado diferente a ser avaliado. Essas modificações nos enunciados para significar número também são examinadas por Amaral, Coutinho & Martins (1994) ao afirmarem que a Língua Gestual Portuguesa pode pluralizar os nomes pela incorporação ao substantivo de quantidades pequenas, por processos não manuais, pelo emprego de sinais específicos, por repetição do movimento e pelo uso de redobro, que são sinais realizados pela mão dominante e repetidos pela mão não dominante. Zeshan (2000) também notou o processo de incorporação para Língua Indo-Paquistanesa de Sinais. É interessante observar que na LIBRAS também há sinais específicos para estabelecer quantidade, como os sinais “VÁRIOS”, “ALGUNS” e “CADA”, além da repetição e da própria numeração (como no exemplo anterior). Com relação à incorporação, parece que, nessa língua, ela é bastante empregada nos casos de ocorrências de classificadores como em:

9. CL<RATINHO DOBRAR^{3x (flexão-iterativo)} MONTAR BARCO, >. (RO, H.avi)

“O ratinho dobrando montou o barco.”

Essa sentença expressa uma situação representada de forma condensada por meio do emprego de sinais ricos em articulações de movimentos e expressão facial, que dão conta, entre outras coisas, da determinação da singularidade e da pluralidade. Sobre essa questão, Felipe (1998) constatou que, no Tzeltal, os classificadores são obrigatórios em frases contendo numeral e, no Mandarim e no Vietnamita, com demonstrativos. Os classificadores, nessas línguas, podem ser de espécie, os quais individualizam os objetos por eles referidos em termos de tipos de

entidades, ou de medida, que particularizam quantidades. A autora ainda apresenta os classificadores predicativos que existem em algumas línguas cujos verbos classificadores variam de acordo com as características das entidades referidas enquanto argumentos dos verbos.

Em sua pesquisa, Felipe (1998) coloca que, com relação a categorias que não classificam propriedades inerentes a objetos, como a “quanta”, podem acontecer associações entre diferentes categorias e, por isso, em línguas de classificadores de predicado e coordenantes podem ocorrer subclassificações para número e gênero. A autora cita como exemplo dessa situação as seguintes ocorrências na LIBRAS:

10. _{1pessoa}PASSAR, _{2pessoaS}PASSAR, _{3pessoaS}PASSAR. (FELIPE, 1998:50)

“Uma pessoa passou, duas pessoas passaram, três pessoas passaram.”

Sobre essas subclassificações, a autora faz um comentário que merece ser reproduzido aqui, por ressaltar a necessidade de se considerar as questões pragmáticas para analisar o processo de organização de classificadores:

Destas divisões e subdivisões de classificadores pode-se perceber que elas se baseiam, também, na perspectiva do falante em relação ao contexto, portanto o nível pragmático da língua deve ser, também, avaliado porque não se trata somente de morfemas específicos para objetos específicos mas, em alguns casos, de morfemas associados a objetos a partir de um determinado contexto... (FELIPE, 1998:51)

É interessante o fato de a autora chamar a atenção para o reconhecimento de que alguns elementos estruturais da língua fazem parte da construção dos significados, principalmente, no que diz respeito à interpretação de classificadores. Isso reforça a hipótese de Levinson (2000), considerada nesta tese, ao colocar que o tipo de enunciado pode ser subsídio para implicaturas conversacionais. É possível, por exemplo, que entre em jogo, para a leitura de classificadores, a heurística **M** com a predição de que aquilo que é dito de maneira anormal não é normal. Desse modo, vale a pena a indicação de Felipe (1998) para se considerar o nível pragmático na análise de classificadores.

A partir dessas e de outras questões, Felipe (1998) percebe, ainda, que existe uma certa regularidade em relação à utilização de classificadores, pois eles sempre estão ligados a uma função morfossintática, uma vez que o processo de classificar,

por meio deles, ocorre com acréscimo a um radical nominal ou verbal, bem como por derivação interna da raiz, ou mesmo em todos os elementos da frase. Nessa perspectiva, os morfemas classificadores podem ser analisados como marcas de concordância de gênero, de número e de lugar. Conforme a autora, no caso da LIBRAS, um classificador para “quanta” é marcado pelo modo de realização do movimento e pela configuração das mãos. Quer dizer, quando uma configuração de mão, por exemplo, se associa a verbos classificadores, esses podem ter função de gênero, que pode estar correlacionado, ao mesmo tempo, a um “quanta”, ou a um arranjo, ou a um locativo.

Sobre essa situação, Partee (1995) observa que, na Língua Americana de Sinais, um classificador denotando o movimento do objeto é incorporado dentro do sinal do verbo e esse mesmo classificador pode adicionar informações sobre quantificação como singular, plural e grupo. Observem-se os exemplos da autora:

11. CL:G uma entidade singular

CL:44 uma entidade plural

a) [Student]_{TOP} @CL:44 went west.

“The/sm students went west.”

Os estudantes foram para o oeste.

Estudantes foram para o oeste.

b) [Student]_{TOP} @CL:G went west.

“The/a student went west.”

O/um estudante foi para o oeste.

c) [Student @CL:GROUP]_{TOP}, @ A-L-L, I like.

“I like all (of the) students.”

Eu gosto de todos os estudantes.

Eu gosto dos estudantes.

qualquer expressão lingüística exhibe simultaneamente propriedades lexicais, discursivas, semânticas e sintáticas, variando o grau entre elas, por razões pragmáticas. Nesse sentido, a descrição desenvolvida nesta tese mostra que a referência temporal e aspectual, na LIBRAS, pode ser decorrente do conteúdo lexical dos verbos – considerada por Lin (2002) como flexão semântica –; da interação entre advérbios, expressões temporais e a sentença, funcionando como operadores que determinam o tempo de referência para eventos; e de aspectos pragmáticos, como o conhecimento compartilhado e as heurísticas propostas por Levinson (2000), para avaliar o papel dos tipos dos enunciados.

Agora, neste item, é apresentado mais um fator que parece fazer parte dessa constituição dinâmica para a referenciação aspectual na LIBRAS, trata-se da participação da semântica dos constituintes do VP, discutida por Verkuyl (1993). Entretanto, esse autor, diferentemente da análise aqui realizada, não considera as relações lingüísticas e extralingüísticas que podem estar envolvidas na aspectualidade. Também não é suficientemente avaliado, em sua proposta, o papel desempenhado pelo advérbios temporais na organização aspectual ou a participação do contexto para a seleção, por exemplo, entre imperfectivo e iterativo como demonstrado para a LIBRAS no capítulo anterior. Por isso, nessa análise, a proposta de Verkuyl (1993) é revista sob o enfoque já observado para a descrição realizada no capítulo 4.

A afirmação mais contundente de Verkuyl (1993) é a de que não é suficiente denominar classes aspectuais apenas pelas características lexicais dos verbos, porque a formação aspectual é um processo que se dá também no nível estrutural. De acordo com o autor, os pesquisadores têm se preocupado muito mais com as classes aspectuais do que em estabelecer parâmetros lingüísticos para definir aspecto e, quando estabelecem tais parâmetros, esses não são relacionados aos constituintes da língua natural, mas somente aos verbos. Além disso, Verkuyl (1993) ressalta que todos os parâmetros envolvidos são temporais, o que se torna inviável, pois, na composição aspectual também estão envolvidas entidades atemporais.⁸⁷ Esse ponto está de acordo com a análise dos capítulos 3 e 4, visto que, além da lexicalidade do verbo, outros fatores, como flexão morfológica para aspecto e a

⁸⁷ Para uma leitura mais abrangente da proposta de Verkuyl (1993), aplicada à Língua Portuguesa, ler Wachowicz (2003).

participação de advérbios e expressões temporais, são analisados como elementos essenciais para a referência aspectual.

Em sua proposta, o autor revê pontos importantes discutidos dentro da teoria aspectual, principalmente com relação ao papel dos argumentos verbais para a leitura aspectual. A distinção entre intervalo homogêneo (imperfectivo) e heterogêneo (perfectivo), por exemplo, pode ser feita, conforme Verkuyl (1993), em paralelo com a distinção entre VPs durativos e pontuais. VPs como *walked in the park* seriam considerados imperfectivos, porque eles são homogêneos (verdadeiros em um intervalo i , e também para qualquer subintervalo de i). Por outro lado, *walk to Rome* seria perfectivo porque é verdadeiro em i e falso em qualquer subintervalo de i , portanto é heterogêneo. Daí a oposição entre aspecto imperfectivo e perfectivo, explicada em termos de ocorrer ou não homogeneidade.

Desse modo, percebe-se que o interesse real recai sobre o verbo e seus complementos, uma vez que têm contribuições diferentes a fazer. No que diz respeito à estrutura, o verbo induz a uma temporalidade para qual a informação associada com seu complemento está relacionada. Quando isso acontece, estruturas com o mesmo verbo, mas com argumentos internos distintos, podem ser perfectivas ou imperfectivas.

A fim de dar conta dessa aspectualidade inerente aos argumentos verbais, Verkuyl (1993) retoma a idéia de que os papéis temáticos constituem a estrutura argumental associada com o verbo. Mas, diferentemente da lógica padrão, que vê a predicação de *n-lugares*, na proposta localística de Verkuyl (1993) os papéis temáticos acontecem em um modelo de três lugares. A idéia básica é que há um Tema (a entidade de movimento), uma Fonte (onde o movimento começa) e um Objetivo (onde o movimento termina). No caso de se ter X para o Tema, Y para a Fonte e Z para o Objetivo, X move-se de Y para Z, onde Y e Z são conectados no sentido de que eles são ponto inicial e ponto terminal do *path* do Tema. Na verdade, o que acontece é um estabelecimento de etapas (*paths*) para a composição matemática da sentença que toma o Tema a partir do verbo, depois desse para o complemento e do VP para o sujeito e, por último, da sentença para a aspectualidade externa.

Essa composição entre os constituintes da sentença se dá a partir de escolhas matemáticas. Para isso, Verkuyl (1993) propõe um cálculo a fim de estabelecer diferenças aspectuais: o Princípio do Mais. De acordo com esse princípio, se os valores de traços semânticos dos verbos e dos nomes, nas sentenças, são todos positivos, a leitura denotada é de aspecto perfectivo. Com a ocorrência de um valor negativo, tem-se o imperfectivo. Há, assim, dois parâmetros envolvidos nesse princípio: a especificação [\pm ADDTO] para os verbos e [\pm SQA] para os SNs. O parâmetro [-ADDTO] é determinado para os verbos estativos e [+ADDTO] para verbos não-estativos. Já o parâmetro [+SQA] diz respeito ao SN que apresenta quantidades definidas e [-SQA] ao SN sem definição de quantidade. Para exemplificar isso, podem-se analisar as sentenças em (a) e (b), propostas pelo lingüista:

- a) *Judith ate three sandwiches.*
- b) *Judith ate sandwiches.*

No caso de (a), os dois SNs e o verbo da sentença têm valor positivo com relação a esses parâmetros, devido a isso, o valor aspectual é perfectivo. Já em (b), o SN sujeito é [+SQA], o verbo [+ADDTO] e o SN complemento [-SQA], ou seja, a estrutura da sentença tem significação imperfectiva. Portanto, para que ocorra o aspecto perfectivo, todos os constituintes da sentença devem apresentar traços positivos em seus parâmetros, caso contrário, a sentença será imperfectiva.

Verkuyl (1993) sugere que se considerem sentenças como essas em que os verbos podem ter processo perfectivo ou imperfectivo, dependendo de seus complementos e não de diferenças lexicais, pois tais sentenças são indícios de que a noção de pluralidade está envolvida na ocorrência de aspectualidade, ou seja, para o autor, o que está em jogo é a existência ou não de NPs “quantizados”. Dessa maneira, de acordo com o autor, a mudança aspectual ocorre muito mais por causa dos argumentos internos do verbo, com uma reunião de informações temporais e atemporais. Essa síntese da análise de Verkuyl (1993) já permite verificar a importância de considerar a relação entre a “quantização” dos SNs e a aspectualidade das sentenças.

Pelo que se observou no capítulo 2, a maioria das investigações sobre aspecto, realizada pelos autores da área da linguagem e surdez, estão orientadas por uma perspectiva de classificação dos verbos, como se tem feito historicamente a partir dos estudos de Vendler (1967). Entretanto, nos capítulos 3 e 4, já se mostrou que outros elementos lingüísticos e extralingüísticos fazem parte da significação aspectual na LIBRAS. Inclusive no que diz respeito à morfologia nessa língua – bastante recorrente para a aspectualidade – e ao uso de classificadores que parecem “quantizar” os SVs. Isso porque a participação da “quantização” na referência aspectual pode estar relacionada aos classificadores, até pela organização desses sinais apresentar a possibilidade de o verbo receber marca de “quantização”. Observem-se os exemplos:

12. CL < RATINHO COMEÇAR ROER ^{flexão-cursivo ou iterativo} > (RO, H.avi)

[+SQA] [+ADDTO] [+ADDTO]

“O ratinho começou a roer.”

13. CL < RATINHO CORRER ^{flexão-cursivo} > (RO, H.avi)

[+SQA] [+ADDTO]

“O ratinho correndo...”

14. CL < RATINHO CORRER CANTO >. (RE, I.avi)

[+SQA] [+ADDTO] [+SQA]

“O ratinho correu para o canto.”

15. CL < RATINHO VER/OBSERVAR ^{flexão-cursivo} GRANDE MAR > ,

[+SQA] [-ADDTO] [+SQA]

DOBRAR ^{flexão-cursivo ou iterativo} BARCO... (MA, G.avi)

[+ADDTO] [+SQA]

“O ratinho ficou observando o grande mar, dobrando o barco...”

16. CL <VER BARCO⁺⁺ NAVEGAR^{flexão-cursivo}>. (MA, G.avi)

[+ADDTO] [+SQA] [+ADDTO]

“Viu barcos navegando.”

17. BARCO RATINHO ENTRAR · REMAR^{flexão-cursivo} TRANQUÏLIDADE. (MA,G.avi)

[+SQA] [+SQA] [+ADDTO] [+ADDTO]

“O ratinho entrou no barco e saiu remando tranqüilamente.”

18. DOBRAR PAPEL LADO OUTRO LADO. (RO, H.avi)

[+ADDTO] [+SQA] [+SQA]

“Dobrou o papel de um lado e do outro.”

Mesmo com esses poucos exemplos já é possível perceber que classificar os eventos em [\pm SQA] ou [\pm ADDTO] não é uma tarefa simples, pois parece que, dependendo do contexto, ou de uma escala pragmática entre <ATIVIDADE, ESTADO>, todas as ocorrências desses exemplos poderiam ter uma classificação diferente. Além disso, é possível em alguns casos, como em (12), (13) e (16), ocorrer falha na aplicação do Princípio Mais, visto que, nesses exemplos, é possível a ocorrência positiva para os traços tanto do SN quanto do SV e, ainda assim, ser plausível a leitura imperfectiva para todas essas sentenças ou, ainda, iteratividade para (12) e (16).

Essa situação permite a investigação de alguns fatos. Primeiro, a morfologia flexional, na LIBRAS, pode funcionar como operador sobre a aspectualidade interna, por exemplo em (12), (13) e (16). Nessas sentenças, mais do que a ausência ou a “quantização” do argumento interno do verbo, é a “quantização” do próprio evento denotado pelos verbos, por meio da flexão, que gera diferenças aspectuais. Segundo, a seleção entre aspecto perfectivo, imperfectivo e iterativo, mesmo com uma análise dada pelo Princípio Mais, parece necessitar do conhecimento compartilhado para se dar acomodação dos significados, como propõe Roberts (1995). Para comprovar isso, note-se que em (15) é possível aspecto imperfectivo ou iterativo. Já em (17), é difícil a diferenciação para perfectividade e imperfectividade

no evento de “REMAR^{flexão-cursivo} TRANQUİLIDADE” (“sair remando tranquilamente.”). Ainda, a sentença em (18) pode ser lida como perfectiva ou iterativa.

Embora a ferramenta avaliada por Verkuyl (1993) não pareça suficiente para explicar a aspectualidade matemática na LIBRAS – pois, mais uma vez, questões pragmáticas, além de sintáticas, fazem-se necessárias – um fato é certo: existe relação entre “quantização” e aspecto, nessa língua. Para comprovar isso, basta analisar, nas sentenças exemplificadas, que o aspecto não é decorrente apenas da lexicalidade verbal, visto que nos pares (13) e (14), (15) e (16) os verbos se repetem, no entanto, as situações denotadas por eles têm a aspectualidade diferenciada pelos complementos: CANTO, GRANDE MAR e BARCO++.

Por isso, propõe-se aqui que, em estudos posteriores sobre a LIBRAS, procure se dar um tratamento com base em um modelo teórico que considere os aspectos semânticos, sintáticos e, também, pragmáticos para ocorrências de tempo e aspecto nessa língua. Isso porque, como mostram os dados aqui apresentados, a formação aspectual na LIBRAS não pode ser explicada apenas pela classificação lexical de determinados verbos, nem somente por “quantização” dos SNs; também não é possível considerar como único fator a flexão aspectual ou a ocorrência de advérbios temporais. Na realidade, todos esses elementos fazem parte da estrutura dinâmica e multissistêmica da LIBRAS, principalmente, quando se trata de avaliar a significação dos sinais classificadores. Esse é um tema que merece ser aprofundado por outras investigações, bem como a “quantização” que é denotada em outras situações, nessa língua, e a relação com a aspectualidade.

5.3 Síntese do capítulo

- Há diferentes possibilidades de marcação de plural em línguas de sinais: incorporação de quantidades pequenas ao substantivo, processos não manuais a fim de indicar quantidade, emprego de sinais específicos, repetição do movimento e emprego de redobro. É possível explicar o acréscimo de informações nos enunciados, para dar conta da pluralização, por meio da heurística I, observada por Levinson (2000).

- Os *bare* NPs são fortes indícios de que o contexto é necessário para o estabelecimento da diferença entre plural e singular nas línguas de sinais.
- O emprego de “classificadores”, na LIBRAS, com significação de quantidade é recorrente. Para a interpretação dessas formas, pode ser interessante uma avaliação que considere a heurística **M** de Levinson (2000), ou seja, a participação do nível pragmático.
- Os classificadores fornecem pistas para analisar a associação de quantificação aos verbos e não só aos nomes.
- As línguas apresentam uma organização dinâmica e multissistêmica, por isso a referência aspectual, na LIBRAS, pode ser decorrente também da “quantização” no sistema lingüístico.
- A investigação de aspecto a partir de estruturas temporais e atemporais – principalmente com relação à “quantização” proposta por Verkuyl (1993) – permite analisar a ocorrência de classificadores que denotam “quantização” e a relação aspectual por eles expressada. No entanto, é necessário uma revisão das ferramentas propostas por Verkuyl (1993) para uma descrição mais acurada, visto que a classificação de eventos em [\pm SQA] ou [\pm ADDTO] parece depender do contexto, ou de uma escala pragmática, o que dificulta a aplicação do Princípio do Mais.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi elaborado com a intenção principal de descrever o funcionamento sistêmico da referência temporal e aspectual na Língua Brasileira de Sinais e, em segundo plano, com a finalidade de ampliar as investigações científicas sobre essa língua de modo a contribuir com a valorização de seu *status* social. Em decorrência desses objetivos, procurou-se estabelecer, em um primeiro momento, um conjunto de temas sobre a área da linguagem e surdez e da área da aspectologia, a fim de situar e auxiliar a leitura de diferentes interlocutores desta investigação. Em seguida, procedeu-se à descrição da referência temporal e aspectual da LIBRAS com uma análise lingüística orientada por teorias das áreas da semântica e da pragmática. Essa organização permitiu o desenrolar de algumas questões complexas que merecem ser destacadas.

A primeira delas diz respeito às diferentes propostas existentes para o ensino/aprendizagem bilíngüe, no caso de sujeitos surdos. O que se observou foi a necessidade premente de que ocorra a condução de um bilingüismo diglósico para um melhor desenvolvimento das competências lingüísticas desses sujeitos, enfatizando que, para eles, a língua materna deve ser sempre a de sinais. Isso porque a lingüística tem mostrado, com base, por exemplo, nos trabalhos de Ferreira-Brito (1989), Felipe (1989), Fernandes (1990), Pereira (1993), Amaral, Coutinho & Martins (1994), Quadros (1995), Shanker (2000), Bonvillian & Siedlecki (2000), Grosjean (2001), Góes (2002), Martin (2001) e Quadros & Karnopp (2004), entre outros, que não permitir à pessoa surda usufruir do seu direito de ter acesso à sua língua natural é, no mínimo, um grave preconceito lingüístico, o qual acarreta o desenvolvimento de problemas graves de ordem cognitiva e sociocultural para essas pessoas e suas famílias. Por isso, sugeriu-se que a sociedade acadêmico-científica deve fortalecer a participação dos diferentes grupos socioculturais dos surdos na pesquisas que dizem respeito às questões de surdez.

Outra situação abordada no início deste trabalho tratou das investigações de tempo/aspecto já realizadas para línguas de sinais. Nesse sentido, observou-se que há, principalmente, duas correntes de pensamento. A primeira, com uma proposta de que o parâmetro flexão nessas línguas não é forte (Brito, 1995); a segunda, cuja hipótese contraria a primeira, ou seja, a de que a flexão nas línguas de sinais parece

ser empregada com bastante recorrência (Newkirk, 1998). Com relação à categoria tempo, ao considerar flexão como um parâmetro fraco, as análises acabam por destacar o emprego de elementos lexicais (como os advérbios) e a linha temporal para marcar presente, passado e futuro. Já no que diz respeito à categoria aspecto, pouco é observado. Para a proposta contrária – na qual a flexão é considerada uma característica forte – as investigações prevêm que, além das marcas temporais próprias, existem afixos aspectuais marcados por características específicas dos movimentos, os quais modificam a raiz dos sinais verbais. Assim, nesses trabalhos aparecem indicações para a ocorrência de aspecto imperfectivo denotado por repetição de sinais verbais, amplitude e intensidade do movimento e processos não manuais, como expressão facial.

Essa segunda proposta foi adotada como subsídio para o exame dos dados nesta tese. Assim, elaborou-se uma descrição tipológica dos dados a fim de verificar o emprego de diferentes recursos para expressar tempo e aspecto na LIBRAS. Como resultado dessa descrição, notou-se que a referência temporal é expressada por operadores específicos, bem como por advérbios e expressões temporais – como descrito em pesquisas de ambas as hipóteses sobre a existência de flexão gramatical. Porém, também foi possível observar que a direção dos movimentos para trás e/ou para baixo e para frente e/ou para cima é determinante para estabelecer as noções, respectivamente, de passado e futuro, mais do que a linha imaginária, considerando apenas a localização dos sinais em relação ao tronco do sinalizador. Outro ponto importante destacado com base na descrição tipológica foi o fato, não averiguado em outros trabalhos, de que a composicionalidade entre aspecto e tempo é bastante significativa na LIBRAS, visto que o tempo pode ser dado tanto por relações dêiticas quanto relacionais. Essa situação foi percebida ao se adotar, como subsídio teórico para a definição de tempo, a hipótese de Klein (1994).

Com essa proposição, os dados da LIBRAS relacionados à organização de tempo/aspecto foram avaliados a partir do olhar sobre a composição semântica entre o emprego de operadores temporais/aspectuais, os valores aspectuais dos verbos com seus argumentos, e os fatores pragmáticos envolvidos no sistema lingüístico. Isso se tornou presumível devido à orientação das propostas teóricas de Godoi

(1992), Lin (2002), Roberts (1995) e Levinson (2000). A partir delas, avaliou-se, entre outras questões, a possibilidade de o conhecimento compartilhado fazer parte da restrição temporal na LIBRAS, ou seja, de que a leitura de tempo e aspecto pode ser estabelecida por pressuposições pragmáticas, por meio de implicatura conversacional generalizada. Desse modo, a investigação da referência temporal/aspectual, na LIBRAS, considerou que informações sobre essas categorias são expressadas, indiretamente, na estrutura lingüística e, assim, presumidas por *default*. Isso porque se notou que o tempo pode ser denotado, nessa língua, por operadores temporais específicos, pela flexão semântica dada pelo *aktionsart* dos verbos, e por implicaturas conversacionais generalizadas. Os elementos avaliados para corroborar essa proposta advêm dos seguintes fatos: (1) o tempo futuro, na LIBRAS, tem uma estrutura estereotipada, precisando sempre de um operador temporal para ser denotado, e isso pode ser previsto pelas heurísticas **I** e **M** de Levinson (2000); (2) o passado pode ter operador ou ser dado pelo aspecto perfectivo dos verbos, ou seja, a leitura se dá pela heurística **I** e pelo *aktionsart*; e (3) o presente é dado por *default* devido à ausência de marcas para passado ou futuro, ou seja, por contraste significativo verificado por meio da heurística **Q**.

A partir dessas postulações e mais um contraponto realizado com a análise de Lin (2002), sobre a referência temporal e aspectual no Mandarim, observou-se que é interessante avaliar a real necessidade de considerar a existência da categoria funcional TENSF na LIBRAS, em vista da possibilidade de que o tempo, nessa língua, seja uma marca gerada por ASPP. Para investigar essa proposta, ocorrências de sentenças com e sem operadores foram consideradas e, para ambas as situações, foi proposto que a temporalidade é denotada pela composição entre o valor lexical dos verbos e fatores pragmáticos, como as heurísticas.

Com relação às ocorrências com operadores temporais, investigou-se, ainda, a probabilidade de que esses itens lexicais restringem o tempo nas sentenças funcionando como EPs, de acordo com as sugestões de Godoi (1992). Tais operadores, por conseguinte, podem ser aceitos como tempo de referência ou de situação nos enunciados em que ocorrem, ou seja, foram analisados tanto como operadores temporais quanto aspectuais. Isso mostra uma relação entre tempo e aspecto na LIBRAS e permite uma reflexão sobre a exigência de TENSF, nessa

língua, pois parece ser bastante recorrente a necessidade de as informações dadas por ASPP serem também empregadas para a localização temporal dos eventos denotados pelas sentenças. Sobre essa questão, vale anotar, além das observações já realizadas no decorrer deste trabalho, a hipótese de Osawa (1999) de que a projeção de ASPP é anterior à de TENSP na história das línguas humanas e, também, na aquisição de primeira língua. O autor sugere que há, assim, uma relação entre a aquisição de TENSP e as mudanças lingüísticas diacrônicas. Ainda afirma que, na ausência de TENSP, a interpretação temporal é de responsabilidade de advérbios temporais e aspecto.

Tendo em vista, então, a proposta de que há uma relação entre tempo e aspecto, realizou-se uma rápida análise do papel dos classificadores a fim de procurar pistas sobre a participação de estruturas temporais e atemporais na leitura aspectual da LIBRAS, sobretudo, com relação à “quantização”. Para tanto, buscou-se a proposta de Verkuyl (1993), e o resultado percebido foi o de que, nessa língua, não só a “quantização” dos SNs merece consideração para a leitura aspectual, mas também a quantificação expressada nos verbos. Além disso, embora breve, essa investigação já mostrou a necessidade de uma revisão das ferramentas propostas por Verkuyl (1993) para uma descrição mais acurada do sistema aspectual da LIBRAS, visto que a proposta desse autor não dá conta dos elementos pragmáticos claramente envolvidos nesse sistema, inclusive nos casos de ambigüidade aspectual.

Em síntese, a proposta desta tese é de que a leitura aspectual ocorre, na LIBRAS, de forma dinâmica, por meio de uma organização flexional do sistema lingüístico mais a interpretação da composição sintático-semântica dos enunciados, em interação com princípios pragmáticos. Ainda, essa organização da aspectualidade das sentenças interfere na referência temporal, uma vez que esta pode ser denotada por fatores como o valor lexical dos verbos e pela composição entre sintaxe, semântica e pragmática, principalmente para a restrição temporal. Dessa forma, embora essa seja ainda uma análise, de certa maneira, preliminar, há indicações da possibilidade de explicar a referência temporal na LIBRAS sem recorrer à verificação da existência ou não da projeção de TENSP. É óbvio que muitos outros fenômenos interessantes sobre as categorias tempo e aspecto não

estão abordados aqui. Entretanto, os pontos investigados parecem ser indispensáveis para qualquer proposta que deseje realizar uma análise dessas categorias na LIBRAS.

Vale destacar que a partir desta descrição é possível pensar, agora, em outras problemáticas interessantes para a lingüística e a área da linguagem e surdez como, por exemplo, uma investigação com o objetivo de pesquisar a interpretação temporal para sentenças subordinadas: será que elas constituem evidências contrárias ou favoráveis à existência de projeção de TENSE em LIBRAS? É possível, por exemplo, uma relação em que as sentenças principais restrinjam a referência temporal e aspectual das encaixadas, por meio de regras de inferência mais princípios pragmáticos para as ocorrências dos operadores?

Também parece interessante ter esta descrição como ponto de partida para uma investigação comparativa entre os sistemas de referência temporal/aspectual de línguas de sinais e orais. Pois, como proposto aqui, a seleção que locutor ou interlocutor faz de uma forma verbal é determinada também por fatores que estão relacionados com as diversas noções de tempo que entram na organização de diferentes línguas. Como afirma Brito (1989), a língua de cada povo expressa o recorte do universo de maneira diferente. Em vista disso, as línguas naturais de diferentes povos do mundo expressam noções diversificadas de tempo e organizam a realidade biopsicossocial de diferentes formas. Então, será que, além de a estrutura temporal e aspectual da LIBRAS parecer se aproximar à do Mandarim, ela também o faz com relação a outras línguas? Em comunicação pessoal, Godoi observou, por exemplo, que o emprego de classificadores da LIBRAS é parecido com alguns arranjos aspectuais da Língua Russa, principalmente no que diz respeito à “quantização” dos verbos.

E quanto à Língua Portuguesa – cuja escrita acaba por estar presente de uma forma ou outra na vida de muitos surdos brasileiros – é possível um processo de formação de interlíngua relacionada a tempo e aspecto?

Essas e tantas outras questões podem surgir imediatamente após esta descrição, que não se quer, portanto, acabada. Ao contrário, merece ser pensada e repensada diante de outros elementos lingüísticos a serem considerados. Até porque, o sistema lingüístico foi aqui proposto como multissistêmico e dinâmico.

Assim, o atrativo da pesquisa lingüística parece residir justamente nessas diferentes possibilidades de análises. Provavelmente por conta disso, ou seja, dos desafios intermináveis surgidos com esta tese, a sua realização tenha sido tão agradável e imensamente gratificante.

ANEXO

SISTEMA DE TRANSCRIÇÃO SIMPLIFICADO

O sistema de transcrição simplificado vem sendo adotado por pesquisadores de línguas de sinais em outros países e também aqui no Brasil. Tem este nome porque as palavras de uma língua oral-auditiva são utilizadas para representar aproximadamente os sinais.

1. Sinais da LIBRAS: em letras maiúsculas em língua portuguesa.

Exemplos: CASA, ESTUDAR, CRIANÇA.

2. Sinal único: duas ou mais palavras da língua portuguesa separadas por hífen.

Exemplos: CORTAR-COM-FACA, NÃO-QUERER "não querer", COMER-MAÇÃ, MEIO-DIA, AINDA-NÃO.

3. Sinal composto: duas ou mais palavras separadas pelo símbolo ^. Exemplos: CAVA-LO^LISTRA "zebra".

4. Datilologia (alfabeto manual): palavra separada, letra por letra, por hífen. Exemplos: J-O-Ã-O, A-N-E-S-T-E-S-I-A.

5. Sinal soletrado: datilologia da palavra, ou algumas letras dela, em itálico. Exemplos: R-S "reais", A-C-H-O "acho", QUM "quem", N-U-N-C-A.

6. Ausência de marca para gêneros (masculino e feminino) e número (plural): símbolo @.

Exemplos: AMIG@ "amiga(s) e amigo(s)", FRI@ "fria(s) e frio(s)", MUIT@ "muita(s) e muito(s)", TOD@, (toda(s) e todo(s)), EL@ "ela(s), ele(s)", ME@ "minha(s) e meu(s)".

7. Expressões facial e corporal: especificação sobreposta ao sinal.

a) tipo de frase: !, ?, ?! ou ^{interrogativa} ou ... i ... ^{negativa} ou ... neg ...

b) advérbio de modo ou intensificador: muito rapidamente exp.f "espantado"

8. Concordância de gênero (pessoa, coisa, animal): Exemplos:

peessoa^{ANDAR}, veículo^{ANDAR}, coisa-arredondada^{COLOCAR}

9. Concordância de lugar e/ou número pessoal:

a) variáveis que indicam o lugar: i = ponto próximo à 1ª pessoa
 j = ponto próximo à 2ª pessoa
 k e k' = pontos próximos à 3ª pessoas
 e = esquerda d = direita

b) pessoas gramaticais: 1s, 2s, 3s = 1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular;
 1d, 2d, 3d = 1ª, 2ª e 3ª pessoas do dual;
 1p, 2p, 3p = 1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural; etc

Exemplos: 1s^{DAR}2s "Eu dou para você",
 2s^{PERGUNTAR}3p "Você pergunta para eles/elas",
 kd^{ANDAR}k'e "Andar da direita para à esquerda"

10. Marca de plural pela repetição do sinal: uma cruz no lado direito acima do sinal:

Exemplo: GAROTA +

11. Sinal ou sinais feitos pelas duas mãos simultaneamente: um abaixo do outro com indicação das mãos: direita (md) e esquerda (me).

Exemplos: IGUAL (me) muitas-pessoas^{ANDAR} (me)
 IGUAL (md) pessoa^{ANDAR} (md)

12. Tradução da frase da LIBRAS para a Língua Portuguesa: uso de " "

Exemplo: 1s^{DAR}2s "Eu dou para você"

REFERÊNCIAS

- ALLAN, K. *Natural language semantics*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 2001.
- AMARAL, M.; COUTINHO, A & MARTINS, M. *Para uma gramática da língua gestual portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.
- ANDERSEN, R. *Pidginization and creolization as language acquisition*. Rowley: Newbury House, 1983.
- ANDERSEN, R. *The acquisition and use of Spanish and English as first and second languages*. Washington DC: TESOL, 1986.
- ANDERSEN, D. E & REILLY, J. S. PAH! The acquisition of adverbials in ASL. In: *Sign language e linguistics*. Amsterdam: John Benjamins & HAG Publications, v.1, n. 2, 117-142, 1998.
- ARMSTRONG, D. F. et al. *Gesture and nature of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BEHARES, E. L. Implicações neuropsicológicas dos recentes descobrimentos na aquisição de linguagem pela criança surda. In: MOURA M.C.; PEREIRA M.C. et al. (Ed.) *Língua de Sinais e Educação de Surdos*. São Paulo: Tec Art, 1993.
- BENVENIST, E. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/ UDUSP, 1989. (Título original, 1968)
- BERKO GLEASON, J.B. *The development of language*. Columbus: Merrill Publishing Company, 1989.
- BICKERTON, D. *Dynamics of a creole system*. Cambridge University Press, 1975.
- BONVILLIAN, J. D. & SIEDLECKI JR., T. Young children's acquisition of the formational aspects of american sign language: parental report findings. In: *Sign language studies*, Washinton: Gallaudet University Press, V I, N. I, Fall, 2000.
- BORSTEL, C.N. von. *O uso do code switching em línguas em contato com base no modelo gerativista*. In: Anais do XIV Seminário do CELLIP, Curitiba, 2001.
- BRITO, L. F. Necessidade psico-social de um bilingüismo para surdo. In: KLEIMAN, A. et al (org.) *Anais do I congresso brasileiro de lingüística aplicada*. Campinas: UNICAMP, vol. 3, nº14, 89-110, 1989.

- BRITO, L. F. Epistemic, alethic, and deontic modalities in a Brazilian sign Language. In: FISCHER, S. D. & SIPLE, P. (org.) *Theoretical issues in sign language research*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- BRITO, L. F. *Integração social e educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel, 1993.
- BRITO, L. F. *Por uma Gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, Departamento de Lingüística e Filosofia. 1995.
- CAPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, W. D. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da Língua de Sinais Brasileira*. São Paulo: Editora da USP, V. 1 e 2, 2001.
- CASTILHO, A. Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa. In: *ALFA*. FFCL de Marília, 1968.
- CASTILHO, A. O aspecto verbal no português falado. In: *VIII Seminário do Projeto de Gramática do Português Falado*. Campos do Jordão, 1994. (mimeo)
- CASTILHO, A. Organização textual-interativa sobre os processos constitutivos da língua falada. In: MORATO, M. E., BENTES, A. C., LIMA, M. L. C. (org.) *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas:UNICAMP/IEL, N° 44, 159-168, jan./jun., 2003.
- CHIERCHIA, G. *Semântica*. Tradução: PAGANINI, L. A., NEGRI, L., ILARI, R. Campinas: Editora da UNICAMP, Londrina: EDUEL, 2003.
- CHUEIRE, C. *Gorduchito, gorduchão*. Série Conte a história. Curitiba: Luz e Vida. 2001.
- CHUEIRE, C. *Marca angelical*. Série Conte a história. Curitiba: Luz e Vida. 2001.
- COMRIE, B. *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Londres: Cambridge University Press, 1976.
- COULTER, G. R. Emphatic stress in ASL. In: FISCHER, S. D. & SIPLE, P. (org.) *Theoretical issues in sign language research*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- DIONÍSIO, A. P. "Análise da conversação". In: MUSSALIM, F. & BENTES, A.C.(org.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.
- DOWTY, D. *World Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht, Reidel, 1979.

- DOWTY, D. The effects of aspectual class on the temporal structure of discourse: semantics or pragmatics? In: *Linguistics and philosophy*, v. 9, 37-61, 1986.
- ELLIS, R. *Individual learner differences and second acquisition: understand second language acquisition*. Oxford University Press, 1990.
- ELLIS, R. *Second language acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- ELLIS, R. *The study of second language acquisition*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- EMMOREY, K. A comparison of spatial language in English and American Sign Language. In: *Sign Language Studies*, 88, 255-288, 1995.
- EMMOREY, K. A. *Language, cognition, and brain: insights from sign language research*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.
- FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. & AQUINO, Z. G. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.
- FELIPE, T. Bilingüismo e surdez. In: *Trabalhos de lingüística aplicada*, V.14, 1989.
- FELIPE, T. *A relação sintático-semântica dos verbos na Língua Brasileira de Sinais*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado em Lingüística, 1998.
- FERNÁNDEZ, S. *Interlengua y análisis de errores en el aprendizaje del español como lengua extranjera*. Madrid: Edelsa, 1997.
- FERREIRA-BRITO, L. Necessidade psico-social de um bilingüismo para o surdo. In: *Trabalhos em lingüística aplicada*, Campinas, (14): 1-263, Jul./Dez., 1989.
- FÉLIX, M. *A nova aventura do ratinho*. Série Ratinho. São Paulo: Melhoramentos, 1984.
- FINAU, R. A. *Um estudo das categorias funcionais em textos escritos de deficientes auditivos*. Dissertação de Mestrado, Curitiba: UFPR, 1996.
- FISCHER, S. *Verb inflections in American Sign Language and their acquisition by deaf child*. Paper presented at the Winter Meeting of Linguistic Society of America, 1973.
- FISCHER, S. D. & SIPLE, P.(org.) *Theoretical issues in sign language research*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- GHISI, E.M. Dinâmica institucional na operacionalização da educação bilíngüe do surdo no Uruguai. In: MOUTA, M.C.; PEREIRA, M.C et al. *Língua de Sinais e Educação do Surdo*. São Paulo: Tec Arte, 1993.

- GIVON, T. *Topic continuity in discourse: a quantitative cross-language study*. Amsterdam, 1986.
- GODOI, E. *Aspectos do Aspecto*. Tese de Doutorado, Campinas: UNICAMP, 1992.
- GÓES, M. C. R. de. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- GRICE, H. P. *Logic and conversation*. William James Lectures. Ms., Harvard University, 1967.
- GROSJEAN, F. The right of the deaf child to grow up bilingual. In: *Sign language studies*, Washinton: Gallaudet University Press, V I, N. II, Winter, 2001.
- HATAV, G. Aspects, aktionsart and aspect in Russian. *Linguistics*, V. 27, 487-516, 1989.
- HOFFMEISTER, R. J. A piece of the puzzle: ASL and reading comprehension in deaf children. In: CHAMBERLAIN, C. et al. *Language acquisition by eye*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.
- HOLZRICHTER, A & MEIER, R. P. Child-directed signing in American Sign Language. In: CHAMBERLAIN, C. et al. *Language acquisition by eye*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.
- HORN, C.R. *A natural history of negation*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto, 1997.
- JAKE, J. L. Constructing interlanguage: building a composite matrix language. In: *Linguistics*, v. 36, 333-382, 1998.
- JAKOBSON, J. L. et al. Prelinguistic features of adult speech to infants and small children. In: *Child Development*, 54, 436-442, 1986.
- JUPITERMEDIA. Pcwebopedia (Jupitermedia Corporation). Disponível em: <<http://www.pcwebopedia.com>> Acesso em: 12 de out. de 2003.
- KATO, M. Uma taxionomia de similaridades e contrastes entre línguas. In: VANDRESEN, P. et al (org.) *Tópicos de lingüística aplicada*. Florianópolis: Editora da UFSC, 139-153, 1988.

- KLEIN, W. et al. The acquisition of temporality. In: *Adult language acquisition: cross-linguistic perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 3-39, 1993.
- KLEIN, W. *Time in language*. London: Routledge, 1994.
- KLIMA, E., BELLUGI, U. et al. *The signs of language*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.
- KRASHEN, S. *Second language acquisition and second language learning*. Oxford: Pergamon, 1981.
- LEVINSON, S. C. *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Massachusetts Institute of Technology: A Bradford Book, 2000.
- LEWIS, D. Score-keeping in a language game. In: BAUERLE, R. (org.) *Semantics from a different point of view*. Berlin: 1979.
- LILLO-MARTIN, D. & KLIMA, E. S. Pointing out differences: ASL pronouns in syntactic theory. In: FISCHER, S. D. & SIPLE, P. (org.) *Theoretical issues in sign language research*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- LIN, W. C. *A Descriptive Semantic Analysis of the Mandarin Aspect-Tense System*. PhD dissertation, 2002.
- LOPES, A.G. *As categorias verbais de tempo e aspecto no português: dos valores básicos ao uso*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 1987.
- LYONS, J. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- MARTIN, S. D. The english-only movement and sign language for deaf learners: an instructive parallel. In: *Sign language studies*, Washinton: Gallaudet University Press, V I, N. II, Winter, 2001.
- MASSONE, M.I. O lingüista ouvinte frente a uma comunidade surda e ágrafa: metodologia de investigação. In: MOURA, M.C; PEREIRA, M.C. et al.(Ed) *Língua de sinais e educação do surdo*. São Paulo: Tec Art, 1993.
- MASATAKA, N. The role of modality and input in the earliest stage of language acquisition: studies of Japanese Sign Language. In: CHAMBERLAIN, C. et al. *Language acquisition by eye*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.
- MATEUS, M.H.H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Série Lingüística, Coimbra , 2ºed., 1989.

- MEISEL, J. *Adquisición de lenguaje*. Frankfurt: Vervuert, 1986.
- MILANEZ, W. *Pedagogia do oral: condições e perspectivas para sua aplicação no português*. Campinas: Sama, 1993.
- MORFORD, J. P. & MAYBERRY, R. I. A reexamination of "early exposure" and its implications for language acquisition by eye. In: CHAMBERLAIN, C. et al. *Language acquisition by eye*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.
- MOURA, M.C. A língua de sinais na educação da criança surda. In: MOUTA, M.C; PEREIRA, M. C; et al. (Ed) *Língua de sinais e educação do surdo*. São Paulo: Tec Art, 1993.
- NEWPORT, E. L. Maturation constraints on language learning. In: *Cognitive Science*, n. 14,11-28.
- NEWKIRK, D. The form of multiples and exhaustives in ASL. In: *Sign language e linguistics*. Amsterdam: John Benjamins & HAG Publications, V.1, N. 1, 67-74, 1998a.
- NEWKIRK, D. The form of the continuative aspect inflection on ASL verbs. In: *Sign language e linguistics*. Amsterdam: John Benjamins & HAG Publications, V.1, N. 1, 75-80, 1998b.
- NEWKIRK, D. Rhythmic features of inflections in American Sign Language. In: *Sign language e linguistics*. Amsterdam: John Benjamins & HAG Publications, V.1, N. 1, 81-100, 1998c.
- NEWKIRK, D. On the temporal segmentation of movement in American Sign Language. In: *Sign language e linguistics*. Amsterdam: John Benjamins & HAG Publications, V.1, N. 2, 173-212, 1998.
- OSAWA, F. The relation between Tense and Aspect: The emergence of the T system. In: *UCL Working Papers in Linguistics*, 11, 1999. Disponível em: <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/PUB/WPL/99papers/abstracts/osawa.htm>
- Acesso em: 10 jan. 2004.
- PADDEN, C. A. Grammatical theory and signed languages. In: NEWMEIER, F. *Linguistics: the Cambridge survey*. Cambridge: Cambridge University Press, V.2, 250-266, 1988.

- PARTEE, B. H. Quantificational structures and compositionality. In: BACH, E. et al. (eds.) *Quantification in natural languages*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, V.2, 1995.
- PEREIRA, M.C. et al. *Língua de sinais e educação de surdos*. São Paulo: Tec art, 1993.
- PETITTO, L. A. the acquisition of natural signed languages: lessons in the nature of human language and its biological foundations. In: CHAMBERLAIN, C. et al. *Language acquisition by eye*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.
- PETRONIO, K. Bare noun phrases, verbs and quantification in ASL. In: BACH, E. et al. (eds.) *Quantification in natural languages*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, V.2, 1995.
- PORTNER, P. Quantification, events, and gerunds. In: BACH, E. et al. (eds.) *Quantification in natural languages*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, V.2, 1995.
- PRABHU, N. S. *Procedural Syllabuses*. English Studies Officer, India, 1983.
- PRABHU, N. S. *Acquisition Through Comprehension: Three Procedures*. Focus on English, V – 4, 1989.
- QUADROS, M. R. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- QUADROS, M. R. *Phrase structure of Brazilian sign language*. Porto Alegre: PUCRS, Tese de Doutorado, 1999.
- QUADROS, M. R. & KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- RATNER, N. B. Atypical language development. In: BERKO GLEASON, J.B. (org) *The development of language*. Columbus: Merrill Publishing Company, 1989.
- RAMSEY, C. & NORIEGA, A. N. Niños milagrizados: language attitudes, deaf education, and miracle cures in Mexico. In: *Sign Language Studies*, V. I, N°3, primavera, 2001.
- REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic, VII*. New York, The Macmillan Co, 1947.

- ROBERTS, C. Domain restriction in dynamic semantics. In: BACH, E. et al. (eds.) *Quantification in natural languages*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, V.2, 1995.
- RUTHERFORD, W. Interlanguage and pragmatic word order. In: *Linguistic perspectives on second language acquisition*. Cambridge: Cambridge University Press, 163-182, 1989.
- SÁNCHEZ, I. *La lógica en la gramática: el tiempo en español desde la teoría de representación del discurso*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga, 2000.
- SANDLER, W. Temporal aspects and ASL phonology. In: FISCHER, S. D. & SIPLE, P. (org.) *Theoretical issues in sign language research*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- SELINKER, L. *Rediscovering interlanguage*. London: Longman, 1996.
- SCLIAR-CABRAL, L. Semelhanças e diferenças entre a aquisição das primeiras línguas e a aquisição sistemática de segundas línguas. In: VANDRESEN, P. et al (org.) *Tópicos de lingüística aplicada*. Florianópolis: Editora da UFSC, 40-49, 1988.
- SHANKER, S. Jonathan Rée, I see a voice. In: *Sign Language Studies*, V.1, N.1, Fall, 2000.
- SKLIAR, C. Bilingüismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. In: *Revista Brasileira de Educação*, N°8, 44-57, 1998.
- SIGNORINI, I. (Org.) *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- SLABAKOVA, R. The parameter of aspect in second language acquisition. In: *Second Language Research*. University of Iowa, v. 15, 283-317, 1999.
- SLABAKOVA, R. The compounding parameter in second language acquisition. In: *Studies in Second Language Acquisition*. 2002. Enviado pela autora por e-mail.
- SLABAKOVA, R & DI SCIULLO, A. M. *Quantification and aspect*. Trabalho desenvolvido com o apoio de Social Sciences and Humanities Research of Canada. Ainda não publicado. Enviado pela autora por e-mail, 2003.

- STALNAKER, R. Assertion. In: COLE, P. (ed.) *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1979.
- STOKOE, W. C. Sign language diglossia. In: *Studies in Linguistics*, 21-27, 1986.
- STOKOE, W. C. JR. *Sign language structure: an outline of the visual communication system of the american deaf*. Buffalo: University of Buffalo, 1960. (Reeditado por Silver Spring: Linstok Press, 1978).
- STOKOE, W. C. JR; CASTERLINE, D. C. & CRONEBERG, C. G. *A dictionary of american sign language on linguistics principles*. Silver Spring: Linstok Press, 1965.
- STRONG, M. & PRINZ, P. Is American Signed Language skill related to English literacy? In: CHAMBERLAIN, C. et al. *Language acquisition by eye*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.
- STROBEL, K.L. & FERNANDES, S. *Aspectos lingüísticos da LIBRAS*. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.
- SUPALLA, T. Serial verbs of motion in ASL. In: FISCHER, S. D. & SIPLE, P. (org.) *Theoretical issues in sign language research*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- SVARTHOLM, K. Bilingual education for the deaf in Sweden. In: STOKOE, W. C (Ed) *Sign language studies*. Burtonsville: Linstok Press, V.81, 1993.
- TAUB, S. & GALVAN, D. Patterns of conceptual encoding in ASL motion descriptions. In: *Sign language studies*. Washinton: Gallaudet University Press, V. 1, N. 2, Winter, 2001.
- TRAVAGLIA, L.C. *O aspecto verbal no português*. Uberlândia: UFO, 1985.
- VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca: Cornell Un.Press, 1967.
- VERKUYL, H.J. *A theory of aspectuality: the interaction between temporal and atemporal structure*. New York: University of Cambridge, 1993.
- WACHOWICZ, T. C. *As leituras aspectuais da forma do progressivo do português brasileiro*. São Paulo: USP, tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Lingüística, 2003.
- WILBUR, R. B. Why syllables? What the notion means for ASL research. In: FISCHER, S. D. & SIPLE, P. (org.) *Theoretical issues in sign language research*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

ZESHAN, U. Sing language in Indo-Pakistan: a description of a signed language. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2000.

ZESHAN, U. Indo-pakistani sign language grammar: a typological outline. In: *Sign language studies*. Washinton, D. C. : Gallaudet University Press, v. 3, n.2, Winter, 2003.